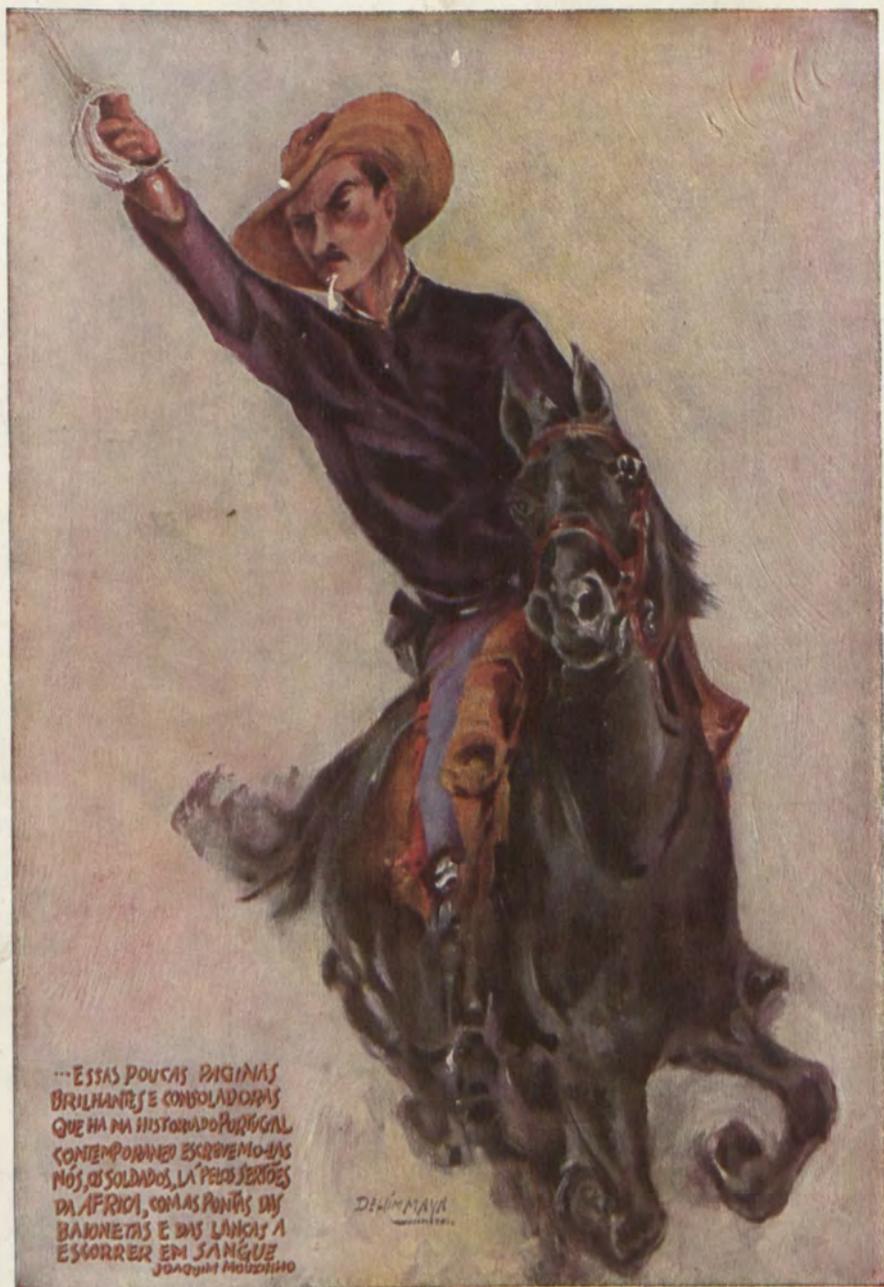


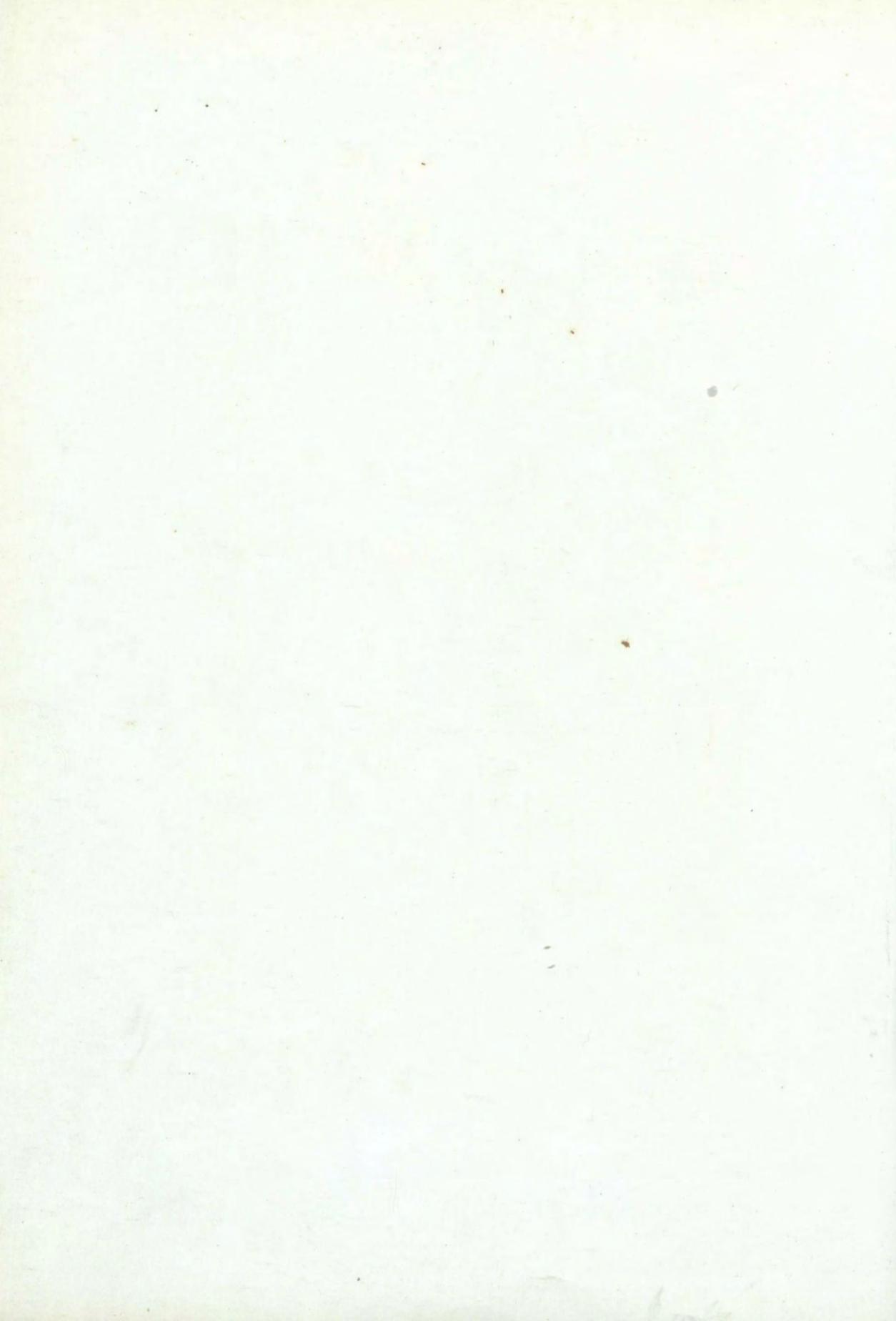




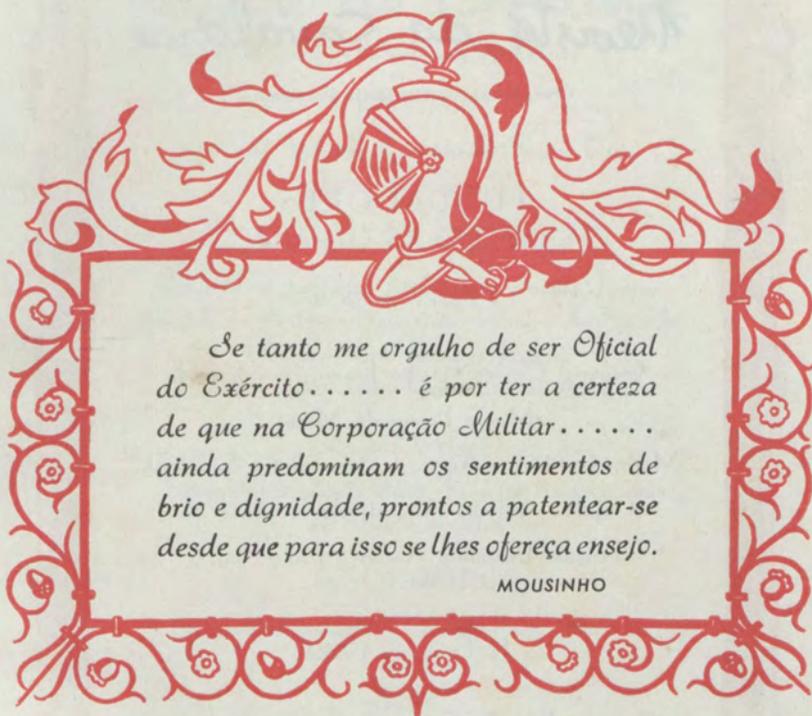
Revista da Cavalaria



ANO DE 1966

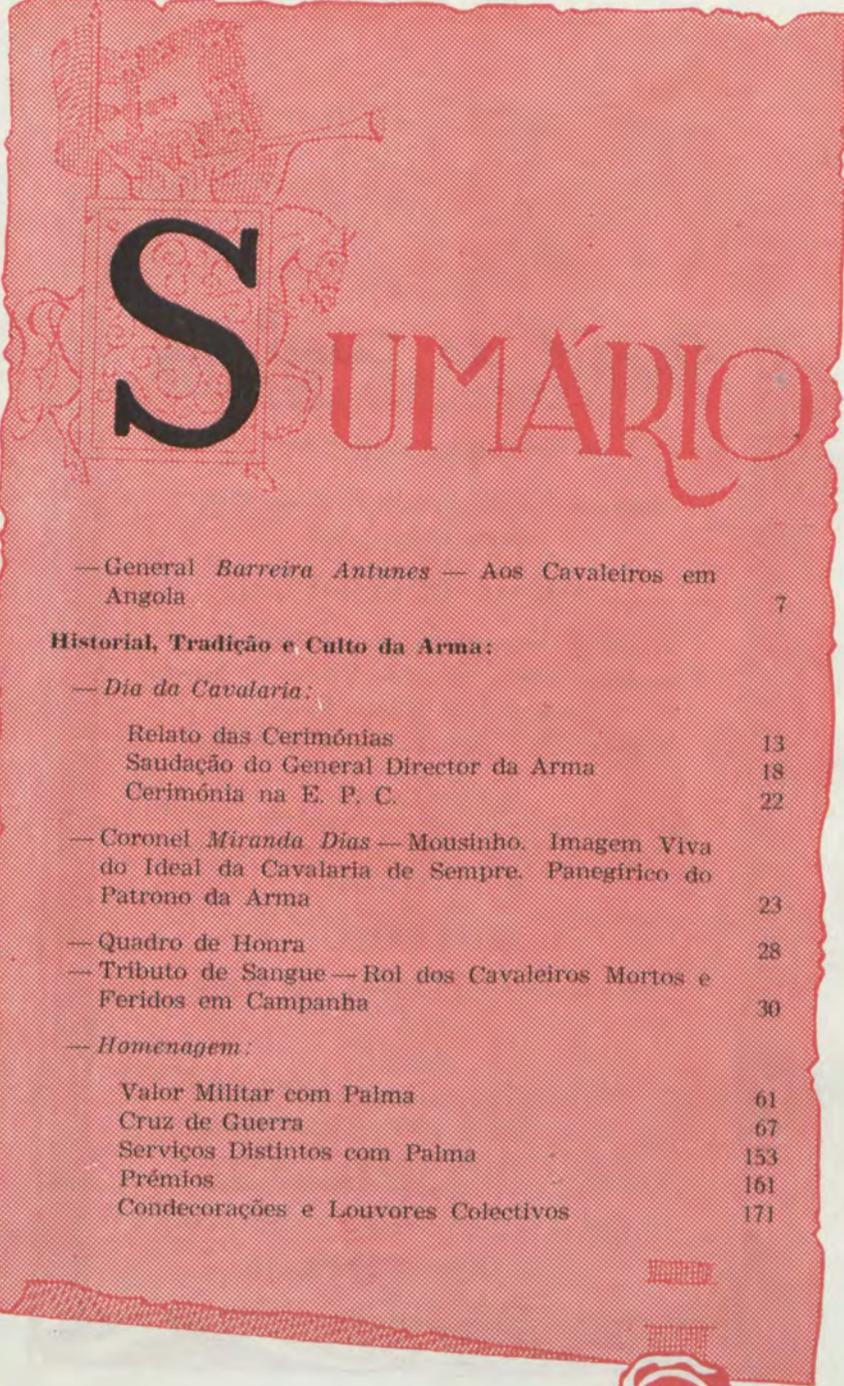


BIBLIOTÉCA DO EXERCÍTO
(Artista Bibliotecária do E. M. E.)
N.º 1.204



*Se tanto me orgulho de ser Oficial
do Exército é por ter a certeza
de que na Corporação Militar
ainda predominam os sentimentos de
brio e dignidade, prontos a patentear-se
desde que para isso se lhes ofereça ensejo.*

MOUSINHO



SUMÁRIO

— General *Barreira Antunes* — Aos Cavaleiros em Angola 7

Historial, Tradição e Culto da Arma:

— *Dia da Cavalaria:*

Relato das Cerimónias 13
Saudação do General Director da Arma 18
Cerimónia na E. P. C. 22

— Coronel *Miranda Dias* — Mousinho. Imagem Viva do Ideal da Cavalaria de Sempre. Panegírico do Patrono da Arma 23

— Quadro de Honra 28

— Tributo de Sangue — Rol dos Cavaleiros Mortos e Feridos em Campanha 30

— *Homenagem:*

Valor Militar com Palma 61
Cruz de Guerra 67
Serviços Distintos com Palma 153
Prémios 161
Condecorações e Louvores Colectivos 171



| | |
|---|-----|
| — Dia da Raça. Cerimónias no dia 10 de Junho de 1966 | 183 |
| — Resumo das Acções em Campanha das Unidades Regressadas em 1966 | 187 |
| — Brigadeiro Ricardo Alves Porto | 205 |
| — In Memoriam da Antiga Escola | 208 |
| — Os Cavaleiros de Cabinda | 213 |
| — Coronel <i>Vasco da Costa Salema</i> — As Brigadas de Cavalaria e a Organização de 1816 | 217 |
| — Um Capitão da Velha Guarda | 224 |
| — A Cavalaria de Timor | 228 |

Noticiário da Escola Prática de Cavalaria:

| | |
|--|-----|
| — Quadro de Honra — Aspirantes a oficial do TOQP 1965/66 | 233 |
| — Tirocínio para Oficiais do Quadro Permanente 1966/67 | 234 |
| — Actividades da E. P. C. | 235 |
| — Visita de S. Ex. ^a o General Vice-Chefe do E. M. E. | 241 |

Doutrina e Cultura Militares:

| | |
|--|-----|
| — Coronel <i>Raúl Ramos</i> — A Cavalaria. Relance sobre o Passado, Momento Actual e suas Perspectivas | 245 |
| — Tenente-Coronel <i>Pinto do Amaral</i> — A Cavalaria na Guerra Subversiva | 255 |
| — Tenente-Coronel <i>Correia de Freitas</i> — O Batalhão de Cavalaria 705 | 270 |
| — Tenente-Coronel <i>Leão Correia</i> — Chefia e Aptidão Física | 276 |
| — Major <i>António Machado</i> | |
| — Carregar | 279 |
| — Eficiência | 293 |
| — Capitão <i>Jesus da Silva</i> — Pontos de Vista | 296 |
| — Capitão <i>Roque da Cunha</i> — A Polícia Militar | 301 |
| — Capitão <i>Barão da Cunha</i> — A Guiné. Tentativa de Esboço Geopolítico | 305 |
| — Capitão <i>Duarte Pinto</i> — Temas Actuais. O Substrato Populacional no Saliente de Cazombo | 314 |



| | |
|---|-----|
| — Capitão <i>Cunha Ribeiro</i> — Condutores Auto. (Métodos e Objectivos do C. I. A. C. A. do R. C. 6) | 324 |
| — Tenente <i>Carvalho Morais</i> — Curso de Instrutores e Monitores de Operações Especiais | 330 |
| — Alferes Mil.º <i>Cruz Henriques</i> — Emboscada | 347 |
| — 1.º Sargento <i>Pereira França</i> — O Valor dos Reconhecimentos | 351 |
| — 2.º Sargento <i>Ramiro Carvalho</i> — Três Acções em Moçambique | 353 |

Hípismo:

| | |
|--|-----|
| — Coronel <i>Souza Coutinho</i> — A Actividade Equestre em 1966 | 359 |
| — Galeria dos Vencedores | 369 |
| — Capitão <i>Paiva Morão</i> — A Época Internacional na África Austral | 373 |

Jornais, Revistas, Livros:

| | |
|---|-----|
| — Considerações sobre o Novo Regulamento de Combate da Infantaria | 387 |
| — Cavalaria Pesada. Infantaria Mecanizada | 394 |
| — Publicações Editadas pelas Unidades de Cavalaria | 398 |

Almanaque:

| | |
|-----------------------------|-----|
| — I — Ingresso nas Fileiras | 401 |
| — II — Promoções | 401 |
| — III — Condecorações | 404 |
| — IV — Louvores em Campanha | 410 |
| — V — Prémios | 417 |
| — VI — Transferências | 418 |
| — VII — Abates às Fileiras | 419 |



Revista da Cavalaria

ANAIS DA CAVALARIA PORTUGUESA

Ano de 1966

Aos Cavaleiros em Angola



o assumir o Comando da R. M. A. tive a mais viva satisfação em verificar que cerca de um terço das tropas de reforço eram de Cavalaria.

No dia a dia do meu labor, fui confirmando e justificando o acerto desse regozijo.

É que desde os longínquos tempos do meu tirocínio em Tancos, no contacto amigo com os camaradas de Torres Novas, eu me habituara a verificar e apreciar as excelsas qualidades de desassombro, franqueza, lealdade e desembaraço de que sois dotados; e que, ligados por um indesmentível espírito de corpo, constituís garantia firme e correcta do cumprimento do dever como Soldados de Portugal.

Agora, nas funções que desempenho, só tenho tido razões para confirmar essa verdade e para, ainda mais, poder apre-

Revista da Cavalaria



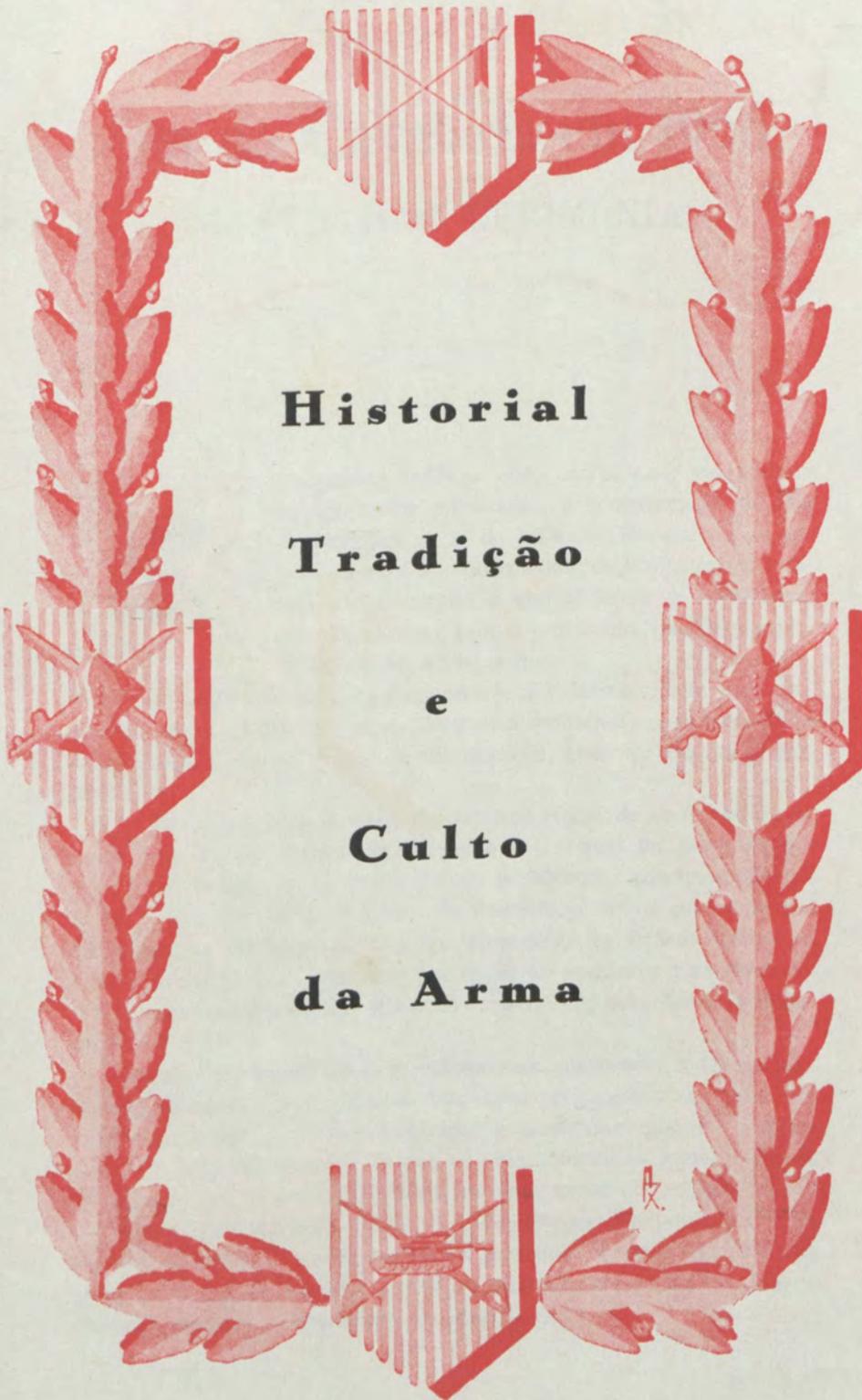
*O Comandante da Região Militar de Angola
General Manuel Avelino Barreira Antunes*

Revista da Cavalaria

ciar a grandeza de alma e forte moral com que sabeis enfrentar as adversidades.

Assim, aproveito esta oportunidade que me faculta a «Revista da Cavalaria» para dirigir as minhas melhores e mais reconhecidas saudações aos Cavaleiros que serviram e servem sob meu Comando em Angola, aos Cavaleiros do Dingo e Cuimba, de Tomboco e Quicabo, de Zala e Zemba, de Luanda e Catete, de Novo Redondo, Silva Porto e Cazombo e a todos os outros espalhados por Unidades e Estabelecimentos da Região Militar; a todos, sem excepção, nesta hora festiva em que acabais de comemorar Macontene e seu herói Mousinho, desejo testemunhar a muita alegria que tenho em vos Comandar, o preito do meu reconhecimento pela valiosa cooperação que me tendes dado e de que não prescindo, a mais inabalável fé no vosso entusiasmo, no vosso desembaraço, na vossa generosidade e no vosso patriotismo, e a certeza de que o sangue derramado pelos vossos e nossos heróis e os sacrifícios que tendes feito, contribuirão para maior honra e maior glória da vossa Arma, que jamais morrerá porque morrer não pode quem tais servidores tem.

General BARREIRA ANTUNES

A red laurel wreath frames the central text. At the top, bottom, and sides of the wreath are military crests featuring crossed rifles and a central emblem, all set against a background of vertical stripes.

Historial

Tradição

e

Culto

da Arma

Dia da Cavalaria em 1966

RELATO DAS CERIMÓNIAS



consolador verificar que, ano a ano, vai criando tradições bem enraizadas, a comemoração do Dia da Cavalaria — 21 de Julho —, dia em que se festeja o aniversário do combate de Macontene e, também o seu patrono, a grande figura de administrador ultramarino, militar e cavaleiro que foi o major Mousinho de Albuquerque.

O Dia da Cavalaria foi assinalado com a devida solenidade, por cerimónias nas Unidades da Arma, quer metropolitanas, quer em serviço no Ultramar e nestas, apesar da sua situação, cada vez em maior percentagem.

Na Metrópole é de destacar a cerimónia efectuada na Casa-Mãe da Arma — A Escola Prática de Cavalaria —, a qual foi presidida por S. Ex.^a o Ministro do Exército que ali se deslocou, acompanhado por S. Ex.^a o Subsecretário do Estado do Exército, a fim de colocar no seu estandarte as insígnias de Membro Honorário da Ordem Militar de Cristo, distinção bem apreciada por todos os cavaleiros pois representou o justo reconhecimento dos serviços prestados pela Arma ao Exército e à Nação.

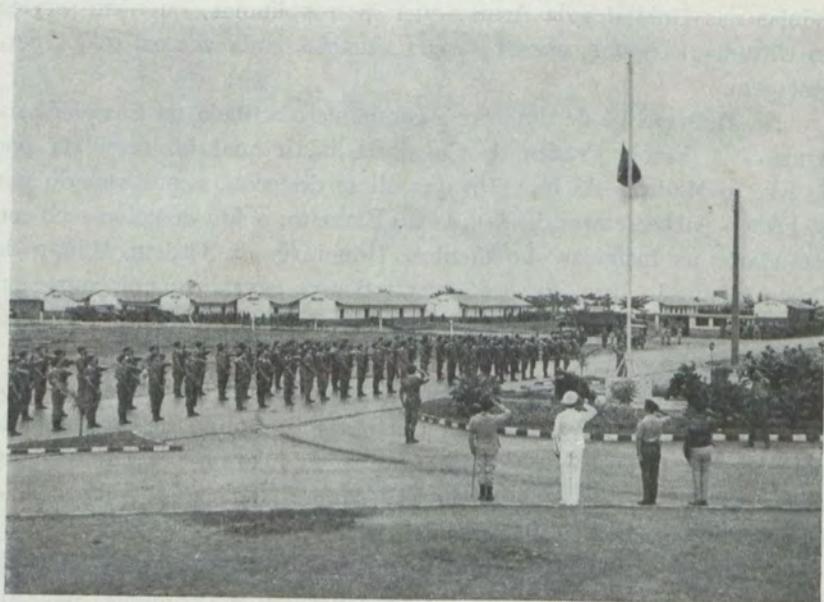
Na impossibilidade de se mencionar, em pormenor, todas as cerimónias realizadas, a *Revista da Cavalaria* prestando o seu preito de homenagem a todos os cavaleiros que se esforçaram por dar o maior realce ao seu Dia, tem de limitar as suas referências àquelas que se revestiram, por motivos favoráveis, de uma maior projecção.

Em Angola, foram variadas as Unidades que festejaram o Dia da Cavalaria, tomou, no entanto, relevo particular a cerimónia realizada pelos cavaleiros de Luanda, a qual foi presidida por S. Ex.^a o General Barreira Antunes, Comandante da Região.

Revista da Cavalaria



No R. L. 2 onde o Dia da Cavalaria foi festejado
em colaboração com o R. C. 7



Luanda — Hastear da Bandeira no Dia da Cavalaria
no Campo Militar de Grajanil

Revista da Cavalaria



*Em Lourenço Marques os antigos Cavaleiros prestando homenagem
a Mousinho de Albuquerque*

Revista da Cavalaria

Semelhantemente se passou na Guiné onde a data foi assinalada, dum modo particularmente frisante, em Bafatá e Bula com a presença do Brigadeiro Reymão Nogueira, à data 2.º Comandante Militar.

As mesmas palavras se poderiam aplicar às cerimónias efectuadas em Nampula, Vila Pery e em Lourenço Marques. Neste último local verificou-se a interessante modalidade de às cerimónias se terem associado os civis antigos elementos da Arma.

Também os cavaleiros de S. Tomé e Príncipe, de Macau e de Timor deram particular brilho às cerimónias que realizaram.



Ponte em Contubel — Guiné, construída pelo Bat. Cav. 757

Na generalidade, tal como em anos anteriores, associaram-se às cerimónias Altas Individualidades Militares e Civis assim como um importante sector da população onde existem Unidades da Arma.

Também foram recebidas pelo Director da Arma felicitações das mais diversas proveniências, sendo de destacar a enviada por S^a Ex.^a o General Barreira Antunes, comandante da Região Militar de Angola, a qual se transcreve:

«Sendo-me presente a saudação que V. Ex.^a se dignou enviar aos Cavaleiros de Portugal, na passagem de mais um Dia Festivo da Cavalaria, aproveito para cumprimentar na pessoa de V. Ex.^a, Senhor General, a vossa Nobre Arma,

Revista da Cavalaria



O E. Rec. de Vila Pery desfilando perante as Autoridades



Alocução proferida à C. P. M. 1446 no Dia da Cavalaria
pelo Comandante Militar de S. Tomé

Revista da Cavalaria

que nesta Província tantas páginas gloriosas tem acrescentado às poucas que Mousinho falava, e à qual, como General Comandante da Região Militar de Angola, aqui desejo reiterar toda a minha confiança e presto a mais sincera homenagem, informando ainda que a referida saudação será publicada nas Ordens de Serviço de todas as Unidades de Cavalaria da R. M. A., do festivo dia.»

Do mesmo modo é de justiça fazer uma referência em que fica expresso o agradecimento da Arma, aos órgãos de imprensa e rádio pelo relevo e divulgação que se dignaram atribuir à descrição das cerimónias.

Com algumas variantes provenientes de adaptação às possibilidades, o programa das cerimónias, de um modo geral, constou de:

- Içar da Bandeira Nacional, perante toda a força da Unidade;
- Formatura geral, na sua máxima força, com uniforme n.º 1, condecorações e armamento;
- Leitura da saudação do General Director da Arma;
- Alocução por um oficial da Arma focando o combate de Macintene e o Patrono da Arma;
- Imposição de condecorações aos cavaleiros últimamente agraciados;
- Distribuição de placas com a esfinge do Patrono da Arma às praças que mercê das suas qualidades se tornaram merecedoras de serem devidamente distinguidas;
- Provas desportivas militares;
- Sessões recreativas, etc.

Transcreve-se seguidamente a saudação do General Director da Arma:

«Ao comemorar-se o 69.º aniversário da data histórica em que a Cavalaria mais uma vez se encheu de glória, data que por nós foi escolhida para o seu DIA FESTIVO, não pode o Director da Arma deixar de aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, saudar todos os seus Camaradas — Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados — e lhes manifestar o seu apreço e reconhecimento pela forma digna e eficiente como todos se vêm entregando ao desempenho das suas árduas tarefas.

De facto é consolador verificar que os Cavaleiros, fiéis às suas tradições, têm sabido arcar com as pesadas responsabilidades que lhes cabem na hora presente, entregando-se total e corajosamente ao sagrado cumprimento de todas as suas missões, não olhando a sacrifícios nem a perigos, procurando somente, com a sua forte determinação e tenacidade, contribuir para que a integridade do território nacional seja mantida. Este procedimento foi completamente confir-

Revista da Cavalaria



A formatura das forças de Cavalaria em Timor no Dia da Cavalaria



*O Tenente-Coronel Leão Correia, 2.º Comandante da E. P. C.,
proferindo a sua alocução*

Revista da Cavalaria

mado, quer pelos Comandos Militares, quer pelas Entidades Cíveis, quando em fins de 1965 me foi dado contactar directamente com a grande maioria dos Cavaleiros que lutam em África. As informações que então me foram prestadas provam claramente que as Unidades de Cavalaria estão à altura da sua honrosa mas difícil missão, e se batem com valentia e agressividade, sabendo-se manter fiéis ao exemplo que lhes foi dado por MOUSINHO, seu Patrono.

Temos a plena convicção que os cavaleiros que ainda não tiveram a Honra de lutar pela Pátria, quando aquela lhes couber, vão seguir as pisadas e a acção dos seus Camaradas, tendo sempre presente o admirável exemplo que por eles lhes tem sido dado, tudo fazendo para que a sua actuação não desmereça e cause orgulho a toda a Arma.

As gloriosas tradições da Cavalaria impõem a todas a obrigação de elevar e prestigiar a Arma e o Exército. Há que ter sempre em mente o juramento por todos feito, juramento esse que terá de ser cumprido, custe o que custar, ainda que para isso seja necessário sacrificar a própria vida.

Neste dia festivo para todos nós, vai em especial, o meu pensamento para os Cavaleiros que não hesitaram em entregar a própria vida em holocausto da Pátria para que a Bandeira Nacional possa continuar a tremular altaneira nas nossas Terras de Além Mar. Para todos esses Mortos vai a respeitosa homenagem da Cavalaria.

Termino confiante que os Cavaleiros saberão corresponder inteiramente ao que deles se espera e actuarão sempre por forma a poderem ser apontados como exemplo.

A todos renova o Director da Arma as suas amigas saudações e manifesta o seu agradecimento. A todos assegura, igualmente, que, pela sua parte, e fiel a si mesmo, tudo fará para que a Cavalaria se mantenha em lugar cimeiro dentro das Instituições Militares e para que o seu Espírito de Corpo seja cada vez mais real e fortalecido.

Bem hajam Cavaleiros de Portugal.»

No mesmo dia efectuou-se a romagem ao túmulo de Mousinho, no cemitério dos Prazeres, na qual tomaram parte o General Ribeiro de Carvalho, Director da Arma; o coronel Ribeiro Spínola; o coronel José Carvalhosa, comandante do Regimento de Cavaleiros da G. N. R., os tenente-coronéis Luís Figueiredo e Carlos Fernandes, comandantes dos Regimentos de Cavalaria 7 e 2 e o alferes Bento Coelho.

Ainda no mesmo dia, o General Director da Arma, acompanhado pelo coronel Ribeiro Spínola e alferes Bento Coelho foi à sede da Cruz Vermelha Portuguesa, onde na Secção Auxiliar Feminina fez a entrega de Esc. 15 000\$00 como contribuição voluntária da Arma a favor da iniciativa da construção dum bairro de moradias a que foi designada «Dez tostões para uma casa».

Revista da Cavalaria



Sua Ex.^a o Ministro do Exército colocando no estandarte da E. P. C. as insígnias de Membro Honorário da Ordem Militar de Cristo

Revista da Cavalaria

Cerimónia na Escola Prática de Cavalaria

Como já atrás se indicou a Escola Prática de Cavalaria foi distinguida por S. Ex.^a o Presidente da República com a insígnia de membro honorário da Ordem Militar de Cristo. Para efeito de imposição dessa insígnia no estandarte da E. P. C. deslocou-se a Santarém S. Ex.^a o Ministro do Exército, coronel do C. E. M. Joaquim da Luz Cunha.

S. Ex.^a o Ministro chegou à E. P. C., acompanhado por S. Ex.^a o Subsecretário do Estado da Guerra, às 1030 tendo passado revista à guarda de honra que, em seguida, desfilou.

Aguardavam o Ministro, o General Amaro Romão, Comandante da 2.^a Região Militar, o General Ribeiro de Carvalho, Director da Arma de Cavalaria, o governador civil do distrito Dr. Bernardo Mesquitela, o presidente da Câmara Dr. Luís de Noronha Demomy, o comandante militar coronel Hugo Leitão, o comandante do presídio Militar coronel Tasso de Figueiredo, o comandante da E. P. C. coronel Vasco Cordeiro, oficiais representantes de todas as Unidades de Cavalaria incluindo a da G. N. R. e outras Entidades civis e militares.

Seguidamente, após dar entrada na Escola, aquele membro do governo recebeu a continência das forças em parada constituídas por três grupos a dois esquadrões sob o comando do 2.^o Comandante da Escola, tenente-coronel Leão Correia, o qual também proferiu uma alocação referindo-se ao significado da data.

S. Ex.^a o Ministro do Exército colocou, então, no estandarte da Escola as insígnias com que ela havia sido distinguida.

Procedeu-se depois às condecorações e distribuição de prémios e ao descerramento de uma placa de homenagem aos Soldados de Cavalaria Mortos no Ultramar. Findas estas cerimónias, as forças em parada desfilarão perante S. Ex.^a o Ministro.

No salão nobre, o comandante da Escola apresentou os cumprimentos e os agradecimentos pela distinção recebida.

S. Ex.^a o Ministro falou saudando a Arma, dizendo da justiça feita aos cavaleiros pela distinção concedida, referiu-se a ser a terceira vez que como ministro visitava a Escola, facto que bem provava o valor que lhe dava, frisou a necessidade do esforço de todos no presente momento e terminou prestando homenagem aos que se batem no Ultramar.

Por último S. Ex.^a o Ministro assistiu a lições e provas demonstrativas de aptidão física e militar pelos C. O. M. e C. S. M.

À noite realizou-se uma sessão recreativa por elementos daqueles cursos.

PATRONO DA ARMA DE CAVALARIA



MOUSINHO

IMAGEM VIVA DO IDEAL
DA CAVALARIA DE SEMPRE

PANEGÍRICO DO PATRONO DA ARMA



Tu, Cavaleiro, não podes deixar de lembrar MOUSINHO, aquele que media o seu espírito pelo Ideal da Cavalaria, quando a emergência dos factos te obrigam a buscar no fundo do arsenal das almas, os instrumentos mais capazes às duras e árduas tarefas que te impõe o momento que atravessamos.

Tu, Cavaleiro, não podes deixar de reavivar a sua imagem que, falando, da História da Cavalaria, vem prenhe de sons vibrantes de clarins nas cargas gloriosas, de gritos heróicos dos seus longínquos pares no fragor das batalhas decisivas, do tropear derrubante de corcéis escumando ganas de vitórias, lançados com a violência que advém do valor e da justiça que defenderam.

Tu, Cavaleiro, não podes deixar de ter presente que os feitos deste herói imorredoiro, apesar de haver meio século já passado, são tão

Revista da Cavalaria

extraordinários, elevaram a tão alto o nome de Portugal e do nosso Exército, vincando em todos eles as virtudes firmes e fortes da Cavalaria, que mais parecem façanhas de antanho, dos tempos heróicos do Nobre Instituição, quando a Nação procurava o seu direito de existir, do que feitos de guerra contemporânea.

Tu, Cavaleiro, que tens hoje, como sempre, tarefa árdua e rude a cumprir, precisas de o ter como guia e exemplo, aprendendo, copiando, meditando na sua personalidade excepcional, no seu devotado patriotismo, nas suas arreigadas virtudes de Português, de Soldado e de Cavaleiro.

É que Mousinho, como os grandes Cavaleiros de sempre, não era só grande nas Armas. As letras, como a seus maiores, não lhe eram estranhas, antes as praticava com brilho e elevação próprios dum eleito, recebendo inteira a influência dos seus antepassados na formação do seu carácter e do seu espírito, antepassados que se tinham notabilizado naqueles sectores que tornam eternas as glórias do tempo.

É que Mousinho, como todos os que possuem um passado — e o cavaleiro tem sempre o passado heróico e estimável do seu Grémio — não o esquecia nunca, estimava-o bem lembrando-se que era um mundo opulento de méritos e façanhas, que lhe teriam dado como profundas raízes ancestrais o orgulho bravo, o culto da honra, a austera intransigência na prática dos princípios morais, a nobre renúncia às honrarias e interesses, uma extrema sensibilidade envolvida numa propositada rudeza, uma profunda ternura pelos casos e pelas pessoas humildes, virtudes que se podem encontrar como os traços mais fundos dos grandes e valorosos «Cavaleiros dos antyguos tempos».

É que Mousinho, descendente de bravos capitães de cavalos que tinham pelejado em Toro, de fidalgos cavaleiros que tinham assento junto das reais pessoas, e de oficiais de engenheiros, brilhantes nas técnicas e sublimes na escolha numa morte gloriosa quando não há mais que saber morrer, soube receber daqueles bravos, virtudes que sendo de todos os tempos e de tantos ínclitos varões, fazem parte do Património Santo da Cavalaria.

É que em Mousinho, na sua vida tão cheia de lances heróicos e de trabalhos tão esforçados e tão fecundos e possuindo uma personalidade tão completa e tão complexa que se desdobra em mil facetas, qual delas a mais valorosa e a mais heróica, encontramos sempre o espírito da Cavalaria a iluminar-lhe a frente, a alma de cavaleiro a animar-lhe os passos, o Grémio da Cavalaria a fixar-lhe os horizontes e os objectivos.

Revista da Cavalaria

*

Sim Mousinho é que foste bem Cavaleiro! E para se ser cavaleiro de eleição, como idealizamos, é preciso ter um verdadeiro e inteiro espírito militar, que tinhas em dose magnífica como demonstraste pela acrisolada obediência ao teu Rei e aos Chefes legítimos, nas circunstâncias mais difíceis e de maior risco; pela maneira como desempenhavas as tuas missões dedicando-lhe todas as tuas preclaras faculdades, para bem servir, indo até ao sacrifício da tua Família, da tua saúde do teu descanso; pelo amor apaixonado que dedicaste à carreira das armas e ao modo como exaltaste os teus soldados na carta escrita ao Príncipe Real; pelo amor que tinhas ao Exército que bem se percebe nestas palavras que só poderiam ter sido escritas por quem verdadeiramente, as sentisse: «se tanto me orgulho de ser oficial do Exército, título que considero muito acima de todas as veneras e honras que me têm dado e possam vir a dar, é por ter a certeza de que, na corporação militar, nesta grande família, a respeito das influências deletérias do meio em que vivemos ainda predomina os sentimentos de brio e de dignidade, prontos a patentear-se desde que para isso lhes ofereço ensejo».

Sim, Mousinho foste Cavaleiro, quando na defesa da tua Arma, contra a opinião geral que opinava não ter a Cavalaria aplicação e utilidade nas guerras de mato, procuraste todos os momentos, especialmente os mais difíceis e mais arriscados, para demonstrar os seus poderes e virtudes. Assim as duas marchas a Chicomo em momentos de prementes dificuldades para as tropas.

Quando aceitastes o lugar de Governador do distrito militar de Gaza, prevendo a possibilidade do emprego valoroso da sua Arma, lutando contra aquelas ideias, consideradas ideias assentes.

Quando decidindo aprisionar o Gungunhana, empresa principal e central de todas as memoráveis campanhas daquele tempo, definida logo de início e vincada sempre nas exposições que fizestes dos teus planos de pacificação, procuraste por todos os meios empregar a Cavalaria, que querias valorizada perante aqueles descrentes.

Quando praticaste o feito de Chaimite, jogando-te à empresa com os meios que pudeste reunir, sem esperar que atingissem um contingente apreciável, mas aproveitando o momento oportuno; estudando meticulosamente a psicologia dos pretos, para da tua actuação tirar o melhor rendimento, obtendo determinados efeitos morais a fim de os dominar, desmoralizando-os; pela vontade férrea para arrastar com marchas forçadas e levar contigo, sem um desfalecimento, aquele punhado de bra-

Revista da Cavalaria

vos, minados pela febre, pela fome e pela sede; pela intrepidez que demonstraste ao saber que no Kraal de Chaimite estavam 3000 guerreiros armados, não hesitaste um momento sequer antes apressaste a marcha, não fosse o régulo fugir; pela audácia singular com que concebeste e realizaste aquele feito, tão extraordinário que, mesmo depois de consumado, ainda muitos não o acreditavam.

Quando alquebrado pelas vigílias constantes, pelas canseiras continuadas, pelas intensas emoções, sendo necessário ir a outra empresa, a do Maputo, tão trabalhosa, fatigante e perigosa como a que acabavas de efectuar, te apressaste a cumpri-la com o mesmo entusiasmo, com a mesma rapidez, com a mesma frescura da primeira campanha. É bem o espírito de sacrifício da Cavalaria.

Quando necessitando marchar rápido, te lanças através dos maus caminhos e com o sobressalto constante do inimigo traiçoeiro e cruel, numa longa marcha de 32 horas, a maior e a mais rápida que se conhecia até aquela data em África.

Quando, em Macontene vendo o momento oportuno de empregar a tua Cavalaria — o momento já te tardava! — a lanças tu mesmo, impetuosa e dominadora, contra o gentio perplexo e o pões em fuga, e o desbaratas e o persegues, dando à nossa vitória uma extensão e uma intensidade até então desconhecidas.

Quando te lanças na perseguição do Manguiguana com uma forte escolta, por esperar nova resistência, mas reconhecendo não teres necessidade dela, e por te ser penoso andar lento como te obrigava a pesada impedimenta da coluna, com a rapidez de resolução que te era peculiar, tomas unicamente os elementos céleres e voas, com febril ansiedade, em perseguição do último reduto do império vátua.

Pela visão larga e profunda dos problemas da Província e pelas decisões certas e seguras que te mereciam os obstáculos que encontravas.

Pelo amor e pelo carinho que dedicavas aos simples e aos humildes.

Pela superior política de descentralização tão do gosto e do espírito da tua Cavalaria, dando largas atribuições, conferindo máxima liberdade de acção aos teus colaboradores a quem exigias, necessariamente, a correspondente responsabilidade.

Quando, por espírito de verdade, defendeste aquilo que te parecia mais vantajoso para a Província que governavas, não abdicando perante os poderosos, mas violentos dirigentes.

Quando, sendo-te violentamente cerceadas as tuas atribuições, nobremente pedes a tua exoneração, que era a renúncia de uma vida que embora trabalhosa, fatigante e cheia de lutas, era aquela para a qual

Revista da Cavalaria

te sentias atraído e onde poderias, naquele momento, ser mais útil à tua Pátria.

Quando, vendo o teu Rei, a quem devias inteira dedicação, em perigo eminente lanças um brado angustioso, o teu «Aqui d'el-Rei», livro com que procuras acordar aqueles que não viam a avalanche avançando inclemente.

Quando expões leal e desassombradamente a situação crítica que atravessava o país, ao teu régio pupilo, naquela carta a tantos títulos notável.

Pelo nojo e pela revolta que te mereciam as torpes vilezas da Corte e os sujos negócios da baixa política.

*

Por estas virtudes, tantas e tão valorosas, que são, as virtudes basilares da Cavalaria, por estes méritos, tantos e tão fecundos, que são o apanágio dos Cavaleiros de sempre, mereceste a distinção bem viva e activa através dos tempos, de seres elevado a PATRONO DA CAVALARIA que, o mesmo é de dizer, perdura em ti e nos teus feitos A IMAGEM VIVA DO IDEAL DA CAVALARIA DE SEMPRE.

Coronel MIRANDA DIAS

Desgraçados daqueles que não são capazes de ser contemporâneos se não dos homens do seu tempo.

MOUSINHO

Quadro de Honra

Rol dos Cavaleiros que, pelo seu apurmo pessoal, mérito profissional, brio militar, dedicação pelo serviço e exemplar comportamento receberam, no Dia da Cavalaria no ano de 1966, a **Placa Comemorativa do Patrono da Arma**

Escola Prática de Cavalaria

Esq. Com.
Soldado n.º 1452/64
Neves

Esq. Serv.
1.º Cabo n.º 168/64
Crespo



Esq. Rec.
1.º Cabo n.º 930/64
Ferreira

Esq. C. C.
1.º Cabo n.º 1068/64
Louro



Regimento de Lanceiros de Mousinho

C. I. C. A. 3 — 1.º Cabo n.º 98954/65 — **Martins**
Formação — Soldado n.º 34046/64 — **Rino**



Regimento de Lanceiros da Praça de Moura

1.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 295/65 — **Francisco**
2.º E. P. M. — 1.º Cabo n.º 324/65 — **Fonseca**
Esq. Inst. — Soldado n.º 196/64 — **Cardoso**
Formação — 1.º Cabo n.º 276/64 — **Guardiano**



Regimento de Dragões de Olivença

Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 1369/64 — **Cruz**
Esq. Rec. — Soldado n.º 1643/64 — **Lopes**
Formação — 1.º Cabo n.º 135/64 — **Sobral**
Formação — Soldado n.º 910/64 — **Velez**

Quadro de Honra



Regimento de Cavalaria de Macontene

2.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 21204/64 — **Fragão**
2.º E. C. C. — Soldado n.º 41372/64 — **Vilaça**
6.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 85774/64 — **Gomes**
E. C. S. — Soldado n.º 44066/64 — **Neves**



Regimento de Dragões de Entre-Douro e Minho

Esq. Rec. — Soldado n.º 929/65 — **Santos**
Formação — Soldado n.º 387/65 — **Cruz**
C. I. C. A. — Soldado n.º 1757/64 — **Fonseca**



Regimento de Cavalaria do Caís

1.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 39/64 — **Silva**
2.º E. C. C. — 1.º Cabo n.º 776/65 — **Santos**
Esq. Inst. — 1.º Cabo n.º 628/64 — **Lagoa**
Formação — 1.º Cabo n.º 1242/64 — **Lopes**



Regimento de Cavalaria da Beira

Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 325/64 — **Cavadas**
Esq. Rec. — 1.º Cabo n.º 525/64 — **Bastos**
Formação — Soldado n.º 621/64 — **Duarte**
Formação — 1.º Cabo n.º 45 — **Marques**



Rol dos Cavaleiros Mortos em Campanha

MORTOS EM COMBATE

| | |
|----------------------|--|
| 1- 1-66 — Soldado | Manuel da Costa Coelho |
| 10- 1-66 — Alf. Mil. | Manuel Francisco António Sampaio |
| 11- 1-66 — 1.º Cabo | José António de Jesus Barreto |
| 11- 1-66 — Soldado | Artur Mário Ferreira Duque |
| 11- 1-66 — Soldado | José Salvado Dias |
| 11- 1-66 — Soldado | José Mota Brás |
| 11- 1-66 — Soldado | Aires Jesus Moreira |
| 11- 1-66 — 1.º Cabo | José Dias Guimarães |
| 16- 1-66 — Soldado | José Luciano Martins M. Rodrigues |
| 16- 1-66 — Soldado | Américo Mateus Jorge |
| 18- 1-66 — 1.º Cabo | Augusto Figueira Caria |
| 18- 1-66 — Soldado | António Maria Nunes |
| 18- 1-66 — Soldado | António Ramos Leal |
| 18- 1-66 — Soldado | José Luís Duarte |
| 11- 2-66 — Soldado | Fernando Augusto P. de Oliveira |
| 13- 2-66 — Soldado | Júlio Manuel de Jesus Joaquim |
| 13- 2-66 — 1.º Cabo | Alberto Simões Crespo |
| 13- 2-66 — Soldado | Aguinaldo António Vasconcelos |
| 14- 2-66 — Fur. Mil. | Carlos Alberto Rodrigues Boavida |
| 15- 2-66 — Soldado | Manuel Relvado Mobila |
| 17- 2-66 — Soldado | António Ramos Nobre |
| 20- 2-66 — 1.º Cabo | João Vieira de Melo |
| 3- 3-66 — Soldado | Armindo Silva Machado |
| 3- 3-66 — Soldado | António David Sequeira Malta |
| 6- 3-66 — Soldado | Abel Amorim Rente |
| 7- 3-66 — Alf. Mil. | José Almeida Lopes |
| 7- 3-66 — 1.º Cabo | Arnaldo Fernandes João |
| 7- 3-66 — 1.º Cabo | José Silva Gomes |

Revista da Cavalaria

| | | |
|----------|-------------|------------------------------------|
| 12- 3-66 | — Soldado | César Augusto Morais |
| 18- 3-66 | — Soldado | Alfredo Santos Fernandes |
| 23- 3-66 | — 1.º Cabo | Avelino Alves Silva |
| 23- 3-66 | — Soldado | António Melo Gomes |
| 12- 4-66 | — Soldado | António Santos Nunes Maçarico |
| 15- 4-66 | — Soldado | António Gregório F. Pinheiro |
| 17- 4-66 | — 1.º Cabo | José António Rodrigues Corregaita |
| 17- 4-66 | — Soldado | Manuel José Nunes Monteiro |
| 17- 4-66 | — Soldado | Germano Victor da Silva Palma |
| 17- 4-66 | — Soldado | Maximino Jacinto Malveira |
| 17- 4-66 | — Soldado | José Jesus Jacinto |
| 22- 4-66 | — Soldado | Joaquim Valadas Pereira |
| 24- 4-66 | — Fur. Mil. | Francisco Mariano Pos Mina |
| 25- 4-66 | — 1.º Cabo | Albano Pais de Almeida |
| 26- 4-66 | — 1.º Cabo | Dionísio Rocha Lourenço |
| 17- 5-66 | — Soldado | Manuel António Lúcio |
| 23- 5-66 | — Soldado | Joaquim dos Santos |
| 27- 5-66 | — Soldado | José Caetano Lameiras Pires |
| 27- 5-66 | — Soldado | António Maria Aparício |
| 24- 6-66 | — Soldado | José Bernardino Camarada |
| 24- 6-66 | — Soldado | Tolentino Aparício Nunes |
| 24- 6-66 | — Soldado | Aurélio da Silva Barbosa |
| 24- 6-66 | — Soldado | Manuel António Lourenço Cerqueira |
| 25- 6-66 | — Fur. Mil. | Albertino Antunes da Cunha |
| 27- 6-66 | — Soldado | Sérgio da Silva |
| 6- 7-66 | — Soldado | Joaquim Marinho de Oliveira |
| 11- 7-66 | — Soldado | Manuel Pereira |
| 24- 7-66 | — Soldado | Ildo Santos Faria Costa |
| 27- 7-66 | — Soldado | Fernando Alberto Romão António |
| 8- 8-66 | — Soldado | João Silva Duarte |
| 27- 8-66 | — Soldado | José Martins |
| 28- 8-66 | — Soldado | Silvestre Brito Correia |
| 1- 9-66 | — Soldado | Dadu Te |
| 3- 9-66 | — Soldado | Arnaldo Augusto F. Clemente |
| 16- 9-66 | — Soldado | Francisco António Baia |
| 24- 9-66 | — 1.º Cabo | Joaquim Manuel Carvalho Rebelo |
| 21-10-66 | — 1.º Cabo | Abílio Ferreira Andrade |
| 28-10-66 | — Soldado | Alberto Teixeira Santos |
| 21-11-66 | — Soldado | José dos Santos |
| 12-12-66 | — Soldado | Manuel Paulino Brites Silvério |
| 20-12-66 | — Soldado | Joaquim António da Conceição Silva |
| 21-12-66 | — 1.º Cabo | António Vítor Prachedes |
| 21-12-66 | — 1.º Cabo | Ilísio Marques do Rego Branco |
| 23-12-66 | — 1.º Cabo | Serafim Ribeiro Barbosa |
| 23-12-66 | — Soldado | Fernando Augusto Ovelheiro |

Revista da Cavalaria

MORTOS POR OUTRAS CAUSAS

| | | |
|----------|-------------|------------------------------------|
| 8- 1-66 | — Fur. Mil. | Narciso Fontes Romero |
| 21- 1-66 | — Soldado | Fernando Mendes de Freitas |
| 30- 1-66 | — Soldado | Francisco Ribeiros |
| 1- 2-66 | — Soldado | José Rodrigues Vicente |
| 7- 2-66 | — 2.º Sarg. | Manuel Fonseca Afonso |
| 12- 2-66 | — Soldado | David Vieira Pinto |
| 23- 2-66 | — Soldado | Hemanegildo da Conceição Maneiros |
| 24- 2-66 | — Soldado | Arnaldo Carneiro Ferreira |
| 26- 2-66 | — Soldado | Selemane Termamade |
| 1- 3-66 | — Soldado | Hermínio da Silva Baptista |
| 3- 3-66 | — 1.º Cabo | Orlando Lopes de Sousa |
| 6- 4-66 | — Soldado | José Maria da Rocha Ferreira |
| 18- 4-66 | — Soldado | António Câmara |
| 22- 4-66 | — 2.º Sarg. | Ricardo Osório |
| 30- 4-66 | — Soldado | José Luís Costa Ferreira |
| 22- 5-66 | — 1.º Cabo | Cândido de Abreu Vieira |
| 22- 5-66 | — Soldado | Albertino Ernesto Inteiro |
| 12- 6-66 | — Soldado | Bernardo Guerreiro Gonçalves |
| 22- 6-66 | — 1.º Cabo | Joaquim Júlio Oleiro Santos |
| 22- 6-66 | — Soldado | Gabriel António Bravo |
| 16- 7-66 | — Soldado | José Maria do Céu Guerreiro |
| 18- 7-66 | — Soldado | Domingos Lopes de Oliveira |
| 29- 7-66 | — 1.º Cabo | Alberto Pinto Carvalho |
| 9- 8-66 | — Soldado | José Conceição Afonso |
| 24- 8-66 | — Soldado | José Joaquim Sousa Moreira |
| 7- 9-66 | — Soldado | José de Jesus Sousa |
| 17- 9-66 | — Soldado | Leoug. Chu. Sheng |
| 7-12-66 | — Soldado | David do Nascimento Rogado |
| 13-12-66 | — Alf. Mil. | Manuel Isidio Carrilho Silva Pinto |
| 16-12-66 | — Soldado | Alberto Moniz Nogueira |
| 16-12-66 | — Soldado | Martinho da Costa Moreira |
| 28-12-66 | — 1.º Cabo | José Baptista Martins |
| 28-12-66 | — Soldado | Eduardo Luís Sequeira |

Revista da Cavalaria

Rol dos Cavaleiros Feridos em Combate

1965

(Não mencionados na Revista anterior)

- 18- 4-65 — Soldado **Cândido Vieira Lourenço**
3-11-65 — 1.º Cabo **António Gomes Ribeiro**
3-12-65 — Soldado **Severino José dos Santos Nobre**
3-12-65 — Soldado **Délio de Jesus Castro**

1966

- 1- 1-66 — 1.º Cabo **Vítor Manuel Henriques Xabregas**
1- 1-66 — Soldado **João Marcelino A. Pereira**
1- 1-66 — Soldado **José Maria das Neves**
1- 1-66 — Soldado **José Gama Custódio**
10- 1-66 — Soldado **Joaquim Monteiro de Almeida**
11- 1-66 — Fur. Mil. **José Carlos Correia Sande**
11- 1-66 — Fur. Mil. **José Manuel Gomes Gaspar**
11- 1-66 — 1.º Cabo **Manuel Amândio Correia Alves**
11- 1-66 — 1.º Cabo **Ernestino Nunes**
11- 1-66 — Soldado **Adelino Pereira**
11- 1-66 — Soldado **José Gomes Fernandes**
11- 1-66 — Soldado **Fernando Augusto Ribeiro**
18- 1-66 — Soldado **Manuel Maria Bucho**
4- 2-66 — Soldado **Alberto Pedro da Costa**
4- 2-66 — Soldado **António Maria Lourenço**
11- 2-66 — 1.º Cabo **António de Vasconcelos**
13- 2-66 — Soldado **Manuel Tibúrcio Baptista**
13- 2-66 — Soldado **João Faria**
15- 2-66 — 1.º Cabo **António João Pereira Saragoça**
16- 2-66 — Fur. Mil. **José Augusto Gonçalves Pinto**
19- 2-66 — Soldado **Rui Francisco Alves**
24- 2-66 — Soldado **Manuel Laranjeira Garcia Moreira**
1- 3-66 — Soldado **Adelino Santos**
3- 3-66 — Soldado **Manuel Rodrigues Pimenta**
3- 3-66 — 1.º Cabo **António Lino M. Brás**
3- 3-66 — Soldado **Manuel Bento**
5- 3-66 — Soldado **Pedro da Conceição Henriques**
6- 3-66 — Soldado **Manuel Sacramento Santos**
7- 3-66 — Tenente **Duarte Manuel de A. R. Pamplona**
8- 3-66 — 1.º Cabo **Joaquim Prata Pires**
8- 3-66 — 1.º Cabo **João Manuel Ferreira de Sá**
8- 3-66 — 1.º Cabo **Leonel da Cruz Belchior**
8- 3-66 — Soldado **José da Silva Nunes**

Revista da Cavalaria

| | |
|----------------------|-----------------------------------|
| 14- 3-66 — 1.º Cabo | Alberto Delfim Gomes da Conceição |
| 14- 3-66 — 1.º Cabo | Manuel Oliveira Silva |
| 14- 3-66 — Soldado | José dos Santos Lourenço |
| 14- 3-66 — Soldado | Manuel Augusto Caetano de Matos |
| 14- 3-66 — Soldado | Miguel Francisco Gago Bexiga |
| 15- 3-66 — Soldado | Júlio Mendes |
| 19- 3-66 — Fur. Mil. | Francisco Pereira Pinho |
| 19- 3-66 — Soldado | Manuel Amorim Pereira |
| 19- 3-66 — Fur. Mil. | Manuel Lima Amorim |
| 19- 3-66 — 1.º Cabo | José de Oliveira Machado |
| 21- 3-66 — Fur. Mil. | Vítor Manuel Parreiras Fernandes |
| 21- 3-66 — 1.º Cabo | Adriano Alves Freitas |
| 21- 3-66 — 1.º Cabo | Luís Filipe Vieitas Manso |
| 21- 3-66 — Soldado | Joaquim Prates Pires |
| 21- 3-66 — Soldado | José da Silva Nunes |
| 21- 3-66 — Soldado | Francisco Marques Pinto |
| 21- 3-66 — Soldado | Júlio Cândido Gonçalves Barbosa |
| 21- 3-66 — Soldado | Manuel Almeida Carvalho |
| 21- 3-66 — Soldado | José Neiva Pereira |
| 21- 3-66 — Soldado | Manuel da Costa Rodrigues |
| 21- 3-66 — Soldado | Manuel Armando Rodrigues Pimenta |
| 21- 3-66 — 1.º Cabo | Manuel Araújo Amorim |
| 21- 3-66 — Soldado | José de Almeida Reis |
| 21- 3-66 — Soldado | José Pereira Carrolino |
| 21- 3-66 — Soldado | Manuel Imídio da Silva |
| 21- 3-66 — Soldado | Manuel Machado de Almeida |
| 23- 3-66 — Soldado | Alberto Gomes da Costa |
| 23- 3-66 — Soldado | Orácio Anacleto da Luz |
| 23- 3-66 — Soldado | Demba Baldé |
| 24- 3-66 — Soldado | José Sampaio Pinheiro |
| 30- 3-66 — Alf. Mil. | António Almiro Ribeiro Esteves |
| 30- 3-66 — Soldado | Mário Esteves das Neves |
| 30- 3-66 — Soldado | Domingos Monteiro Soares |
| 5- 4-66 — Soldado | Manuel Eugénio Macedo Machado |
| 5- 4-66 — 2.º Sarg. | Inácio Anselmo de Jesus |
| 5- 4-66 — Soldado | Rufino Pinho Gomes |
| 5- 4-66 — Soldado | José Manuel de Sousa Silva |
| 5- 4-66 — 1.º Cabo | Joaquim da Costa Veiga |
| 5- 4-66 — Soldado | José da Costa Gomes |
| 5- 4-66 — 1.º Cabo | José Figueiredo de Oliveira |
| 8- 4-66 — 1.º Cabo | Ernesto Gonçalves Casquilho |
| 8- 4-66 — Soldado | Artur Tavares de Sousa |
| 11- 4-66 — 1.º Cabo | António Pedro C. Amaro |
| 11- 4-66 — Soldado | Carlos Alberto P. Bernardo |
| 12- 4-66 — Alf. Mil. | José António Campos Neves |

Revista da Cavalaria

| | | |
|---------|-------------|-------------------------------------|
| 12- 466 | — 1.º Cabo | José da Glória Récio |
| 12- 466 | — Soldado | Manuel Cortês da Cruz |
| 12- 466 | — Soldado | Manuel Pessoa da Costa |
| 12- 466 | — Soldado | Adelino Ferreira Pé Leve |
| 12- 466 | — Soldado | António dos Santos |
| 12- 466 | — Soldado | Marcos Manuel Carvalho Dias |
| 12- 466 | — Soldado | António da Mota Leite |
| 15- 466 | — Soldado | Manuel A. de Freitas |
| 15- 466 | — Soldado | José da Silva Santos |
| 17- 466 | — Ten.-Cor. | António Ferreira de C. F. Damião |
| 17- 466 | — 2.º Sarg. | Adelino Moreira Raimundo |
| 17- 466 | — Fur. Mil. | Alberto Joaquim Moreira Lima |
| 17- 466 | — 1.º Cabo | Luiz Cheinho Sobral |
| 17- 466 | — 1.º Cabo | Vital António Lapa Ovelha |
| 17- 466 | — 1.º Cabo | Victorino José Raposo Freitas |
| 17- 466 | — 1.º Cabo | António Carvalhido Silva |
| 17- 466 | — 1.º Cabo | José da Silva Miguel |
| 17- 466 | — Soldado | João Dias Monteiro |
| 17- 466 | — Soldado | Manuel Marcelino Astúcio Albino |
| 17- 466 | — Soldado | António Maria Gonçalves |
| 17- 466 | — Soldado | António Francisco Maria Agapito |
| 17- 466 | — Soldado | António José Sousa Santos |
| 17- 466 | — Soldado | José Francisco Desidério |
| 17- 466 | — Soldado | Adão F. Alves dos Reis |
| 17- 466 | — Soldado | Sérgio Vicente das Neves |
| 17- 466 | — 2.º Sarg. | António Vicente |
| 18- 466 | — Soldado | Cândido Vieira Lourenço |
| 18- 466 | — 1.º Cabo | Carlos Alberto Silvestre Joaquim |
| 18- 466 | — Soldado | José Jacinto S. Rodrigues |
| 18- 466 | — Soldado | José António da Conceição Ferreira |
| 21- 466 | — 1.º Cabo | Albano Pais de Almeida |
| 22- 466 | — Fur. Mil. | Eduardo J. Cabral |
| 22- 466 | — Soldado | Manuel Pereira Ferreira |
| 22- 466 | — Soldado | Manuel Simões Marques |
| 22- 466 | — Soldado | Embões Columba |
| 24- 466 | — Soldado | Manuel Rodrigues Pimenta |
| 24- 466 | — Soldado | António Fernando Ramos de Sousa |
| 24- 466 | — 1.º Cabo | Hermínio Alves Domingos |
| 24- 466 | — Soldado | Manuel Armando Rodrigues Pimenta |
| 24- 466 | — Soldado | José Alberto da Conceição Henriques |
| 24- 466 | — Soldado | Joaquim Ribeiro Pinto |
| 24- 466 | — Soldado | Alcindo da Silva Fernandes |
| 25- 466 | — Soldado | Luís António da Silva Casimiro |
| 3- 566 | — 1.º Cabo | José Figueiredo de Oliveira |
| 3- 566 | — 1.º Cabo | Capitão Mor Daniel |

Revista da Cavalaria

| | | |
|----------|--------------|------------------------------------|
| 3- 5-66 | — 1.º Cabo | Agostinho Ferreira |
| 6- 5-66 | — Soldado | Manuel Tomé dos Santos |
| 11- 5-66 | — 1.º Cabo | António Adelino L. Liberato |
| 16- 5-66 | — 1.º Cabo | Armando Joaquim Diniz Baptista |
| 16- 5-66 | — Soldado | João Júlio Vieira Revez |
| 17- 5-66 | — Soldado | Juventino Fernandes Cardoso |
| 17- 5-66 | — Soldado | Apolinário E. de Figueiredo |
| 17- 5-66 | — Fur. Mil. | Jacinto Manuel Luisinho Xavier |
| 17- 5-66 | — 1.º Cabo | Joaquim Alves Pinto |
| 18- 5-66 | — Soldado | José Fernandes Condeço |
| 20- 5-66 | — Fur. Mil. | José do S. Nascimento |
| 21- 5-66 | — 1.º Cabo | Joaquim Silva Tavares |
| 21- 5-66 | — Soldado | Francisco Pernilhas Gaudêncio |
| 24- 5-66 | — 1.º Cabo | Francisco Franco Viegas |
| 27- 5-66 | — Soldado | Leonel Lourenço Maria Francisco |
| 27- 5-66 | — Soldado | Fernando Teodoro Araújo |
| 28- 5-66 | — Soldado | Serafim da Silva Almeida |
| 1- 6-66 | — 1.º Cabo | Carlos José Martins |
| 2- 6-66 | — 1.º Cabo | António Francisco Borrego |
| 2- 6-66 | — 2.º Sarg. | Ângelo Luís de Almeida |
| 2- 6-66 | — Fur. Mil. | Nuno da Conceição R. de Almeida |
| 2- 6-66 | — 1.º Cabo | Emílio Luís S. Moreira |
| 3- 6-66 | — Fir. Mil. | Luís Jorge Pinto de Oliveira |
| 3- 6-66 | — 1.º Cabo | José Francisco Duarte Lapas |
| 3- 6-66 | — 1.º Cabo | António Maria Ruivo |
| 3- 6-66 | — Soldado | Joaquim Esteves Maroco |
| 3- 6-66 | — Soldado | José Luís de Brito Ferreira |
| 3- 6-66 | — Soldado | Francisco Adalécio Martins Marques |
| 3- 6-66 | — Soldado | Manuel Rosa Correia |
| 3- 6-66 | — Soldado | João Ribeiro Março |
| 3- 6-66 | — Soldado | Esteves Rodrigues Dias |
| 3- 6-66 | — Soldado | Floriano de Alegria Gonçalves |
| 5- 6-66 | — 2.º Sarge. | João Alberto da Silva Ferreira |
| 9- 6-66 | — Alf. Mil. | Alberto Gomes Vieira |
| 10- 6-66 | — Soldado | José Graça da Silva Duarte |
| 10- 6-66 | — Soldado | José Luís Mota |
| 14- 6-66 | — Soldado | Manuel Achando |
| 16- 6-66 | — Soldado | António F. Luz |
| 24- 6-66 | — Fur. Mil. | António Cândido Alves |
| 24- 6-66 | — 1.º Cabo | Adriano da Silva Santos |
| 24- 6-66 | — Soldado | Joaquim Cruz Dias |
| 24- 6-66 | — Soldado | Eduardo Augusto P. Martins |
| 24- 6-66 | — Soldado | Casimiro Pires Costa |
| 24- 6-66 | — Soldado | Alberto Gomes da Costa |
| 26- 6-66 | — Soldado | Amadeu F. Rodrigues |

Revista da Cavalaria

| | |
|----------------------|---|
| 26- 6-66 — Soldado | Fernando Carvalho Ferreira |
| 27- 6-66 — Soldado | José Maria C. Borba |
| 11- 7-66 — Soldado | António Ventura da Silva |
| 11- 7-66 — 1.º Cabo | Domingos José Tavares Candeias |
| 11- 7-66 — Alf. Mil. | José Francisco Machado |
| 11- 7-66 — Soldado | Celestino Marques Almeida |
| 11- 7-66 — Soldado | Armando Henrique Duarte Matos |
| 13- 7-66 — Fur. Mil. | Manuel Augusto Balsa |
| 13- 7-66 — Soldado | João Vicente Ventura Baptista |
| 13- 7-66 — Soldado | Amândio Rebelo |
| 13- 7-66 — Soldado | Bonifácio Carlos Pataco da Conceição |
| 13- 7-66 — Soldado | Inácio Rodrigues Martins |
| 14- 7-66 — Soldado | Domingos da Costa Fernandes |
| 22- 7-66 — Soldado | António Mendes Matos |
| 24- 7-66 — 1.º Cabo | José Alves dos Santos |
| 24- 7-66 — Soldado | Eduardo Lourenço Ferreira |
| 24- 7-66 — Soldado | Carlos Maria Marques |
| 26- 7-66 — Soldado | Joaquim Ferreira da Costa |
| 27- 7-66 — Fur. Mil. | João Mestre Matos Veríssimo |
| 27- 7-66 — Soldado | José de Almeida Lameiras |
| 11- 8-66 — Soldado | Alberto Gomes Pereira |
| 2- 9-66 — Soldado | António Luís Granadeiro Marcos |
| 13- 9-66 — Soldado | José Francisco Cláudio |
| 16- 9-66 — 1.º Cabo | Hipólito da Conceição Baptista |
| 17- 9-66 — Soldado | António da Rocha Carvalho |
| 17- 9-66 — 1.º Cabo | Afonso Teixeira |
| 17- 9-66 — Fur. Mil. | José Augusto Gonçalves Pinto |
| 17- 9-66 — Alf. Mil. | José Francisco Machado |
| 29- 9-66 — Alf. Mil. | Paulo Henrique Baptista Patrício |
| 4-10-66 — Soldado | José dos Santos Gouveia |
| 8-10-66 — Soldado | António Filipe Saramagaio |
| 9-10-66 — Fur. Mil. | Hernâni Jorge Pacinhas Leal |
| 12-10-66 — 1.º Cabo | José Correia Catarino |
| 12-10-66 — 1.º Cabo | Manuel Santos Moita |
| 14-10-66 — Ten.-Cor. | Fernando Rodrigues de Sousa Costa |
| 14-10-66 — Fur. Mil. | António Matos Silva Leitão |
| 14-10-66 — Fur. Mil. | Carlos Basílio |
| 14-10-66 — 1.º Cabo | José Nazaré Moutinho |
| 14-10-66 — Soldado | Miguel Miranda Ferreira |
| 14-10-66 — Soldado | António de Oliveira Reis |
| 14-10-66 — Soldado | Armindo Mega |
| 14-10-66 — Soldado | Mário Moreira da Silva |
| 14-10-66 — Soldado | António da Costa Santos |
| 16-10-66 — Soldado | Bartolomeu Branco Barreto |
| 16-10-66 — Soldado | Tomaz José Silva Direito |

Revista da Cavalaria

| | | |
|----------|-------------|--|
| 21-10-66 | — Soldado | Antônio Lopes Correia |
| 21-10-66 | — Soldado | Macário do Carmo Joaquim |
| 30-10-66 | — Soldado | Antônio José Cristina |
| 30-10-66 | — Soldado | Fernando dos Santos Caneco |
| 1-11-66 | — Alf. Mil. | Norberto dos Santos Teixeira Pinto |
| 1-11-66 | — Fur. Mil. | José Figueiredo da Costa Santos |
| 1-11-66 | — Soldado | Armando Fernandes |
| 16-11-66 | — Tenente | Leopoldo Alberto Faro Pereira Pinto |
| 19-11-66 | — Fur. Mil. | Fernando Pereira Ginja |
| 20-11-66 | — Fur. Mil. | Antônio Eugênio C. Pereira |
| 20-11-66 | — Soldado | João da Conceição Godinho |
| 20-11-66 | — Soldado | Américo Correia Paulo |
| 20-11-66 | — Soldado | Manuel Bento Eleutério |
| 25-11-66 | — 1.º Cabo | Joaquim Duarte Dias |
| 25-11-66 | — Soldado | Evaristo Contreiras da Silva |
| 20-12-66 | — Soldado | Alfredo Mirrado Caixeiro |
| 23-12-66 | — 1.º Cabo | Serafim Ribeiro Barbosa |
| 23-12-66 | — Soldado | Fernando Augusto Ovelheiro |
| 29-12-66 | — Soldado | Francisco Maria Joaquim |
| 29-12-66 | — Soldado | Manuel Carvalho Moura |
| 29-12-66 | — Alf. Mil. | Mário Alberto de Oliveira Salgado |
| 29-12-66 | — Fur. Mil. | José Casimiro Madail Soares |

O heroísmo não se prega; basta mostrá-lo em carne e osso, para que a sua simples presença possa pôr outros homens em movimento.

BERGSON

MORTOS EM COMBATE



Soldado Manuel da Costa Coelho
R. C. 3

*Filho de Indácio Dias Coelho e de Maria José.
Natural de S. Barnabé — Almodovar. Idade
22 anos. Faleceu a 1 de Janeiro de 1966.*



Alferes Mil.º Manuel Francisco A. Sampaio
R. C. 7

*Filho de António Augusto Rodrigues Sam-
paio e de Maria de Lourdes A'onso de Sousa.
Natural de Sanfins do Douro — Alijó. Idade
25 anos. Faleceu a 10 de Janeiro de 1966.*



1.º Cabo José António de Jesus Barreto
R. C. 7

*Filho de Manuel António Barreto e de Bene-
dita de Jesus. Natural de S. Sebastião da
Pedreira — Lisboa. Idade 22 anos. Faleceu a
11 de Janeiro de 1966.*



Soldado Artur Mário Ferreira Duque
R. C. 7

*Filho de Eustáquio Bruno Duque e de Olívia
de Jesus Ferreira Duque. Natural de Carna-
xide — Oeiras. Idade 23 anos. Faleceu a 11
de Janeiro de 1966.*



Soldado José Salvado Dias
R. C. 7

Filho de José Dias Raposo e de Saete Ferreira Salvado. Natural de Fundão. Idade 22 anos. Faleceu a 11 de Janeiro de 1966.



Soldado José Mota Brás
R. C. 7

Filho de António Oliveira Brás e de Maria José Oliveira. Natural de Casével — Santarém. Idade 22 anos. Faleceu a 11 de Janeiro de 1966.



Soldado Aires Jesus Moreira
R. C. 7

Filho de António Moreira e de Laurinda de Jesus. Natural de Calendário — Famalicão. Idade 23 anos. Faleceu a 11 Janeiro de 1966.



1.º Cabo José Dias Guimarães
R. C. 7

Filho de José de Oliveira Guimarães e de Custódia Fernandes Dias Natural de Arcos de Valdevez. Idade 22 anos. Faleceu a 11 de Janeiro de 1966.



Soldado José Luciano Martins M. Rodrigues
R. C. 7

Faleceu a 16 de Janeiro de 1966.



Soldado Américo Mateus Jorge
R. C. 7

Faleceu a 16 de Janeiro de 1966.



1.º Cabo Augusto Figueira Caria
R. C. 8

Filho de José C. Caria e de Palmira C. Figueira. Natural de Penamacor. Idade 23 anos. Faleceu a 18 de Janeiro de 1966.



Soldado António Maria Nunes
R. C. 8

Filho de Manuel Segura e de Laurinda Nunes. Natural de Sabugal. Idade 24 anos. Faleceu a 18 de Janeiro de 1966.



Soldado António Ramos Leal
R. C. 8

*Filho de Joaquim Leal e Conceição Ramos.
Natural de Fundão. Idade 24 anos. Faleceu
a 18 de Janeiro de 1966.*



Soldado José Luís Duarte
R. C. 8

*Filho de Luís A. Duarte e de Maria da C.
Duarte. Natural de Ferreira do Zêzere. Idade
23 anos. Faleceu a 18 de Janeiro de 1966.*



Soldado Fernando Augusto P. de Oliveira
R. C. 7

Faleceu a 11 de Fevereiro de 1966.



Soldado Júlio Manuel de Jesus Joaquim
R. C. 7

Faleceu a 13 de Fevereiro de 1966.



1.º Cabo Alberto Simões Crespo
R. C. 7

Filho de António Crespo e de Maria Joaquina Simões. Natural de Benavente. Idade 21 anos. Faleceu a 13 de Fevereiro de 1966.



Soldado Aguinaldo António Vasconcelos
R. C. 7

Filho de José e de Eboi. Natural de Elia — Susana — S. Domingos. Faleceu a 13 de Fevereiro de 1966.



Furriel Mil.º Carlos Alberto R. Boavida
R. C. 7

Filho de José Pedro e de Ana Rodrigues Boavida. Natural de Freguesia de S. João Baptista — Tomar. Idade 24 anos. Faleceu a 14 de Fevereiro de 1966.



Soldado Manuel Relvado Mobila
R. C. 3

Filho de João Romão Mobila e de Maria Rita Relvado. Natural de Samora Correia. Idade 22 anos. Faleceu a 15 de Fevereiro de 1966.



Soldado António Ramos Nobre
R. C. 7

*Filho de Manuel Nobre e de Laura Ramos.
Natural de Freguesia da Aldeia da Ponte —
Sabugal. Idade 22 anos. Faleceu a 17 de Fe-
vereiro de 1966.*



1.º Cabo João Vieira de Melo
R. C. 7

*Filho de Joaquim José de Melo e de Clara
Rosa Vieira. Natural de Ponte de Lima.
Idade 21 anos. Faleceu a 20 de Fevereiro
de 1966.*



Soldado Armindo Silva Machado
R. C. 7

*Filho de Adriano Machado e de Adelaide da
Silva. Natural de Lago — Vila Verde. Idade
21 anos. Faleceu a 3 de Março de 1966.*



Soldado António David Sequeira Malta
R. C. 7

*Filho de Francisco Malta e Alexandrina Se-
queira. Natural de R. Cadafaís — Alenquer.
Idade 21 anos. Faleceu a 3 de Março de 1966.*



Soldado Abel Amorim Rente
R. C. 3

Filho de Antônio Rente e de Diamantina Barros Dantas. Natural de Suilhadessa. Idade 21 anos. Faleceu a 6 de Março de 1966.



Alferes Mil.º José Almeida Lopes
R. C. 3

Filho de João Lopes da Encarnação e de Mariana de Jesus Natural de Aguiar da Beira. Idade 24 anos. Faleceu a 7 de Março de 1966.



1.º Cabo Arnaldo Fernandes João
R. C. 3

Filho de Lourenço João e de Leonor Quitéria Estrela. Natural de Cornecar. Idade 21 anos. Faleceu a 7 de Março de 1966.



1.º Cabo José Silva Gomes
R. C. 3

Filho de Teresa de Jesus. Natural de Vilar do Monte. Idade 22 anos. Faleceu a 7 de Março de 1966.



Soldado César Augusto Morais
R. C. 7

Faleceu a 12 de Março de 1966.



Soldado Alfredo Santos Fernandes
R. C. 7

Filho de Firmino Fernandes e de Maria do Céu. Natural de Paradela — Valpaços. Idade 21 anos. Faleceu a 18 de Março de 1966.



1.º Cabo Avelino Alves Silva
R. C. 7

Filho de João da Silva e de Maria S. Alves. Natural de B. Fiscal — Almares. Faleceu a 23 de Março de 1966.



Soldado António Meão Gomes
R. C. 7

Filho de Dimas Gomes e de Maria de Melo. Natural de Tarouca. Faleceu a 23 de Março de 1966.



Soldado António Santos Nunes Maçarico
R. C. 7

Filho de Joaquim Nunes Maçarico e de Beatriz dos Santos. Natural de Freguesia Vinha da Rainha — Soure. Idade 22 anos. Faleceu a 12 de Abril de 1966.



Soldado António Gregório Fernandes Pinheiro
R. C. 3

Filho de Manuel Santos Pinheiro e de Laurinda Nascimento Fernandes. Natural de S. Estêvão. Idade 22 anos. Faleceu a 15 de Abril de 1966.



1.º Cabo José António Rodrigues Corregaita
R. C. 3

Filho de José Victorino Corregaita e de Rosa Jesus Rodrigues. Natural de Bensajim. Idade 21 anos. Faleceu a 17 de Abril de 1966.



Soldado Manuel José Nunes Monteiro
R. C. 3

Filho de José Monteiro e de Perpétua Nunes Natural de Portimão. Idade 21 anos. Faleceu a 17 de Abril de 1966.



Soldado Germano Vitor da Silva Palma
R. C. 3

Filho de Rafael Palma Gonçalves e de Henriqueta Silva Canhão. Natural de Alto — Loulé, Idade 21 anos. Faleceu a 17 de Abril de 1966.



Soldado Maximino Jacinto Malveira
R. C. 3

Filho de Jacinto Maria Malveiro e de Miraldina Maria. Natural de Santiago — Cacém. Idade 21 anos. Faleceu a 17 de Abril de 1966.



Soldado José Jesus Jacinto
R. C. 3

Filho de Emilio Jacinto e de Francelina Leopoldina Jesus. Natural de Rio de Moinhos. Idade 22 anos. Faleceu a 17 de Abril de 1966.



Soldado Joaquim Varadas Pereira
R. C. 7

Faleceu a 22 de Abril de 1966.



Furriel Mil.º Francisco Mariano Pos Mina
R. C. 7

*Filho de Francisco Mina e de Luzia M. Mina.
Natural de Pias — Serpa. Idade 23 anos. Fa-
leceu a 24 de Abril de 1966.*



1.º Cabo Albano Pais de Almeida
R. C. 6

*Filho de António de Almeida e de Maria da
Luz Pais. Natural de Cortiço — Fornos de
Algodres. Faleceu a 25 de Abril de 1966.*



1.º Cabo Dionísio Rocha Lourenço
R. C. 7

*Natural de Santa Iria de Azoia — Loures.
Idade 21 anos. Faleceu a 26 de Abril de 1966.*



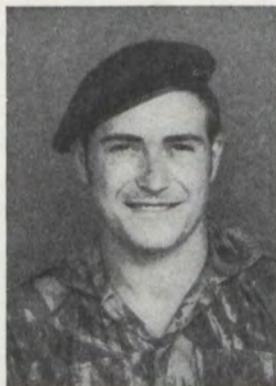
Soldado Manuel António Lúcio
R. C. 7

*Filho de António Lúcio e de Alice Maria.
Natural de E. Santo — Mértola. Idade 22
anos. Faleceu a 17 de Maio de 1966.*



Soldado Joaquim dos Santos
R. C. 7

Filho de Cristina Ângela dos Santos. Natural de Carvalhal Benfeito — Caldas da Rainha. Idade 23 anos. Faleceu a 23 de Maio de 1966.



Soldado José Caetano Lameiras Pires
R. C. 3

Filho de José Dias Pires e de Mariana Lameiras. Natural de Lousã — Castelo Branco. Idade 22 anos. Faleceu a 27 de Maio de 1966.



Soldado António Maria Aparício
R. C. 3

Filho de José Aparício e de Leocádia Maria. Natural de S. Miguel R. Torto — Abrantes. Idade 22 anos. Faleceu a 27 de Maio de 1966.



Soldado José Bernardino Camarada
R. C. 3

Filho de Alfredo de Sousa Camarada e de Francisca da Encarnação. Natural de Vila Real de Santo António. Idade 21 anos. Faleceu a 24 de Junho de 1966.



Soldado Tolentino Aparício Nunes
R. C. 7

*Filho de José Nunes e de Deolinda Aparício.
Natural de Bemposta — Abrantes. Idade 22
anos. Faleceu a 24 de Junho de 1966.*



Soldado Aurélio da Silva Barbosa
R. C. 7

*Filho de Manuel Barbosa e de Rosária da
Silva. Natural de Terronhas — Recarei — Pa-
redes. Idade 22 anos. Faleceu a 24 de Junho
de 1966.*



Soldado Manuel António Lourenço Cerqueira
R. C. 7

*Filho de António Cerqueira e de Maria Lou-
renço. Natural de Ceivões — Monção. Idade
23 anos. Faleceu a 24 de Junho de 1966.*



Furiel Mil.º Albertino Antunes da Cunha
R. C. 7

Faleceu a 25 de Junho de 1966.



Soldado Sérgio da Silva
R. C. 7

Filho de Maria Inácia da Silva. Natural de Relíquias — Odemira. Idade 22 anos. Faleceu a 7 de Junho de 1966.



Soldado Joaquim Marinho de Oliveira
R. C. 6

Filho de António de Oliveira e de Margarida de Oliveira Marinho. Natural de Joane — Vila Nova de Famalicão. Idade 24 anos. Faleceu a 6 de Julho de 1966.



Soldado Manuel Pereira
R. C. 3

Filho de Olívia Pereira. Natural de Senharei. Idade 22 anos. Faleceu a 11 de Julho de 1966.



Soldado Ildo Santos Faria Costa
R. C. 7

Filho de João A. Costa e de Evangelina Farias. Natural de Maçarinhos — Belmonte. Idade 22 anos. Faleceu a 24 de Julho de 1966.



Soldado Fernando Alberto Romão António
R. C. 3

Filho de Alberto António e de Regina Augusta Romão. Natural de Portimão. Idade 22 anos. Faleceu a 26 de Julho de 1966.



Soldado João Silva Duarte
R. C. 3

Filho de José dos Santos Duarte e de Adriana Maria Silva. Natural de Silves. Idade 21 anos. Faleceu a 8 de Agosto de 1966.



Soldado José Martins
G. Rec. A.

Filho de Manuel Martins e de Emília Martins. Natural de Sertã. Idade 23 anos. Faleceu a 27 de Agosto de 1966.



Soldado Silvestre Brito Correia
R. C. 3

Filho de Joaquim de Brito e de Maria Custódia. Natural de Moncarraçacho. Idade 22 anos. Faleceu a 28 de Agosto de 1966.



Soldado Dadu Te
R. C. 7

Faleceu a 1 de Setembro de 1966.



Soldado Arnaldo Augusto F. Clemente
R. C. 8

Filho de Gabriel M. Clemente e de Inácia A. Fernandes. Natural de Macedo de Cavaleiros. Idade 22 anos. Faleceu a 3 de Setembro de 1966.



Soldado Francisco António Baia
R. C. 3

Faleceu a 16 de Setembro de 1966.



1.º Cabo Joaquim Manuel Carvalho Rebelo
R. C. 3

Filho de Domingos Pereira Rebelo e de Maria de Jesus Gadanha, Natural de Cascais. Faleceu a 24 de Setembro de 1966.



1.º Cabo Abílio Ferreira Andrade
R. C. 7

Filho de Anibal da Silva Andrade e Rosa Coelho Ferreira. Natural de Vilarinho—Santo Tirso. Idade 22 anos. Faleceu a 21 de Outubro de 1966.



Soldado Alberto Teixeira Santos
R. C. 6

Filho de Ludovino dos Santos e de Ana Teixeira. Natural de Alto Coto—Vidago—Chaves. Idade 22 anos. Faleceu a 29 de Outubro de 1966.



Soldado José dos Santos
R. C. 7

Filho de Abílio dos Santos e de Palmira de Jesus Santos. Natural de Campelo—Figueiró dos Vinhos. Idade 23 anos. Faleceu a 21 de Novembro de 1966.



Soldado Manuel Paulino Brites Silvério
R. C. 3

Filho de Manuel Silvério e de Júlia Maria Butes. Natural de Baixo Alentejo. Faleceu a 12 de Dezembro de 1966.



Soldado Joaquim António da Conceição Silva
R. C. 3

Filho de António José da Silva e de Maria Francisca da Conceição. Natural de Vila do Bispo — Faro. Idade 22 anos. Faleceu a 20 de Dezembro de 1966.



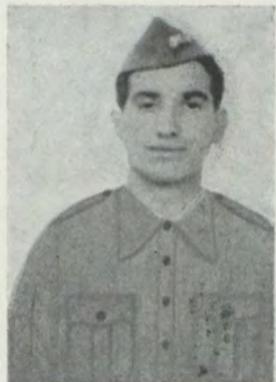
1.º Cabo António Vitor Prachedes
R. C. 3

Filho de Ortense Prachedes. Natural de Palmela — Setúbal. Idade 22 anos. Faleceu a 21 de Dezembro de 1966.



1.º Cabo Ilísio Marques do Rego Bravo
R. C. 3

Filho de Elízio do Rego Bravo e de Orbina de Jesus Marques. Natural de Sesimbra. Idade 22 anos. Faleceu a 21 de Dezembro de 1966.



1.º Cabo Serafim Ribeiro Barbosa
R. C. 6

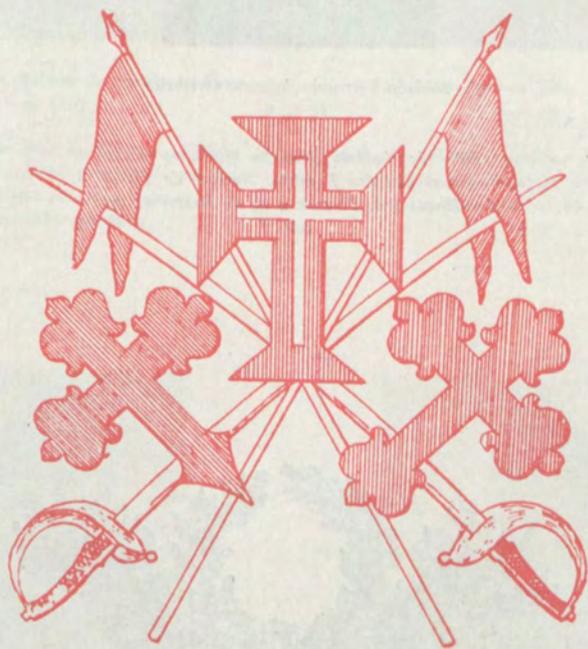
Filho de Abel Manuel Barbosa e de Olinda Florindo Ribeiro. Natural de Águas Santas — Maia. Faleceu a 23 de Dezembro de 1966.



Soldado Fernando Augusto Ovelheiro
R. C. 6

*Filho de António Joaquim Ovelheiro e de
Raquel Carreiro Evaristo. Natural de Urrós
— Mogadouro. Faleceu a 23 de Dezembro de
1966.*





HOMENAJEM





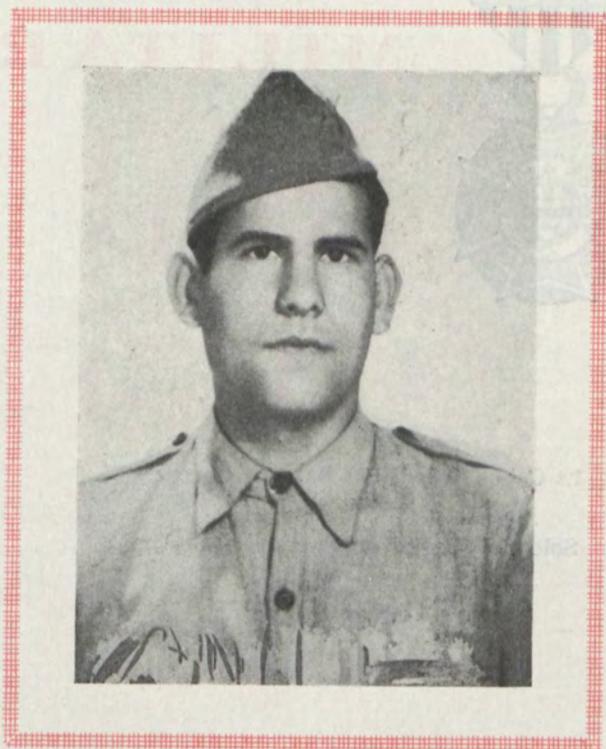
**VALOR
MILITAR
COM
PALMA**

1.º Cabo João Luís Barreto Garcez

Soldado Carlos de Campos Lopes

Revista da Cavalaria

João Luís Barreto Garcez



1.º Cabo

Medalha de Prata de Valor Militar com Palma

Revista da Cavalaria

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a Medalha de Prata de Valor Militar, com Palma, nos termos do Artigo 7.º, com referência ao Parágrafo 1.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o 1.º Cabo n.º 353/63, João Luís Barreto Garcez, da Companhia de Cavalaria n.º 487, Batalhão de Cavalaria n.º 490, Regimento de Cavalaria n.º 3, por, numa acção realizada em 24 de Setembro de 1964, mais uma vez ter dado provas de extraordinária bravura, desembaraço, sangue frio, decisão e entusiasmo. Tendo a força a que pertencia sido detectada a cerca de 30 metros dum acampamento ocupado pelo inimigo e tendo já este aberto fogo, este cabo, com absoluto desprezo pelo perigo, carregou imediatamente sobre o inimigo, disparando a sua metralhadora ligeira e não dando tempo a que este se organizasse, contribuindo desta forma para que fosse completamente desbaratado. Nesta acção o inimigo sofreu várias baixas e o acampamento foi destruído, tendo sido apreendido pelas nossas tropas valioso material de guerra, munições, víveres, etc.

Correcto e disciplinado, além de esplêndido camarada esta praça é orgulho da sua Unidade e deve ser apontado como exemplo das extraordinárias qualidades de Soldado Português.

Revista da Cavalaria

Carlos de Campos Lopes



Soldado

Medalha de Cobre de Valor Militar com Palma

Revista da Cavalaria

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorar com a Medalha de Cobre de Valor Militar, com Palma, nos termos do Artigo 7.º, com referência ao Parágrafo 1.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, o Soldado condutor auto n.º 788/63, Carlos de Campos Lopes, da Companhia de Comando e Serviços, Batalhão de Cavalaria n.º 490, Regimento de Cavalaria n.º 3, por, durante uma emboscada sofrida pela sua Companhia no dia 9 de Outubro de 1964 e embora ferido numa das mãos por um estilhaço de uma granada, ao ver que um auxiliar fula atirara uma granada de mão que batendo numa árvore caiu junto às nossas tropas, se ter precipitado sobre ela arremessando-a na direcção do inimigo com risco de que lhe rebentasse. Por este facto e pela serenidade, sangue frio e bravura que sempre tem demonstrado em todas as acções em que tem tomado parte na referida Companhia o considero exemplo a seguir e digno de admiração e respeito de superiores e camaradas.



CRUZ DE GUERRA

| | |
|----------------|--|
| Ten.-Coronel | Fernando José Pereira Marques Cavaleiro |
| Capitão | José Luís Jordão Ornelas Monteiro |
| Furriel Mil.º | Manuel do Couto Pina |
| 1.º Cabo Mil.º | Afonso da Costa Prestes |
| Soldado | Amadeu Ribeiro da Conceição Cruz |
| Soldado | Joaquim José de Oliveira Duarte |
| Soldado | Carlos Daniel Duarte |
| Capitão | João de Almeida Bruno |
| Alferes Mil.º | Henrique Francisco Martins Coutinho Gouveia |
| Furriel Mil.º | Manuel Ferreira Martins |
| 1.º Cabo | João Pereira Pires |
| 1.º Cabo | Júlio Fernandes Vicente |
| 1.º Cabo | Manuel Gomes Eufrázio |
| Soldado | Vitalino Rosa Nunes |
| Soldado | Bíquer do Carmo Cuco Banha |
| Soldado | João Félix Pereira Santos |
| Capitão | Lourenço de Carvalho Fernandes Tomás |
| Capitão | Fernando Luís Franco da Silva Ataíde |
| Capitão | Manuel Júlio Matias Barão da Cunha |
| Capitão | Rui Gonçalves Soeiro Cidrais |
| Capitão | Luís Alberto de Oliveira Marinho Falcão |
| Alferes Mil.º | Eduardo Magno de Figueiredo |
| Alferes Mil.º | Manuel Francisco Lopes de Matos Chaves |
| Alferes Mil.º | José Adelino Menezes Vieira de Sousa |
| Alferes Mil.º | Adilson Augusto Cardoso |

Revista da Cavalaria

| | |
|---------------|--|
| Alferes Mil.º | Nuno Flaviano Macedo Bigotes |
| Alferes Mil.º | António Manuel da Cunha Pita Soares |
| 2.º Sargento | Francisco Quintano Freire |
| Furriel Mil.º | Fernando Augusto Simões Ferreira |
| Furriel Mil.º | João Manuel Martins Alves Moreira |
| Furriel Mil.º | António de Jesus Rodrigues Cova |
| Furriel Mil.º | José António Gomes Brizido |
| 1.º Cabo | Manuel Natário Vitória |
| 1.º Cabo | Júlio Ribeiro Nunes |
| 1.º Cabo | Opilínio da Silva Calhau |
| Soldado | Avelino Nunes Salvador |
| Soldado | Francisco Mateus Solipa |
| Soldado | José André dos Santos |
| Alferes Mil.º | Mário Alberto de Oliveira Salgueiro |
| Alferes Mil.º | José Luís Oleiro Morais Alçada |
| 2.º Sargento | António Francisco Caxeirinha Revez |
| 2.º Sargento | João Leitão Robalo |
| Furriel Mil.º | Jaime Rodrigues Belo |
| Furriel Mil.º | Jorge Torres Fernandes Ribeiro |
| Furriel Mil.º | António Coelho |
| Furriel Mil.º | António Augusto Pimenta Henriques Simões |
| Furriel Mil.º | Mário Feio Concha |
| Furriel Mil.º | Alberto Adriano Moreira Leal |
| 1.º Cabo | João Fernando Cardoso Rocha |
| 1.º Cabo | João Manuel Ferreira de Sá |
| 1.º Cabo | João Vieira de Melo |
| 1.º Cabo | António Vasconcelos |
| 1.º Cabo | Valentim dos Santos Figueira |
| 1.º Cabo | José Carlos Anjos Coelho |
| 1.º Cabo | Armando Reis Marques |
| 1.º Cabo | José Soares Biscaia |
| 1.º Cabo | Augusto Conceição Ribeiro Canta |
| 1.º Cabo | Joaquim António Piedade Aranha |
| 1.º Cabo | José António Pires |
| 1.º Cabo | Vitoriano Verfissimo |

Revista da Cavalaria

| | |
|---------|--|
| Soldado | Albino Pinto Gonçalves da Cruz |
| Soldado | José Carvalho Paulino |
| Soldado | António João Serol do Maio |
| Soldado | António João Peixinho Fuzeiro |
| Soldado | Avelino da Cunha |
| Soldado | António Luís Guerreiro |
| Soldado | Armando dos Reis Isidoro |
| Soldado | José António Pereira Gomes Leonardo |
| Soldado | Diogo Augusto dos Santos |
| Soldado | José Francisco Pombo de Matos |
| Soldado | Salvador dos Santos |
| Soldado | Francisco Luís Pinto Guerreiro |
| Soldado | Abel Fernandes Moreira |
| Soldado | Joaquim Luís |
| Soldado | Rui Manuel Silva Monteiro |
| Soldado | Manuel da Luz Pedrosa |
| Soldado | José Maria de Sousa Silva |
| Soldado | Jorge Ramalho Godinho |
| Soldado | João Firmino Martins Correia |
| Soldado | António de Jesus Bento |
| Soldado | Joaquim Pereira Patrício |
| Soldado | Joaquim Monteiro de Almeida |
| Soldado | Aguinaldo António Vasconcelos |
| Soldado | Fodé Embaló |
| Soldado | Lona na Nimbda |
| Soldado | Manuel Luís Prazeres Lima |
| Soldado | Mário Chito Godinho |
| Soldado | Jamaram Baldé |
| Soldado | Maundé Baldé |
| Soldado | Mali Baldé |
| Soldado | Amadu Candé |

Revista da Cavalaria



Fernando José Pereira Marques Cavaleiro

Tenente-Coronel

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 10 — 2.ª Série
de 15 de Maio de 1966

Condecorado com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar, para todos os efeitos legais, o seguinte louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 6, de 11 de Maio de 1965, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao Tenente-Coronel de Cavalaria Fernando José Pereira Marques Cavaleiro, do Batalhão de Cavalaria n.º 490, por, como comandante do batalhão de reserva do Comando-Chefe, ter actuado cerca de cinco meses na zona centro-norte em acções de combate de esmerado planeamento, eficientemente conduzidas. Durante este período causou ao inimigo apreciável desgaste, mantendo livres os itinerários principais do sector.

Na operação «Tridente» comandou as forças mistas desembarcadas (forças terrestres, fuzileiros especiais e pára-quedistas), conseguindo, mercê da sua elevada competência, audácia, firmeza, coragem moral, rara decisão, desprezo pelo perigo e arrojo em frente do inimigo, a derrota dos bandoleiros. É de salientar que todas as forças sob o seu comando saíram dessa operação fortemente moralizadas e com elevado valor combativo.

Como comandante do sector confirmou a sua considerável capacidade de comandante e condutor de combatentes, nos quais se espelham as exuberantes virtudes militares do seu chefe, em quem são notórios os actos extraordinários de heroísmo, a abnegação, a coragem e a valentia em circunstâncias em que a sua própria vida corria risco.

As suas subunidades revelaram sempre notável actividade operacional, a ponto de desarticularem e desorientarem o inimigo, que em boa parte se viu forçado a procurar refúgio em território estrangeiro limítrofe.

Este excelente militar, inteligente, muito desembaraçado, voluntarioso e enérgico, que viveu as situações de combate e acompanhou as forças executantes empenhadas nas acções mais perigosas, prestou no exercício das suas funções de comando valorosos e distintos feitos de armas de que resultaram brilho e honra para as forças armadas e a Nação.



José Luís Jordão Ornelas Monteiro

Capitão

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 20 — 2.ª Série
de 15 de Outubro de 1966

Condecorado com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar o louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 91, de 5 de Fevereiro de 1965, do Comando Territorial Independente da Guiné, ao Capitão de Cavalaria José Luís Jordão Ornelas Monteiro, da Companhia de Cavalaria n.º 567, Batalhão de Cavalaria n.º 790, Regimento de Cavalaria n.º 3, com a seguinte redacção:

Pela forma altamente compreensiva como comandou a Companhia de Cavalaria n.º 567 durante cerca de 24 meses no sector oeste da Guiné, primeiro em intervenção e depois em quadrícula, demonstrando nas inúmeras acções em que tomou parte, com grave risco da vida, uma extraordinária e rara abnegação, valentia e coragem, que serviram de estímulo ao comportamento dos seus subordinados em combate, contribuindo desse modo para que a sua companhia tivesse tido um rendimento a todos os títulos notável.

No seu contacto com as populações autóctones evidenciou um grande tacto, tendo desenvolvido no sector de Ingoré uma não menos extraordinária acção assinalada pela conquista e gratidão das populações nativas.

A forma brilhante como sempre actuou demonstra a alta e heróica compreensão da grandeza do dever militar e da disciplina, sendo por isso merecedor da consideração das forças armadas e do reconhecimento da Nação.



Manuel do Couto Pina

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar para todos os efeitos legais, o seguinte louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 19, de 9 de Dezembro de 1964, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao Furriel Miliciano de Cavalaria Manuel do Couto Pina, da Companhia de Cavalaria n.º 487, Batalhão de Cavalaria n.º 490, Regimento de Cavalaria n.º 3, por, numa acção no dia 24 de Setembro de 1964, mais uma vez ter dado provas de extraordinária coragem, desembaraço, competência, sangue frio e entusiasmo.

Tendo a sua secção sido detectada a cerca de 30 metros dum acampamento ocupado pelo inimigo, o qual imediatamente abriu fogo, soube reagir da melhor forma, carregando com os seus homens sobre o adversário sem lhe dar tempo a organizar-se e desbaratando-o completamente. O acampamento foi destruído e as nossas tropas, além de infligirem várias baixas ao inimigo, apreenderam-lhe valiosos material de guerra, equipamento, munições, víveres, etc.

Correcto, disciplinado e disciplinador, dotado de magnífico espírito ofensivo, este militar deve ser apontado como exemplo e é credor da estima e admiração de superiores e subordinados.



Afonso da Costa Prestes

1.º Cabo Miliciano

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar para todos os efeitos legais, o seguinte louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 3, de 15 de Abril de 1965, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao 1.º Cabo Miliciano n.º 471/63, Afonso da Costa Prestes, da Companhia de Cavalaria n.º 567, Batalhão de Caçadores n.º 507, Regimento de Cavalaria n.º 3, porque, durante uma emboscada na região de Cói, no dia 20 de Outubro, pelas 22h30, demonstrou mais uma vez possuir qualidades excepcionais de coragem, desprezo pelo perigo, abnegação e espírito de sacrifício, quando debaixo de fogo vivíssimo do inimigo e em plena zona de morte arrastou um soldado gravemente ferido para um local abrigado, tendo posteriormente procurado o enfermeiro para que lhe fossem ministrados os primeiros socorros. Combatente de invulgar agressividade, grande desembaraço físico e excelente condutor de homens, este graduado, já louvado anteriormente pela sua bravura, tem demonstrado possuir elevadas qualidades e virtudes militares que o tornam digno do maior apreço e consideração das Forças Armadas a que pertence.



Amadeu Ribeiro da Conceição Cruz

Soldado

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar para todos os efeitos legais, o louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 19, de 9 de Dezembro de 1964, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao Soldado n.º 349/63, Amadeu Ribeiro da Conceição Cruz, da Companhia de Cavalaria n.º 489, Batalhão de Cavalaria n.º 490, Regimento de Cavalaria n.º 3, que é do teor seguinte:

Por, ao ter sido ferido com certa gravidade logo aos primeiros tiros da emboscada sofrida pelo seu Grupo de Combate do dia 9 de Outubro de 1964, e ter sido aconselhado a retirar e a abrigar-se pelo seu Comandante, se ter mantido sempre na primeira linha onde foi de uma eficiência notável, só se abrigando e contra sua vontade quando um camarada, vendo-o a sangrar abundantemente, o foi buscar às primeiras linhas e o transportou às costas para um local abrigado. À sua acção pessoal se deve em grande parte o bom êxito da reacção à emboscada. Manifestou coragem, espírito de sacrifício, determinação e entusiasmo, de realçar perante superiores e camaradas.



Joaquim José de Oliveira Duarte

Soldado

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar para todos os efeitos legais, o louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 19, de 9 de Dezembro de 1964, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao Soldado n.º 139/63, Joaquim José de Oliveira Duarte, da Companhia de Cavalaria n.º 487, Batalhão de Cavalaria n.º 490, Regimento de Cavalaria n.º 3, que é do teor seguinte:

Por, ao ter sido ferido, logo aos primeiros tiros da emboscada sofrida pelo seu grupo de combate, no dia 9 de Outubro de 1964, uma bala que lhe atravessou o braço direito, ter continuado nas primeiras linhas, flagelando o inimigo com o seu fogo cerrado e certo, dando assim a todos um exemplo de coragem, valentia e desprezo pela vida que muito me apraz realçar perante superiores e camaradas.



Carlos Daniel Duarte

Soldado

Cruz de Guerra de 1.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 1.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar para todos os efeitos legais, o seguinte louvor conferido em *Ordem de Serviço* n.º 19, de 9 de Dezembro de 1964, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao Soldado n.º 347/63, Carlos Daniel Duarte, da Companhia de Cavalaria n.º 487, Batalhão de Cavalaria n.º 490, Regimento de Cavalaria n.º 3, pelas suas extraordinárias qualidades de coragem, desembaraço e entusiasmo, de que vem dando provas ao longo de mais de 14 meses de actividade operacional.

Numa acção executada em 24 de Setembro de 1964, tendo a força de que fazia parte sido detectada a cerca de 30 metros dum acampamento inimigo e tendo já este aberto fogo, foi dos primeiros a carregar sobre ele disparando a sua arma. Contribuiu deste modo para que o inimigo fosse desbaratado, tivesse várias baixas e lhe fosse apreendido valioso material de guerra, munições, víveres, etc.

É credor da estima e consideração de superiores e camaradas.



João de Almeida Bruno

Capitão

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 17 — 2.ª Série

de 1 de Setembro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, pela conduta que tem mantido, quer como Oficial de Operações e Informações do Estado-Maior desta Unidade, funções em que se tem revelado um Oficial muito inteligente, competente e trabalhador, quer em operações activas, em postos intermédios de Transmissões e Postos de Comando Avançados para que tem sido destacado em todas as operações de escalão superior e do Batalhão, durante as quais sempre revelou muita coragem, espírito de sacrifício e vontade na acção. Esta justa citação de serviços já prestados é completada pela referência especial que lhe foi feita pelo Ex.º Comandante do BCP21 no Relatório de Operações NR 14/65, relativo à Operação «Faisão Verde», de que o seu Comandante muito se orgulha e que se passa a transcrever na íntegra:

O trabalho do P. R. de transmissões, foi impecável. Ocupando uma posição dominante, conseguiu contacto com todos os Gr. empenhados. Flagelado por duas vezes a curta distância, tendo o In. utilizado PM e granadas de mão, manteve-se imperturbável no cumprimento da sua missão sem revelar ao In. a sua localização exacta. Foi um excelente auxiliar do Comd. da Operação retransmitindo de forma correcta e inequívoca todas as instruções recebidas. O Oficial que comandava, Capitão de Cavalaria Bruno, merece ser apontado como um militar, sabedor e muito eficiente, revelando qualidades de coragem e sangue frio e uma perfeita noção do cumprimento da missão que lhe fora imposta.



Henrique Francisco Martins Coutinho Gouveia

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, por no dia 12 de Novembro de 1964, durante a operação «Notável» quando o seu grupo de combate efectuava uma patrulha auto com a missão de reabastecimento, ao ter sido emboscado, ter reagido rapidamente de tal maneira que resolveu a situação, por forma a poder continuar a missão de que fora encarregado. Ainda no decorrer da mesma operação, no dia 14 de Novembro de 1964, quando fazia parte de uma patrulha de reconhecimento auto, para a qual se oferecera, quando esta caía numa forte emboscada, que se iniciou com o rebentamento de um engenho explosivo, à frente da viatura logo seguida de rebentamento de granadas defensivas do que resultou terem ficado feridos, com certa gravidade alguns dos seus homens, incluindo o próprio, deu provas de uma excepcional calma, sangue frio, espírito de sacrifício e consciência de chefe, ao comandar serenamente os poucos homens que lhe restavam, dando ordens precisas para resolver a situação e providências para o tratamento e evacuação dos feridos e a vinda de reforços.



Manuel Ferreira Martins

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 2.^a Classe

O. E. n.º 16 — 3.^a Série
de 10 de Junho de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.^a Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pela forma excepcional como tem desempenhado todas as missões de combate que tem sido encarregado tornando-se notável a sua grande coragem e desembaraço. Embora tenha estado duas vezes dispensado pelo médico de tomar parte nas operações, por consequência dum rebentamento de uma granada de mão In., durante uma emboscada, voluntariamente tem sempre comandado a sua secção, dando assim um belo exemplo de sacrifício e de uma exacta noção dos deveres de um Comandante de secção. É de distinguir particularmente o seu comportamento na operação «Rádula» em que num contacto com o In., de noite e tendo o rebentamento de uma granada de mão, ferido um homem que seguia junto de si, apesar de ter ficado combalido conseguiu pela sua presença de espírito e pronta acção que não houvesse mais consequências para as nossas tropas. Na operação «Estribo», tomando o Comando de uma secção de milícia o que fazia pela primeira vez, voltou a demonstrar todas as suas qualidades de Comando e valentia, dignas de realce, pois apesar das dificuldades que a missão comportava, conseguiu com eficiência cumpri-la. Na operação «Papaia» tendo-lhe competido à sua secção montar a segurança ao encontrar-se um acampamento In. deu mais uma vez provas das suas qualidades de Comando e coragem, impulsionando-a de forma que o In. que esperava as nossas tropas, foi obrigado a retirar-se sem qualquer êxito, pela pronta reacção verificada, que o obrigou a retirar. O seu permanente comportamento em combate, do qual tem dado sobejas provas, torna-o merecedor de maior apreço, consideração e confiança dos seus superiores, camaradas e inferiores e digno de ser apontado como exemplo a seguir.

Revista da Cavalaria



João Pereira Pires

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante uma operação quando a sua coluna foi detida por forte emboscada com nutrido fogo do In. e ao efectuar-se uma manobra de envolvimento se ter mantido sempre na frente correndo a peito descoberto debaixo de fogo dando assim um óptimo exemplo de coragem e valentia. Pouco tempo depois ao ter a coluna outra emboscada voltou a dar provas de intrepidez mantendo-se sempre de novo na frente nas forças de manobra combatendo aguerridamente, apesar de ter sido violentamente atacado por abelhas. No dia 20 de Setembro de 1964 durante outra operação quando o pessoal da sua Companhia logo após o desembarque, foi detido a cerca de 50 metros de uma mata por fogo de metralhadora pesada, espingarda, pista-metralhadora e granada de mão e ao ser dada ordem para envolver a posição In., mantendo-se sempre à frente do pessoal que executava a manobra envolvente debaixo de fogo intenso e através dum terreno difícil de tarrafo alagado, dando aos camaradas exemplo vivo e contagiante de espírito militar, sangue frio, abnegação, decisão e coragem excepcionais o que originou a fuga do In. Este militar vinha sendo notado em operações anteriores pelo seu Comandante de Companhia nomeadamente durante uma patrulha de longo raio de acção e um golpe de mão a um acampamento In. em que comandou a sua secção. Por esse motivo e porque o Comandante do seu Batalhão o considera um elemento de excepção e de alto valor militar, é digno de ser apontado como exemplo a todos os militares.



Júlio Fernandes Vicente

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, por ter demonstrado grande vontade de bem cumprir assim como um espírito de sacrifício digno de realce. Tendo sido ferido num braço no ataque que o inimigo levou a efeito em Janeiro do corrente ano ao estacionamento de Cufar, depois de receber tratamento no posto de socorros, embora o médico da Unidade lhe dissesse que deveria deitar-se e descansar, esta praça, dizendo que ainda lhe restava um braço e que com ele poderia ainda ir entregando carregadores aos seus camaradas, regressou ao seu abrigo continuando na primeira linha de fogo onde fora anteriormente ferido. É de notar ainda que tanto para se dirigir ao posto de socorros como para o regresso, tinha que atravessar uma zona desprovida de qualquer abrigo e que era no momento batida por fogo In. Por estes motivos e ainda por se ter sempre distinguido pela sua abnegação e vontade de bem servir, é de apontar como exemplo a seguir pelos seus camaradas, digno de estima e admiração dos seus superiores, e das Forças Armadas a que pertence.



Manuel Gomes Eufrazio

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 31 — 3.ª Série
de 10 de Novembro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pela forma excepcional como se comportou durante a operação «Mango». Seguindo em guarda de flanco, embrenhado no mato, a secção a que pertence viu-se a certa altura debaixo de intenso fogo inimigo, o qual a cerca de cinco metros pôde causar muitas baixas à Secção, de que só o 1.º Cabo 298/64 e outro cabo não foram atingidos. Prontamente começou a trazer os feridos para a retaguarda, começando pelo seu comandante de secção, a quem imediatamente fez um garrote com a correia do cantil. Voltando à frente trouxe um camarada morto, posto o que foi de novo buscar outro ferido, sendo então atingida a corinha da sua arma, quando apontava ao inimigo. Ainda assim, conseguiu trazer o seu camarada e continuando, com absoluto desprezo pela vida, vai em socorro de um quarto camarada ferido. Sempre que se deslocava à frente, o 1.º Cabo n.º 298/64, disparava a descoberto sobre o inimigo que, empenhado também em retirar os seus feridos mantinha as nossas tropas debaixo de intenso fogo. Consumiu assim os seus cinco carregadores, mais cinco que foi tirando aos feridos. Tendo sido necessário recolher as granadas de morteiro distribuídas por todo o pessoal foi ainda ele que se prontificou a fazê-lo.

É mais de realçar que o 1.º Cabo n.º 298/64, recolheu também as armas dos seus camaradas feridos, evitando assim que caíssem nas mãos do inimigo.

O 1.º Cabo n.º 298/64, Manuel Gomes Eufrazio, demonstrou possuir excepcionais qualidades de heroísmo, coragem, sangue frio, discernimento, decisão, camaradagem, abnegação e absoluto desprezo pela vida, contribuindo com a sua acção para a retirada do inimigo que ali se encontrava com efectivos superiores.

Do antecedente estava louvado como sendo o melhor Cabo da sua secção, revelando-se na operação «Mango» como um combatente de fibra excepcional.



Vitalino Rosa Nunes

Soldado

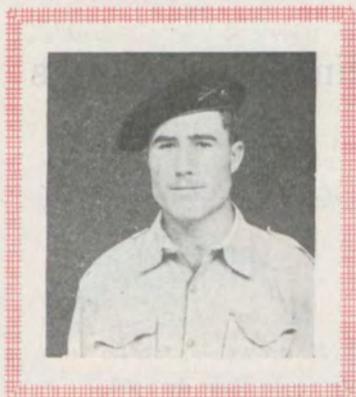
Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a operação «Notável», quando o seu G. de Comb. efectuava uma patrulha auto de reconhecimento caiu numa emboscada apesar do inimigo fazer fogo de pistola-metralhadora e lançar granadas de mão defensivas, reagiu instântanea e enèrgicamente lançando granadas de mão com o que neutralizou a emboscada embora tivesse ficado ligeiramente ferido. No decorrer da mesma operação no dia 13 durante os trabalhos de desobstrução de determinado itinerário evidenciou-se tanto pela sua extraordinária capacidade e vontade de trabalhar como pela sua boa disposição contagiante insuflando um espírito alegre e de entusiasmo aos seus camaradas. No dia 14 do mesmo mês tendo-se efectuado uma missão de reconhecimento em patrulha auto mesmo itinerário ofereceu-se imediatamente logo que soube que o seu Comandante de Pelotão seguia na coluna e mais tarde quando esta foi violentamente emboscada com rebentamento de um engenho explosivo e granadas de mão defensivas portou-se com uma coragem excepcional apesar de ter sido novamente ferido dando mais uma vez relevantes provas de abnegação, intrepidez e valentia. Do antecedente nas operações «Base» e «Rescaldo» este militar dera provas de excepcional entusiasmo, espírito de alegria e coragem que o tornam um exemplar vivo, incitando constantemente os seus camaradas e torna-se praticamente no símbolo dentro do seu grupo de combate. Por estes motivos, é digno de ser apontado como exemplo a seguir por todos os militares.

Revista da Cavalaria



Bíquer do Carmo Cuco Banha

Soldado

Cruz de Guerra de 2.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, o soldado n.º 30/63 Bíquer do Carmo Cuco Banha, pelas suas extraordinárias qualidades de coragem, desembaraço e entusiasmo, de que vem dando provas ao longo de mais de 14 meses de actividade operacional. Numa acção executada na região de Fraincô-Mandinga em 24 de Setembro de 1964 tendo a força de que fazia parte sido detectada a cerca de 30 metros dum acampamento In. e tendo já este aberto fogo, foi dos primeiros a carregar sobre ele disparando a sua arma. Contribuiu deste modo para que o In. fosse desbaratado, tivesse várias baixas e lhe fosse apreendido valioso material de guerra, munições, víveres, etc. É credor da estima e consideração de superiores e camaradas.

Este louvor foi considerado como dado por Sua Ex.ª o Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné.



João Félix Pereira
Santos
Soldado

Cruz de Guerra de 2.ª Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 31 — 3.ª Série
de 10 de Novembro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 2.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, durante o tempo em que serviu nesta companhia, demonstrou sempre extraordinário desembaraço, excepcional eficiência em combate, espírito de sacrifício e camaradagem. Quando da emboscada sofrida por esta Companhia em 31 de Maio de 1964, na estrada Farim Jumbembem, não hesitou em colocar o seu morteiro numa zona descoberta, quando verificou que era esta a única que lhe permitia bater as posições inimigas. Foi gravemente ferido quando, indiferente ao perigo, cumpriu valorosamente a sua missão. Pela valentia que várias vezes demonstrou, pelo seu espírito alegre e camarada, o soldado n.º 320 permanecerá para aqueles que o conheceram como um símbolo perfeito das virtudes do soldado português.



Lourenço de Carvalho Fernandes Tomás

Capitão

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 6 — 2.ª Série
de 15 de Março de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante o tempo em que comandou o Pel. Rec. 693 e que agora deixou por motivo de promoção ao actual posto, demonstrou possuir excelentes qualidades de trabalho, organização e Comando, que lhe permitiram criar no seu Pelotão um óptimo espírito de equipa e camaradagem. Chegado ao Subsector respectivo sem qualquer viatura, percorreu a pé os itinerários de reabastecimento para familiarizar o seu Pelotão com o mato mantendo-o numa actividade constante quer em todos os reabastecimentos efectuados, alguns em condições extremamente difíceis na época das chuvas, quer colaborando em todas as operações levadas a efeito, nomeadamente numa emboscada em várias acções e últimamente na operação «Fecho», para a qual se ofereceu voluntariamente, já depois de substituído no Comando do Pelotão. Oficial brioso, muito dedicado pelo serviço, disciplinado e disciplinador, deixa um amigo em cada militar que com ele trabalhou, merecendo toda a consideração dos seus superiores, camaradas e inferiores.



Fernando Luís Franco da Silva Ataíde

Capitão

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque tendo tomado parte nas operações «Tornado», «Base», «Rescaldo», «Estribo», «Fox» e «Selim», como Comandante da Comp. Cav. 702, em todas mostrou ser um oficial muito desembaraçado e ao mesmo tempo ponderado, tomando decisões muito acertadas e que muito têm contribuído para o bom êxito das operações da sua Companhia, quer na operação «Tornado» quer na operação «Rescaldo», a sua acção mereceu os maiores elogios dos seus comandantes em Operações. Por seu turno nas operações «Estribo» e «Selim», a sua actuação foi de tal maneira eficiente, que, além de conseguir a captura de muito material ao inimigo mereceu as melhores referências dos seus chefes. Ocupando muitas vezes a testa da coluna, indiferente ao perigo das emboscadas ou entre os seus homens, animando-os com a sua presença e conselhos, este oficial merece a consideração e estima de todos os seus camaradas e subordinados.



Manuel Júlio Matias Barão da Cunha Capitão

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque tendo tomado parte nas operações «Tornado», «Base», «Rescaldo» e «Confiança», em todas elas se evidenciou como oficial corajoso desembaraçado e decidido, de personalidade bem vincada, tomando muitas vezes a dianteira da coluna e muito contribuindo com o seu exemplo para o bom êxito das operações, porquanto soube preparar e treinar a sua Companhia de molde a que a sua actuação em operações sempre se fez sentir. Nomeadamente nas operações «Tornado» e «Base», quando do desembarque da Companhia debaixo de fogo intenso do inimigo e num fortíssimo ataque nocturno ao estacionamento, a sua acção mereceu as melhores referências dos Comandantes das forças em operações.

Vive os problemas da sua Companhia de tal forma que a sua saúde é muitas vezes abalada sem que por isso deixe de se entregar totalmente aos preparativos operacionais, de maneira que estes não sejam afectados.

Em todas as operações em que tomou parte sempre a sua acção foi destacada, tendo influência no bom êxito e no moral elevado e capacidade operacional de combate da sua Companhia.

Revista da Cavalaria



Rui Gonçalves Soeiro Cidrais

Capitão

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 9 — 2.ª Série
de 1 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, tendo assumido o comando da Companhia de Cavalaria n.º 487 quando a mesma já tinha 5 meses de intensa actividade operacional, tem conseguido manter ao longo dos 16 meses em que a comanda, uma actividade a todos os títulos notável e conseguido resultados muito apreciáveis, mercê da sua dedicação interesse, espírito de iniciativa, coragem e decisão. Tendo tomado parte na operação «Tridente» integrado nas Forças Terrestres, a sua actuação fez-se sentir particularmente quando da entrada em Sector do Batalhão na região que presentemente ocupa, pois nesta fase o inimigo mostrou-se acentuadamente ousado e agressivo, cortando por mais de uma vez os principais itinerários do Sector, montando fortes emboscadas e atacando estacionamentos das nossas tropas. A forma inteligente, criteriosa e dinâmica como nesta altura actuou com a sua Companhia e posteriormente, destruindo inúmeros acampamentos, produzindo grande número de baixas, apreendendo valioso material de guerra e munições ao inimigo, fazendo nomadizações prolongadas e constantes patrulhamentos, contribuiu substancialmente para a melhoria sensível de situação que se vem processando no Sector.

É merecedor do apreço e reconhecimento do Exército e da Nação.



Luís Alberto de Oliveira Marinho Falcão

Capitão

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 20 — 2.ª Série
de 15 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque durante a permanência do Bat. Cav. 745 como Reserva/ RMA, tem evidenciado em todas as operações em que tomou parte excepcionais qualidades de chefe e combatente, muito em especial nas operações «Assaltos Coordenados D2», «Atoleiros» e «Salado D».

Nesta última operação comandando o Subagrupamento Pantera 2 demonstrou possuir alto espírito combativo, coragem, decisão, sangue frio, grande serenidade e excepcional energia debaixo de fogo, desprezo pela vida e pelo perigo, ao manobrar pessoalmente as suas tropas debaixo de fogo, muito em especial quando, depois da destruição de um importante quartel In. foi por este violentamente atacado a curta distância.

Este Oficial, que se vem impondo desde sempre como tendo excepcionais qualidades de aptidão para o comando de tropas em campanha, bem merece que seja apontado publicamente como Oficial que inteiramente dedica a sua vida e entusiasmo ao serviço da Pátria.

Revista da Cavalaria



Eduardo Magno de Figueiredo

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 8 — 2.ª Série
de 15 de Abril de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque, durante 17 meses de permanência da sua Companhia na ZIN se destacou pelo seu grande desembaraço, espírito de sacrifício, sangue frio, coragem e serena energia, sempre demonstrados através de inúmeras operações em que tomou parte. De salientar a sua actuação na operação «Mãos Dadas» onde o seu Grupo de Combate se comportou por tal forma frente ao intenso fogo inimigo, que causou a admiração de todos os militares do Batalhão que participaram na operação. Num patrulhamento da picada de Canacassala, num dos muitos ataques inimigos, foi morto um furriel, cujo corpo ficou na zona de morte. Imediatamente o Alferes Figueiredo, acompanhado de uma praça, recuperou o corpo do seu graduado, dando um belo exemplo de camaradagem, que deve existir entre todos os companheiros de armas, mesmo com risco da própria vida. Além da sua extraordinária valentia, o Alferes Figueiredo tem sempre demonstrado o maior interesse na preparação dos seus homens para a guerra fazendo com que o seu Grupo de Combate tenha atingido um alto nível operacional contribuindo, assim, para prestígio do Exército e da Pátria.



Manuel Francisco Lopes de Matos Chaves

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.^a Classe

O. E. n.º 9 — 2.^a Série
de 1 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.^a Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque em todas as operações em que tem tomado parte, se tem revelado possuidor das mais elevadas qualidades de valentia, desembaraço e espírito de iniciativa. São dignas de realce as suas acções nas operações «Garrote», «Papaia», «Espora» e «Gira».

Revista da Cavalaria



José Adelino Menezes Vieira de Sousa

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.^a Classe

O. E. n.º 20 — 2.^a Série
de 15 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.^a Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque se tem evidenciado como um militar excepcionalmente dedicado, valente e interessado por todos os assuntos da Companhia tendo sido sempre um óptimo auxiliar do Comandante de Companhia. No comando do seu Grupo de Combate sempre revelou capacidade e decisão, excelentes capacidades de trabalho e espírito disciplinador, inculcando-lhe um óptimo espírito de equipa e camaradagem a que não é estranho o seu exemplo sempre presente nos locais de maior perigo, tornando-o notavelmente eficiente para a luta.

Revista da Cavalaria



Adilson Augusto Cardoso

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 20 — 2.ª Série

de 15 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque no Comando do seu Grupo de Combate na operação levada a cabo pela Companhia de Cavalaria n.º 489 a que pertence, na zona de Morés, considerada Q. G. do terrorismo da região de Oio, em todas as acções de fogo em que interveio, mas principalmente na emboscada sofrida a caminho de Talicó e também durante os vários ataques nocturnos ao estabelecimento improvisado de Morés, nas quais o fogo do inimigo foi intensíssimo e em grande parte dirigido às posições ocupadas pelo seu Grupo de Combate, revelou grande serenidade, desprezo pelo perigo e abnegação que o levaram na emboscada e em face da quantidade de praças atingidas na frente as quais requeriam urgente evacuação, a pessoalmente conduzir até lá um grupo de praças do seu Grupo de Combate tendo em seguida colaborado no respectivo transporte dos feridos, atitude tomada com grande decisão e coragem debaixo de forte fuzilaria inimiga. Durante a noite, mais uma vez se distinguiu pela forma como junto dos seus homens dirigiu a reacção aos cinco ataques sofridos, de novo pondo à prova muita serenidade e valentia que viria a ser confirmado no dia seguinte durante a emboscada que o inimigo preparou a caminho de Bijene e na qual o seu Grupo de Combate foi especialmente visado.



Nuno Flaviano Macedo Bigotes

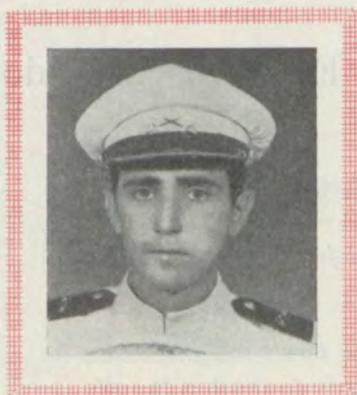
Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 20 — 2.ª Série
de 15 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque tendo tomado parte em todas as operações em que a Companhia entrou desde a sua chegada à Província, mostrou nas situações mais difíceis de combate sob fogo intenso do In., ser possuidor de uma calma e coragem que lhe permite comandar com acerto e decisão dignos de nota. O seu procedimento em combate tem sido deste molde, o que aliado ao seu espírito disciplinador e de organização, o tornaram um oficial de real valor para o seu Com. de Comp., como ainda merecedor de alto apreço, amizade e estima dos seus superiores e subordinados.



António Manuel da Cunha Pita Soares

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 20 — 2.ª Série
de 15 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque como Comandante de um Pelotão Rec. durante a operação «Início», apesar de não ter recebido como missão deslocar-se em determinado itinerário, não hesitou em intervir com o seu Pelotão nesse eixo, ao julgar que forças amigas se encontravam em situação aflitiva e que resultou ter sido emboscado. E no decorrer desta acção tendo a AM FOX em que seguia, sido atingida por uma Granada de Lança Foguetes In. que o feriu e aturdiu fortemente, dirigiu, primeiro de dentro da sua viatura e depois no chão, para onde saltou debaixo de intenso fogo In., a acção da sua força, verificando e impulsionando sempre a conduta dos seus homens. O abalo físico que sofreu, foi de tal ordem que, finda a acção e posto o In. em retirada, caiu desmaiado, só recuperando os sentidos na localidade para onde foi conduzido, sendo a sua primeira reacção a de recusa em ser evacuado de helicóptero. Passada a noite e justificando-se ainda a evacuação, não só a recusou terminantemente, como exigiu ser conduzido ao seu pelotão para tomar o comando. A acção deste Oficial revela posse de elevados dotes de coragem, sangue frio, espírito de sacrifício e a noção exacta da sua função de chefe, que muito prestigiou e por isso merece ser apontado como exemplo.

Revista da Cavalaria



Francisco Quintano Freire

2.º Sargento

Cruz de Guerra de 3.ª Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, a título póstumo, porque, sendo um militar disciplinado e disciplinador, com invulgares características de entusiasmo, honestidade, e vontade de saber, foi um monitor precioso na formação das tropas da C. Cav. 744. Morto em combate durante a operação «Diamante Branco» no dia 4 de Junho de 1965, quando marchava com a Secção que comandava, em flecha da sua Companhia demonstrou como sempre, ser um combatente de fria coragem, e, durante a operação e até que a morte o ceifou, conduziu a sua Secção sempre da melhor maneira, quer em progressão, quer em acção de apoio, revelando desprezo pela vida e pelo perigo, coragem, decisão e serena energia debaixo de fogo, impondo-se à admiração e respeito dos seus superiores e subordinados, pelo que é de inteira justiça apontá-lo como exemplo de excepcional graduado, que ofereceu a sua vida em defesa dos sagrados direitos da Pátria.



Fernando Augusto Simões Ferreira

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque numa acção realizada em 6 de Março de 1965 mais uma vez deu provas de extraordinária coragem, competência, desembaraço, sangue frio e decisão. Tendo a sua Secção sido detectada a cerca de 20 metros de um acampamento inimigo que prontamente abriu fogo, imediatamente e de modo eficaz soube carregar com os seus homens sobre o adversário sem lhe deixar tempo a organizar-se, desbaratando-o completamente. Foi o acampamento totalmente destruído. As nossas tropas infligiram ao inimigo várias baixas, e apreenderam-lhe valioso material de guerra, equipamento, munições e víveres. Militar correcto, disciplinado e disciplinador, digno da maior estima e consideração de todos os seus superiores, camaradas e subordinados.

Revista da Cavalaria



João Manuel Martins Alves Moreira Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque no dia 19 de Junho de 1965, no decorrer da operação «Cerr'Os Dentes», na ZIN em Angola, quando seguia com a sua secção na vanguarda de uma coluna progredindo em zona perigosa se lançou resolutamente em perseguição de elementos In. que alvejaram a coluna com rajadas de arma automática. No dia imediato, quando o Grupo de Combate de que fazia parte foi emboscado, denodadamente e com absoluto desprezo pela própria vida deslocou-se debaixo de fogo intenso inimigo do local onde se encontrava para ir recuperar o corpo de um soldado que seguia na frente do Grupo de Combate e que fora abatido, continuando depois com grande firmeza e serenidade a fazer fogo cerrado sobre o In., permitindo assim com a sua actuação que o seu Comandante de Companhia que seguia com o Grupo de Combate prestasse os primeiros socorros ao referido soldado com o auxílio do enfermeiro, proporcionando-lhe protecção no momento em que, certamente localizado pelas vozes de comando com que ia conduzindo a acção, sobre ele recaía o fogo In.

Por tudo isto demonstrou o Furriel Moreira, muita coragem, decisão, sangue frio, espírito de sacrifício e serena energia debaixo de fogo, qualidades que o tornaram digno de ser apontado como exemplo que em muito dignificou a sua Unidade e o Exército a que pertence.

Revista da Cavalaria



António de Jesus
Rodrigues Cova

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 29 — 3.ª Série
de 20 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, sempre revelou ser um excelente Comandante de Secção durante a sua permanência nesta Província. Em todas as acções de fogo em que tomou parte o seu Grupo de Combate, nomeadamente na operação «Jocoso» demonstrou excepcional coragem, sangue frio, desembaraço e desprezo pelo perigo. Bom camarada, disciplinado, disciplinador e de uma formação moral e cívica invejáveis é digno da admiração de superiores, camaradas e inferiores. É merecedor do maior apreço e reconhecimento do Exército e da Nação.



José António Gomes Brízido

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 29 — 3.ª Série
de 20 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque se tem evidenciado como um militar muito dedicado, valente e interessado em todas as situações de que tem sido encarregado. É de realçar a forma excepcional como tem desempenhado as missões de combate que tem sido encarregado, tornando-se notada a sua grande coragem, desembaraço e decisão. É no entanto de distinguir particularmente o seu comportamento na operação «Confirmação» quando a sua secção, que seguia na testa da coluna, foi emboscada, durante a noite numa mata cerrada, conseguindo apesar das condições adversas para as nossas tropas, impulsionar os seus homens que numa pronta e enérgica reacção puseram o inimigo em debandada. Na operação «Averiguação» a sua acção foi de tal maneira notável que parte do bom êxito da missão a si se deve. Fazendo parte dum pequeno efectivo que atacou um numeroso grupo inimigo e vendo o seu Comandante de Companhia ferido, conseguiu com a sua acção apesar da forte oposição oferecida pelo inimigo, que os seus homens agentassem a posição, permitindo assim que outro núcleo das nossas forças actuasse com êxito sobre o In., que foi obrigado a retirar, apesar dos seus efectivos serem superiores. O seu permanente comportamento em combate do qual tem dado sobejas provas, torna-o merecedor do maior apreço, consideração e confiança dos seus superiores, camraadas e inferiores e digno do ser apontado como um exemplo a seguir.

Revista da Cavalaria



Manuel Natário Vitória

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque tal como desde há muito vem sucedendo, soube mais uma vez, demonstrar as suas altas qualidades de desembaraço, sangue frio, coragem e entusiasmo, numa operação realizada em 6 de Março de 1965. Tendo as nossas tropas sido detetadas a cerca de 20 metros dum acampamento inimigo, que prontamente reagiu pelo fogo, o 1.º Cabo Vitória não hesitou em ser dos primeiros a carregar sobre o adversário com todo o entusiasmo e desprezo pelo perigo. O inimigo foi completamente batido, o acampamento destruído e capturado valioso material de guerra, equipamento, munições e víveres, etc. Militar correcto, disciplinado e sempre pronto a tomar parte em acções difíceis é digno de estima e admiração de todos os seus superiores e camaradas.



Júlio Ribeiro Nunes

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque durante a operação «Mocho Pardo», tendo sido ferido por tiros In. e após ter recebido os primeiros curativos, continuou a acção comandando com muita energia a sua equipa, evidenciando muita serenidade e consciência dos seus deveres de graduado. A sua acção, reveladora de grande espírito de sacrifício, foi um excepcional exemplo de tenacidade e valentia contagiando os seus camaradas para o prosseguimento da luta pelo que é de justiça apontá-lo como um combatente de mérito excepcional sendo de justiça apontá-lo como exemplo.



Opilínio da Silva Calhau

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 29 — 3.ª Série
de 20 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

«LOUVADO, porque durante a operação «Início», distinguindo-se pela sua actuação em toda a reacção ao fogo In. e em especial, durante uma batida efectuada após a primeira fase da emboscada sofrida, tendo ele próprio efectuado um prisioneiro e apreendido a sua arma após uma breve mas decisiva luta corpo a corpo, debaixo de fogo, de que resultaram ferimentos e ainda porque a seguir à 2.ª fase do ataque In. ao verificar que o apontador de uma Daimler se encontrava gravemente ferido, tomou o seu lugar, mantendo sempre um fogo constante e bem dirigido, contribuindo grandemente para o insucesso do Inimigo. Revelou com a sua acção possuir uma extraordinária coragem, agressividade, noção oportuna dos seus deveres e serena energia debaixo de fogo.



Avelino Nunes Salvador

Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 12 — 3.ª Série

de 30 de Abril de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, por se ter portado valentemente durante uma operação realizada pela sua Companhia em 6 de Março de 1965, quando, pertencendo à Secção que seguia na vanguarda das nossas tropas, carregou sobre o inimigo, decididamente e logo que o mesmo foi avistado e surpreendido no seu acampamento. Com a sua actuação decidida e com o seu desembaraço, contribuiu para que as nossas tropas tivessem todo o rendimento da surpresa conseguida e batessem completamente um inimigo que não teve tempo de se organizar e que se viu obrigado a abandonar no local diverso material de guerra, reabastecimentos, etc. Este soldado já de há muito se fazia notar pelo seu sentido de disciplina, pela sua coragem, sangue frio e decisão e por se mostrar sempre pronto a tomar parte em missões difíceis, pelo que se torna merecedor da estima e admiração de superiores e camaradas.

Revista da Cavalaria



Francisco Mateus Solipa

Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 29 — 3.ª Série

de 20 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a emboscada sofrida pelo seu Pelotão Rec. na operação «Início», ainda dentro do seu Granadeiro e ao verificar que se lhe encravara a arma, tomou a ML dum seu camarada ferido, abatendo um In. no preciso momento em que este se preparava para lançar uma GM para dentro da sua viatura. Posteriormente, verificando que dois outros elementos In. fugiam, com uma ML, abateu-os, já a uma razoável distância, após o que saltou para o chão prestando socorros aos seus camaradas feridos, e, sabendo de existência na mata do corpo de um elemento In. nela se embrenhou corajosamente, sozinho, tendo regressado com uma espingarda «Simonov» com a qual abateu outro In. instalado numa árvore, para o que não teve outra alternativa senão a de ocupar uma posição fortemente batida pelo fogo inimigo, o que fez com a maior serenidade e desprezo pelo perigo.

Mais tarde quando abrandou a intensidade do fogo In. embrenhou-se novamente no mato donde trouxe além de muitas munições, uma espingarda «Mauser».

Este militar deu provas de excepcionais qualidades de valentia, coragem, altruismo, decisão e serenidade debaixo de fogo, demonstrando com o seu procedimento que jamais se perderão as virtudes do nobre, generoso e valente Soldado Português.



José André dos Santos

Soldado

Cruz de Guerra de 3.ª Classe

O. E. n.º 28 — 3.ª Série
de 10 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 3.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a emboscada sofrida na operação «Início» apesar de duramente atingido na cabeça pelo fogo inimigo, se não deixou desanimar pelo sofrimento, nem pelo sangue que jorrava em abundância e foi incansável e decidido nos primeiros socorros prestados aos restantes camaradas feridos, mantendo sempre debaixo de fogo autodomínio, abnegado espírito de sacrifício, altruísmo e de camaradagem dignos de especial destaque, visto o seu estado vir a impor pouco depois a sua evacuação por helicóptero.



Mário Alberto de Oliveira Salgueiro

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 10 — 2.ª Série
de 15 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque vindo a desempenhar as funções de comandante do 1.º G. Comb./C. Cav. 743, revelou sempre excepcional eficiência, espírito combativo, agressividade e capacidade de decisão, tendo sido ferido em combate no dia 27 de Maio de 1965 quando à frente das suas tropas foi violentamente atacado pelo In. Particularmente no decorrer da operação «Salado D», comandando o Subagrupamento Pantera 3 e actuando em região particularmente difícil, quando as NT foram atacadas a curta distância pelo In., manobrou pessoalmente debaixo de fogo o seu pessoal, atacando frontalmente o In., revelando coragem, sangue frio, serena energia debaixo de fogo, desprezo pela vida e pelo perigo, pelo que é de justiça apontá-lo como exemplo.



José Luís Oleiro Morais Alçada

Alferes Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 19 — 2.ª Série
de 1 de Outubro de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, pela forma como se tem evidenciado na condução de grupos de combate em operações, orientando os movimentos do seu pessoal com o mais acertado critério e inculcando neles, pelo seu constante exemplo, um magnífico moral e notório espírito combativo. Voluntário para comandar um grupo de combate, que actuou na Região do Maiombe na operação «Águia Verde», no decorrer da qual houve sérios contactos com o inimigo, conseguindo mercê das sua forte determinação e elevado ânimo cumprir cabalmente, a sua missão, merecendo dos Comandos sob cujas ordens, actuou palavras elogiosas que muito o dignificaram e aos seus homens. Igualmente voluntário para a operação «Nanda», no Maiombe, uma vez mais revelou todas as suas qualidades perante o accionamento de três armadilhas pelas NT, ocorrendo imediatamente aos locais de rebentamento para recuperar os feridos e pesquisar a existência de outros engenhos. Recentemente, tornou a oferecer-se para ir substituir um seu camarada ferido pelo rebentamento de uma mina AC numa região de forte actividade Inimiga e, logo a seguir de novo se ofereceu para o desempenho duma projectada acção especial que, a realizar-se, representaria para si grande risco de vida. O Alferes Alçada tem assim contribuído com grande mérito para o prestígio da sua arma, pela forma alegre, consciênte e agressiva como desempenhou todas as missões de campanha em que tem participado.

Revista da Cavalaria



António Francisco Caxeirinha Revez

2.º Sargento

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pela sua extraordinária actuação em campanha nesta Província da Guiné, considerando-o como um exemplo digno de ser apontado ao Exército e à Nação, por no dia 22 de Março de 1965, durante a operação «Ebro», como Comandante do 2.º Grupo de Combate da sua Companhia, encarregado da segurança na testa da coluna, a qual por volta das 5 horas e 30 minutos do dia imediato esteve sujeita a intensa flagelação inimiga, ter agido da melhor maneira, por forma a evitar que o adversário produzisse baixas nas nossas tropas e impedisse a limpeza do itinerário obstruído com abatizes, contribuindo eficazmente para que o objectivo fosse atingido em tempo conveniente. Apesar de na noite de 22 para 23 do referido mês e ano ter tido a seu cargo a segurança dum dos sectores da posição atingida e de ele e os seus subordinados acusarem forte fadiga pelo esforço despendido, foi ainda, pelas 3 horas e 45 minutos do dia 24 seguinte, montar uma emboscada a 3 quilómetros e meio de distância.

Das criteriosas medidas que adoptou e da coragem, sangue frio e serena decisão com que conduziu as acções, resultaram um êxito brilhante para as nossas tropas, que infligiram ao inimigo mais de 30 baixas.

Este Sargento que já anteriormente se vinha distinguido como Comandante de Secção, revelou-se, posteriormente, um óptimo Comandante de Pelotão, confirmando as suas invulgares qualidades de desembaraço, entusiasmo, firme determinação, arrojo e desprezo pelo perigo.

Revista da Cavalaria



João Leitão Robalo

2.º Sargento

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante os vinte e um meses de intensa e contínua actividade operacional em que serve na sua Companhia tem manifestado, desembaraço e coragem digna de realce. Procurando sempre os lugares de maior risco a sua actuação que já em 2 de Novembro de 1963, na operação «Adónis B-3» se torna digna de menção, tem continuado a merecer os maiores elogios e o seu exemplo muito tem contribuído para manter a moral e espírito combativo dos seus homens. Militar correcto, competente, disciplinado e disciplinador, corajoso e abnegado, é merecedor de respeito e consideração de superiores, camaradas e inferiores e credor do reconhecimento do Exército e da Nação.

Revista da Cavalaria



Jaime Rodrigues Belo

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante uma emboscada feita pelo In. ao seu Pelotão em que a viatura em que seguia sofreu os efeitos do rebentamento de uma carga explosiva, deixando-o gravemente ferido, continuou mesmo assim a fazer fogo durante cerca de uma hora, tendo sempre palavras de incitamento para todos os que consigo combatiam, demonstrando assim excelentes qualidades morais e militares que o impõem à consideração geral.

Revista da Cavalaria



Jorge Torres Fernandes Ribeiro

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. S. n.º 64 do QG/RMM
de 7 de Dezembro de 1966

Condecorado com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 12.º e verificadas as condições do Artigo 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate nesta Província de Moçambique.

LOUVADO, porque durante a Operação «Carpa», realizada na região de Nangololo, quando a sua Companhia, em 23 de Dezembro de 1965 atacava um Quartel Inimigo, cujo acesso era um túnel feito pelo inimigo na mata densa, ao ser ferido na cara e num braço por estilhaços duma granada de Bazooka disparada pelo inimigo, continuou instalado, desabrigado, fazendo fogo, debaixo de fogo de Bazookas e armas automáticas do Inimigo, com a cara coberta de sangue, o que muito contribuiu com o seu exemplo de coragem e valentia, para que a sua Companhia conseguisse desalojar o Inimigo instalado no fundo do referido túnel com Bazookas e armas automáticas e permitisse posteriormente a captura e destruição do referido Quartel.

Revista da Cavalaria



António Augusto Pimenta Henriques Simões

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante os 21 meses de intensa actividade operacional em que serve na sua Companhia tem, manifestado entusiasmo, desembaraço e coragem dignos de realce. Constantemente voluntário para missões arriscadas a sua dedicação invulgar levou-o mais de uma vez, a oferecer-se para operações em precário estado de saúde. Tomou parte nas várias operações «Adónis», na operação «Tridente» e na quase totalidade das realizadas no Sector que a sua Companhia presentemente ocupa («Invento», «Zuari», «Ebro», etc.).

Militar correcto, aprumado, competente, disciplinado e disciplinador, duma coragem a toda a prova, é merecedor do respeito e consideração de superiores, camaradas e inferiores e credor do reconhecimento do Exército e da Nação.

Revista da Cavalaria



Mário Feio Concha

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

Despacho de 11 de Outubro de 1966 de Sua Ex.^a o Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné.

LOUVADO, porque comandando uma Secção emboscada na noite de 8 para 9 de Novembro de 1964, no cruzamento de uma estrada com um caminho, pela forma notável como actuou, desbaratando por completo um grupo numeroso e bem armado de elementos inimigos, os quais surpreendeu, apreendendo-lhe grande e valiosa quantidade de material de guerra. Empregando com oportunidade uma autometralhadora e lançando-se sobre o inimigo acompanhado por três soldados seus, o Furriel Concha deu prova não só de grande coragem e valentia como de um sentido de comando e de coordenação que não são vulgares em militares da sua graduação. Manteve-se ainda no local durante todo o resto da noite, evitando pelo fogo de tempos a tempos, que os sobreviventes do grupo inimigo se aproximassem para recuperarem as armas perdidas. O procedimento do Furriel Concha torna-o digno do maior apreço e consideração de superiores e camaradas.

Revista da Cavalaria



Alberto Adriano
Moreira Leal

Furriel Miliciano

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

Por despacho de 13 de Julho de 1966 de Sua Ex.^a o General Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné.

LOUVADO, porque durante uma emboscada sofrida pela força em que se encontrava integrada a sua secção, tão bem se houve perante a difícil situação em que se encontrava, que impressionou vivamente todos os que o rodeavam admirando a excepcional coragem moral e física que tão calmamente demonstrou.

Tendo desde o início da reacção à emboscada comandado exemplarmente a sua secção, mantendo-a coesa e agressiva, com decisão e entusiasmo inultrapassáveis, indiferente ao perigo, galvanizando os seus homens, arrastou-os em direcção ao que se supôs ser a posição inimiga, que, apesar de não ter sido alcançada em virtude do densíssimo mato que a protegia, foi abandonada pelo In., que sentiu o vigor com que era assediado. O Furriel Leal soube manter desde o princípio ao fim da emboscada uma serena energia debaixo de fogo e um sangue frio dignos de serem exaltados a ele se devendo grande quota-parte dos resultados obtidos, pois o In. foi posto em debandada, sofrendo baixas prováveis.

Este graduado, que desde o início da sua presença no Batalhão tem dado provas de extraordinárias qualidades, tem tido na Província acção notável quer o encaremos sob o aspecto operacional conduzindo a sua secção de sapadores em tarefas próprias da sua especialidade, ou como secção de atiradores, quer nos outros aspectos de actividade que exijam trabalho, vontade, discernimento, acção, em todos se conduzindo de modo invulgar, merecendo por isso a estima, consideração e admiração de todos os inferiores, camaradas e superiores, o que me leva a apontá-lo como exemplo de militar de eleição, cuja conduta muito o enobrece, assim honrando a Arma e o Exército que tão devotadamente serve.



João Fernando Cardoso Rocha

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

*O. E. n.º 7 — 3.ª Série
de 10 de Março de 1966*

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, pelas elevadas virtudes militares patenteadas principalmente através dos 17 meses em que actuou na ZIN, numa acção em que as NT tiveram um ferido, o 1.º Cabo Rocha, indiferente ao fogo In., dirigiu-se logo ao seu camarada para o tratar. Posteriormente e ferido mortalmente um furriel, novamente acompanhado do Comandante do seu grupo de combate se dirigiu ao local, apesar do intenso fogo que o In. fazia sobre essa zona, demonstrando grande coragem, decisão, serena energia e um completo desprezo pelo perigo.

Aliando a estas qualidades muita educação e aprumo, torna-se digno continuador das virtudes ráticas do soldado português.

Revista da Cavalaria



João Manuel Ferreira
de Sá

1.º Cabo

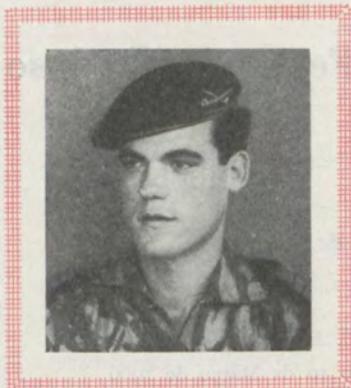
Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 23 — 3.ª Série
de 20 de Agosto de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque quando fazia parte duma coluna que se deslocava ao Ambriz ter prontamente ocorrido, sob intenso fogo In. a prestar socorros a um camarada seu, ferido pelo rebentamento duma mina, que entretanto deflagrara, atingindo a coluna.

Quando assistia ao ferido, sempre debaixo de fogo, foi igualmente atingido no braço direito por uma bala In., o que não o impediu de continuar a sua tarefa, até terminar o tratamento ao seu camarada ferido. Só então, permitiu receber assistência e que lhe fosse extraído o projectil, dando assim provas iniludíveis do seu espirito de humanidade, de camaradagem e forte determinação no cumprimento do seu dever.



João Manuel Ferreira de Sá

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 23 — 3.ª Série
de 20 de Agosto de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque quando fazia parte duma coluna que se deslocava ao Ambriz ter prontamente ocorrido, sob intenso fogo In. a prestar socorros a um camarada seu, ferido pelo rebentamento duma mina, que entretanto deflagrara, atingindo a coluna.

Quando assistia ao ferido, sempre debaixo de fogo, foi igualmente atingido no braço direito por uma bala In., o que não o impediu de continuar a sua tarefa, até terminar o tratamento ao seu camarada ferido. Só então, permitiu receber assistência e que lhe fosse extraído o projectil, dando assim provas iniludíveis do seu espírito de humanidade, de camaradagem e forte determinação no cumprimento do seu dever.



João Vieira de Melo

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 22 — 3.ª Série
de 10 de Agosto de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, a título póstumo, pelo seu comportamento notável revelado no decorrer da operação «Falcão II», levada a efeito em 13 de Fevereiro de 1966. Atingido com certa gravidade numa fase inicial do combate não hesitou em arrastar-se para o local onde o fogo In. era mais intenso ao saber que naquela zona havia outros feridos que necessitavam de receber tratamento. Veio a ser atingido mortalmente quando prestava assistência aos seus camaradas. Demonstrou excepcional espírito de abnegação e camaradagem extraordinárias qualidades de coragem, sangue frio, calma, serena energia debaixo de fogo, tornando-se credor de respeito e admiração pelos seus camaradas e superiores, digno de ser apontado como exemplo.



António de Vasconcelos

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque tendo feito parte de uma secção que foi emboscada pelo In. no dia 11 de Fevereiro de 1966 e tendo ficado ferido, embora sem gravidade, se ofereceu para tomar parte na operação «Falcão II» que teve lugar logo em 13 do mesmo mês. No decorrer das três horas que as NT estiveram permanentemente debaixo de intenso fogo In., o 1.º Cabo António de Vasconcelos esteve sempre nos locais de maior perigo, e várias vezes de pé, a peito descoberto, para tentar localizar elementos In., acabou por abater pelo menos dois, que descobriu instalados em cima de árvores.

Quando em virtude da forte pressão In., as NT foram obrigadas a reagrupar-se mais à retaguarda, deixando duas praças atingidas mortalmente, o 1.º Cabo Vasconcelos tentou por várias vezes ir buscar os corpos dos seus camaradas, só o não conseguindo devido ao intenso fogo que o In. desencadeava sempre que ele tentou aproximar-se. Demonstrou durante o decorrer de toda a operação excepcionais qualidades de coragem, sangue frio, desprezo pelo perigo e serena energia debaixo de fogo.

Por tudo, o 1.º Cabo Vasconcelos é credor de respeito e admiração de todos os seus camaradas e superiores e digno de ser apontado como exemplo.

Filho do Chefe de Elia, revelou-se como mais um digno representante daquela tabanca.



Valentim dos Santos Figueira

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, durante a emboscada sofrida pelo seu Grupo de Combate no dia 9 de Outubro, na estrada Farim-Cuntima, tendo-se apercebido que um seu camarada se encontrava ferido com certa gravidade não hesitou em ir buscá-lo transportando-o às costas para um local mais abrigado, tendo para tal, que entregar a uma camarada a sua própria arma. Revelou a par de um sangue frio, coragem e desprezo pela vida notáveis, um sentimento de camaradagem que muito me orgulha distinguir e realçar perante toda a Companhia. Esta praça tem-se distinguido sempre pelo seu aprumo, desejo de bem servir e cumprir, sendo um exemplo de correcção no seu trato diário, sendo por isto tudo um bom auxiliar do Comando.



Armando Reis Marques

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque ao longo dos 22 meses em que prestou serviço na C. Cav. 487 tem demonstrado que além de ser muitíssimo competente na sua especialidade, possui muitas apreciáveis qualidades de coragem, desembaraço, sangue frio, dedicação e desprezo pelo perigo. Numa acção realizada em 24 de Março de 1965 na região de Canjambari, ao serem feridos 3 camaradas seus, não hesitou em imediatamente lhes prestar os necessário socorros apesar da zona em que estes se encontravam continuar a ser batida por intenso fogo In. Militar correcto, apumado e cumpridor, é um dos melhores elementos da sua Companhia e é merecedor do reconhecimento do Exército e da Nação.



José Soares Biscaia

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque sempre mostrou espírito de abnegação no desempenho da sua missão. Em todas as operações em que tomou parte e principalmente durante os ataques de que a Companhia foi alvo no estacionamento de Cufar nos dias 23 e 25 de Janeiro, não se poupou a esforços no sentido de estar sempre presente onde eram necessários os seus serviços como enfermeiro. Sob o fogo inimigo transportou feridos por zona desabrigada e intensamente batida para o posto de socorros indiferente a qualquer perigo, regressando imediatamente para junto do seu Pelotão em combate. Pela ajuda grande e generosa que sempre assegurou a todos que do serviço da sua especialidade necessitaram; tornou-se não só credor na amizade e simpatia de todos os camaradas como ainda merecedor de toda a estima e admiração da parte dos seus superiores.

Revista da Cavalaria



Augusto Conceição Ribeiro Canta

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque ao longo dos 22 meses em que presta serviço na Companhia vem patenteando excepcionais qualidades de coragem, desembaraço, decisão e desprezo pelo perigo.

Comandando por várias vezes a sua secção, sempre o fez com eficiência apreciável. Voluntário para todas as missões arriscadas, foi um dos elementos que com o seu permanente entusiasmo mais contribuiu para manter o elevado moral do seu Grupo de Combate.

Numa acção realizada em 24 de Março de 1965 na região do Canjabari, em que o inimigo sofreu violento revés, foi um dos elementos que mais baixas provocou.

Tendo sido ferido na mão direita, ao ver que um inimigo se dirija para outros seus camaradas também feridos, passou a arma para a mão esquerda e, com uma calma e sangue frio extraordinários, abateu-o. É digno do maior apreço e consideração do Exército e da Nação.

Revista da Cavalaria



Joaquim António
Piedade Aranha

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a operação «Notável» no dia 14 de Novembro de 1964, ao tomar parte numa patrulha auto de reconhecimento e quando esta caía numa forte emboscada precedida por um rebentamento de um forninho e à base de granadas de mão de que resultou terem ficado feridos oito militares, alguns com certa gravidade entre os quais ele próprio, conservou uma calma excepcional tendo reagido enérgica e eficazmente à emboscada, dando assim um exemplo contagiante não só aos outros feridos como aos poucos militares que restavam ilesos. Deu provas de coragem, espírito de sacrifício, abnegação e auto domínio numa situação excepcionalmente perigosa e debaixo de fogo. Por estes motivos é digno de ser apontado como um verdadeiro exemplo a seguir por todos os militares da sua Companhia.

Revista da Cavalaria



Vitoriano Veríssimo

1.º Cabo

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Angola.

LOUVADO, porque quando fazia parte duma coluna que foi atacada pelo In., ter, debaixo de intenso fogo e com risco da própria vida, saltado para uma viatura, a fim de a travar, ao aperceber-se que a mesma deslizava na picada, pondo em risco a vida dos seus camaradas. Apesar de ter sido gravemente ferido nessa altura, por um tiro nas costas, que lhe perfurou o pulmão esquerdo, ainda encontrou ânimo para de novo saltar à picada e continuar por mais algum tempo a fazer fogo com a sua metralhadora. O primeiro cabo Veríssimo, demonstrou fria coragem, valentia e desprezo pelo perigo debaixo de fogo, pelo que é apontado justamente à consideração de todo o pessoal deste B. Cavalaria, como um exemplo, merecedor do respeito e admiração dos seus camaradas de Armas.

Revista da Cavalaria



Albino Pinto Gonçalves da Cruz

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

Despacho de 11 de Outubro de 1966 de Sua Ex.^a o Comandante-
-Chefe das Forças Armadas da Província de Moçambique.

LOUVADO, porque no passado dia 27 de Março de 1966, cerca das 20 horas, quando a coluna na qual fazia parte da escolta, estacionava no lugar denominado «O Caracol» entre Metangula e Maniamba, detectou o In. a cerca de dez passos do local onde montava a segurança. Imediatamente esta praça abriu fogo, tendo por esta forma sido lograda a surpresa do ataque In., que ao ver-se descoberto, logo respondeu ao fogo. Tendo-se-lhe acabado as munições da sua arma «G3» correu debaixo de fogo, para a extremidade da coluna, onde se encontrava uma viatura Daimler com duas metralhadoras «Dreyse», pegando numa delas de pé abriu fogo e sem municionador manteve uma quase impossível cadência de tiro até a intensidade do ataque abrandar. Demonstrou nesta acção invulgar coragem, sangue frio, decisão e serena energia debaixo de fogo, contribuindo não só para o malogro do ataque In. como também para a sua debandada.

Revista da Cavalaria



José Carvalho Paulino

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, fazendo parte de uma secção emboscada na noite de 8 para 9 de Novembro de 1964, no cruzamento de uma estrada com um caminho, contribuiu de forma decisiva para o aniquilamento de um grupo inimigo numeroso e bem armado, o qual surpreendido pela corajosa atitude dos nossos soldados, abandonou no terreno grande e valiosa quantidade de material de guerra. O soldado Paulino confirmou assim, o comportamento corajoso que já lhe valera um louvor em Ordem do C. T. I. G., o seu exemplo torna-o digno do maior apreço e consideração de superiores e camaradas.

Revista da Cavalaria



António João Serol do Maio

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Serie
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, fazendo parte de uma secção emboscada na noite de 8 para 9 de Novembro de 1964 no cruzamento de uma estrada com um caminho, contribuiu de forma decisiva para o aniquilamento de um grupo inimigo numeroso e bem armado, o qual abandonou no terreno grande e valiosa quantidade de material de guerra. O soldado Maio, acompanhou o seu Comandante de Secção quando se lançou no encalce do inimigo, determinando a fuga deste em autêntico pânico. O seu procedimento corajoso e exemplar torna-o digno do maior apreço e consideração de superiores e camaradas.

Revista da Cavalaria



António João Peixinho
Fuzeiro
Soldado.

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, por durante uma operação ter demonstrado excepcionais qualidades de valentia, desembaraço e espírito de sacrifício nunca abandonando o Comandante de Companhia em todos os momentos de perigo grave e sendo sempre dos primeiros nas acções perigosas. Já numa operação antecedente, este soldado vinha dando um verdadeiro exemplo de alto valor militar, empregando todas as suas energias e nunca se poupando aos maiores esforços. Nomeadamente durante uma patrulha de longo raio de acção, deu mais uma vez provas de coragem e espírito de sacrifício procurando salvar camaradas seus de morrerem afogados o que lhe mereceu um louvor do Comando Militar. Por estes factos e porque o Comando do seu Batalhão o considera um exemplo de excepção e de alto valor militar é digno de ser apontado como exemplo a seguir por todos os militares.

Revista da Cavalaria



António Luís Guerreiro Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, pelo desembaraço, extrema coragem, sangue frio e desprezo pela vida, demonstrados através das acções de combate em que tomou parte, sendo de salientar a sua actuação no dia 26 de Agosto de 1964, durante o reembarque das forças de que fazia parte, após uma acção contra o inimigo, salvando de afogamento dois dos seus camaradas e desenvolvendo esforços extraordinários para encontrar um terceiro que desaparecera nas águas. Pelas suas excelentes qualidades militares, este soldado é merecedor do maior apreço constituindo um exemplo de grande coragem e de elevadas virtudes militares.

Revista da Cavalaria



Armando dos Reis Isidoro Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a operação «Selim», numa zona que não era percorrida pelas NT à bastante tempo, em que o inimigo se revelou em força durante os períodos de progressão mais difíceis e perigosos seguiu sempre na frente da coluna da Companhia. Ao ver a certa altura elementos In. imediatamente abriu fogo evitando assim que se caísse numa emboscada, contribuindo em grande parte com a sua acção para o armamento que foi capturado e abandonado pelo In. Pouco tempo depois quando se prosseguia no mato voltou a detectar um grupo In. fortemente armado conseguindo mais uma vez contribuir largamente para que não houvesse baixas nas NT e para a grande quantidade de material que se capturou. Este soldado que já durante a operação «Base» se comportou de maneira a ser louvado pelo seu espírito de sacrifício, evidenciou-se agora um combatente excepcional em que é de admirar a sua coragem, sangue frio e espírito de decisão que o tornaram muito admirado pelos seus camaradas e superiores é digno de ser apontado como um exemplo.



José António Pereira Gomes Leonardo

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante uma operação quando a sua Companhia sofreu violenta emboscada, ao ser atingido pelo fogo inimigo e ferido na coxa direita ter revelado uma calma e sangue frio extraordinários não se queixando nem desmoralizando bem antes pelo contrário moralizando o resto do pessoal com a sua atitude e exemplo. Deu prova de extraordinário espírito de sacrifício e de abnegação. Foi o primeiro ferido que a sua Companhia sofreu e a actuação deste militar impressionou vivamente todo o pessoal. Além disso este Soldado vinha sendo notado em operações anteriores dando sempre provas de camaradagem, e espírito de disciplina e de ser um militar digno e cónscio do seu dever. Por estes factos é digno de ser apontado como exemplo a seguir por todos os militares.

Revista da Cavalaria



Diogo Augusto dos Santos

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a operação realizada por esta Companhia de Cavalaria em 12 de Junho de 1964, tendo sido atingido numa mão por um tiro quando procurava capturar o armamento de um elemento inimigo abatido, manteve-se em combate, sem se queixar, só pedindo tratamento quando a situação foi resolvida. Esta praça já em operações anteriores e por diversas vezes, demonstrou o seu valor revelando-se sempre como sendo um dos combatentes mais destemidos desta Unidade.

Pelas suas qualidades de valentia, desembaraço, decisão e espírito de sacrifício o soldado 185/63 merece o respeito e admiração dos seus superiores e camaradas.



José Francisco Pombo de Matos

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, a título póstumo, pelas qualidades excepcionais de militar demonstradas desde o dia 7 de Junho de 1964, data em que entrou para a Companhia até ao dia 21 de Novembro de 1964, data em que faleceu. Durante este período revelou-se sempre um militar disciplinado, dedicado ao serviço, correcto nas suas relações com os camaradas e superiores o que lhe conferia a estima de todos. Além disso revelou-se um militar dotado de coragem extraordinária que o levava a oferecer-se para várias missões arriscadas, nomeadamente para uma patrulhas auto de reconhecimento realizada no dia 14 de Novembro de 1964, durante a operação «Notável» em que caiu numa forte emboscada do inimigo. Dois dias antes no mesmo itinerário ficara debaixo de fogo inimigo noutra emboscada, tendo-se sempre portado da maneira notável, dando prova duma calma excepcional e dum grande autodomínio que o levaram a ser admirado pelos seus camaradas e superiores.

Revista da Cavalaria



Salvador dos Santos

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a operação «Rescaldo» quando seguia à testa da coluna ia de tal maneira compenetrado da sua missão, que ao ver um vulto atravessar de repente a picada, apesar de ser noite cerrada, fez fogo rapidamente, tendo assim feito revelar uma emboscada que estava preparada às nossas tropas. Logo a seguir foi alvejado com rajadas de pistola-metralhadora do outro lado da picada, tendo tido a presença de espírito para se deitar rapidamente e voltando-se para o lado donde vinha o fogo ter feito fogo com a sua arma, e coadjuvado por camaradas seus, ter posto em fuga os atacantes. Conseguiu assim evitar a surpresa e muito contribuiu para que as nossas tropas não tivessem baixas nesta acção. Esta praça do antecedente já se tinha revelado como um elemento excepcional debaixo de fogo, nomeadamente na operação «Tornado» onde a sua acção foi relevante. A sua conduta e atitude é pois digna de ser apontada como um exemplo a todos os seus camaradas.



Francisco Luís Pinto Guerreiro

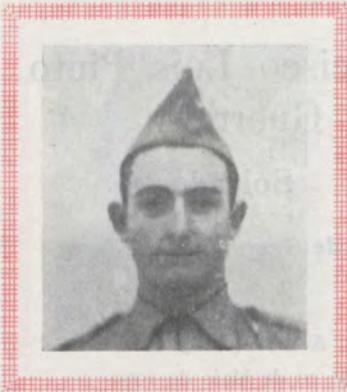
Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo dos Artigos 9.º e 10.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, fazendo parte de uma secção emboscada durante a noite de 8 para 9 de Novembro de 1964 no cruzamento de uma estrada com um caminho, contribuiu de forma decisiva para o aniquilamento de um grupo numeroso e bem armado o qual abandonou no terreno grande e valiosa quantidade de material de guerra. O soldado Guerreiro acompanhou o seu comandante de secção quando este se lançou no encalce dos elementos inimigos, determinando a fuga destes em autêntico pânico. O seu procedimento corajoso e exemplar torna-o digno do maior apreço e consideração de superiores e camaradas.



Abel Fernandes Moreira

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque nas diversas operações em que tomou parte durante o período em que a Companhia se manteve de reserva às ordens do Comandante-Chefe, ter-se sempre evidenciado como possuidor de alta coragem espírito de decisão nos momentos mais críticos sob intenso fogo do In. Na operação «Tornado» sob o fogo do In. deslocava-se com inteiro avontade procurando as melhores posições de fogo e sempre lúcido aguardava sereno as ordens do seu Pelotão que cumpria com precisão. Na operação «Campo» vendo um seu camarada caído de morte em combate, prontamente, desprezando o fogo In., ajuda o seu transporte para o posto de socorros, vindo imediatamente substituí-lo voluntariamente, no re-muniamento dos morteiros, lugar que, naquele momento, era particularmente perigoso e principalmente desmoralizante, posto que naquele serviço, já tinha caído morto um seu camarada. O procedimento sempre idêntico nas restantes operações em que houve contacto com In. tornam-o merecedor de ser considerado um exemplo a seguir.



Joaquim Luís

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante a operação «Início», como apontador de uma ML Madsen revelou extraordinárias qualidades de serenidade e coragem, debaixo de fogo, confirmando as qualidades que anteriormente e noutras circunstâncias havia revelado.

Quando foi necessário saltou da sua viatura, ocupou sempre as melhores posições, esquecendo valentemente a sua vulnerabilidade e prestando por sua iniciativa todo o apoio à movimentação do seu Comandante de Pelotão, esquecendo-se inteiramente de si próprio para abnegadamente acorrer aos camaradas que mais necessitavam, dando assim um nobre exemplo de decisão e camaradagem que importa realçar.



Rui Manuel Silva Monteiro

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque nas diversas operações em que tomou parte durante o período em que a Companhia esteve de reserva às ordens do Comandante-Chefe e nas muitas situações de combate que teve de enfrentar, mostrou sempre ser possuidor de um sangue frio e coragem digno de louvor. Nomeadamente na operação «Base», quando a sua Unidade sofreu uma emboscada por parte dum In. especialmente aguerrido, de pé, absolutamente descoberto cobriu com fogo certo os movimentos da sua secção, na ocupação de posições mais favoráveis a fim de desalojar o In. Na operação «Ferro», tendo um camarada da sua secção (rec. que caminhava na vanguarda) caído ferido, e, sob fogo intenso do In., indiferente ao perigo, ocupou uma posição mais à frente, onde ficou isolado, a enfrentar um In. ousado e bem conhecedor da mata. Com a sua bravura, tornou possível a recuperação do ferido, assim como a sua evacuação para a retaguarda. Procedimento sempre idêntico nas muitas operações em que tomou parte, aliado a um espírito recto, cumpridor e disciplinado tornando-se merecedor de ser apontado como exemplo a seguir.



Manuel da Luz Pedrosa

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque durante as operações em que tomou parte desde a entrada da sua Companhia em combate, nomeadamente nas «Tornado Base», «Confiança Física», «Campo», «Fena», etc., se mostrou um elemento de muito valor, corajoso e desembaraçado. Principalmente durante um ataque In. ao acampamento de Cufra, corajosamente e indiferente ao perigo saiu do abrigo com a Bazooka procurando mesmo debaixo de intenso fogo colocar-se em sítio descoberto de forma a atingir as principais armas do In. e embora pouco depois a sua arma tivesse sido posta fora de combate por ter sido atingida por dois projecteis In., um à frente dos olhos e outro junto à nuca continuou calmamente na sua posição. Este procedimento é digno de ser apontado como exemplo a seguir, pelos seus camaradas e fê-lo credor da amizade e consideração dos seus superiores.

Revista da Cavalaria



José Maria de Sousa
Silva

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque já vinha sendo notado por este comando pelas qualidades demonstradas em acções anteriores de campanha, distinguindo-se particularmente durante o ataque ao Destacamento de Copá do passado dia 26 de Julho. Logo depois de iniciado o ataque por parte do In., deslocou-se com o seu LGF ao local onde o fogo era mais intenso e aí dando provas de grande serenidade e espírito de iniciativa efectuou sozinho vários disparos de grande precisão que muito contribuíram para deter o In. nesse sector. Verificando depois que a sua presença era necessária noutra local relativamente distanciado donde estava mais uma vez progrediu a peito descoberto debaixo de fogo intenso para o sítio de maior perigo onde o ataque fora tão violento que o In. chegou a ultrapassar o arame farpado, onde de novo a sua acção se fez sentir de forma nefasta para o In. Deste modo, deu um invulgar exemplo de excepcionais qualidades e virtudes militares que lhe mereceram a consideração de todos os seus camaradas e superiores e obrigaram a este Comando a propor para ser louvado e apontado como um exemplo.

Revista da Cavalaria



Jorge Ramalho Godinho

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

O. E. n.º 13 — 3.ª Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque quando no dia 26 de Outubro de 1964, se encontrava com o seu Grupo em Operações, foi sobre a sua equipa lançada uma granada de mão que caiu junto à mesma a esta praça indiferente a aviso para se deitar, correu em perseguição de inimigos que avistava ferindo gravemente um deles e abatendo outro apanhando-lhe a arma que transportava. Com a sua atitude revelou uma decisão de valentia dignas de serem apontadas como exemplo.

Revista da Cavalaria



João Firmino Martins
Correia
Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, tendo rebentado uma mina sob a viatura que conduzia num deslocamento nocturno, de que resultaram diversos ferimentos num cipaio que seguia ao seu lado e em si próprio. Após ser tratado no posto de socorros para onde fora evacuado, cerca da meia-noite, pedira que lhe distribuíssem nova viatura e o deixassem seguir ao encontro dos seus camaradas. Embora sem viatura distribuída, foi muitas vezes voluntário noutras operações. Demonstrou assim extraordinária valentia, desprezo pelo perigo e elevado sentido de camaradagem.



António de Jesus Bento

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 15 — 3.^a Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque, durante a operação «Salado D», fazendo parte do Subagrupamento Pantera Moca, e após a saída das NT dum quartel In., voluntariamente marchou na testa da coluna cerca de quatro horas, praticamente sempre debaixo de fogo In., riposando e lançando-se sobre os elementos referenciados e ainda reconhecendo um trilho que se supunha armadilhado, revelando assim possuir coragem, serena energia debaixo de fogo, sangue frio, desprezo pela vida e pelo perigo, pelo que é de justiça apontá-lo como um exemplo das nobres ancestrais qualidades do soldado português.

Revista da Cavalaria



Joaquim Pereira
Patrício
Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 15 — 3.^a Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque encontrando-se em diligência no destacamento de Beli, durante o ataque que este destacamento sofreu, estando-lhe distribuído o lança-granadas-foguete, vendo que este tinha deixado de funcionar imediatamente se muniu de uma espingarda fazendo fogo sobre o In. Ao ter-se encravado esta também, muniu-se de granadas de mão e debaixo de fogo intenso indiferente ao perigo, correu todos os pontos do quartel mais flagelados lançando-as sobre o In. Teve a sua acção grande influência sobre o moral das nossas tropas e muito contribuiu para a frustração do ataque, porquanto elementos In. haviam já transposto a rede de arame farpado tendo sido repelidos devido à sua atitude. Apesar de gravemente ferido, dotado de grande coragem, manteve-se no seu posto até final do ataque, demonstrando assim excepcionais qualidades que muito o prestigiam junto dos seus superiores e camaradas.

Revista da Cavalaria



Joaquim Monteiro de Almeida

Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe

*O. E. n.º 15 — 3.ª Série
de 30 de Maio de 1966*

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque no dia 10 de Janeiro de 1966, seguindo numa viatura, apenas acompanhado pelo seu Comandante de Pelotão e tendo sido emboscado por numeroso grupo In., conseguiu sozinho deter o adversário até à chegada de reforços. Como o seu Comandante de Pelotão fosse ferido, foi debaixo de fogo buscá-lo para junto da viatura. Em virtude da sua arma se ter encravado, actua decididamente lançando duas granadas de mão, o que lhe permitiu, sem perda de tempo, munir-se de outra que se encontrava na viatura. Nesta ocasião é atingido ligeiramente, pelos estilhaços de uma granada inimiga. Mesmo assim, abriga-se novamente e continuando a fazer fogo, com judicioso consumo de munições, consegue manter o adversário a distância. Logo que chegaram os reforços toma parte activa na evacuação do Comandante de Pelotão e sempre debaixo de fogo manobra a viatura que depois conduz cerca de três quilómetros, com três rodas furadas e sem travões, por virtude de rebentamento de uma mina, verificado no início da emboscada. Demonstrou extraordinárias qualidades de coragem, sangue frio, calma e serena energia debaixo de fogo, não hesitando pôr a sua vida em jogo para tentar salvar a do seu Comandante de Pelotão. O comportamento do Soldado Almeida, recém-chegado da Metrópole, deve ser apontado como exemplo e credor do respeito e admiração de todos os seus camaradas e superiores.

Revista da Cavalaria



Aguinaldo António Vasconcelos

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 15 — 3.^a Série
de 30 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, a título póstumo, porque no passado dia 13 de Fevereiro, no decorrer da operação «Falcão II» confirmou mais uma vez ser um valoroso combatente, tão bom como os melhores Soldados Portugueses.

Durante o combate que as NT travaram com o In. bateu-se com extraordinária valentia e desprezo pelo perigo, pondo-se frequentemente de pé para tentar descobrir os elementos In. escondidos no capim, colocando desse modo a sua vida em perigo eminente e acabando por ser atingido mortalmente.

Esta praça que já era do antecedente tida em alto conceito quer pelos seus superiores quer pelos seus camaradas, confirmou novamente as suas excepcionais qualidades de coragem, sangue frio, e serena energia debaixo de fogo, por tudo tornando-se digna de ser apontada como exemplo. A lembrança do Soldado Aginaldo, estará bem presente na memória de todos quantos contactaram com ele e especialmente, daqueles que combateram a seu lado.

Filho do Chefe Elia, acrescentou, com a sua morte valorosa, mais um título de honra para a sua Tabanca.



Fodé Embaló

Soldado

Cruz de Guerra de 4.^a Classe

O. E. n.º 13 — 3.^a Série
de 10 de Maio de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.^a Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província da Guiné Portuguesa.

LOUVADO, porque numa acção de combate em que se encontrava empenhado e armado de espingarda «Mauser» reparou que podia dispor de uma espingarda automática G3 de um seu camarada ferido ao saltar do Unimog logo no início da emboscada, com ela fez fogo do qual resultou a morte de um elemento inimigo que se encontrava em cima de uma árvore e que a avaliar pelos gritos vindos de dentro da mata, era um dos seus chefes. Para isso teve de se deslocar para uma posição de difícil acesso pois se encontrava constantemente batido por intenso fogo inimigo. Vendo um seu camarada gravemente ferido e que precisava de ser colocado num Granadeiro a fim de ser evacuado pegou nele e debaixo de fogo transportou-o ao colo, correndo debaixo de uma grande intensidade de fogo inimigo. A ele se deve também a apreensão de uma espingarda automática «Simonov» a um terrorista por si abatido. Com a sua acção revelou possuir muita coragem, espírito de sacrifício e de camaradagem digna de maior consideração.

Revista da Cavalaria



Manuel Luís Prazeres Lima Soldado

Cruz de Guerra de 4.ª Classe
(A título póstumo)

O. E. n.º 18 — 3.ª Série
de 30 de Junho de 1966

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, condecorá-lo com a Cruz de Guerra de 4.ª Classe, ao abrigo do Artigo 12.º do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946, por serviços prestados em acções de combate na Província de Moçambique.

LOUVADO, a título póstumo, porque quando o seu pelotão caiu numa emboscada, em 31 de Maio de 1965, do que inicialmente resultaram dois mortos e alguns feridos graves, prontamente reagiu e apesar de se encontrar na zona mais fortemente alvejada pelo inimigo, nunca deixou de fazer fogo com a sua metralhadora, tendo conseguido neutralizar a acção inimiga, vindo porém a falecer vítima de uma granada de mão lançada sobre ele pelo inimigo. Este militar demonstrou com a sua atitude ser possuidor de altas qualidades de brio, abnegação, coragem física e desprezo pela própria vida, a par de uma bravura e sangue frio notáveis que o tornaram credor do nosso maior respeito e admiração.

RECTIFICAÇÃO

Na *Revista da Cavalaria* de 1965, página 67, publica-se o louvor concedido ao Alferes de Cavalaria António Luís de Magalhães de Menezes de Abreu Coutinho como sendo o que deu origem à condecoração que lhe foi concedida (Cruz de Guerra de 3.^a Classe) pela *O. E.* n.º 15, 2.^a Série, de 1 de Agosto de 1965.

Posteriormente, verificou-se que embora ao Alferes Abreu Coutinho tenha sido concedido o louvor que se publicou, o que deu origem à condecoração é o que seguidamente se transcreve do Art.º 5.º da *O. S.* n.º 258, de 10 de Novembro de 1966, do Regimento de Cavalaria n.º 7, no qual consta o n.º 2 do Art.º 3.º da *O. S.* n.º 42, de 21 de Maio de 1965, do QG/CTIG:

Que, Sua Ex.^a o Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné em seu despacho de 10 do corrente e por proposta do Comandante Militar do C. T. I. da Guiné, louva:

O Alferes de Cavalaria António Luís de Magalhães e Menezes de Abreu Coutinho, do Pelotão Daimler 947, pela forma entusiástica como terminada uma diligência temporária no comando de um Pel. Rec. no interior da Província, se dedicou ao reagrupamento e reforçamento do seu próprio Pel. Rec. até então estacionado em Bissau, preparando-o e mentalizando-o para o cumprimento de nova e difícil missão noutra zona sujeita à actividade do inimigo.

Iniciada a sua actividade operacional com a operação «Fecho» imediatamente demonstrou excelentes qualidades de comando, impulsionando da melhor forma a força encarregada da abertura do itinerário.

Removidos obstáculos e minas, deparou com uma forte emboscada do inimigo numa bifurcação de estradas, dando provas de grande coragem e serenidade debaixo de fogo, orientando a acção da tropa sempre em posições em que corria grave risco.

Vencendo todas as dificuldades conduziu as tropas ao objectivo final com pleno êxito. Efectuando constantes patrulhamentos nas estradas à sua responsabilidade, tomou parte na operação «Arpão» para ocupação de outra localidade. Num patrulhamento para a zona do inimigo, subsequente a esta operação, sofreu forte emboscada sendo ele próprio ferido, quando debaixo de fogo dirigia a manobra da AM FOX do Comando do Pelotão.

Em tudo deu provas de coragem, sangue frio, intrepidez e valor.

Revista do Conselho

RECTIFICAÇÃO

REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU

1973

No âmbito da Comissão de 1969, criada para estudar o futuro da Guiné-Bissau, o Conselho de Estado, em 1972, decidiu que a Guiné-Bissau deveria ser considerada um país independente e soberano, com o seu próprio governo e a sua própria constituição. Esta decisão foi aprovada por unanimidade em 1972.

Posteriormente, em 1973, o Conselho de Estado decidiu que a Guiné-Bissau deveria ser considerada um país independente e soberano, com o seu próprio governo e a sua própria constituição. Esta decisão foi aprovada por unanimidade em 1973.

Em 1973, o Conselho de Estado decidiu que a Guiné-Bissau deveria ser considerada um país independente e soberano, com o seu próprio governo e a sua própria constituição. Esta decisão foi aprovada por unanimidade em 1973.

Em 1973, o Conselho de Estado decidiu que a Guiné-Bissau deveria ser considerada um país independente e soberano, com o seu próprio governo e a sua própria constituição. Esta decisão foi aprovada por unanimidade em 1973.

Em 1973, o Conselho de Estado decidiu que a Guiné-Bissau deveria ser considerada um país independente e soberano, com o seu próprio governo e a sua própria constituição. Esta decisão foi aprovada por unanimidade em 1973.

Em 1973, o Conselho de Estado decidiu que a Guiné-Bissau deveria ser considerada um país independente e soberano, com o seu próprio governo e a sua própria constituição. Esta decisão foi aprovada por unanimidade em 1973.

Em 1973, o Conselho de Estado decidiu que a Guiné-Bissau deveria ser considerada um país independente e soberano, com o seu próprio governo e a sua própria constituição. Esta decisão foi aprovada por unanimidade em 1973.





SERVIÇOS DISTINTOS COM PALMA

Ten.-Coronel **José Joaquim Colares Vieira Serra Pereira**

Major **Domingos de Vilas Boas de Sousa Magalhães**

Major **Raúl Augusto Paixão Ribeiro**

Major **António Lobato de Oliveira Guimarães**

Capitão **José Manuel Vaz Barroco**

Capitão **Carlos José Saraiva Lima de Almeida
e Brito**

Capitão **João Luís Moreira Arriscado Nunes**



José Joaquim Colares Vieira Serra Pereira

Tenente-Coronel

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 20 — 2.ª Série
de 15 de Outubro de 1966
e

Portaria de 23 de Setembro de 1966

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Artigo 17.º, com referência ao § 2.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, o Tenente-Coronel de Cavalaria José Joaquim Colares Vieira Serra Pereira, do Batalhão de Cavalaria n.º 682, Regimento de Cavalaria n.º 3, pela extraordinária dedicação, elevada competência e incedível lealdade com que vem desempenhando há mais de vinte meses as funções de comandante de batalhão no Sector S da zona de intervenção norte. Oficial dotado de sólida preparação militar, esclarecida inteligência e desembaraço, soube incutir em todos os seus homens forte espírito de corpo e de missão, fazendo do batalhão que comanda uma unidade altamente disciplinada e aguerrida.

Colocado o batalhão em subsector de particular acuidade no momento, por ser objecto de actividade inimiga, e, em especial, utilizado frequentes vezes como corredor de passagem de um para outro dos territórios vizinhos, o Tenente-Coronel Serra Pereira por tal forma orientou uma intensa actividade operacional, à qual deu sempre o impulso e estímulo da sua presença, que levou o inimigo a afastar-se da região, onde há muitos meses se não revela.

Também no âmbito da acção psicossocial tem sido notável a actuação do Tenente-Coronel Serra Pereira ao promover, pela construção e reparação de picadas, pontes e pontões, o acesso a todos os povos, possibilitando a assistência médica, as competições desportivas e, de uma maneira geral, a convivência amistosa entre as tropas e as populações, que tem impulsionado com assinaláveis resultados.

Por tudo isto, considero que os serviços prestados pelo Tenente-Coronel Serra Pereira ao Exército e à Nação devem ser considerados relevantes, extraordinários e muito distintos.

Revista da Cavalaria



Domingos de Vilas Boas de Sousa Magalhães

Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 5 — 2.ª Série
de 1 de Março de 1966

e

Portaria de 18 de Janeiro de 1966

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Artigo 17.º, com referência ao § 2.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar, para todos os efeitos legais, o seguinte louvor, conferido na *Ordem de Serviço* n.º 7, de 4 de Maio de 1964, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao Major de Cavalaria Domingos de Vilas Boas de Sousa Magalhães, do Batalhão de Cavalaria n.º 490, Regimento de Cavalaria n.º 3, pelo seu interesse, dedicação, entusiasmo e eficiência, a todos os títulos notáveis, o que, aliado ao equilíbrio, sensatez e bons conhecimentos militares, o tornam um elemento de valor.

Oficial de operações de uma unidade de intervenção, planeou e acompanhou as actuações dessa unidade, contribuindo pela sua acção firme, constante e serena para os sucessos alcançados por esta na região de Oio e na operação «Tridente». A sua vontade de bem-servir levou-o voluntariamente a tomar parte em operações que envolviam grande risco, no intuito de melhor se integrar na missão do seu batalhão e cumprir eficazmente a sua função, no que prestou serviços distintos e dignos do maior apreço.



Raúl Augusto Paixão Ribeiro

Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 5 — 2.ª Série
de 1 de Março de 1966

e

Portaria de 18 de Janeiro de 1966

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Artigo 17.º, com referência ao § 2.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar o seguinte louvor, conferido na *Ordem de Serviço* n.º 6, de 11 de Maio de 1965, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao Major de Cavalaria Raúl Augusto Paixão Ribeiro, do Regimento de Cavalaria n.º 3, porque, no desempenho das funções de 2.º Comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 490, tem vindo a confirmar as suas reais qualidades de oficial de escol.

Técnico de rara competência, de uma dedicação, interesse pelo serviço e lealdade invulgares, não tem limitado a sua acção às obrigações por demais complexas e variadas do cargo que desempenha.

O seu elevado sentimento de dever arrasta-o, muitas vezes em nítidas condições de inferioridade da sua precária saúde, a viver intensamente e a procurar dar solução a todos os problemas que interessam ao batalhão e à arma que devotamente serve.

Em todas as situações de constante actividade operacional em que a sua unidade vem actuando ao longo de mais de 21 meses de comissão nesta província da Guiné, sempre a sua opinião sensata, criteriosa e inteligente constituiu elemento de positivo e real valor.

Tendo assumido por várias vezes o comando do batalhão, na ausência do comandante efectivo, o seu conhecimento profundo de todos os problemas do mesmo, aliado às suas inegáveis qualidades de chefe, permitiram-lhe sempre actuar da forma mais conveniente e eficaz.

Modelo de virtudes militares, o Major Paixão Ribeiro prestou serviços ao Exército e à Nação que considero extraordinários, relevantes e distintos.

Revista da Cavalaria



António Lobato de Oliveira Guimarães

Major

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 11 — 2.ª Série
de 1 de Junho de 1966
e

Portaria de 5 de Maio de 1966

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Artigo 17.º, com referência ao § 2.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

LOUVADO, o Major de Cavalaria António Lobato de Oliveira Guimarães, porque, no serviço que tem prestado na 4.ª Repartição do Quartel General do C. T. I. da Guiné, desde Junho de 1963, patenteou excepcionais qualidades em todas as ocasiões e perante os muitos problemas surgidos, especialmente quanto à organização da Repartição e à preparação das bases para a infra-estrutura logística de apoio às tropas.

Durante os 17 meses em que chefiou a Repartição, que se assinalaram por um período em que o aumento brusco de efectivos e de extrema escassez de meios ao dispor da Repartição e dos Serviços, especialmente dos de transportes, criaram condições permanentemente críticas, deu sobejas provas daquelas qualidades, sem as quais não teria podido resolver as embaraçosas situações criadas pela desproporção entre o volume das necessidades e a insuficiência das disponibilidades.

Posteriormente, devido a uma reorganização do Quartel General, passou a desempenhar as funções de Adjunto da referida Repartição e, para bem servir, prosseguiu com o maior zelo e entusiasmo as suas tarefas mostrando mais uma vez ser Oficial leal, prestimoso e de bons atributos profissionais, não se poupando nunca a esforços.

Oficial muito competente, pleno de dinamismo e com boas capacidades de trabalho, pondo no serviço o maior interesse, criterioso, de boa formação moral e aprumo militar, de notáveis predicados morais e cívicos, pelo que classifico os seus importantes serviços de extraordinários, relevantes e distintos.

Revista da Cavalaria



José Manuel Vaz Barroco Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 11 — 2.ª Série
de 1 de Junho de 1966
e

Portaria de 5 de Maio de 1966

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Artigo 17.º, com referência ao § 2.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, louvar o Capitão de Cavalaria José Manuel Vaz Barroco, porque, durante todo o tempo em que serviu no seu batalhão como comandante da Companhia de Cavalaria n.º 434, demonstrou sempre possuir elevados dotes de carácter e inteligência, notável aprumo, correcção e dedicação pelo serviço.

Mantendo sempre a sua companhia em elevado grau de eficiência operacional, nunca descurou a organização e o arranjo das instalações para o bem-estar dos seus homens.

Sempre se mostrou voluntarioso em todas as numerosas acções em que tomou parte na sua importante comissão, quer actuando em reforço de outras unidades — nomeadamente do Batalhão de Cavalaria n.º 399, que lhe granjeou um louvor do comandante da Região Militar de Angola —, quer nas operações do seu batalhão, nomeadamente nas operações com helicópteros «Cavaleiros Alados», que comandou e treinou.

O Capitão Barroco demonstrou possuir desembaraço, coragem e capacidade de comando que o tornam um oficial digno de ser apontado como exemplo, que muito tem prestigiado as instituições militares e o País, devendo os seus serviços ser considerados extraordinários, relevantes e distintos.



Carlos José Saraiva Lima de Almeida e Brito

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 12 — 2.ª Série
de 15 de Junho de 1966
e

Portaria de 5 de Maio 1966

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea *a*) do Artigo 17.º, com referência ao § 2.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Louvado o Capitão de Cavalaria Carlos José Saraiva Lima de Almeida e Brito, pela forma brilhante e altamente eficiente como desempenhou as importantes funções de oficial de operações e informações do Batalhão de Cavalaria n.º 631, durante mais de dezasseis meses de serviço na zona de intervenção norte.

Oficial muito desembaraçado, de sólida preparação militar e grandes qualidades de trabalho organizou, os serviços a seu cargo e instruiu o pessoal seu subordinado de modo a obter perfeita coordenação de esforços e eficiência digna de ser realçada e que muito contribuiu para facilitar a acção do comando. Possuidor de raras qualidades de inteligência e fácil apreensão, o Capitão Almeida e Brito não se poupou a esforços e sacrifícios, quer no estudo e preparação das operações que frequentemente acompanhava na sua execução, por conhecimento aéreo e terrestre, quer na elaboração dos planos e relatórios inerentes à sua função. As suas qualidades de oficial brioso e competente revelaram-se, não só em todos os serviços que desempenhou no batalhão, como no quartel-general da Região Militar de Angola, onde desempenhou funções de instrutor num estágio de oficiais.

Dotado de forte personalidade e firme carácter, o Capitão Almeida e Brito afirmou-se como oficial distinto da sua arma e do Exército, sendo de toda a justiça classificar os serviços por ele prestados à Região Militar de Angola como extraordinários, relevantes e distintos.

Revista da Cavalaria



José Luís Moreira Arriscado Nunes

Capitão

*Medalha de Prata de Serviços Distintos
com Palma*

O. E. n.º 5 — 2.ª Série
de 1 de Março de 1966

e

Portaria de 18 de Janeiro de 1966

Condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos, com Palma, por ter sido considerado ao abrigo da alínea a) do Artigo 17.º, com referência ao § 2.º do Artigo 51.º, do Regulamento da Medalha Militar, de 28 de Maio de 1946.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, adoptar, para todos os efeitos legais, o seguinte louvor, conferido na *Ordem de Serviço* n.º 6, de 11 de Maio de 1965, do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné Portuguesa, ao Capitão de Cavalaria João Luís Moreira Arriscado Nunes, do Batalhão de Cavalaria n.º 490, Regimento de Cavalaria n.º 3, porque, no desempenho das suas funções, tem manifestado inextinguível dedicação, entusiasmo e interesse invulgares.

Oficial competente, de sólida formação militar, sacrifica com prazer os curtos momentos que os seus múltiplos afazeres lhe podiam deixar livres para acompanhar forças em operações.

Corajoso e dinâmico, trabalhador incansável, constitui com o seu esforço e o seu exemplo, um dos mais sólidos esteios do comando do batalhão.

De uma lealdade a toda a prova e elevado sentimento do dever, o capitão Arriscado Nunes é um daqueles raros elementos de excepção que tornam fácil e agradável o exercício do comando.

Considero os seus serviços prestados ao Exército e à Nação extraordinários, relevantes e distintos.

PRÉMIOS

ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ

- 2.º Sargento **Francisco Quintano Freire**
1.º Cabo **Júlio Ribeiro Nunes**

GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA

- Capitão **Luís Alberto de Oliveira Marinho Falcão**
Alferes Mil.º **José Francisco de Oliveira Carvalho**
Alferes Mil.º **Mário Alberto de Oliveira Salgueiro**
Alferes Mil.º **António Júlio Salgueiro Gonçalves**
1.º Cabo **Jorge Claudino Cabrita**
1.º Cabo **João Carvalho Margarido**
1.º Cabo **José da Silva Rocha**
Soldado **João Gonçalves Antunes**
Soldado **António da Piedade Ventura**
Soldado **Bernardo Moreira da Silva**
Soldado **Joaquim Pedro da Silva**
Soldado **António de Jesus Bento**
1.º Cabo **Victoriano Veríssimo**
1.º Cabo **João Manuel Ferreira de Sá**
Soldado **João Carrilho de Matos**
Soldado **Alberto Correia da Costa**
Soldado **Francisco Martins Mestre**
Guia Nativo **João Baza**

GOVERNADOR GERAL DE MOÇAMBIQUE

- Alferes Mil.º **José Farinha Lopes**
Alferes Mil.º **Fernando António Pereira Pinto**

GOVERNADOR DA GUINÉ

- Alferes Mil.º **José Adelino M. V. de Sousa**
Furriel Mil.º **José António Gomes Brizídio**
1.º Cabo **José Montez Régio Acabado**
1.º Cabo **Joaquim António P. Aranha**
1.º Cabo **Braima Baldé**
1.º Cabo **António de Vasconcelos**
Soldado **Jaquim Monteiro de Almeida**
Soldado **Samper Pereira**

Revista da Cavalaria

PRÊMIO ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ



2.º Sargento

Francisco Quintano Freire

R. C. 3

Bat. Cav. 745 — Comp. Cav. 744



1.º Cabo

Júlio Ribeiro Nunes

R. C. 3

Bat. Cav. 745 — Comp. Cav. 744

Revista da Cavalaria

PRÉMIO GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA



Capitão
*Luís Alberto de Oliveira
Marinho Falcão*



Alferes Miliciano
*José Francisco de Oliveira
Carvalho*



Alferes Miliciano
*Mário Alberto de Oliveira
Salgueiro*



Alferes Miliciano
*António Júlio Salgueiro
Gonçalves*

Revista da Cavalaria



1.º Cabo
Jorge Claudino Cabrita



1.º Cabo
João Carvalho Margarido



1.º Cabo
José da Silva Rocha



Soldado
João Gonçalves Antunes

Revista da Cavalaria



Soldado
António da Piedade Ventura



Soldado
Bernardo Moreira da Silva



Soldado
Joaquim Pedro da Silva



Soldado
António Jesus Bento

Revista da Cavalaria



1.º Cabo
Victoriano Verissimo



Soldado
João Carrilho de Matos



1.º Cabo
João Manuel Ferreira Sá



Soldado
Alberto Correia da Costa

Revista da Cavalaria



Soldado
Francisco Martins Mestre



Guia Nativo
João Basa

PRÉMIO GOVERNADOR GERAL DE MOÇAMBIQUE



Alferes Miliciano
José Farinha Lopes



Alferes Miliciano
*Fernando António Pereira
Pinto*

Revista da Cavalaria

PRÊMIO GOVERNADOR DA GUINÉ



Alferes Miliciano
José Adelino M. V. de Sousa



Furriel Miliciano
José António Gomes Brizido



1.º Cabo
Joaquim António P. Aranha



1.º Cabo
Braima Baldé

Revista da Cavalaria



1.º Cabo
António de Vasconcelos



Soldado
Joaquim Monteiro de Almeida



British Air Corps



**CONDECORAÇÕES
E LOUVORES
COLECTIVOS**



Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 631

Que por seu despacho de 25 de Abril de 1966, louva:

O **Batalhão de Cavalaria n.º 631**, pela decisão e interesse que revelou no desempenho de todas as tarefas que lhe foram conferidas e que sempre realizou com elevada noção do sentido do cumprimento do dever e acentado espírito de missão.

Durante mais de dois anos que permaneceu na Zona de Intervenção Norte teve sucessivamente à sua responsabilidade três áreas de características distintas, nas quais deixou bem vincada a sua presença através de uma consciente adaptação das suas actividades.

Nas suas duas localidades iniciais, regiões de fronteira, uma das quais de grande superfície e compreendendo extensa faixa fronteiriça, em ambas manteve uma constante actividade operacional nos seus múltiplos aspectos, levando simultaneamente a efeito um útil trabalho de reparação de itinerários.

Deslocado depois para a região de Catete o Batalhão de Cavalaria n.º 631 empenhou-se na operação «Centaurus 7», de escalão superior e ainda numa série de outras às quais deu a designação genérica de «Centaurus», nas quais apesar de ter sido exigido um duro e prolongado esforço aos seus efectivos, estes mais uma vez se revelaram possuidores de acentuado espírito de sacrifício e de bem cumprir, do que resultou a desorganização e o estabelecimento de nítidas dificuldades ao inimigo.

Igualmente se torna justo referir a actividade deste Batalhão quer na obra de melhoramento das suas instalações, quer ainda através da bem conduzida acção psicológica e de assistência junto das populações autóctones.

Manifesta-se assim o Batalhão de Cavalaria n.º 631, como uma excelente Unidade de elevado espírito de sacrifício e eficiência, pelo que se tornou inteiramente merecedora do elevado apreço, e confiança do Comando da Região Militar de Angola.

*(O. S. n.º 37 do Comando da Região Militar de Angola,
de 6 de Maio de 1966)*

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 682

Louvo, por proposta do Ex.^{mo} Comandante do Sector S, o **Batalhão de Cavalaria n.º 682**, porque tendo desde o início da sua comissão, no Sector a que foi atribuído, ocupado um Subsector de especial acui-

Revista da Cavalaria

dade e de graves preocupações para o Comando, soube mercê de uma elevada e bem conduzida actividade operacional baseada no dinamismo, na acção e no bom senso, restabelecer totalmente a normalidade da situação em toda a sua zona de acção.

Participando ainda em operações na ZIN e em regiões bastante difíceis e trabalhando em zonas totalmente desconhecidas, deu o Bat. Cav. 682 sobejas provas do seu espírito combativo, da mais elevada mentalização para a missão que aqui foi chamado a desempenhar e do seu excepcional espírito de corpo.

Desenvolvendo grande actividade nos aspectos psicossociais, soube ainda o Bat. Cav. 682: grangear a estima, o respeito e até a amizade dos inúmeros povos que habitam a sua zona de acção e de que a recente festa levada a efeito para imposição de uma Cruz de Guerra a um Guia, foi eloquente testemunha pela reunião na Sede do Batalhão, de cerca de 800 habitantes da zona, no melhor e mais são convívio. Beneficiou largamente as instalações de todas as subunidades abrindo estradas e picadas e lançando pontões. Por tudo o que antecede, prestou o Bat. Cav. 682 inestimáveis serviços ao Exército escrevendo algumas páginas brilhantes na História da Cavalaria.

*(Despacho de 25 de Abril de 1966 de S. Ex.^a o General
Comandante da Região Militar de Angola)*

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 705

Louvo o Comando do **Batalhão de Cavalaria n.º 705** pela forma proficiente e a todos os títulos exemplar como organizou e accionou os diversos serviços que se processaram ou correram através dele.

Comando em que todos os seus órgãos revelaram o melhor interesse no exercício das suas funções específicas, a que cabalmente satisfizeram, constituiu um todo homogéneo à altura da missão recebida não obstante a complexidade inerente ao grande número de subunidades a orientar, accionar e a controlar, o que lhe mereceu encómios e o testemunho da sua eficiência por parte das diferentes Chefias e Comandos das Armas do CTIG, e foi motivo para receber, no campo social, a solidariedade das autoridades administrativas, e o agradecimento e consagração por parte das populações e autoridades nativas, pela assistência moral, religiosa, sanitária, educativa e económica prestadas, em reconhecimento da protecção que sempre lhes foi garantida.

Revista da Cavalaria

Comando que concebeu e impulsionou uma actividade operacional a todos os títulos notável, perseguindo o inimigo e impedindo-lhe sua fixação no sector, em tudo fez aflorar a qualidade dos seus oficiais, sargentos e praças havendo-se de dar relevo muito justamente à pessoa do seu Comandante, Tenente-Coronel de Cavalaria, Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas, oficial com dotes excepcionais de Comando, que conseguiu galvanizar à sua volta compenetradas vontades e o melhor espírito de cooperação dos seus subordinados no que constituíram um todo digno de apreço e de muita simpatia, marcando uma presença exemplar na Guiné que me apraz referir e apontar à consideração das Unidades do Sector Leste.

*(O. S. n.º 57 de 11 de Maio de 1966
do Cmd. Agrup. 24)*

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 745

Louvo por proposta do Comando de Agrupamento n.º 1972:

O **Batalhão de Cavalaria n.º 745**, por em actuação no Sector dos Dembos, designadamente nas Operações «Assaltos Coordenados D-2», «Atoleiros» e «Salado D», ter agido sempre com a maior agressividade e conseguido vibrar duros golpes no prestígio que o inimigo poderia ter nas regiões das operações, especialmente nos vales dos Rios Cassulo e Cullio, Causseque e Lussanza e na Mata-Bala. O Batalhão de Cavalaria n.º 745 prestou a melhor colaboração às operações citadas, tendo fornecido, por vezes, efectivos superiores aos que lhe eram determinados, a fim de possibilitar a obtenção de melhores resultados e executou as missões que recebeu com sã alegria de combate. A sua vontade de proveitosa colaboração, a sua própria confiança e a sua combatividade demonstrada através das missões que cumpriu nas referidas operações, que se situaram em regiões fortes do inimigo, missões que foram das principais, por mais perigosas, são índice de uma boa preparação e de um excelente espírito militar que tornam o Batalhão de Cavalaria n.º 745 uma Unidade de elite, por valorosa, do que apraz dar público louvor.

*(O. S. n.º 23 de 18 de Março de 1966 do Comando
da Região Militar de Angola)*

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 1879

Louvo o **Batalhão de Cavalaria n.º 1879** porque durante sete meses de vida intensa da Campanha da Região do Lago do Distrito do Niassa desenvolveu notável actividade, na destruição de acampamentos inimigos, na abertura de novos itinerários e melhoria de outros, facilitando assim o controle do território e vida das tropas, no agrupamento, defesa e melhoria das condições de vida das populações e em múltiplas tarefas de que foi incumbido.

Não obstante enormes dificuldades encontradas desde início motivadas pelas más condições de tempo, pois a Unidade entrou em Sector no mês de Fevereiro e iniciou a sua actividade no período das chuvas mais frequentes, mesmo com algumas deficiências e falhas nos seus quadros o Bat. Cav. 1879, cumpriu com muito acerto, entusiasmo e eficiência o seu dever e vai deixar nas terras do Niassa marca indelével e muito honrosa da sua passagem. É de salientar que muito embora o número de baixas em combate seja acentuado a Unidade continua a manter elevado moral.

O numeroso material apreendido ao In., a insegurança criada nos seus bandos e uma vigilância atenta e constante sobre o território e as populações, têm dificultado a actividade inimiga a ponto de desde há tempos os bandos terroristas terem vindo a perder progressivamente o controle sobre as gentes e a limitarem a sua acção à colocação de minas fugindo sistematicamente ao contacto com os valorosos militares desta Unidade.

*(O. S. n.º 38 de 30 de Setembro de 1966
do Comd. Sector A)*

ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO N.º 693

Louvo o **Esquadrão de Cavalaria n.º 693**, porque durante cerca de um ano em que constituiu reserva deste Comando revelou ser uma Unidade coesa, disciplinada, moral elevado, óptima preparação operacional, voluntariosa, forte espírito combativo, sempre pronta a acorrer onde a situação requeresse sua presença mesmo em cumprimento de missões não específicas do seu emprego.

Se bem que poucas vezes tivesse tomado parte globalmente em Operações e nessas não tivesse havido oportunidade para demonstrar

Revista da Cavalaria

suas reais possibilidades, estas não deixam de ser sempre bem evidenciadas quando a qualquer dos seus pelotões isolados essa oportunidade se ofereceu, sendo justo destacar a actuação de um deles na operação «Início», a 18 de Julho de 1965, e de outro na operação «Lumiar», a 2 de Maio de 1966.

Mercê da qualidade dos seus Oficiais, Sargentos e Praças, com relevo para o espírito de compreensão, dedicação, entusiasmo e proficiência do seu Comandante, o Esq. Rec. 693 conquistou no Sector Leste um ambiente de confiança e reputação digno de registo e que na hora da despedida me apraz realçar, certo de que honrou em terras da Guiné a Arma de Cavalaria e prestigiou o Exército.

*(O. S. n.º 56 de 10 de Maio de 1966
do Cmd. Agrup. 24)*

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 680

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 680**/Bat. Cav. 682 porque no decorrer de cerca de 22 meses de permanente actividade na ZIN em Angola se tem revelado uma Subunidade altamente operacional. Destacada para o Alto Maiombe no início da sua comissão, ali desenvolveu durante 5 meses intensa actividade operacional onde revelou ser dotada de alto espírito ofensivo, espírito de sacrifício e notável abnegação e noção dos seus deveres para com a missão que lhe foi imposta. A despeito da vasta ZA atribuída e das muitas difíceis condições de actuação impôs a Comp. Cav. 680 a sua presença conseguindo criar no In. um clima de grande insegurança e a consequente confiança das populações locais na acção das NT que levou a terem-se apresentado nas aldeias grande número de refugiados. A despeito das baixas sofridas por acções de combate, manteve a Comp. Cav. 680 um elevado moral e espírito de determinação que culminou com a sua actuação na operação «Serra Marão».

Regressada ao seu Batalhão, manteve a Comp. Cav. 680 o mesmo ritmo de actuação por forma a que rapidamente a sua ZA era perfeitamente conhecida em toda a sua extensão. Simultaneamente, sem prejuízo da actividade operacional, e vivendo em rudimentares barracas, foi a Comp. Cav. 680 construindo um aquartelamento que pelo primor da sua execução tem merecido as mais elogiosas referências de todos

Revista da Cavalaria

quantos o visitam. Tem assim a Comp. Cav. 680 jus à maior consideração pelo muito mérito como tem cumprido a sua missão, prestigiando o seu Batalhão e as Forças Armadas.

*(O. S. de 7 de Março de 1966
do Cmd. Sector S)*

COMPANHIA DE COMANDO E SERVIÇOS DO BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 682

Louvo a **Companhia de Comando e Serviços do Batalhão de Cavalaria n.º 682**, porque durante cerca de 22 meses de permanência na ZIN, em Angola, sempre actuou exemplarmente, na complexidade dos serviços que lhe são inerentes. O pessoal desta Companhia tornou-se credor da consideração de todo o Batalhão através dos trabalhos de construção realizados na constante e fadigosa manutenção de edifícios, itinerários, aparelhos de abastecimento de água e energia eléctrica e também pela forma como têm sido mantidas em funcionamento as poucas viaturas de que a mesma dispõe; pelotões desta Companhia, actuando como atiradores e em reforço da actividade operacional do Batalhão têm cumprido por forma em tudo correspondendo, ao conceito que aos mesmos homens é devido pela sua actividade específica. Assim, a Companhia de Comando e Serviços do Batalhão de Cavalaria n.º 682 tem contribuído com muito mérito para o prestígio do seu Batalhão.

*(O. S. n.º 7 de 9 de Março de 1966
do Cmd. Sector S)*

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 681

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 681**, Bat. Cav. 682, pela forma altamente eficiente como tem actuado no decorrer do 22 meses de actividade na ZIN, em Angola. Tendo-lhe sido atribuída de início vasta área do Subsector englobando duas regiões fronteiriças e dispondo de reduzido número de viaturas, em breve a Comp. Cav. 681 estava absolutamente conhecedora da ZA, impondo presença por acções de permanente movimentação de que resultou um nítido «clima» de inse-

Revista da Cavalaria

gurança para o In., segurança para os povos da região e confiança na acção das NT, regresso de refugiados, de reconstrução e reocupação de aldeias abandonadas e vasta rede de comunicações. Na 2.ª fase da sua missão, a Comp. Cav. 681 tem actuado na região fronteiriça de Massabi onde continua a cumprir com dedicação e brilho, mantendo o entusiasmo e determinação iniciais na actividade operacional e psicossocial que realiza para conhecimento e domínio total da ZA e levando a efeito a construção de um Aquartelamento inteiramente concebido pelo Comandante da Companhia, sem quebra da actividade operacional. Os excelentes resultados obtidos ficam-se devendo ao dinamismo de acção, espírito altamente ofensivo, elevado moral, notável espírito de sacrifício e perfeita noção de valor das relações humanas de todo o pessoal da Companhia em revelação fortemente positiva de altas virtudes da raça. Assim cumprindo a sua missão com grande mérito, tem a Comp. Cav. 681 contribuído largamente para o prestígio do seu Batalhão e das Forças Armadas.

*(O. S. n.º 7 de 9 de Março de 1966
do Cmd. Sector S)*

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 702

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 702**, porque quer durante o período em que actuou como força de intervenção em reserva do Com. Chefe, quer durante o período em que actuou como força em Sector, mostrou ser uma Companhia de uma grande regularidade operacional.

Graças a preparação que lhe foi imposta pelo seu Comandante com a colaboração dos seus subalternos foi possível conseguir contar por êxitos as acções em que tomou parte. Tendo ocupado uma área vasta, ainda com um destacamento bastante afastado, em que durante a época das chuvas se tornou difícil o reabastecimento nunca a Comp. Cav. 702 apesar disso deixou de explorar imediatamente qualquer informação que chegasse ao seu conhecimento, conseguindo assim que o In. não se fixasse no seu Sector e conquistar a confiança da população. É pois digna de realce a actuação da Comp. Cav. 702. Durante a sua actuação na Província da Guiné pode ser apontada como uma boa Companhia com a qual o Comando sempre pôde contar.

*(O. S. n.º 107 de 6 de Maio de 1966
do Comandante Militar da Guiné)*

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 756

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 756** pelo espírito de sacrifício, dedicação e combatividade verdadeiramente notáveis com que durante oito meses cumpriu a sua missão em Zona afectada pelo terrorismo no Distrito de Cabo Delgado.

Desde a sua esgotante e efficientíssima actividade operacional, perseguindo e capturando elemento terroristas e destruindo acampamentos e quartelamentos inimigos, até a acção psicossocial que desenvolveu recuperando e melhorando as condições de vida das populações autóctones, extraordinária foi a acção da Comp. Cav. 756, cujo esforço é tanto mais de realçar quanto é certo que a par de toda aquela actividade lhe foi confiada a delicada e difícil missão de manter e zelar, a maior parte das vezes através de grupos de combate, apeados, pela segurança dos itinerários a percorrer pelas colunas militares auto.

Por todos estes motivos, é-me grato reconhecer digna do maior relevo a actividade desenvolvida pela Companhia de Cavalaria n.º 756.

(O. S. n.º 54 de 7 de Dezembro de 1966 do Comando da Região Militar de Moçambique)

Louvo todos os Oficiais, Sargentos e Praças da **Companhia de Cavalaria n.º 756**, pelo grande espírito de sacrifício, esforço, dedicação e valentia que todo o pessoal tem demonstrado em todas as operações que a referida Companhia tem levado a efeito, nas quais a mesma Companhia demonstrou grande eficiência, para o combate, tendo feito 249 prisioneiros, destruído vários acampamentos In., assaltando Quartéis In., detectando e recuperando grandes quantidades de víveres In e efectuando uma perseguição constante dos elementos terroristas na sua ZA.

Esta acção extraordinária da Comp Cav. 756 é ressaltada pelo facto desta Companhia ter desenvolvido a sua actividade operacional a par de muitas escoltas a colunas de viaturas a maior parte das vezes com grupos de combate apeados pesquisando minas, ao longo de extensos itinerários, o que obrigou o seu pessoal a grandes esforços os quais muitas vezes foram seguidos de operações cuja urgência não permitiu que o pessoal tivesse a necessária recuperação.

(O. S. n.º 30 de 5 de Fevereiro de 1966 do Bat. de Caç. n.º 1872)

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1505

Louvo todo o pessoal do GC/CCAV. 1505/BCAV. 1879, atribuído temporariamente a este B. Caç. 1870, por e sob a impulsão do seu Comandante Sr. Alferes Miliciano de Cavalaria Pedro Manuel de Oliveira Marinho Falcão, ter revelado, nas acções que lhe foram atribuídas comportamento apreciável nomeadamente na operação «Serra Mazé» integrada no Plano Operações «Novo Furão» em que demonstrou espírito ofensivo com exploração imediata de informações obtidas, perseguindo denodadamente o In. e apreendendo-lhe armamento, vencendo para tanto as dificuldades da passagem a vau do Rio Caudaloso que o In. julgava intransponível para as NT e também, na Operação integrada no mesmo Plano de Operações entre as confluências dos Rios Nove e Nonduece com o Rio Luchfringo, ter tido mais valoroso comportamento não só na sua exploração da área a bater que pormenorizadamente cumpriu e de forma a obter sucessos localizando acampamentos In., que destruiu e onde apreendeu armamento como ainda e depois daquela acção e ao enfrentar uma emboscada In. se terem comportado de forma brilhante reagindo prontamente e decididamente àquela acção de que resultou para o In. baixas prováveis, pelos rastos de sangue deixados e nova perda de importante armamento.

O facto de ter tido feridos e ter de transportar três em macas improvisadas por distância apreciável através de todo o terreno em que todos se esforçaram no aumento constante da velocidade de marcha em virtude da presença de um ferido grave que veio a falecer durante o deslocamento, e no que mostram espírito de abnegação e camaradagem, espírito de corpo e denodada decisão, revelando-se assim, e em tudo, o valor, que muito me apraz registar manifestando assim o meu muito apreço pelo comportamento brilhante deste GC durante o período em que actuou no Subsector deste Bat. Caç. 1870.

*(O. S. n.º 85 de 11 de Abril de 1966
do Bat. Caç. 1870)*

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1535

Louvo os oficiais, sargentos e praças da **Companhia de Cavalaria n.º 1535**, porque, durante o período em que se fez parte do Agr. Vulcano, souberam dedicar ao cumprimento das várias missões de natureza operacional protecção aos trabalhadores pioneiros, todo o seu entu-

Revista da Cavalaria

siasmo, esforço e boa vontade, não regateando por vezes a sacrifícios, com resultados dos ferimentos recebidos nas longas caminhadas e da acção da matacanha apanhada nas lavras, para que a missão fosse totalmente cumprida e o In. desalojado da região à sua responsabilidade.

(O. S. n.º 92 do Comando do Agrupamento Vulcano)

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 1536

Louvo a **Companhia de Cavalaria n.º 1536** pela boa condução que imprimiu à execução da operação na região de Banza Bungo, no mês de Outubro de 1966, através da cuidada e rápida aproximação que permitiu obter bons resultados colhendo o inimigo desprevenido, inflingindo-lhe baixas, capturando-lhe armamento e pondo-o em fuga.

(O. S. n.º 72 do Comando do Sector D)

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 805

Louvo o **peçoal do Pelotão de Reconhecimento n.º 805**, porque durante os 20 meses que serviu no sector L3 se comportou com a maior disciplina, dedicação pelo serviço e impecável apresentação. Mantendo-se sempre pronto para o combate, mostrou nas várias acções em que interveio a maior coragem e sangue frio frente ao In., dando notável exemplo aos seus camaradas que nele depositavam a maior confiança e contavam com o seu considerável apoio, merecendo ser considerado como modelo a seguir por todo o peçoal do sector.

(O. S. do Cmd. do Bat. Caç. 1856 de 14 de Julho de 1966)

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 810

Louvo o **Pelotão Rec. Daimler n.º 810/R. Cav. 6**, porque como Subunidade de apoio a este Batalhão e nesta Província da Guiné tem desenvolvido um esforço digno de nota, actuando em diversos sectores deste Batalhão onde a sua actuação mais premente se torna tanto mais de salientar, quanto é certo lutar por vezes com deficiências de material que sem dúvida lhe dificultam a sua actuação.

Este Pelotão tem sido de grande utilidade principalmente na defesa dos estacionamento pela determinação e espírito ofensivo dos seus ele-

Revista da Cavalaria

mentos que agindo com rapidez e eficiência garantem certa segurança às guarnições que apoiam.

Por estes motivos o Pelotão A. M. Daimler n.º 810 é uma Unidade digna de ser apontada como exemplo e os seus serviços considerados muito importantes.

(O. S. do Cmd. do Bat. Art. 733
de 14 de Fevereiro de 1966)

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 999

Louvo o Pelotão de Reconhecimento Daimler n.º 999, pois desde Outubro de 1964, data da sua chegada a esta Província, sempre esteve adido a este Esquadrão entrando conjuntamente em todas as operações e acções realizadas não só no sector para que vinha destinado, mas também nos Sectores vizinhos.

A sua acção muito contribuiu para os êxitos muitas vezes alcançados pelas NT destacando-se sempre os elementos deste Pelotão pelo seu extraordinário desembaraço, desprezo pelo perigo e dedicação aos seus chefes. A sua actividade operacional tem sido intensa, sendo de destacar com toda a justiça as seguintes Acções e Operações: em Novembro de 1964 esteve destacado no Norte do Sector onde acorreu com o maior êxito a ataques inimigos a umas tabancas vizinhas; em Dezembro de 1964 esteve destacado no Sudeste do Sector a quando dos primeiros ataques Inimigos àquela região; nos meses de Fevereiro e Março de 1965 contribuiu da melhor maneira para a evacuação da mancarra de Nordeste numa altura de forte actividade inimiga nessa região; posteriormente tomou parte em várias operações das quais é de destacar as seguintes: «Vamos Tentar», «Jagudi», «Início», «Aurora», «Jota» e outras; nestas operações que tiveram resultados brilhantes nomeadamente abertura de 2 itinerários considerados de primeira importância na Província, bastante material e documentos capturados, vários mortos, feridos e prisioneiros, a actuação dos militares deste Pelotão foi sempre de molde a receber os maiores elogios dos seus superiores.

Por todas as excepcionais qualidades demonstradas na sua estadia nesta Província e mais pròpriamente neste Esquadrão, o Pelotão de Reconhecimento Daimler n.º 999, merece ser apontado como exemplo a seguir, que muito honra o Exército e a Arma a que pertence.

(O. S. n.º 62 de 22 de Março de 1966
do Cmd. Esq. Rec. 693)



Dia da Raça



Como já vem sendo tradicional realizou-se no dia 10 de Junho de 1966 — Dia da Raça — nas sedes das Regiões Militares e Governo Militar de Lisboa as cerimónias da imposição das condecorações concedidas aos militares do Exército, da Força Aérea e da Marinha pelo seu contributo de feitos em campanha no Ultramar.

Em Lisboa, na ampla Praça do Comércio, a cerimónia foi presidida por S. Ex.^a o Presidente da República e nela estiveram presentes Altas Individualidades e muito povo, sendo as honras militares prestadas por forças do G. M. L.

Usou da palavra, um elemento civil, o professor Dr. Veiga Simões, Digníssimo Reitor dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique.

No Porto, a cerimónia foi presidida pelo Ministro da Economia, Dr. Correia de Oliveira.

Em Tomar, presidiu o Secretário de Estado da Aeronáutica, general Francisco Chagas.

A Évora, deslocou-se o Ministro da Justiça, Dr. Antunes Varela, a fim de presidir às solenidades.

Também no Ultramar, em Luanda, Lourenço Marques e Bissau se efectuaram idênticas cerimónias presididas respectivamente pelo

Revista da Cavalaria



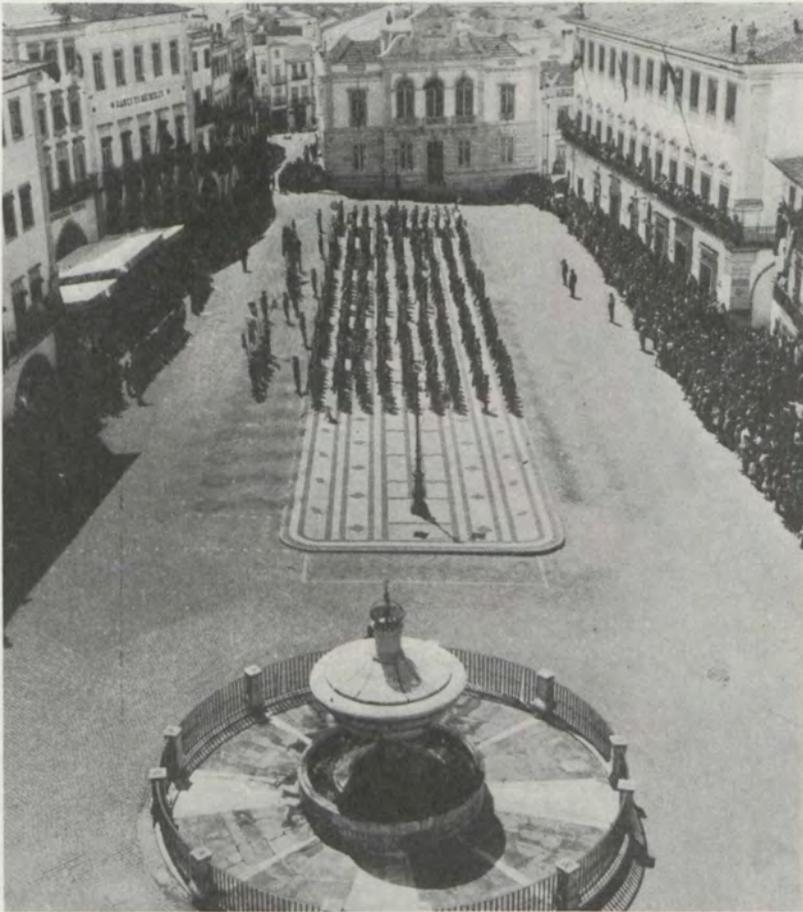
Porto



Tomar

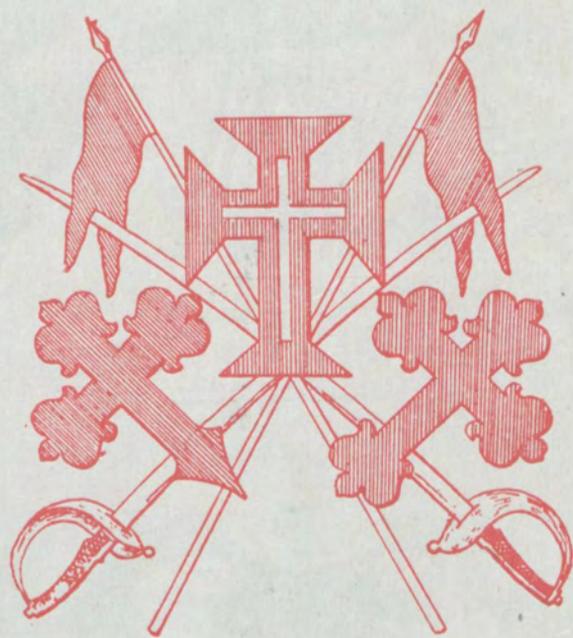
Revista da Cavalaria

Subsecretário de Estado do Exército, tenente-coronel do C. E. M. João António Pinheiro, Governador-Geral Costa e Almeida e Governador General Arnaldo Schulz.



Évora

Factos de tão elevada projecção militar e patriótica não podiam deixar de ser assinalados na *Revista da Cavalaria*, sendo ainda de frizar que entre os condecorados se encontravam diversos elementos da Arma.





RESUMO
DA
ACÇÃO EM CAMPANHA
DAS
UNIDADES
REGRESSADAS
EM 1966

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 571

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Joaquim José Dores*
2.º Comandante: Major de Cavalaria *Luis Leite Ferreira*



Batalhão de Cavalaria 571 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 7 e desembarcou em Moçambique em 27 de Outubro de 1963.

O Comando e as Companhias 568 e 569 foram destinados ao Distrito da Zambézia, tendo a Companhia 570 sido colocada inicialmente no Distrito de Tete onde se manteve até Dezembro de 1963 vindo depois para o da Zambézia. A Companhia 568 de Janeiro a Novembro de 1965 actuou na região do Lago Niassa onde manteve intensa actividade operacional, muitas vezes em colaboração com as Forças Navais e Aéreas, tendo sofrido algumas baixas.

Desde a chegada à Zambézia, o Batalhão 571 passou a depender do CTN (Agr. 12) e teve sob as suas ordens muitas outras unidades geralmente de escalão Companhia existentes naquele Distrito.

A partir de Novembro de 1964 até Junho de 1965 ficou a cargo do Comando do Batalhão só uma parte do Distrito, data em que voltou a ter a responsabilidade de todo ele e passou a depender do Agr. 25. Em Agosto de 1965 passou o Comando do Batalhão a constituir um Comando de Sector abrangendo as Unidades dos Distritos da Zambézia e de Moçambique. Em Outubro do mesmo ano deixou de controlar operacionalmente as Unidades do Distrito de Moçambique.

Durante o primeiro ano a actividade desenvolvida abrangeu sobretudo uma intensiva instrução de aperfeiçoamento operacional, uma adaptação ao meio ambiente, um reconhecimento pormenorizado do terreno, assim como uma importante acção psicossocial.

A partir de Outubro de 1964 entrou em actividade operacional levando a efeito numerosas patrulhas, reconhecimentos, golpes de mão, nomadizações, destruição de acampamentos, controle de povoações tendo feito prisioneiros, causado baixas ao inimigo e apreendido material. Neste período manteve o Batalhão e as suas subunidades intensa

Revista da Cavalaria

e profícua colaboração com as Autoridades Administrativas, o que muito contribuiu para duma forma rápida eliminar a acção inimiga no Distrito. Nesta fase, na Zambézia, são de destacar pela actividade operacional desenvolvida a Companhia de Cavalaria 570 e a Companhia de Caçadores de Milange, em especial na região de Tacuane.

Paralelamente o Batalhão e as suas Subunidades continuaram a desenvolver uma bem orientada acção psicossocial e a prestar auxílio de relevo a obras no Distrito, muito particularmente na parte referente à abertura e conservação de itinerários e suas obras de arte.

Os motivos expostos são razões justificativas para que o Batalhão e as suas Subunidades tenham terminado a sua permanência na Região Militar de Moçambique com a consciência do dever cumprido.

Regressou à Metrópole em Março de 1966.

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 627

- Comandante: Inicialmente: Tenente-Coronel de Cavalaria *Augusto Eduardo Oliveira Ferraz de Noronha e Menezes Freire de Andrade*
Depois: Tenente-Coronel de Cavalaria *Carlos Emilianio Fernandes*
Finalmente: Tenente-Coronel de Cavalaria *José Luís de Pinho Canelhas*
- 2.º Comandante: Major de Cavalaria *Francisco Rodolfo Ferreira dos Santos Oliveira*

O Batalhão de Cavalaria 627 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 3 e desembarcou em Luanda no dia 25 de Janeiro de 1964.

Após a sua chegada à Província, deslocou-se o Batalhão para a região de Malange, onde permaneceu cerca de cinco meses sendo, então, deslocado para a área de Vila General Freire, que ocupou por um período de cerca de quatro meses, findos os quais foi colocado na situação de Reserva da Região Militar. Finalmente, em Junho de 1965, foi transferido para a zona de Novo Redondo, onde se manteve até final da sua Comissão de Serviço.

Na primeira e última localizações, o seu esforço foi essencialmente orientado no sentido de prevenir e obstar à instalação da subversão das suas áreas, para o que desenvolveu aturado trabalho, não só de patrulhamentos e demais acções convenientes, mas também de pesquisas e exploração de informações; paralelamente, dedicou especial interesse à acção de assistência e segurança das populações locais.

Revista da Cavalaria

Na segunda zona de acção, na tradicionalmente difícil região dos Dembos e onde o inimigo se mostrava agressivo, moralizado e bem armado, demonstrou elevado moral, vincada agressividade e nítida compreensão da importante missão que tinha a seu cargo, conduzindo uma dinâmica e eficiente actividade operacional, de sua iniciativa ou integrada nas directivas de escalão superior, da qual há a assinalar as operações «Aiué Grande», «Contraste», «Vamos Ver» e «Finalmente» e através das quais contribuiu para a desarticulação das estruturas inimigas radicadas na sua área.

Mantendo as mesmas características e já como reserva na região, situação em que permaneceu durante cerca de oito meses, durante os quais foi chamado a actuar em muitos e variados locais da Zona de Operações, sempre os seus efectivos deixaram bem vincado o seu excepcional espírito de sacrifício e firme determinação de bem cumprir, o que os levou à obtenção de excelentes resultados nas muitas Operações a que deram o seu concurso, merecendo especial atenção os alcançados nas regiões de Hinda, Quibalacata, Quijoão, Quiangala, Cambeje, Caxito e Bela Vista e Rios Quilolo, Calambinga, Luege, Lambo, Guembe e Andimba.

Unidade disciplinada, bem enquadrada e absolutamente consciente do valor da missão atribuída, torna-se o Batalhão de Cavalaria 627, pelo relevo dos serviços que prestou durante mais de dois anos de permanência nesta Província, amplamente merecedor da consideração e do muito reconhecimento da Região Militar que tão devotadamente serviu.

Regressou à Metrópole em Março de 1966.

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 631

Comandante: Inicialmente: Tenente-Coronel de Cavalaria *Júlio Beirão de Brito*
Depois: Tenente-Coronel de Cavalaria *Juviano Aloísio Chaves Ramos*
2.º Comandante: Inicialmente: Major de Cavalaria *António Ferreira Cabral Pais do Amaral*
Depois: Major de Cavalaria *Joaquim Miguel de Matos Fernandes Duarte Silva*

O Batalhão de Cavalaria 631 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 7, desembarcou em Luanda no dia 1 de Fevereiro de 1964 e ficou no Campo Militar do Grafanil até deslocar-se para a região de Sanza Pombo onde chegou em 5 de Março. Aqui permaneceu durante

Revista da Cavalaria

cerca de 11 meses até ser transferido para a região de Mamarrosa, em 14 de Janeiro de 1965.

Nestas duas localizações iniciais, ambas de fronteira, uma das quais com grande superfície e compreendendo uma extensa faixa fluvial fronteiriça, manteve uma constante actividade operacional nos seus múltiplos aspectos e muitas vezes por iniciativa própria, levando a efeito um eficiente trabalho de reparação e abertura de itinerários.

Deslocado em 16 de Setembro de 1965 para a região de Catete, o Batalhão de Cavalaria 631 empenhou-se na Operação «Centaurus 7», de escalão superior e ainda numa série de outras às quais deu a designação genérica de «Centaurus», nas quais não obstante o duro e prolongado esforço exigido aos seus efectivos, estes souberam uma vez mais mostrar o profundo espírito de sacrifício e de bem servir, de que são possuidores, tendo conseguido criar ao inimigo flagrantes dificuldades de vida que tanto contribuíram para a sua desorganização naquela zona.

Durante mais de dois anos que este Batalhão permaneceu na Zona de Intervenção Norte, tendo sucessivamente à sua responsabilidade três áreas de características distintas em todas deixou traços indefectíveis da sua presença através de uma consciente adaptação das suas actividades, bem como no melhoramento das suas instalações e das condições de vida das Subunidades, e ainda através de uma bem conduzida acção psicológica, de assistência e protecção junto das populações autóctones.

Mostrou assim o Batalhão de Cavalaria 631 ser uma Unidade possuidora de bom espírito de missão e de disciplina, que ao terminar a sua permanência nesta Província bem pode orgulhar-se de ter contribuído para o cumprimento da missão atribuída ao Exército na defesa do Território Nacional.

Regressou à Metrópole em Junho de 1966.

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 682

Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *José Joaquim Colares Vieira de Serra Pereira*

2.º Comandante: Inicialmente: Major de Cavalaria *José Francisco Milho Ferro*

Depois: Major de Cavalaria *Manuel José Lopes Cerqueira*

O Batalhão de Cavalaria 682 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 3, de Estremoz, e desembarcou em Cabinda em 18 de Maio de 1964.

Revista da Cavalaria

Tendo-lhe sido atribuída a responsabilidade da região do Dinge, nela marcou a sua presença, durante mais de dois anos, através de uma intensa actividade que se desenvolveu nos mais variados sectores.

Entre as suas obras de maior vulto, destaca-se a construção e manutenção a elevado nível de três aquartelamentos, em Dinge, Massabi e de Chivoco, onde, a par da melhoria das condições de vida das tropas, não foram descuradas as relativas à segurança dos estacionamento. Procedeu ainda à abertura e reparação e manutenção operacional de pistas para aviões e à abertura de vários itinerários o que implicou a construção de dezenas de pontões e aquedutos.

O seu pessoal adaptando-se com facilidade às condições extremamente difíceis do terreno, com vegetação serrada e extensas zonas pantanosas, estabeleceu uma densa rede de patrulhamentos terrestres e fluviais, em colaboração estreita com forças da Marinha, conseguindo atingir os locais mais recônditos da sua zona de acção, com a finalidade de estabelecer e patrulhar o terreno, actualizar cartas, delimitar trechos de fronteira e controlar as populações nativas.

Na sua actividade operacional o B. Caç. 682, levou a efeito um eficaz sistema de intercepção aos movimentos do Inimigo, realizou inúmeras Operações e interveio noutras de escalão superior, entre as quais se pode destacar a «Cerra os Dentes», onde as suas tropas puseram à prova as qualidades de tenacidade, dedicação e espírito de missão perante as provações de vária ordem que surgiram.

Paralelamente, esta Unidade conduziu com entusiasmo uma acção psicológica e de assistência às populações nativas. Nesta actividade construiu a aldeia Manenga, casas para nativos inválidos e realizou um criterioso programa de convívio com as populações, que muito contribuíram para a sua total adesão, e que levou à criação de uma milícia de nativos trabalhando em íntima ligação com o Batalhão.

Deste modo, o Batalhão de Cavalaria 682 creditou-se, pelas elevadas virtudes dos seus quadros, como das melhores Unidades desta Região Militar, cujo reconhecimento bem merece, e pode orgulhar-se de bem ter cumprido a sua missão nesta Província.

Regressou à Metrópole em Julho de 1966.

Revista da Cavalaria

BATALHÃO DE CAVALARIA N.º 705

- Comandante: Tenente-Coronel de Cavalaria *Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas*
2.º Comandante: Inicialmente: Major de Cavalaria *Juvenal Aníbal Semedo de Albuquerque*
Depois: Major de Cavalaria *Ricardo Ferreira Durão*

O Batalhão de Cavalaria 705, foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 7, em Lisboa, tendo embarcado para a Guiné em 18 de Julho de 1964, onde chegou a 24 do mesmo mês, sendo-lhe inicialmente atribuída a missão de intervenção como reserva do Comando-em-Chefe, missão que manteve cerca de 11 meses. Nesta missão actuou praticamente em toda a Província, sendo, no entanto, de destacar a actividade desenvolvida nas regiões do Oio e Cantanhez. É também de destacar a cooperação estabelecida com as Forças Navais, na época das chuvas e em terrenos alagados e difíceis. Desta cooperação resultou o Batalhão ter adoptado a designação de «Cavaleiros Marinheiros». Nesta fase, o Batalhão e as suas Subunidades entraram numerosas vezes em combate.

Passou depois o Batalhão a ter a responsabilidade do sector com sede em Nova Lamego e que abrangia uma área muito vasta e populosa e com fronteiras com o Senegal e a República da Guiné.

A actividade operacional foi intensa sendo de destacar os contactos com o inimigo em Bounducuro, Dunane, Gundagã e Cabuda.

Paralelamente à acção operacional foi desenvolvida uma intensa actividade psicossocial em colaboração com as autoridades administrativas e que é de realçar em consequência dos resultados obtidos.

Ao terminar a sua missão na Guiné, justo é assinalar, pela actividade desenvolvida, pelas baixas sofridas e causadas ao inimigo, pelos sucessivos louvores e condecorações (27 Cruzes de guerra e 8 medalhas de Mérito Militar) recebidas, a forma como o Batalhão e as suas Subunidades se portaram o que os torna credores do reconhecimento da Arma a que pertencem.

Regressou à Metrópole em Maio de 1966.

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 677

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria *António Luís Monteiro da Graça*

Depois: Capitão de Cavalaria *João do Nascimento Pato Anselmo*

Depois: Capitão de Cavalaria *Eurico António Sacavém da Fonseca*

A Companhia de Cavalaria 677 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e desembarcou na Guiné em 12 de Maio de 1964.

Inicialmente constitui força de intervenção do Bat. Caç. 599, estando porém desfalcada de um pelotão que foi para Fulacunda. Permaneceu nesta situação, em Tite, durante um ano tendo desenvolvido uma intensa acção operacional.

Depois a Companhia de Cavalaria 677 reuniu-se em S. João onde voltou a ter uma actuação operacional constante.

Um pelotão foi dado como reforço, de novo, a partir de Dezembro de 1965 a Fulacunda.

Actuou muitas vezes em cooperação com outras Companhias do seu sector onde teve uma acção de relevo.

Regressou à Metrópole em Maio de 1966.

COMPANHIA DE CAVALARIA N.º 678

Comandante: Inicialmente: Capitão de Cavalaria *Juvenal Anibal Semedo de Albuquerque*

Depois: Capitão de Cavalaria *Inácio José Correia da Silva Tavares*

Depois: Capitão de Artilharia *José Victor Manuel da Silva Correia*

A Companhia de Cavalaria 678 foi mobilizada pelo Regimento de Cavalaria 7 e foi inicialmente para Cabo Verde. Chegou à Guiné em Julho de 1964 tendo sido atribuída ao Bat. Caç. 697, como unidade de intervenção ficando em Fá e outras posições a partir do final de Setembro de 1964.

Desde Janeiro a Abril de 1965 passou a ocupar Ponta do Inglês, indo depois para Bambadinca, novamente como unidade de intervenção.

Revista da Cavalaria

Em Setembro de 1965 passou a desempenhar missões de quadrícula.

Dum modo geral a Companhia teve as suas Subunidades espalhadas por várias povoações.

Também a sua actividade operacional se processou sobretudo ao nível das suas Subunidades.

Sobretudo em Ponta do Inglês foi sujeita a grande desgaste.

Regressou à Metrópole em Maio de 1966.

ESQUADRÃO DE RECONHECIMENTO N.º 693

Comandante: Capitão de Cavalaria *Jaime Alexandre dos Santos Marques Pereira*

O Esquadrão de Reconhecimento 693 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 8 e embarcou para a Guiné em 15 de Julho de 1964.

Foi inicialmente adir ao Batalhão de Caçadores 506 com sede em Bafatá e mais tarde ao Batalhão de Cavalaria 757. Em Junho de 1965 foi atribuído ao Agrupamento 24, constituindo reserva.

O 3.º pelotão a partir de Novembro de 1964 e até Abril de 1966 ficou adido com carácter permanente ao Batalhão de Cavalaria 490 e ao Batalhão de Artilharia 733 que rendeu aquele, com sede em Farim.

Em Janeiro de 1965 o 2.º pelotão foi reforçar o Batalhão de Artilharia 645 em Mansôa, regressando ao Esquadrão em Maio do mesmo ano.

Dum modo geral a actuação do esquadrão e das suas Subunidades foi constante e caracterizou-se por acções móveis, escoltas, patrulhas, reconhecimentos, abertura de itinerários, acorrer a pontos ameaçados, etc., missões que cumpriu numa forma assinalável como o provam as condecorações concedidas, o louvor colectivo atribuído ao Esquadrão e os louvores atribuídos ao seu comandante e variados outros elementos. Durante as acções indicadas teve muitos contactos com o inimigo ao qual produziu muitas baixas e apreendeu material. Por seu lado sofreu também algumas perdas em pessoal.

Em face do exposto o Esquadrão e os seus elementos são bem dignos do reconhecimento da Arma a que pertencem.

Regressou à Metrópole em Maio de 1966.

Revista da Cavalaria

PELOTÃO DE AUTOMETRALHADORAS DAIMLER N.º 947

Comandante: Inicialmente: Alferes de Cavalaria *António de Magalhães Abreu Coutinho* (Cruz de Guerra de 3.ª classe)
Depois: Alferes Milicianos *Neves, Dias Praça, M. Simões e Sousa*

O Pelotão de Autometralhadoras Daimler 947 foi mobilizado pelo R. C. 7 e parte dele embarcou para a C. T. I. da Guiné a 10 de Dezembro de 1963, desembarcando ali em 19 do mesmo mês.

Inicialmente foi fraccionado por várias localidades do norte da Província, prestando apoio às Unidades aquarteladas.

Só em 19 de Fevereiro de 1964 o comandante e outros elementos chegaram a Bissau, tendo este ido em diligência comandar o Pelotão de Reconhecimento Fox 888. Deste modo, é só em Novembro de 1964 que o Pelotão se encontra reunido sendo dado em reforço ao sector do Batalhão de Caçadores 513.

Ainda que as suas fracções já tivessem tido numerosas oportunidades de executar acções de campanha, é então que o Pelotão começa a ser utilizado verdadeiramente como Unidade de Reconhecimento, executando escoltas, patrulhamentos, etc. Entre as missões em que actuou é de destacar a operação «Fecho», para o êxito da qual muito contribuiu.

Pela sua actuação que deu motivo a vários louvores e condecorações (2 Cruzes de guerra), foi uma unidade que bem merece a gratidão da Arma a que pertence.

Regressou à Metrópole em Fevereiro de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO FOX N.º 963

Comandante: Inicialmente: Alferes de Cavalaria *Lourenço Carvalho Fernandes Thomaz*
Depois: Alferes Miliciano de Cavalaria *Higino Otho Godinho Queiroz de Melo*

O Pelotão de Reconhecimento Fox 963 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 8 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 15 de Julho de 1964, tendo ali chegado a 7 dias depois. Ficou inicialmente adido ao Bat. Caç. 600. No início de Agosto foi para Gadamael Porto, render o Pelotão de Reconhecimento Fox 42, onde se manteve até meados de Maio de 1965. A partir desta data e até princípios de Março

Revista da Cavalaria

de 1966 estacionou em Guileje tendo a seu cargo principalmente a segurança dos itinerários. Mais tarde foi para Aldeia Formosa e depois para o Sector de Bissau donde embarcou para a Metrópole.

A actuação do pelotão foi sobretudo intensa na abertura de itinerários, escolta de colunas e em reconhecimentos e patrulhas, tendo entrado em numerosas operações de combate, os quais lhe causaram algumas baixas e deram origem a que provocasse bastantes no inimigo e lhe apreendesse muito material.

Tendo em atenção o modo como cumpriu a missão o Pelotão mereceu uma referência elogiosa colectiva e diversos louvores individuais que bem atestam que soube honrar a Arma a que pertence.

Regressou à Metrópole em Maio de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 805

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Hélio Manuel Coelho Matias*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 805 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria n.º 6 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 25 de Outubro de 1964 tendo ali chegado a 2 de Novembro.

Passou a reforçar o Bat. Caç. 512 na região de Brá, indo depois para Nova Lamego. Inicialmente actuou fraccionado em variadas missões. Em Junho de 1965 passou a reforçar o Bat. Cav. 705 que substituiu o Bat. Caç. 512. Só em Agosto de 1965 o Pelotão passou a actuar em conjunto.

Dum modo geral desempenhou missões de intervenção, escoltas, patrulhamentos, guarda de pontos sensíveis, etc., o que o fez manter um estreito contacto com o inimigo.

A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 806

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Manuel João Morte Coelho de Paiva*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 806 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 25 de Outubro de 1964, tendo ali chegado a 2 de Novembro.

Revista da Cavalaria

Inicialmente foi para Bula, tendo ficado adido ao Bat. Caç. 507 para efeitos operacionais. Seguidamente foi dividido em 2 partes para os secetores de Teixeira Pinto e de Binar, ficando essas partes adidas a C. Art. 527 e C. Caç. 622. Dum modo geral foram cumpridas missões de escoltas, abertura de itinerários e defesa de aquartelamentos.

Em Abril de 1966 o pelotão voltou a reunir-se na região de Teixeira Pinto ficando adido à C. Cav. 787, tendo cumprido essencialmente missões de escolta.

O Pelotão e as suas Subunidades teve variados contactos com o inimigos.

Alguns dos seus elementos foram louvados. Deve reconhecer-se que o pelotão cumpriu dignamente as missões de que foi encarregado, o que merece ser mencionado.

Desembarcou em Lisboa em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 807

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Alvaro António G. Judice Guimarães*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 808 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 25 de Outubro de 1964, tendo ali chegado a 2 de Novembro.

Depois de curta permanência em Bissau foi para Enxudé e em seguida para Tite onde permaneceu até final da sua estadia na Guiné.

O Pelotão teve de cumprir variadas missões de intervenção, durante as quais se desenrolaram variadas acções de combate. Uma fracção tomou igualmente parte na operação «Omo».

Alguns dos seus elementos foram louvados. O Pelotão cumpriu duma forma digna as missões que lhe competiram, o que merece ser mencionado.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 808

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *José António Morão Pires Marques*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 807 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 25 de Outubro de 1964 tendo ali chegado a 2 de Novembro.

Revista da Cavalaria

Depois de curta permanência em Bissau, em 4 de Novembro foi para Catió ficando adido ao Bat. Caç. 619 até 14 de Janeiro de 1966, data em que por rendição daquele passou para o Bat. Caç. 1858 até ao final da sua estadia na Guiné.

Dum modo geral o Pelotão e as suas Subunidades cumpriram missões de escolta, de abertura de itinerários e de reserva tendo entrado em combate diversas vezes.

Alguns dos seus elementos foram louvados. O Pelotão cumpriu numa forma digna as missões que lhe competiram, o que merece ser mencionado.

Desembarcou em Lisboa em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 809

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Jorge Raposo de Roque Pinto*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 809 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 25 de Outubro de 1964, tendo ali chegado a 2 de Novembro.

Actuou em reforço dum Batalhão do tipo comum, normalmente fraccionado.

Dum modo geral desempenhou missões de intervenção, escolta, patrulhamentos, etc. o que o levou a viradas intervenções com o inimigo. A sua actividade é digna de ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 810

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Francisco José da Gama Pinheiro Alves*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 810 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou Para o C. T. I. da Guiné em 25 de Outubro de 1964, tendo ali chegado a 2 de Novembro.

Depois de alguns dias passados em Bissau passou, a partir de 14 do mesmo mês, a reforçar o Bat. Cav. 490.

Dum modo geral as missões que cumpriu foram de: escolta e protecção de colunas, patrulhamento de itinerários, guarda de pontos sen-

Revista da Cavalaria

síveis, colaboração na defesa imediata e protecção de populações nativas. Desenvolveu deste modo uma intensa actividade que cumpriu numa forma digna que mereceu um louvor colectivo, o que merece ser realçado.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 996

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *José António Andrade Dias Praça*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 996 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 8 de Outubro de 1964, tendo ali chegado a 14 do mesmo mês.

Inicialmente foi atribuído como reforço primeiro ao Bat. Caç. 600 e depois ao Bat. Caç. 513 até Maio de 1965, em seguida ao Bat. Art. 645 até Dezembro, e por último ao Bat. Caç. 1857.

Dum modo geral as missões que cumpriu foram de: intervenção, patrulhamento, reconhecimento, guarda de pontos sensíveis, escolta de colunas, cooperação de defesa dos aquartelamentos, abertura de itinerários, etc. Muitas vezes as suas Subunidades actuaram destacadas do pelotão.

Desenvolveu deste modo uma intensa actividade que cumpriu numa forma assinalável como o atestam os seus mortos, feridos e louvores recebidos, o que merece ser assinalado.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 997

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Norberto Augusto Dias L. Pinto*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 997 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 8 de Outubro de 1964, tendo ali chegado a 14 do mesmo mês.

Foi para Mansôa tendo sido colocado, adido ao Bat. Art. 645 e mais tarde elementos seus estiveram em Oio. A partir de Junho de 1966 o pelotão passou a depender do Bat. Caç. 1876.

Revista da Cavalaria

Umás vezes actuando em conjunto, outras vezes fraccionado, dum modo geral, desempenhou missões de intervenção, patrulhamentos, reconhecimentos, escolta de colunas, etc., tendo tido numerosos contactos com o inimigo.

É de destacar, como foi salientado pelo comando do Bat. Art. 645, o trabalho executado na região de Oio. A sua actividade merece ser mencionada.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 998

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Manuel Alves*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 998 foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para a C. T. I. da Guiné em 8 de Outubro de 1964 tendo ali chegado a 14 do mesmo mês.

Inicialmente foi para Bula onde reforçou o Bat. Caç. 507 e mais tarde por rendição deste o Bat. Cav. 790.

Dum modo geral manteve intensa actividade operacional, em patrulhas, reconhecimentos, escoltas, intervenções, etc., o que conduziu a um constante contacto com o inimigo.

O alto grau de disciplina demonstrado e o número de louvores recebidos, as baixas sofridas, atestam bem que a actividade do pelotão é bem digna de realce.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1966.

PELOTÃO DE RECONHECIMENTO DAIMLER N.º 999

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *António Figueira Fernandes*

O Pelotão de Reconhecimento Daimler 999, foi mobilizado pelo Regimento de Cavalaria 6 e embarcou para o C. T. I. da Guiné em 8 de Outubro de 1964 tendo ali chegado a 14 do mesmo mês.

Foi para Bafatá indo reforçar o Bat. Caç. 506 mas ficou instalado junto do Esquadrão de Reconhecimento 693 até Maio de 1966, altura em que por rendição daquele passou para o Esquadrão de Reconhecimento 1578.

Revista da Cavalaria

Dum modo geral a actuação do Pelotão foi quase sempre conjunta com os Esquadrões de Reconhecimento e constou de missões de intervenção, abertura de itinerários, escoltas, apoio a populações civis, etc.

A actividade do Pelotão, traduzida no número de missões cumpridas, nos louvores colectivos e individuais e condecorações recebidas atestam bem que é bem digno de ser apontado como exemplo.

Regressou à Metrópole em Agosto de 1966.

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 641

Comandante: Capitão de Cavalaria *José Mestre Rodrigues*

A Companhia de Polícia Militar 641 foi mobilizada pelo Regimento de Lanceiros 2 e desembarcou em Luanda no dia 19 de Fevereiro de 1964.

Durante a sua comissão de Serviço, teve a Companhia duas missões algo diferenciadas: a primeira, até Agosto de 1965, em que permaneceu em Luanda com todos os seus efectivos; a segunda, depois de Agosto de 1965, em que destacou dois dos seus Pelotões orgânicos para S. Salvador e Nova Lisboa, sendo o restante pessoal da Companhia atribuído ao serviço do Comando Chefe das Forças Armadas de Angola.

Em todas as situações em que se encontrou, reunida ou fraccionada, actuando em Luanda, em S. Salvador ou em Nova Lisboa, sempre os seus efectivos, no cumprimento de todas as tarefas de que foram encarregados — segurança de instalações, controle de viaturas e pessoal, serviço de policiamento, Escoltas à Zona de Operações ou quaisquer outras para as quais se encontram especialmente preparados — demonstraram ser possuidores, em alto grau, de inexcelsível eficiência, aprumo, brio, dedicação pelo serviço e excelente espírito de corpo, qualidades que os levaram a distinguirem-se de forma inconfundível.

Sob um comando dedicado, desenvolveu a Companhia de Polícia Militar 641, ao longo de mais de dois anos de permanência na Província, um esforço e uma actividade de elevado mérito pelos quais se pode orgulhar de bem ter cumprido o seu dever, tornando-se, ao mesmo tempo, credora do muito apreço da Região Militar de Angola.

Regressou à Metrópole em Março de 1966.

Revista da Cavalaria

COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR N.º 683

Comandante: Capitão de Cavalaria *Augusto das Neves Oliveira*

A Companhia de Polícia Militar 683, mobilizada pelo Regimento de Lanceiro 2, foi destinada à Província Ultramarina de Timor, para onde embarcou em 10 de Abril de 1964.

Durante a sua estadia naquela Província, a CPM 683 desempenhou, especialmente, missões específicas da Polícia Militar, cooperando com o Comando no sentido de fiscalizar o cumprimento das determinações militares. Duma maneira geral as suas missões poderão resumir-se: fiscalização individual e de circulação de elementos militares, rondas à cidade e bairros da periferia, policiamento a espectáculos, escoltas a prisioneiros, informações, etc.

Uma vez terminada a sua missão regressou à Metrópole, tendo desembarcado em Lisboa em Junho de 1966.

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 932

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Alberto Lopes Sequeira*

Foi mobilizado pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para o C. T. I. de Macau em 5 de Agosto de 1964, destinado a reforço da guarnição normal daquela Província Ultramarina.

Terminada a sua missão, regressou à Metrópole em Junho de 1966.

PELOTÃO DE POLÍCIA MILITAR N.º 952

Comandante: Alferes Miliciano de Cavalaria *Eduardo Jorge Magalhães Nery*

Foi mobilizado pelo Regimento de Lanceiros 2 e embarcou para o C. T. I. de S. Tomé em 9 de Maio de 1964, tendo sido atribuído, como reforço, à guarnição normal daquela Província Ultramarina.

Terminada a sua comissão, regressou à Metrópole em Junho de 1966.

Brigadeiro Ricardo Porto



aleceu em 3 de Agosto do corrente ano, o Brigadeiro Ricardo José Alves Porto.

Embora o seu estado de saúde fosse muito precário desde a melindrosa intervenção cirúrgica que sofrera em Julho de 1964, nada levava a supor o seu próximo passamento.

A notícia da sua morte causou-nos o mais sentido pesar, e constituiu um rude golpe, em tudo idêntico àquele que sentíamos ao vê-lo prematuramente afastar-se do serviço activo, em 1957, quando tanto ainda haveria a esperar da sua invulgar competência profissional em todos os assuntos relacionados com a nossa Arma.

A vida do Brigadeiro Alves Porto pode ser apontada como exemplo típico de probidade profissional.

Serviu o Exército, e muito especialmente a Arma de Cavalaria, guiado por uma excelsa aspiração: Bem Servir! E, fê-lo com o mais absoluto desinteresse, silenciosamente, sem alardes, trilhando apenas o caminho que lhe era ditado pela sua consciência de Homem íntegro e de Militar.

Modesto por natureza, dotado de esmerada educação e de temperamento predominantemente calmo, inteligente, criterioso, ordenado e metódico no trabalho, trabalhador incansável, estruturalmente disciplinado e disciplinador, o Brigadeiro Alves Porto, não obstante a sua aversão a manifestações de exibicionismo, evidenciou-se ao longo da sua carreira militar pela sua excepcional competência profissional e inexcusável dedicação à Arma de Cavalaria, ao serviço da qual se creditou como oficial excepcionalmente qualificado.

A sua brilhante folha de serviços é o espelho fiel de uma vida totalmente votada à causa militar. Dela se respigam as principais comissões de serviço que desempenhou ao longo da sua carreira:

- «Expedição a Moçambique entre Agosto de 1917 e Outubro de 1918 e operações contra os insurrectos monárquicos no Norte do País em Fevereiro de 1919;
- Serviu no Antigo Estado-Maior de Cavalaria, em várias Unidades da Arma e diversas vezes na Direcção da Arma de Cavalaria;

Revista da Cavalaria



Brigadeiro

Ricardo José Alves Porto

Revista da Cavalaria

- Vogal da Comissão de Regulamentos Táticos da Arma entre Outubro de 1931 a Abril de 1936;
- Vogal eventual da Comissão Técnica da Arma em 1935, e mais tarde vogal permanente da mesma Comissão de Junho de 1938 a Outubro de 1944;
- Delegado da D. A. C. na Secção de Rearmamento do Exército de Novembro de 1938 a Agosto de 1940;
- Professor do Curso de Oficial Superior no ano de 1948-49;
- 2.º Comandante do R. C. 3 em 1949;
- Vogal da Comissão Técnica da Arma desde 1950 até à sua extinção;
- Presidente da Comissão encarregada de elaborar os regulamentos táticos da Arma desde Janeiro de 1950 até Outubro de 1954;
- 2.º Comandante da Escola Prática de Cavalaria entre 1951 e 1953;
- Comandante da Escola Prática de Cavalaria de Novembro de 1953 a Dezembro de 1954;
- Inspector da Arma entre Maio e Novembro de 1957.»

A sua folha de serviços exara trinta e três louvores que evidenciam, de forma inequívoca, o largo contributo que deu, como técnico valioso, para o progresso e aperfeiçoamento da Arma, designadamente na adaptação da sua orgânica a novos meios e na sequente actualização dos seus regulamentos táticos. No âmbito da organização, merece especial nota a sua valiosa acção como delegado da Arma na Secção de Rearmamento do Exército, no referente à estruturação orgânica e material dos Grupos de Cavalaria Divisionária, de que resultou a possibilidade daquelas novas Unidades terem participado nas manobras de 1943 e 1945 em condições prestigiantes para a Arma de Cavalaria.

Para fechar esta breve síntese do perfil do Brigadeiro Alves Porto, impõe-se, ainda, como acto de elementar justiça, focar como faceta dominante da sua firme personalidade: o seu indefectível carácter; luz que lhe iluminou o caminho recto da vida que percorreu — sempre igual a si próprio — e que o levou a abandonar o serviço activo em expressiva afirmação de verticalidade moral.

A *Revista da Cavalaria*, interpretando o sentir da Arma, a que o incansável finado generosamente dedicou todas as suas faculdades intelectuais, presta sentida homenagem à memória do Brigadeiro Alves Porto, que, por direito próprio, passa à posteridade como exemplo de dedicado e eficiente servidor da Arma de Cavalaria.

In Memoriam da Antiga Escola

... antigamente a escola era risonha e franca ...



aqueles velhos tempos da Cavalaria a Cavalo a grande aspiração de qualquer cadete que tivesse alguma crista ou um bocadinho de sangue na guelra, era vir a pertencer à Arma, e, se alguma vez tinha tido a oportunidade de conhecer a velha Escola de Torres Novas — a primeira Casa da Cavalaria — a sedução era completa.

De facto, o ambiente especial que ali se respirava era aliciante: amor ao Cavalo sobre todas as coisas, gosto pelo serviço, contacto constante com o perigo e uma camaradagem fraternal base de uma disciplina benévola, mais de exemplo que de punições.

O prestígio dos chefes vinha menos dos galões que da galhardia a cavalo, o primeiro à frente a abordar o desconhecido e a correr primeiro os maiores riscos. Podia dizer-se que aquela gente estava, então, sempre apta para o combatè, moral e fisicamente.

O cavalo era o fulcro à volta do qual gravitava toda a vida escolar. Eram cenas características e inesquecíveis a «espera» aos novos aspirantes, primeira galopada ao sair do comboio, primeiro contacto com as surpresas do campo; as «bichas» do «exterior» e a sua entrada no quartel, às vezes com algumas caras esmurradas e um certo orgulho no olhar; o regresso dos esquadrões das *manobras* de Caniços, empoeirados mas marciais, ao toque vibrante dos clarins, cavalos secos e musculados, homens tisonados do sol da Charneca...

Como as estradas eram más e os carros raros, o regresso de férias também era curioso, com as *bichas* que se improvisavam e seguiam a galope a corta mato pela noite escura, com percurso obrigatório pela descida da Sapeira e às vezes banho forçado nos Meziões, enquanto os impedidos choutavam à retaguarda com as malas de mão e os agasalhos.

Revista da Cavalaria

A época do Campeonato do Cavalo de Guerra era das mais interessantes pelo entusiasmo e alegre camaradagem dos oficiais de todas as Unidades da Arma. Normalmente era antecedida de uma longa inspecção do general director que dava à Escola ainda maior movimentação e interesse.

Os milicianos, contagiados pelo mesmo espírito, tendo *mexido* tudo para serem incorporados na Arma, diziam depois com certa vaidade — «*vou para Torres*» — e exibiam mais tarde, com falsa modéstia, alguma amachucadela mais aparente, sofrida nas cavalgadas no campo. Ainda hoje se encontram médicos e advogados que não perderam a fibra cavaleira e recordam com saudade aqueles tempos.

Mas nem só a instrução equestre brilhava então. Ainda temos presente os exercícios tácticos de conjunto com Unidades vizinhas, Artilharia e Ciclistas de Santarém, Aviação e Engenharia de Tancos e seus Pontoneiros, com que se mantinha fraterna camaradagem, normalmente exercícios finais de cursos de promoção, da iniciativa e esforço da Escola, difíceis para aqueles tempos de orçamentos limitados e que bem traduziam a designação de Escola Prática, em que quase tudo se applicava no campo.

É claro que nem sempre foram felizes esses tempos para a Arma e sua Escola. Nem sempre se acreditou que a tropa combate em grande parte com o seu moral e «*espírito de corpo*» que vem às vezes de pequenos nadas da tradição e que forjam os actos heróicos; alguns dos melhores regimentos foram eliminados — o de Évora — o de Aveiro — perdendo-se anos de trabalho e tradições locais insubstituíveis. Em certa reorganização, outra Unidade, de boas tradições históricas, foi utilizada como Centro de instrução de Sapateiros ou cousa parecida... A própria Escola foi transferida para localidade que a não merecia, pela sua apatia pela tropa, e apesar de ter trazido o seu magnífico espírito e logo se transformar em Unidade exemplar, ainda ali hoje asfixia, na sua função específica de Escola Prática que se não pode expandir. Alguns cavaleiros, chefes de boa fibra e valor militar indiscutível foram inglória e mortalmente colhidos em Caxias por *garraios* traiçoeiros que *maravam torto*.

Mas a tudo tem resistido esta Arma magnífica, orgulho de todos nós.

Nos dias de hoje, nos matagais africanos, os nossos magníficos *homens de cavalos*, à frente dos seus esquadrões, levam-nos ao combate com a mesma galhardia e entusiasmo com que a cavalo se atiravam pela *Atalaia* abaixo ou sobre os valados do Paul. A Arma já está cheia de cruces de guerra, de mortos e estropiados, tudo cruces de sofrimento

Revista da Cavalaria

e de heroísmo, símbolos de cumprimento do Dever, prova irrefutável de que não perdeu a herança do passado. E no lugar cimeiro desse entusiasmo a D. A. C. luta denodadamente para que não a desapossassem das suas características intrínsecas e do lugar que merece, entre as melhores do nosso Exército.

*

Figuras de relevo da velha Escola foram os *Coronéis Luís Figueiredo e Rogério Tavares*, que da lei da morte se libertaram este ano, com profundo desgosto de todos nós.



Capitão Luís Figueiredo

O Coronel Luís Figueiredo nasceu a 23-2-1893 e faleceu a 22-1-1966.

Figura de cavaleiro distinto, carácter íntegro, de exemplar honestidade no serviço foi um primoroso cavaleiro de obstáculos. Teve actuação brilhante em concursos hípicas nacionais e estrangeiros em que se destacam, durante a guerra em 1917-18 em França, os de Touquet, Paris-Plase e Pas de Calais, competindo com oficiais dos exércitos aliados, e ainda de Johannesburgo — África do Sul — chefiando as equipas dos Dragões de Lourenço Marques.

Tomou parte em corridas e era concorrente assíduo do Campeonato do Cavalo de Guerra.

Revista da Cavalaria

Entre outros cargos foi instrutor de equitação da Escola, fez parte do C. E. P. a França, comandou o Esquadrão de Dragões de Moçambique e o Regimento de Cavalaria 4 em Santarém, marcando sempre a sua inconfundível personalidade de militar de elevado apurmo e de cavaleiro entusiasta pela sua Arma.



Capitão Rogério Tavares, 1.º cavaleiro do Circuito Hípico de Portugal, que chegou a Lisboa, com o cofre da subscrição, e a espada de honra, oferecida pelos oficiais reformados da 1.ª Divisão

O Coronel Rogério de Almeida Tavares e Silva, nasceu a 16-7-1890 e faleceu a 28-3-1966.

Oficial de Cavalaria de fibra especial, nervoso como um puro sangue, cavaleiro de grande «mordente», como naquele tempo se dizia, foi apaixonado por todas as modalidades equestres. Dedicou-se à equitação de escola em que foi discípulo do grande Mestre Jara de Carvalho.

Revista da Cavalaria

Competiu nas mais variadas provas equestres, principalmente o Campeonato do Cavalo de Guerra.

Distinguiu-se, de modo especial, no Raid Hípico (Volta a Portugal em 1925 em que num esforço sobre-humano chegou em primeiro lugar, não se tendo classificado por lhe ter morrido o cavalo (*Emir*). Este raid, que não se repetiu jamais, despertou o maior interesse e entusiasmo no país, sendo, a certa altura, o então capitão Rogério Tavares, considerado representante do Exército nessa competição, dado o carácter nacional que tomou. Entre outros cargos, comando o Esquadrão de Equitação da Escola, fez prate do C. E. P. a França em 1917-18 e Comandou interinamente o Regimento de Cavalaria da G. N. R. vencendo sempre a sua característica de cavaleiro ardente e intemerato e com a maior dedicação pela sua Arma.

Para estes dois *Cavaleiros da Velha Guarda* a comovida continência da Arma de Cavalaria.

G. J.

Soldado! O nosso Esquadrão, quando se vê cercado abre caminho à ponta da lança. Carregar!

Ten. MARTINS DE LIMA — Mufilo



Aquartelamento do Dingué

Os Cavaleiros de Cabinda



egressaram em 1966, «os Cavaleiros de Cabinda». Quando, em 1964, embarcaram no *Vera Cruz* com destino àquela região de Angola podia-se, com um grande grau de segurança, garantir que cumpririam a sua missão, como os melhores.

Assim se verificou para honra do 682 e dos seus elementos, glória da Arma, do Exército e da Nação e regozijo de todos que já o admiravam e tinham acompanhado, passo a passo, a sua acertada e esforçada preparação.

O esclarecido critério do seu comandante, baseou-se no convencimento de que em operações primeiro que tudo é preciso levar o inimigo a temer-nos, e o inimigo e o amigo a respeitar-nos.

Os Cavaleiros de Cabinda foram temidos e admirados porque nunca tiveram nem deram descanso ao inimigo. Foi assim que a sua actuação trouxe rapidamente a calma a regiões que há muito a não conheciam.

Foi o 682 respeitado sobretudo porque foi firme e humano.

Revista da Cavalaria

É curioso e merece transcrição, sobre este aspecto, a Petição apresentada pelos Chefes Nativos da Z. A. do Batalhão.

«Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito de Cabinda:

O regedor e todos os chefes da área do Lela, pedem a Vossa Excelência, para que o Batalhão de Cavalaria, nomeadamente o nosso comandante Serra Pereira, nosso Capitão Roque da Cunha e o nosso capitão Azeredo, fiquem mais tempo, porque desde que para aqui vieram tem sido uma tropa muito boa, e que nos tem ajudado, por isso não podem ir-se já embora.

Dingue, 7 de Junho de 1966.»

Para que tudo que se verificou fosse possível, o 682 havia-se preparado.

Essa preparação começou com muita alma e esforço onde tinha de se iniciar, logo no princípio da sua instrução abrangendo os aspectos morais, físicos, táticos e técnicos.



Reconhecendo rios e pântanos

Revista da Cavalaria

Quem a acompanhou de perto poudo apreciar a força de arranque do seu comandante, esse entusiasta, culto, desembaraçado e humano oficial de Cavalaria que é o Tenente-Coronel José J. C. Serra Pereira e, também, a acção dos seus mais próximos e preciosos auxiliares, os seus capitães. Quase tudo o resto era uma grande e generosa massa de inexperiente juventude.



A condecoração com a Cruz de Guerra do guia João Basa

Quando o 682 formou, para a cerimónia de partida, em Estremoz, na grande praça, quem teve possibilidades de anteriormente auscultar o sentir daquelas centenas de corações, não lhe era necessário ser perspicaz para pensar: Ali está um Batalhão de Cavalaria que vai acrescentar novos louros ao historial da Unidade que lhe deu origem.

E tal pensamento está hoje bem provado que era correcto.

Foi um Batalhão pouco cómodo para a Unidade Mobilizadora e nisto residiu, logo de começo, uma das suas virtudes. Mas pagou gene-

Revista da Cavalaria

rosamente ao Regimento de Cavalaria n.º 3, todos os esforços que este fez para lhe facilitar a instrução e modelação. Fica aquele Regimento de posse da página brilhante que o 682 lhe entregou ao dissolver-se e confiar à sua guarda, os seus enobrecidos guiões.

A *Revista da Cavalaria* não podia deixar de salientar, ainda que numa forma sucinta, a actuação dos Cavaleiros de Cabinda e agradecer-lhes em nome da Arma, sobretudo o ser possível transcrever a última parte do louvor que lhes foi concedido por S. Ex.^a o General Comandante da Região Militar de Angola: «..... prestou o 682 inestimáveis serviços ao Exército escrevendo algumas páginas brilhantes da História da Cavalaria».

Ter presente que o valor do chefe mede-se pelo valor da equipa que soube criar.



Não basta ser um grande homem; é preciso sê-lo no momento devido.



As Brigadas de Cavalaria e a organização de 1816⁽¹⁾



reorganização do Exército, decretada pelo alvará dado no Rio de Janeiro em 21 de Fevereiro de 1816 e publicada na *Ordem do Dia* de 21 de Outubro do mesmo ano, mantém os 12 Regimentos de Cavalaria existentes e determina que estes «*estarão formados em 6 Brigadas com os seus respectivos Chefes, e se unirão em Divisões quando necessário for; reservando-se para essa occasião a nomeação dos Generaes, que devão Commandar Corpos desta Arma, maiores do que Brigadas*».

Determina também que o Estado-Maior de cada Brigada de Infantaria ou Cavalaria seja constituído por um Major de Brigada e por um Assistente ou Deputado do Quartel Mestre General e que os «*Officiaes de Estado Maior, assim empregados, farão o serviço nas Divisões e Brigadas às Ordens dos Generaes dellas; ficarão porém sujeitos aos Chefes das Repartições a que pertencerem; corresponder-se-hão com elles, e lhes darão conta dos objectos, de que forem encarregados*».

(¹) Da obra em preparação «Esboço para a história das Brigadas de Cavalaria Portuguesas».

Revista da Cavalaria

«Os Officiaes de Estado Maior serão escolhidos de todas as Armas, com attenção ao merecimento tão sómente; (...) terão acesso nelle (Corpo), na ordem, e proporção dos outros do Exército; poderão porém passar para os Corpos da Arma, em que tiverem servido, todas as vezes em que o General em Chefe julgar conveniente; (...) os Officiaes de Estado Maior, empregados nas Divisões e Brigadas, não serão fixos: o General em Chefe os fará render por outros quando convier».

Segue-se no Regulamento, publicado na referida *Ordem do Dia*, a «Composição de hum Regimento de Cavallaria», que fica com um total de 595 homens e 531 cavalos, e depois o artigo «Da Organização das Brigadas, e Divisões», no qual se determina que as «Brigadas serão formadas dos Regimentos que ficarem aquartelados nas povoações mais vizinhas, compondo-se as de Infantaria de (...); e as de Cavallaria, de dous Regimentos desta Arma. Na Organização das Brigadas não se attenderá ao número, por que he designado cada Regimento: o General em Chefe determinará os Corpos, que devem tomar cada huma».

Por último o Regulamento publica a «Tabella dos Quartéis dos Regimentos de Cavallaria», a qual indica também os que constituem cada Brigada.

Assim, o Regimento de Cavalaria n.º 1, cujo quartel deveria ficar entre Vila Franca e Carregado, e o n.º 4, quartel na Azambuja, constituíam a 1.ª Brigada; a 2.ª Brigada era formada pelos Regimentos de Cavalaria n.ºs 2 e 5, cujos quartéis seriam respectivamente, em Évora e Beja; a 3.ª Brigada tinha os Regimentos de Cavalaria n.ºs 3 e 6, com quartéis em Aveiro e Monção; a 4.ª Brigada era constituída pelos Regimentos aquartelados em Torres Novas e Santarém, respectivamente n.ºs 7 e 10; os Regimentos de Cavalaria n.ºs 8 e 11, então aquartelados em Niza e Castelo Branco, respectivamente, formavam a 5.ª Brigada; e, por último, os regimentos de Trás os Montes, n.º 9, em Chaves, e n.º 12, em Bragança, eram os da 6.ª Brigada de Cavalaria.

A *Ordem do Dia* de 28 de Novembro de 1816 nomeia os Comandantes para algumas Divisões e Brigadas de Infantaria e para as seguintes Brigadas de Cavalaria:

- 1.ª Brigada — Brigadeiro Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas;
- 2.ª Brigada — Brigadeiro João Campbell;
- 3.ª Brigada — Brigadeiro Domingos Bernardino Ferreira de Sousa;
- 5.ª Brigada — Marechal de Campo Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda.

Revista da Cavalaria

Determina, ainda, «que cada huma das Brigadas de Infantaria, e Cavallaria, para que não designa Commandante seja commandada pelo Coronel mais antigo dos Corpos, que a constituem, ou pelo Tenente Coronel mais antigo não havendo Coronel, sem que com tudo pelo presente hum, ou outro deixe de commandar o respectivo Corpo».

Os Generais Comandantes devem escolher «para seu Quartel General ponto central entre os das posições dos Corpos que compoem a Divisão ou Brigada, e dando parte ao Senhor Marechal General (Beresford) do ponto que elegem, antes de se estabelecerem de todo nelle, para Sua Excelencia decidir, se he ou não da sua approvação».

Os Comandantes nomeados não devem, porém, ter tido pressa em exercerem os seus comandos, pois em 22 de Janeiro de 1817 ainda a *Ordem do Dia* dizia «que os Senhores Generaes Commandantes de Brigadas de Cavallaria pratiquem o mesmo (participem logo que chegarem ao lugar destinado para estabelecerem o seu Quartel General) relativamente ao Senhor Tenente General Conde de Sampayo».

De resto, não será muito para admirar, porquanto os Officiaes do Estado-Maior das Brigadas não há forma de serem nomeados. A primeira nomeação que encontramos é a do Major de Brigada da 3.^a, «cujo Quartel General he em Braga» (2).

A *Ordem do Dia* de 3 de Fevereiro de 1817 publica «a Nota, e Relação, que abaixo seguem, dos Officiaes da Repartição do Senhor Quartel Mestre General, encarregados dos deveres desta Repartição nos Districtos do Reino, nas Divisões de Infantaria, e nas Brigadas de Cavallaria».

A «Nota» referida indica a forma de cumprirem «as Instrucções, que tem recebido do Quartel Mestre General do Exército», e de desempenharem o seu serviço os Assistentes ou Deputados Assistentes, o qual, como se sabe, dizia especialmente respeito aos quartéis das tropas.

A «Relação» contém o nomes dos Officiaes nomeados para os «Districtos», com indicação da terra em que residem, para as Divisões de Infantaria e para as 1.^a, 2.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a Brigadas, «Não se nomeando por agora Official para a Terceira Brigada de Cavallaria ficarão os

(2) «Ordem do Dia» de 29 de Janeiro de 1817.

Note-se que o Major de Brigada de Cavallaria a que se refer ae «Ordem do Dia» de 7 de Abril de 1817, com vencimento de 8 de Janeiro do corrente anno, dia em que principiou a exercer as funções deste emprego», pertencia ao Estado-Maior do Exército e não a qualquer Brigada.

Revista da Cavalaria

Corpos que as compoem sujeitos, pelo que pertence aos deveres da Repartição do Quartel Mestre General, do modo seguinte:

O Regimento de Cavallaria N.º 3 ao Assistente annexo à Segunda Brigada.

O Regimento de Cavallaria N.º 6 ao Deputado Assistente annexo à Sexta Brigada».

A *Ordem do Dia* de 10 de Dezembro de 1817 determina que os Comandantes das Divisões e das Brigadas «*vevão a miudo os Corpos debaixo das suas Ordens, e frequentemente as inspeccionem, para que estes se conservem em disciplina, e bom estado; e determina Sua Excellencia (Beresford), que os Commandantes dos Corpos declarem em observação no mappa mensal, quantas vezes foram revistados durante o mez*».

A *Ordem do Dia* de 27 de Janeiro de 1818 dá, aos Comandantes de Brigada, um novo serviço: que no fim de cada semestre a sua inspecção deverá verificar as «*praças incapazes de continuarem o Real Serviço*», constantes das relações para o efeito entregues pelos Comandantes dos Corpos, relações que enviarão ao Inspector Geral da Cavalaria e a que «*ajuntarão as observações que julgarem convenientes a respeito das praças que ellas contiverem*». Porém a *Ordem do Dia* de 19 de Junho do mesmo ano determina que as praças acima referidas e que forem consideradas incapazes pelos respectivos Comandantes de Brigada deverão ser presentes, a fim de serem inspeccionadas, à Junta Militar de Saúde que ficar mais próxima e das quais trata a mesma *Ordem*.

A *Ordem do Dia* de 29 de Maio de 1818 determina, que o Comandante da 5.^a Brigada de Cavalaria, Marechal de Campo Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, passe a comandar a 6.^a Brigada e a de 15 de Junho do mesmo ano determina que o Brigadeiro Domingos Bernardino Ferreira de Sousa, que, como vimos, comandava a 3.^a Brigada, passe a comandar a 4.^a Brigada.

Pela *Ordem do Dia* de 10 de Junho de 1818 o Assistente do Quartel Mestre General da 2.^a Brigada passa a ficar anexo à 1.^a Brigada e para aquela é nomeado novo Assistente.

Porém, a *Ordem do Dia* de 4 de Agosto de 1819 regula «*até novas Ordens a distribuição dos Deveres do Departamento do Senhor Quartel Mestre General, quanto á inspecção dos quartéis do Exercito (...). As Divisões e Brigadas do Exercito cessão de ter annexos officiaes do Departamento*».

Revista da Cavalaria

A *Ordem do Dia* de 15 de Agosto de 1818 e a de 26 de Dezembro de 1819 nomeiam, respectivamente, o Major de Brigada para a 4.^a e para a 6.^a Brigada de Cavalaria, «cujo Quartel General he em Chaves».

A *Ordem do Dia* de 25 de Fevereiro de 1820 determina que o Brigadeiro João da Silveira de Lacerda «tome o commando da segunda Brigada de Cavallaria, à qual continuará a estar anexo o Regimento de Cavallaria N.º 3», e que o Brigadeiro Antonio de Azevedo Coutinho o da 5.^a Brigada da mesma Arma.

Dá-se, porém, no Porto, a revolta de 24 de Agosto de 1820 e a Junta Provisional, vitoriosa, logo exclui do Exército os officiaes ingleses e na *Ordem do Dia* N.º 2, de 17 de Outubro de 1820 (3), manda que o Brigadeiro João da Silveira de Lacerda «tomasse interinamente o Commando da Guarda Real da Policia, e fosse encarregado da precisa organização deste Corpo, empregando desde logo aquella porção de Tropça da sua Brigada, que julgasse necessaria para manter a tranquillidade pública, e a segurança individual dos habitantes desta Capital».

Uma portaria de 20 de Novembro de 1820, publicada na *Ordem do Dia* n.º 24, de 2 de Dezembro do mesmo ano, «Ha por bem crear uma Comissão Militar, para desde logo se occupar em propôr todas as providencias, que julgar convenientes à constituição, serviço, e manutenção dos Corpos,» a qual é presidida pelo Comandante da 6.^a Brigada de Cavalaria e tem como um dos vogais o Comandante da 1.^a Brigada.

Logo a *Ordem do Dia* n.º 25, de 5 de Dezembro, determina, por proposta desta Comissão, que «o Serviço dos Majores de Brigada seja de comissão à escolha dos Commandantes das mesmas Brigadas. (...) Os actuaes Majores de Brigada entrarão nos Corpos, segundo o logar que lhes competir».

Em princípios de Janeiro de 1821 (4) as Unidades que, após a revolução 1820, se tinham concentrado em Lisboa recebem ordem para regressarem a seus quartéis, e, ao mesmo tempo, pensa-se em dar destino diferente a algumas.

(3) A «Ordem do Dia» passou a ser numerada no dia 16 de Outubro de 1820, em que saiu a n.º 1, por determinação da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, não se devendo distribuir a «Ordem» «quando não houver nada de novo que participar ao Exercito, e que por isso sejam numeradas, a fim de que possa reconhecer-se o seu seguimento, ainda que esteja interrompida a serie dos dias».

(4) Ver «Ordem do Dia» n.º 7 e n.º 9, respectivamente de 8 e 11 de Janeiro de 1821.

Revista da Cavalaria

A portaria de 29 de Dezembro de 1820, só publicada na *Ordem do Dia* n.º 10, de 12 de Janeiro do ano seguinte, entre outras determinações manda abonar uma gratificação a diversos Corpos, «*que vão entrar em mais activo serviço*», contando-se entre eles os de Cavalaria n.ºs 1, 4, 6, 10, 12 e um Esquadrão do n.º 3 e um do n.º 8, «*quando destacarem dos seus Corpos*».

A *Ordem do Dia* N.º 14, de 16 de Janeiro de 1821, publica «*a organização de varias Brigadas do Exercito, que houve por bem fazer provisoriamente, em razão das novas posições que os Corpos vão tomar: e os nomes das pessoas, que passam a commandalas*». Na Cavalaria a 6.ª Brigada passa a ser constituída pelos Regimentos n.ºs 6 e 12 e comandada pelo Brigadeiro António Carlos Cary.

Mas, em princípios de Fevereiro, a Junta Provisional é substituída por uma Regencia e o Marechal de Campo Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda — antigo Comandante da 6.ª Brigada, de que fora destituído quando a sua constituição fora alterada — passa a «*Commandante geral*» desde Belém ao Cabo da Roca, pela *Ordem do Dia* n.º 37, de 3 de Março de 1821.

A mesma *Ordem do Dia* confirma que no comando da 4.ª Brigada de Cavalaria, composta, ainda, pelos Regimentos n.ºs 7 e 10, continua o Brigadeiro Domingos Bernardino Ferreira de Sousa.

A *Ordem do Dia* n.º 61, de 3 de Abril de 1821, nomeia Major para a 5.ª Brigada de Cavalaria, conforme a *Ordem* n.º 25 de 1820, e a n.º 128, de 21 de Junho de 1821, publica um Aviso, das Cortes Gerais, pelo qual o «*Deputado Povoas*» fica «*dispençado do Commando, que até ao presente tem conservado como Marechal de Campo Commandante da Primeira Brigada de Cavallaria, durante o exercicio de suas actuaes funções de Deputado em Cortes*».

Por último, neste ano de 1821, a *Ordem do Dia* n.º 144, de 19 de Julho, nomeia, conforme a *Ordem* n.º 25 de 1820, um official para Major de Brigada da constituída pelos Regimentos n.ºs 3 e 5 — Unidas estas que inicialmente pertenciam a Brigadas distintas, respectivamente a 3.ª e 2.ª — e a n.º 159, de 10 de Agosto, desnomeia um Major de Brigada, sem indicar a que Brigada pertencia.

A *Ordem do Dia* n.º 122, de 30 de Agosto de 1822, informa «*que se vai proceder a huma inspecção nos Corpos de Cavalleria e Infanteria, a fim de se obter por este meio hum conhecimento exacto do seu estado actual, tanto pelo que diz respeito à disciplina em geral, como (...) à economia interior de cada Corpo*».

Revista da Cavalaria

São encarregados desta Comissão para (...) a Brigada de Cavalleria composta dos Regimentos N.ºs 3 e 5, e Regimentos desta arma estacionados na Beira Baixa, e Traz-os-Montes o Brigadeiro João da Silveira de Lacerda, e para a Brigada composta dos Regimentos N.ºs 2 e 8, e Corpos de Cavalleria estacionados na Extremadura o Brigadeiro António Carlos Cary».

Porquê o serviço é urgente, os Generais devem começar as suas inspecções nos últimos dias do mês de Setembro.

Porém a *Ordem do Dia* n.º 10, de 20 de Janeiro de 1823, acaba com as Brigadas, afirmando:

«Não se fazendo por agora necessaria a conservação de Officiaes Commandantes de Brigadas, participa-se ao Exercito, que ficão dispensados de taes commandancias os Officiaes que por effeito de ordem ou de substituição se achão incumbidos dellas; e que por igual motivo, os Officiaes que servem de Majores de Brigada devem immediatamente reunir aos Corpos a que pertencem.

(...) Quando por motivo de grande Parada, ou de outra occorrença houver reunião de Corpos; he da competencia do General da Provincia nomear para esse acto sómente, os Commandantes de Brigada; ou outros que forem necessários».

Iniciara-se já o calamitoso período de revoltas, pronunciamentos, conspirações, que culminando na guerra civil de 1832-1834 se arrasta, contudo, até à Regneração (1851), e durante ele veremos, no espírito desta *Ordem do Dia*, formar temporariamente diversas Brigadas de Cavalaria, quando, para uma determinada acção militar (ocorrência), se reúnem unidades da Arma.

Coronel VASCO DA COSTA SALEMA

Diz-me quem te comanda e eu te direi quanto vales

Um Capitão da Velha Guarda



aleceu no dia 25 de Outubro de 1966 o Capitão Reformado de Cavalaria Antero Fernandes.

Estão de luto todos aqueles que privaram de perto com o velho capitão Antero. Mas, para além da dor dos seus camaradas, a sua inconfundível figura de «*Capitão de Cavalaria da velha guarda*» tem jus a ser recordada como exemplo dignificante de uma

Escola de Comandar, que fez a sua época.

Formado na Escola de duas comissões de serviço em África, nas Províncias de Moçambique e Angola, tendo nesta última participado como simples soldado nos combates de Dangoêna e Naulila em 1915, nele se cruzavam qualidades, aparentemente antagónicas, mas que no seu conjunto constituíam um complexo de elevado mérito.

Disciplinador mas generoso e leal, rude mas correcto, inflexível nas decisões disciplinares mas sereno e até paternal na forma de as transmitir aos seus subordinados, impunha-se à consideração e estima geral pela exemplaridade da sua conduta.

Homem estruturalmente sério, dotado de um equilibrado espírito de justiça, alicerçava a sua acção de comando em princípios simplistas que seguia intransigentemente. Na avaliação das infracções cometidas pelos seus subordinados, não perdia tempo em lucubrações, reduzia rapidamente os factos à sua expressão mais simples e aplicava friamente a sua tabela de «guardas particulares».

Temos presente a panorâmica do seu Esquadrão — o 3.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria 7 —, subunidade exemplar na disciplina e apurmo do seu pessoal, na qualidade e esplêndida condição física dos seus cavalos, e na irrepreensível arrumação e limpeza de todas as suas dependências.

Defensor acérrimo do comando centralizado, mantinha a fileira do seu Esquadrão num bloco único, que apenas dividia acidentalmente em pelotões quando exigências ocasionais de serviço ou instrução o impunham. Neste particular, ocorre-nos o cerimonial da divisão do seu Esquadrão em Pelotões, nas Terras do Desembargador, sob o comando da sua voz rouca: ... «Numerar seguido» ... de «um a tantos primeiro

Revista da Cavalaria

pelotão» ... «de tantos a tantos segundo pelotão» ... etc.; pelotões que, no regresso ao Quartel, ao entrar na cavalaria, se fundiam novamente na fileira do Esquadrão, sem que, todavia, tal integração dispensasse a presença de todos os oficiais e sargentos até se encontrar completamente tratado o último cavalo, tude se processando sob o olhar vigilante do velho Capitão, que era sempre o último a abandonar os locais de serviço.

O Capitão Antero era verdadeiramente a alma do seu Esquadrão, a ele se votando integralmente da alvorada ao recolher. Entrava sistematicamente no Quartel antes do toque da alvorada e, fiel à tradição da sua Arma, a sua primeira visita era às cavalaria e, dentro delas, ao seu anglo-árabe *Brigand* que constituia, ao tempo, todo o seu orgulho de cavaleiro.

Ao toque da alvorada aparecia nas casernas e, a partir de então, desdobrando-se constantemente, encontrava-se em toda a parte. Nenhum pormenor lhe escapava: um cavalo que tinha o pelo eriçado, outro que pegava mal na ração, outro ainda que comia demasiado lentamente e que haveria de separar de outros mais lesto, o cabelo de um soldado, as botas de outro, um vidro rachado, uma lâmpada fundida ou uma cama desalinhada. Nas arrecadações é de crer que nunca tivesse nada a notar, pois os seus extraordinários «cabos quarteleiros», formados por mão de mestre, apresentavam o armamento e o equipamento em nível de limpeza só comparável ao de uma tropa profissional.

Apenas abandonava o seu Esquadrão durante cerca de duas horas para jantar, pois, em seguida ao recolher, passava a sua última ronda às cavalaria para ver as camas dos cavalos.

Distribuía o serviço do seu Esquadrão por sectores, nomeadamente casernas, cavalaria, arrecadações, etc., e encarregava de cada sector um subalterno e um sargento. É evidente que, sob o comando do velho Capitão Antero, todos os oficiais se desempenhavam brilhantemente das suas missões, porque a sua constante e eficaz assistência superava largamente qualquer possível negligência ou eventual descuido.

Para além do desempenho das suas funções propriamente de comando, o Capitão Antero, «homem de cavalos», verdadeiro mestre na arte do seu tratamento, vivia em elevado grau no culto do cavalo. Montava diariamente de manhã muito cedo, e, apesar da sua idade, participava todos os anos no Campeonato do Cavalo de Guerra, mencionando a sua «Nota de Assentos» numerosos prémios obtidos em provas de corta-mato e em concursos hípicas regimentais, sempre ganhos em competição com jovens subalternos.

Revista da Cavalaria

Apesar de pautar a sua linha de acção em princípios de comando considerados pouco académicos no conceito dos jovens subalternos saídos das Escolas, a lealdade e pureza dos seus sentimentos, o seu bom senso, a sua correcção e inexcedível dedicação ao seu Esquadrão, a par do seu desembaraço equestre em relação à idade, impunha-no à especial consideração dos seus subalternos que, começando por o respeitar, em breve o admiravam, acabando por se transformarem em seus amigos.

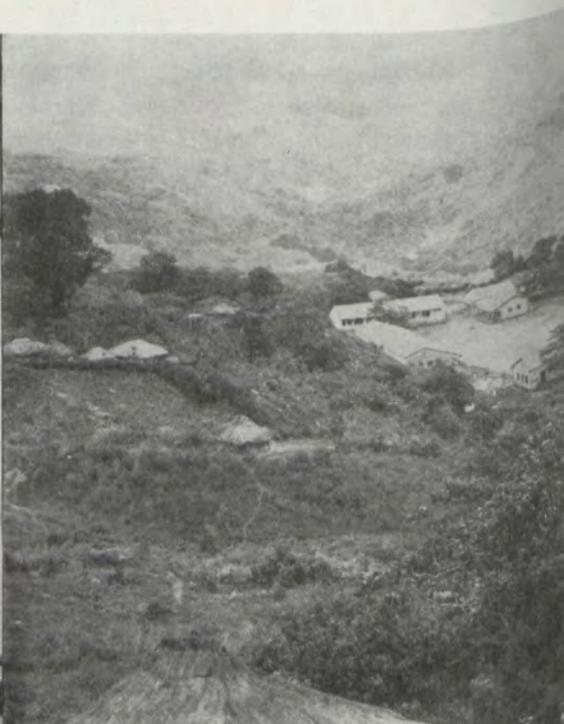
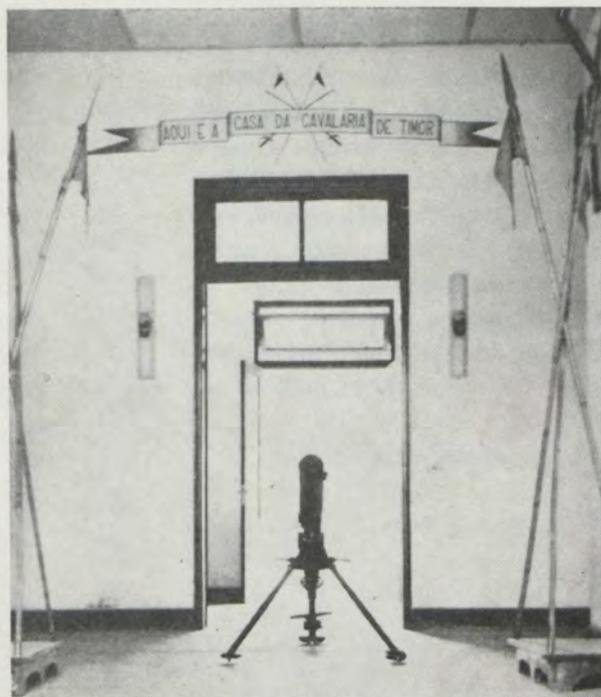
Ao escrevinharmos estas simples notas à guisa de carta ditada pelo coração, prestamos a nossa modesta homenagem a um velho Capitão que, ao loço de uma vida apagada de Quartel, se creditou como exemplo de Bem Servir.

«Um antigo subalterno do Regimento do Cais»

O verdadeiro capitão não foge ao contacto directo com os seus subordinados. Precisa de conhecer os seus homens em carne e osso e principalmente, na alma que os move. Só na posse da perfeita identidade dos seus homens, ficará em condições de dar, com êxito as suas ordens, de, com êxito, executar os seus planos.



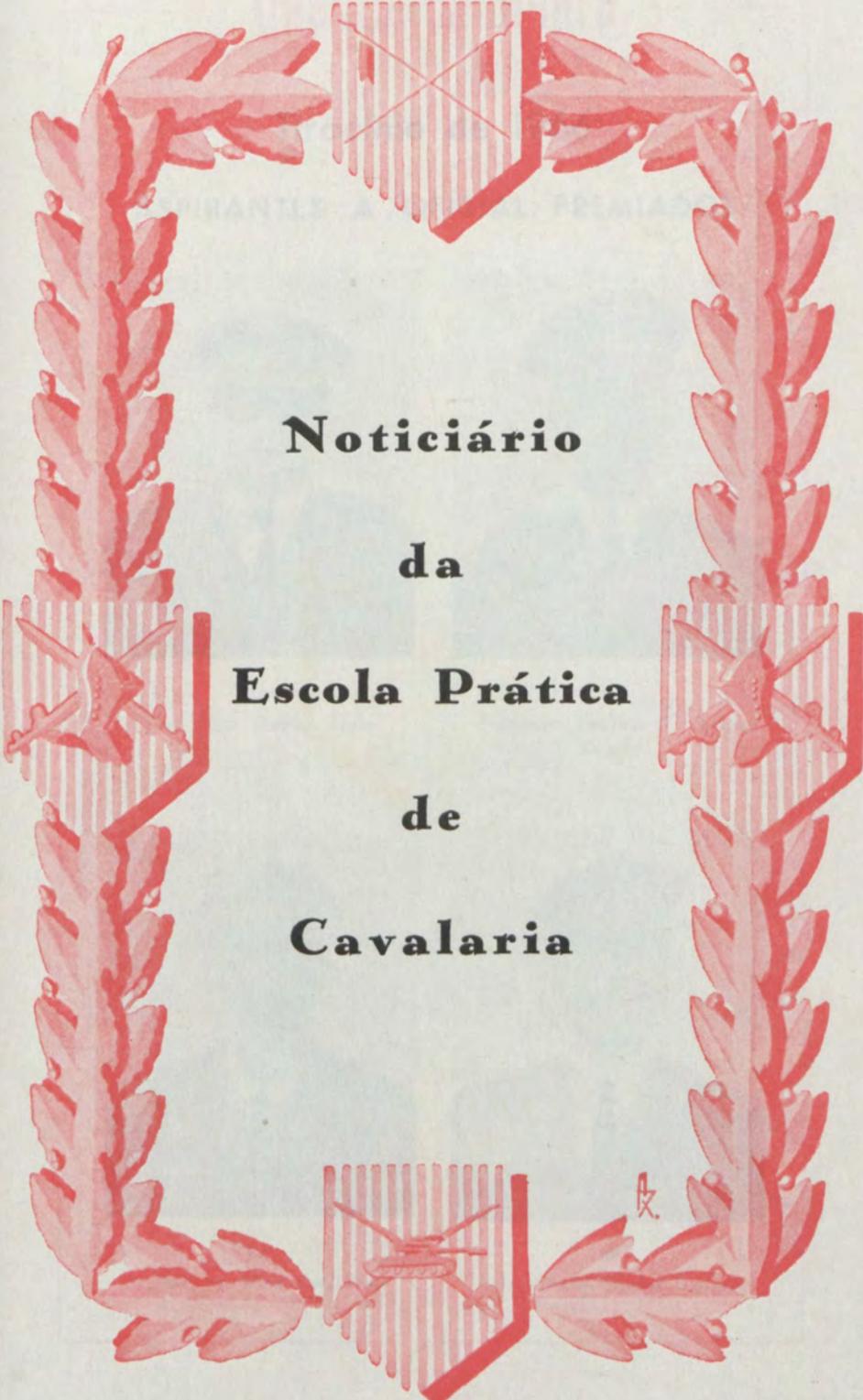
Aspectos do Aqueilamento e de actividades da Cavalaria de TIMOR







820

A decorative red laurel wreath frames the central text. At the top, bottom, left, and right points of the wreath are military crests featuring crossed swords and a shield with vertical stripes.

Noticiário
da
Escola Prática
de
Cavalaria

lx.

Quadro de Honra

Tirocínio de 1966

ASPIRANTES A OFICIAL PREMIADOS



1.º

José Rosa Correia Leite



2.º

*Francisco Vasques G. Moura
Borges*



3.º

Rogério da Silva Guilherme



4.º

Luís Alberto Santos Banazol

Revista da Cavalaria

Tirocínio de 1966

TIROCÍNIO PARA OFICIAIS DO QUADRO PERMANENTE

(ANO ESCOLAR 1966)



Os novos Aspirantes com o General Director

ACTIVIDADES

DURANTE O ANO DE 1966

DA E P C

1 — Actividades Escolares



Como vem acontecendo de há anos para cá, a actividade escolar foi em 1966 caracterizada pelo predomínio das instruções de formação de pessoal do Q. C., as quais, em relação a 1965, foram incrementadas a tal ponto que, praticamente, apenas durante trinta dias dos doze meses do ano, se não teve a presença de instruendos dos COM e CSM.

Para colmatar, porém, essa «brecha», esteve em funcionamento, pelo período de 10 semanas, um Curso de Promoção a Capitão do Q. C., frequentado por subalternos que prestam serviço na G. N. R.

Durante algumas semanas funcionaram simultaneamente as instruções de 4 cursos diferentes; a maior parte do ano estiveram ao mesmo tempo em acção três instruções — e só num período de cerca de 4 meses foi possível ter a funcionar apenas duas instruções.

Tudo o que acaba de referir-se poderá ser concluído do exame ao quadro de actividades que a seguir se indica.

A — Cursos, Estágios e Tirocínios para pessoal do QP e QC

| | |
|---|-----------------|
| — Estágio de AM «Panhard» para sargentos QP | 31 Jan — 02 Abr |
| — CPCQC | 28 Fev — 07 Mai |
| — TOQP | 23 Mar — 01 Out |
| — Curso de Transmissões (2.ª parte) para Of. Q. P. | 16 Ago — 27 Ago |

Revista da Cavalaria

B — Cursos de Oficiais e Sargentos Milicianos

| | |
|--|-----------------|
| — COM (2.º Ciclo) | 04 Jan — 02 Abr |
| — CSM (2.º Ciclo) | 04 Jan — 02 Abr |
| — COM (2.º Ciclo) | 02 Mai — 23 Jul |
| — CSM (2.º Ciclo) | 02 Mai — 23 Jul |
| — CSM (1.º Ciclo) | 16 Mai — 20 Ago |
| — COM (2.º Ciclo) | 22 Ago — 19 Nov |
| — CSM (2.º Ciclo) | 22 Ago — 19 Nov |
| — CSM (1.º Ciclo) | 12 Set — 21 Dez |
| — COM (Méd., Vet. e Farmac., reinspeccionados) | 21 Nov — 17 Dez |

Sabe-se que a tarefa destinada à EPC, em 1966, não teve nada de exclusiva. Contudo, se para além de Deus saber de todos, cada um sabe de si... verdade é que as condições em que foi cumprida a pesada missão, nos autoriza a salientar o esforço produzido por instrutores e monitores os quais, quase sem detença, estiveram empenhados em esgotante acção durante todo o ano.

Para eles vai todo o apreço do Comando que, não ignorando o valor do sacrifício que fizeram, tem em alta conta o excelente espírito por eles mantido mesmo nas mais difíceis circunstâncias.

2 — Outras Actividades

Para além das actividades escolares pròpriamente ditas, há a evidenciar um certo número de acontecimentos que, embora tivessem exigido esforço a todo o pessoal, não podem deixar de considerar-se como dias festivos.

Em primeiro lugar destacar-se-ão as cerimónias com que foi comemorado o «Dia da Cavalaria», na presença de Sua Ex.^a o Ministro do Exército. Perante formatura geral da Escola e após palestra feita pelo 2.º Comandante, foi colocada no Estandarte da EPC por Sua Ex.^a o Ministro, em representação do mais alto Magistrado da Nação, a insígnia de Membro Honorário da Ordem da Cruz de Cristo com que Sua Ex.^a o Presidente da República se dignou distinguir a Escola.

Igualmente por Sua Ex.^a, o Ministro, foi descerrada numa das paredes da Parada Chaimite, uma lápide dedicada aos Soldados de Cavalaria Mortos em Defesa do Ultramar.

Artisticamente composta, foi esta lápide imaginada e executada por um dos mais velhos servidores da Escola — o 1.º Sargento Abreu.

Revista da Cavalaria



Sua Ex.^a o Ministro do Exército após o descerramento da Lápide dedicada aos Soldados de Cavalaria Mortos em Defesa do Ultramar

Revista da Cavalaria

Em seguida, há que salientar o desfile militar com que em Santarém foi comemorado o 40.º ano da Revolução de 28 de Maio e no qual tomaram parte a totalidade das forças da EPC, 1 Grupo de Artilharia AA (GACA 2), forças da PSP e GNR e, também, da L. P., sob o comando do Comandante da EPC. A multidão que se dispôs ao longo do percurso, teve ocasião de verificar o elevado aprumo com que marcharam as tropas apeadas e desfilaram as unidades motorizadas e blindadas constituídas.

As altas individualidades que presidiram à cerimónia — Suas Ex.^{as}, o Ministro do Interior e General Comandante da 2.^a RM — manifestaram com significativos elogios a excelente impressão colhida.

Em 19 de Janeiro recebeu a EPC a costumada visita dos instrutores do Curso de Promoção a Oficial Superior, acompanhados do Ex.^{mo} Brigadeiro, Director do Curso e de alguns dos seus instrutores.

Durante a manhã desse dia, fez a EPC a apresentação dos Esquadrões de Reconhecimento dos vários tipos com que conta a Arma, salientando a organização e as características que lhes permitem cumprir as missões específicas.

Depois do almoço, no CIM de Santa Margarida e em colaboração com o RC 4, foi apresentado um Esquadrão de Carros de Combate e realizada uma sessão de fogos reais com as armas de bordo das diferentes viaturas de combate (auto-metralhadoras e C. C.) de que dispõe a Cavalaria.

Em 21 de Abril, Sua Ex.^a o General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército visitou oficialmente a EPC. Tendo percorrido demoradamente as instalações escolares, teve Sua Ex.^a oportunidade de verificar as condições em que se desenvolve o funcionamento dos diferentes Cursos, Estágios e Tirocínios que constituem a missão fundamental da Escola. Das palavras de Sua Ex.^a, ficou-nos a grata certeza duma boa impressão colhida.

Dias depois, em 26 de Abril, foi Sua Ex.^a o General Comandante da 2.^a RM que, também em visita oficial, nos honrou com a sua presença. Inteirando-se minuciosamente das condições de vida da EPC, foram muito honrosas as palavras com que expressou a ideia formada.

Mais tarde, a 27 de Julho, o Ex.^m Brigadeiro 2.º Comandante da 2.^a RM, veio igualmente em visita oficial à EPC que ficou a conhecer pormenorizadamente, muito nos orgulhando a apreciação geral manifestada.

Na sua digressão por terra portuguesa, não poderia o Colégio Militar do Belo Horizonte deixar de passar por Santarém onde, na vetusta

Revista da Cavalaria

Igreja da Graça, jazem as cinzas de Pedro Álvares Cabral. A representação de alunos e instrutores daquele Colégio, chefiada pelo respectivo Director, esteve também na EPC, em 14 de Dezembro, aqui tendo almoçado, após breve visita às instalações escolares.

A circunstância de alguns oficiais instrutores e o próprio Director do Colégio, serem oficiais de Cavalaria, tornaram ainda mais agradáveis os curtos momentos de convívio proporcionados pela presença de tão distinta representação militar do País Irmão.



*Visita do Comandante da II Região Militar
Desfile da Guarda de Honra*

O juramento de bandeira dos instruídos do 1.º Ciclo do COM (Médicos, Veterinários e Farmacêuticos reinspeccionados) e 1.º Ciclo (3.º Turno de 1966) do CSM, realizado em 15 de Dezembro, teve particular brilhantismo, pois a essa cerimónia se dignaram presidir Sua Ex.^a o General Director da Arma, os Ex.^{mos} Srs. Governador Civil do Distrito e Presidente da Câmara Municipal de Santarém. A numerosa assistência interessou-se vivamente pelas demonstrações militares executadas pelos instruídos que alardearam a sua excelente preparação.

Neste mesmo dia, à noite, num palco improvisado e com montagem digna de registo, efectuou-se no Refeitório Geral, um espectáculo de variedades organizado por instruídos do CSM. Espectáculo que muito interessou e distraiu a assistência, diz bem do espírito com que a juventude encara e suporta a árdua preparação militar a que é sujeita.

Revista da Cavalaria

Cumprida assim a missão de instrução de 1966, a proximidade do Natal fez volver as atenções da Escola para o seu pessoal, procurando dar a todos, em especial aos que foram obrigados a passar a Festa da Família no aquartelamento, o possível conforto.

Procedeu-se a uma distribuição de agasalhos, brinquedos e dinheiro aos filhos e mulheres das praças averiguadamente mais necessitadas.

No dia 23, como é já de tradição, realizou-se a Festa do Natal dedicada aos filhos dos oficiais, sargentos e das praças que vivem em



*Juramento de bandeira do COM (Méd., Vet. e Farmacêuticos)
reinspeccionados e CSM*

Santarém. Com o Ginásio devidamente arrajado para a circunstância, e na presença das respectivas Famílias, os pequenos deliciaram-se com um espectáculo de variedades circenses e com a passagem de filmes de desenhos animados, isto já depois de terem colhido duma imponente Árvore de Natal, os brinquedos que lhes haviam sido destinados, e tomado uma confortante merenda.

À noite realizou-se a Ceia de Natal para as praças presentes na Escola, nela tendo tomado parte o Comandante, os oficiais e sargentos do efectivo escolar.

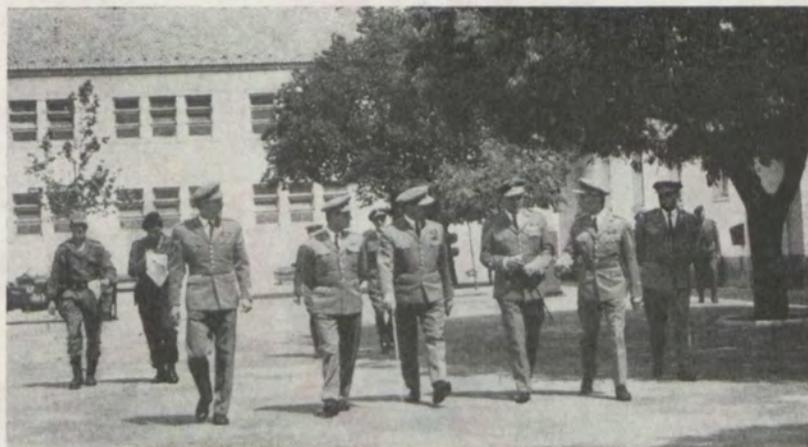
A passagem do ano foi também assinalada com uma ceia em que tomou parte todo o pessoal presente na Escola.

Revista da Cavalaria

Visita à Escola Prática de Cavalaria de S. Ex.^a o General Vice-Chefe do E. M. E.

No dia 21 de Abril do corrente ano visitou a Escola Prática de Cavalaria Sua Ex.^a o General Horácio de Sá Viana Rebelo.

Tendo chegado de manhã a Santarém e após ter passado revista à Guarda de Honra, Sua Ex.^a presidiu a uma reunião de trabalho em



*Sua Ex.^a o General Horácio Sá Viana Rebelo, Vice-Chefe do E. M. E.
e Director da Instrução visitando a E. P. C.*

que tomou conhecimento directo de todos os assuntos e problemas relativos à instrução ministrada aos diversos cursos que ali funcionam.

Sua Ex.^a que foi sempre acompanhado pelo General Director da Arma, visitou demoradamente as várias instalações escolares e assistiu a algumas das instruções em curso tendo tido oportunidade de verificar o seu grau de eficiência e retirou ao fim da tarde.

Artilharia de Campanha

de Artilharia de Campanha, para a Escola Pratica de Cavalaria
de S. Paulo, o General Vice-Chefe do E. M. P.
Artilharia de Campanha, para a Escola Pratica de Cavalaria
de S. Paulo, o General Vice-Chefe do E. M. P.

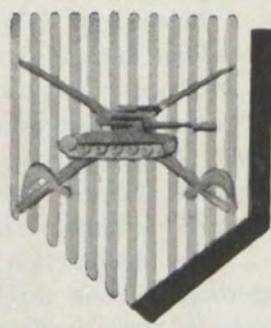


Artilharia de Campanha, para a Escola Pratica de Cavalaria
de S. Paulo, o General Vice-Chefe do E. M. P.
Artilharia de Campanha, para a Escola Pratica de Cavalaria
de S. Paulo, o General Vice-Chefe do E. M. P.

A decorative border of a red laurel wreath surrounds the central text and symbols. The wreath is composed of two branches of leaves, one on each side, meeting at the top and bottom. At the top, bottom, and sides, the wreath is interspersed with military crests. Each crest features a shield with vertical red and white stripes and a central emblem of a crossed sword and a rifle. The central crest is larger and more prominent than the others.

Doutrina

e

A central military crest is positioned between the two lines of text. It consists of a shield with vertical red and white stripes. Overlaid on the shield is a crossed sword and a rifle. The shield is set against a black background that forms a downward-pointing arrow shape.

Cultura
Militares

lx.

A CAVALARIA

RELANCE SOBRE O
PASSADO, O MOMENTO
ACTUAL E AS SUAS
PERSPECTIVAS



omeçamos por nos debruçar, ainda que expondo o assunto a traços largos, sobre o Passado, isto é, a História da Cavalaria.

Como primeiro resultado é possível verificar que a Cavalaria, como Arma, se encontra sobretudo na Antiguidade e a partir dos Tempos Modernos.

A quase solução de continuidade representada pela Idade Média é, no entanto, preenchida e com reflexos notáveis na mentalização da Arma pela Instituição: Cavalaria.

Como diz o General Boucherie:

«O Cavaleiro na Idade Média, é bravo, generoso, galante mas também normalmente é profundamente ignorante; é irreverente e ama a guerra; é fiel ao seu rei mas aceita dificilmente a subordinação.

As qualidades asseguram-lhe o sucesso nas acções individuais onde só conta a força; os defeitos inferiorizam-nos nas acções de conjunto que exigem coordenação de esforços».

Por estas e também outras razões, salvo excepções representadas pelos cavaleiros das Ordens Militares e, por vezes, pela Cavalaria Árabe, não houve nesta época aquilo a que se possa verdadeiramente denominar Arma de Cavalaria apta a desempenhar as missões que tão judiciosamente os grandes Capitães da Antiguidade lhe haviam atribuído e que ela, na generalidade, cumpriu dum modo notável.

Primitivamente tudo nos leva a crer que os povos da montanha tinham os seus exércitos baseados no combatente a pé e os da planície no combatente a cavalo.

Revista da Cavalaria

O primeiro povo, que se conhece, que apresenta um exército com predomínio quase absoluto de cavaleiros foram os Assírios e Babilónicos.

Também os Medas e os Persas foram grandes cavaleiros.

Já na batalha de Tymbreo, nas margens do Ipsus, entre Ciro, rei dos Persas, e Cresos, rei da Lídia, Ciro fez uma primorosa aplicação da Cavalaria, utilizando, primeiro, a ligeira em missões de pura segurança afastada. Durante a batalha, com a pesada, envolveu a Infantaria inimiga, em hábil manobra que lhe permitiu acabar com a resistência oposta pelos célebres quadrados da Infantaria Egípcia que combatia nas forças de Cresos.

Os Gregos só começaram a usar a Cavalaria a partir das invasões persas.

Embora na batalha de Leutra, cujo renome é consequência da primeira utilização da ordem oblíqua, Epaminondas a tenha judiciosamente utilizado, foi Alexandre Magno que deu enorme desenvolvimento à Cavalaria grega, a sua Arma das decisões. Aliás o emprego da Arma nunca se apresentou fácil o que levou alguém a afirmar: «a utilização da Cavalaria é a pedra de toque dos grandes Capitães».

Era com a Cavalaria que Alexandre se esclarecia durante a marcha, manobrava sobre os flancos ou retaguardas inimigas e fazia a perseguição.

Mais tarde, a Cavalaria volta a conhecer um período áureo nas guerras Púnicas, entre Cartagineses e Romanos, sobretudo pelo emprego que dela fez Aníbal.

Tornou-se clássica a manobra de envolvimento do exército romano, na batalha de Cannes, e na qual a Cavalaria de Aníbal representou o principal papel.

Pelas razões já atrás apontadas e também por uma má reacção ao aparecimento da arma de fogo, a Cavalaria medieval cobriu-se, cada vez mais, com pesadas armaduras. A sua fundamental característica, a mobilidade, perdeu-se de tal modo, que a acção principal da Arma, conhecida pela designação de carga e que sobretudo exige velocidade, não podia explorar esta característica. Não havia cavalos que pudessem suportar, em andamentos vivos, o peso que transportavam e chegou-se a carregar... a trote e até a passo.

Revista da Cavalaria

O primeiro povo, que se conhece, que apresenta um exército com predomínio quase absoluto de cavaleiros foram os Assírios e Babilónicos.

Também os Medas e os Persas foram grandes cavaleiros.

Já na batalha de Tymbreo, nas margens do Ipsus, entre Ciro, rei dos Persas, e Cresos, rei da Lídia, Ciro fez uma primorosa aplicação da Cavalaria, utilizando, primeiro, a ligeira em missões de pura segurança afastada. Durante a batalha, com a pesada, envolveu a Infantaria inimiga, em hábil manobra que lhe permitiu acabar com a resistência oposta pelos célebres quadrados da Infantaria Egípcia que combatia nas forças de Cresos.

Os Gregos só começaram a usar a Cavalaria a partir das invasões persas.

Embora na batalha de Leutra, cujo renome é consequência da primeira utilização da ordem oblíqua, Epaminondas a tenha judiciosamente utilizado, foi Alexandre Magno que deu enorme desenvolvimento à Cavalaria grega, a sua Arma das decisões. Aliás o emprego da Arma nunca se apresentou fácil o que levou alguém a afirmar: «a utilização da Cavalaria é a pedra de toque dos grandes Capitães».

Era com a Cavalaria que Alexandre se esclarecia durante a marcha, manobrava sobre os flancos ou retaguardas inimigas e fazia a perseguição.

Mais tarde, a Cavalaria volta a conhecer um período áureo nas guerras Punicas, entre Cartagineses e Romanos, sobretudo pelo emprego que dela fez Aníbal.

Tornou-se clássica a manobra de envolvimento do exército romano, na batalha de Cannes, e na qual a Cavalaria de Aníbal representou o principal papel.

Pelas razões já atrás apontadas e também por uma má reacção ao aparecimento da arma de fogo, a Cavalaria medieval cobriu-se, cada vez mais, com pesadas armaduras. A sua fundamental característica, a mobilidade, perdeu-se de tal modo, que a acção principal da Arma, conhecida pela designação de carga e que sobretudo exige velocidade, não podia explorar esta característica. Não havia cavalos que pudessem suportar, em andamentos vivos, o peso que transportavam e chegou-se a carregar... a trote e até a passo.

Revista da Cavalaria

Só séculos depois, na batalha de Beitenfeld (junto a Leipzig) Gustavo Adolfo imprimiu à Cavalaria um sentido de actuação mais conforme, desviando-se dos conceitos existentes, o que lhe permitiu bater estrondosamente a, até então, invencível infantaria espanhola.

Também o mesmo General soube tirar partido da sua Cavalaria nas acções de exploração e de perseguição.

Depois Condé, Turenne e o Marechal de Saxe, trilhando os caminhos reavivados por Gustavo Adolfo preparam os espíritos para definitivamente se abandonar ideias erradas, entre as quais predominava a dos fogos a cavalo.

Estava delineado o ambiente para um dos mais áureos períodos da Cavalaria a cavalo, que tem início com Frederico II da Prússia, atinge o auge com Napoleão e encontra o seu ocaso na guerra de 1870, perante um acréscimo de poder de fogo a que a velocidade dos cavalos já não podia fazer face.

É neste período que verdadeiramente a Cavalaria carrega à arma branca e a galope, que abandona o emprego dos fogos a cavalo embora continui a utilizá-los quando a pé, que constitui coesas massas de choque, que esclarece o chefe, que quando em reserva está pronta a irromper como verdadeiro ariete no momento oportuno e no ponto decisivo, que completa a destruição do inimigo pela perseguição.

É, igualmente, nesta época que surge a Artilharia a cavalo para ter mobilidade que lhe permita apoiar oportunamente, com os seus fogos, a Cavalaria.

É, ainda, neste período que se organiza em Unidades de Cavalaria das Grandes Unidades — a Cavalaria Orgânica — e Grandes Unidades de Cavalaria — a Cavalaria Independente — como é exemplo o Corpo de Cavalaria de Murat.

Esta articulação mantém-se ainda, nas suas linhas directrizes, na actual Cavalaria blindada e tudo nos leva a crer que vigorará durante largos tempos.

É também de assinalar que a Cavalaria destinada ao reconhecimento, tal como na Antiguidade, volta a ser mais aligeirada e a destinada a obter a decisão, mais pesada. Esta ideia perdura e traduz-se na actualidade em Unidades de Reconhecimento, muito móveis e ligeiramente blindadas e Unidades de Carros móveis, fortemente blindados e dispondo de grande poder de fogo.

Não esqueceremos que a utilização da Cavalaria encontra no final do século XIX ambiente em África. Na parte norte, onde se cobriram

Revista da Cavalaria

de glória os caçadores de Morris e os spahis de Jusuf frente às forças do Emir. Na parte sul, desempenhou papel notável nas campanhas dos ingleses contra os matabeles e na guerra da Zululândia. Os cavaleiros foram aplicados, em grande percentagem, sobre os comandos de Barrow e Weathesley, na coluna de sir Evelyn Wood.

Estas últimas campanhas tiveram grande influência no modo de pensar de Mousinho de Albuquerque e levou-o à convicção da vantagem do emprego da Cavalaria, nesse tempo só a cavalo, nas operações que tivemos em Moçambique. Nas acções de pacificação do Maputo, na campanha dos Namarrais, muito particularmente nas cargas que aliviaram o quadrado de Mujenga e, sobretudo, na carga do combate de Macontene e nas marchas que precederam o combate, encontra-se plena justificação das razões que assistiam a Mousinho.

É de frisar que ali o ambiente e sobretudo os meios que o inimigo dispunha não eram os que, na mesma época, existiam na Europa e essa apreciação foi uma das virtudes de todos os chefes que acabamos de indicar.

Na Europa, aproximava-se a passos de gigante o aperfeiçoamento da arma de repetição e o início do emprego em massa da metralhadora.

Novamente surge, por parte dos cavaleiros, tal como quando do aparecimento da arma de fogo, uma má percepção do ambiente e isso conduz a uma actuação de que é símbolo a carga heróica mas improfícua e sangrenta de Balaclava na Crimeia.

Tinha-se de chegar à conclusão que o emprego da carga a cavalo com grandes massas era impraticável no campo de batalha.

Neste período são ainda de citar pelo seu espírito cavaleiro e, também, por bem se enquadrarem dentro das tradicionais missões da Arma os «raides» efectuados na guerra da América e os levados a efeito pelos russos durante o conflito com o Japão.

A guerra de 1914-18 confirma, com algumas excepções, produto de prontas explorações de ambiente, o sentido de evolução que se definia com o aperfeiçoamento da organização do terreno e da metralhadora por parte da defesa e do motor e da lagarta por parte do atacante.

Começa, então, a motorização e mecanização a entrar na Arma e, entre as duas grandes guerras, ela acentua-se vincadamente.

Revista da Cavalaria

Em 1939 são já unidades mistas ou mais vulgarmente, somente motorizadas e blindadas que actuam (salvo acções de guerra na Rússia em que unidades a cavalo, por parte dos russos tiveram ainda aplicação de relevo).

Porém, na prática e na primeira fase da segunda grande guerra, apesar das ideias de Lidell Hart e do General de Gaulle, somente os alemães, motorizando e mecanizando uma forte percentagem das suas unidades e tirando proveito das vantagens da velocidade que o motor permitia e da couraça frente aos meios de defesa anticarro então existentes, souberam imprimir às operações um ritmo sobretudo cavaleiro.

É a época da epopeia das grandes e pequenas unidades rápidas e blindadas que se assemelha, pelos seus resultados, à época napoleónica.

Antes, porém, de nos lançarmos nas veredas do actual e do futuro desejamos ainda dedicar algumas palavras à Instituição «Cavalaria».

Ela é a expressão de um conjunto de ideias e costumes particulares à Idade Média baseados inicialmente no amor de Deus e do combate, a que mais tarde se junta o culto da mulher e protecção dos fracos, tudo animado do mais puro espírito cristão.

Nasceu na época de Carlos Magno com origem, no seu cerimonial, no antigo costume germânico da entrega da lança e do escudo ao adolescente quando atingia a idade da emancipação.

Desenvolveu-se sobretudo durante as Cruzadas, mas em Portugal tem o seu apogeu no reinado de D. João I, sendo modelo das suas virtudes o condestável D. Nuno Álvares Pereira.

Como tem sucedido com muitas outras ideias generosas, o correr do tempo faz olvidar muito da sua parte positiva e da sua fase idealista e heróica inicial, acabou-se por cair numa, em que quase tudo é artificial e que Cervantes tão bem focou na obra «D. Quixote de La Mancha».

Tem-se, no entanto, de reconhecer que o espírito que a Arma de Cavalaria está impregnada, ainda nos nossos dias, encontra muito da sua base positiva moral naquela Instituição.

Julgamos poder, agora, dar por finda a síntese apresentada, como resultado da rápida análise do Passado.

Será, portanto, altura de começar a examinar o panorama actual da Arma e as suas perspectivas, panorama que se inicia com a explosão da bomba atómica em Hiroshima e, também, com uma aplicação sistematizada dum velho tipo de guerra mas a que Mao-Tsé-Toung deu

Revista da Cavalaria

foros de guerra decisiva, especialmente ligando-a à massa da população e fazendo-lhe perder o aspecto de operações só subsidiárias.

A Cavalaria actual sente-se herdeira do espírito atrás mencionado e do cumprimento das missões que à antiguidade já claramente lhe havia atribuído.

Uma Arma, como é vulgarmente admitido, define-se essencialmente pelo seu espírito e pela natureza das missões que pode cumprir.

Se, sem dúvida, muito a Arma deve ao cavalo e até dele tirou a sua origem e designação, não podemos somente classificar uma Arma pela natureza dos meios que utiliza, embora para Cavalaria tenham de ter sempre uma característica primordial: grande mobilidade.

Vejamos, então, qual o ambiente da Arma, nos três tipos prováveis de conflito que a actualidade ou é palco ou pode vir a ser em futuro breve: o clássico, mais ou menos do modelo da última guerra em aspecto geral ou parcial; o nuclear e o guerrilheiro ligado a qualquer das formas de guerra atrás mencionadas, ou, caso mais provável, ao da forma subversiva.

No primeiro caso, o clássico, hipótese que não se pode abandonar de ânimo leve; pois pode-se dar o caso de se considerar que o emprego de meios nucleares não é rendoso e até demasiadamente perigoso devido há existência desse meio nos dois campos, a Cavalaria mantém necessidades em organização e meios semelhantes, às que tem tido, embora a técnica vá aperfeiçoando os meios e a reflexão e experiência lime processos de actuação.

Deste modo, todas as Forças dos mais diversos países continuam a dispor de Unidades de Cavalaria Ligeira — as de Reconhecimento — e Unidades de Cavalaria Pesada — as de Carros de Combate —.

Não é, porém, rendoso, nem possível dispor de meios diferenciados para cada tipo de guerra e assim se explica que a evolução, embora seja sobretudo marcada pelo provável emprego de meios nucleares, não põe de parte as possibilidades dessas forças poderem ser aplicadas em todos os tipos de guerra. Algo, portanto, há que sacrificar a um certo enciclopedismo.

Por exemplo, o carro, por razões ligadas principalmente à guerra nuclear, entrando em linha de conta com as possibilidades da potência do motor e servidão da protecção blindagem, face ao perigo nuclear e

Revista da Cavalaria

evolução da defesa contra blindados, tende a tornar-se mais veloz e por consequência mais ligeiro não pondo de parte os aspectos de protecção indicados, o que talvez se não verificasse dum modo tão flagrante se se encarasse só o tipo de guerra clássica. A melhor protecção, até certo ponto e dum modo frisante nas operações nucleares, está sobretudo baseada na mobilidade.

Outro exemplo, num aspecto diferente: as Unidades de Reconhecimento, devido ao seu emprego, tendem também na guerra nuclear para uma organização que lhe permita uma actuação muito fraccionada e flexível, o que não seria tão premente no caso de guerra clássica.

A organização da Divisão Americana designada por ROAD, dá-nos um exemplo duma composição nitidamente orientada no sentido da guerra nuclear, mas que não deixa também de poder ser aplicada no caso de guerra clássica. No entanto, se só se pensasse nesta última, é natural que com algumas ligeiras modificações se continuasse a manter os antigos tipos de divisão.

Qualquer dos tipos de guerra, o clássico e o nuclear, não põe de parte os dois tipos de Unidades de Cavalaria, a ligeira de Reconhecimento e a pesada ou seja os Carros.

Unicamente, como factor imperativo dum provável emprego dos meios nucleares, as quantidades e organizações destas Unidades tiveram de variar e de se adaptar e assim, cada vez mais, são necessárias muitas Unidades de Reconhecimento facilmente decomponíveis e de grande mobilidade e, cada vez mais, são necessárias Unidades de Carros também muito móveis.

Entrando, agora, em linha de conta com o tipo de guerra de guerrilhas, seja qual for a variante, dois factores se tornam salientes: um, é que as Unidades de Cavalaria (Reconhecimento e Carros) são de encarar, no aspecto de emprego, não essencialmente como guerrilha (as suas servidões de material e combustível são muito grandes) mas na contra-guerrilha; outro, é que a intervenção dessas Unidades varia com a fase das operações especialmente no tipo subversivo, tendo o Reconhecimento sempre largo ambiente de acção e os Carros só geralmente na fase final.

A actuação das Unidades de Reconhecimento é de primordial importância até na acção preventiva, percorrendo as zonas prováveis de subversão, levando rapidamente a presença da força aos mais distantes pontos. Uma vez que a subversão vem à superfície, a percentagem necessária de Unidades de Reconhecimento é bastante forte e a sua

Revista da Cavalaria

actuação de importância relevante tendo em atenção as missões que pode desempenhar: abertura e vigilância de itinerários, escoltas de colunas, acorrer rapidamente aos locais ameaçados, etc.

Claro está que não consideramos estas Unidades como as únicas a poder desempenhar eficazmente estas missões, muito particularmente a de reserva móvel. Muitas vezes os pára-quedistas, os aerotransportados e os helitransportados o podem fazer em melhores condições, mas não sempre.

Se encararmos a guerra de guerrilhas ligada a operações clássicas ou nucleares, também encontramos larga aplicação nas Unidades de Reconhecimento em ligação com Unidades de outras Armas quer na segurança das retaguardas, quer em actuação ofensiva sobre os núcleos de guerrilheiros enquanto as forças mais poderosas actuam sobre a parte principal do inimigo.

Olhemos, agora, um pouco para o futuro baseados na provável evolução da função estratégica-táctica e nas possibilidades que a técnica, sua variável, vai criando.

Não vamos fazer um estudo geral do assunto, sairíamos fora da rubrica a que nos propusemos, no entanto temos de o aflorar ainda que só no seu aspecto militar.

Face ao emprego do elemento nuclear, o ideal seria dispor de forças que pelo menos, temporariamente fossem independentes do estado do terreno. Não é difícil apercebermo-nos que a viabilidade de emprego das viaturas correntes actualmente existentes, inteiramente ligadas ao solo, será muito precária num campo de batalha atómico muito revolvido por explosivo tão potente.

Além da divisão ROAD, os americanos ensaiam, embora fora do ambiente nuclear, uma grande unidade que para ele foi criada, a sua 1.^a Divisão de Cavalaria. Ela representa a primeira fase de evolução no caminho para as Unidades aeromóveis. Os helicópteros e aviões que utiliza, na impossibilidade actual de dispor de meios fornecidos pela técnica, que sendo normalmente terrestres, possam durante algum tempo ser independentes do terreno, marcam bem o sentido da evolução.

É curioso verificar que esta grande Unidade, não criada para a guerra de guerrilhas, se adapta melhor que outras a ela, sendo o mais eficiente elemento que os americanos dispõem no Vietnam.

Também é interessante assinalar como a designaram, dando-lhe o nome de Divisão de Cavalaria. Aqui igualmente se encontra bem defi-

Revista da Cavalaria

nido que o seu baptismo resultou essencialmente da natureza das missões que ela pode cumprir.

Tal como se tem passado em outras épocas, acreditamos estar no início duma progressão que vai ser comandada pelas possibilidades técnicas, pois as razões de ordem estratégica e táctica já a solicitam fortemente seja qual for o tipo de conflito encarado.

Uma nova era se apresenta às Unidades de Cavalaria, a da Cavalaria do Ar como sucedânea das suas formas a Cavallo, Motorizada e Blindada Terrestre.

Naturalmente esta forma surge inicialmente para a Cavalaria ligeira, a de Reconhecimento, que já hoje tem um aspecto misto terrestre-aéreo.

Certo tempo medeará ainda até que a Cavalaria pesada — a fortemente blindada — possa obter também possibilidades senão de voar no sentido amplo do termo, pelo menos de dar grandes saltos.

Por isso, caminhando de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento nas características das viaturas de modo a que sem perderem a necessária potência e protecção possam também dispor de certa mobilidade aérea, ter-se-á que contar que um misto de Unidades de Cavalaria Aérea e de Cavalaria somente Terrestre, será servidão imposta ainda durante largo período, pelo menos, tanto quanto o necessário para se obter as viaturas a que atrás nos referimos e que, como disse o Coronel de Favisiki, devem poder-se elevar por cima das árvores e outros obstáculos que surjam.

Desejamos também frisar um aspecto que pensamos cada vez mais se torna nítido, seja qual for o tipo de conflito encarado: a grande ou pequena táctica geral tende para se orientar segundo o espírito, os princípios, os métodos, processos ou regras que tem norteado a táctica da Cavalaria desde os mais remotos tempos.

É necessário um certo equilíbrio entre a evolução do fogo e do movimento. O primeiro saltou barragens inacreditáveis com o aparecimento do elemento atómico e termonuclear multiplicando por milhares as suas possibilidades; o segundo está muito longe de recuperar o terreno perdido em relação ao primeiro. Há que reconhecer que a técnica está ainda muito atrasada para permitir alcançar resultados que satisfaçam os desejos em relação à mobilidade dos meios.

Revista da Cavalaria

O rápido esboço de estudo apresentado pensamos que faz salienta que a Arma continua a ter a sua razão de existência dum modo frisante e exigente. Sòmente, como se passa com qualquer outro meio, a Cavalaria está sujeita a «que a evolução imposta pelo progresso é constante e não se pode subtrair à lei comum que impõe a todas as organizações humanas a adaptação a ele, sob pena de vegetar ou mesmo de perecer», daí, todo o enorme esforço a exigir aos cavaleiros e a ânsia com que eles aguardam o aperfeiçoamento técnico favorável à mobilidade indispensável.

Coronel RAUL RAMOS

Afirmava Napoleão que em todos os Exércitos a Cavalaria era extremamente importante. Fosse boa ou fosse má, quanto mais numerosa melhor.

A CAVALARIA

NA GUERRA SUBVERSIVA

1. INTRODUÇÃO

a. Ao abordarmos o tema em epígrafe temos presentes as dificuldades que o mesmo apresenta, quer pela inexistência de bibliografia sobre o assunto, quer por não termos experimentado um número suficientemente elevado de casos concretos em que se possam basear conclusões, quer ainda porque, às unidades de Cavalaria no Ultramar, por razões, por certo muito ponderosas, talvez nem sempre tenham sido cometidas as missões que mais se coadunam com as suas características e possibilidades.

Estes factos levam-nos a estabelecer uns pressupostos que reputamos necessários e oportunos, antes de entrar pròpriamente na matéria. São eles os seguintes:

- O facto de se ter empregue as forças de Cavalaria na guerra subversiva como vem sendo feito, por razão dos mais variados condicionamentos que resultam de numerosos e imperativos factores, não se considera bastante para definir uma doutrina. Quer-se dizer, que a análise do papel da Arma, neste tipo de guerra, tal como nos propomos fazer, será encarada através dum conceito que ultrapassa os condicionamentos que nos atingem, por se entender que só assim será possível encontrar, nas acções de guerra subversiva, o lugar apropriado para cada uma das Armas, conforme as suas verdadeiras e mais salientes características e aptidões;
- Não serão motivo de análise as unidades instruídas, organizadas e enquadradas por elementos de Cavalaria, tais como as Companhias ou Batalhões, dado que são unidades tipo Caçadores, que da Cavalaria apenas receberam o influxo do tradicional

Revista da Cavalaria

espírito da Arma e nas acções em que se têm envolvido no Ultramar os seus processos de actuação e as suas missões não se diferenciam, sensivelmente das unidades equivalentes das outras Armas;

- Ao referirmos unidades de Cavalaria queremos reportar-nos apenas a unidades de Reconhecimento e de CC, com exclusão portanto, das unidades de PM, que embora pertencendo à Arma, têm, no entanto, um modo de emprego e de actuação, desde sempre e em qualquer tipo de guerra, bastante particularizados;
- Parece fora de dúvida que as unidades de Cavalaria armadas e equipadas com os seus meios característicos, tais como os E. Rec. e Pel. Rec. que existem no Ultramar, ainda que pouco numerosas, sempre têm cumprido as missões que lhes coube desempenhar.

b. O nosso tema será, pois, conduzido com base no seguinte resumo esquemático:

- (1) Tipos de unidades características e missões genéricas da Cavalaria;
- (2) A guerra subversiva:
 - Fases de subversão,
 - Características da guerra subversiva,
 - Características genéricas das Unidades para a guerra em superfície,
 - As missões das Unidades de Cavalaria na guerra subversiva;
- (3) As Unidades de Cavalaria no Ultramar e seus meios;
- (4) Considerações gerais sobre Unidades de Rec. de Ar (com helicópteros);
- (5) Conclusões.

2. TIPOS DE UNIDADES, CARACTERÍSTICAS E MISSÕES GENÉRICAS DA CAVALARIA

Não vamos repetir o que é do conhecimento geral, mas no entanto, consideraremos que será oportuno, recordar alguns aspectos fundamentais.

Revista da Cavalaria

a. Tipos de Unidades

Na Cavalaria consideram-se dois tipos de Unidades:

- Unidades de Reconhecimento;
- Unidades de C. Combate.

No primeiro tipo englobar-se-ão as Un. de Rec. terrestre (E. Rec., G. Rec. e R. Rec.) e mais modernamente as Un. de Rec. aéreas, dotadas com helicópteros (E. Cav. Ar), estas constituindo um poderoso e valioso meio de prolongar a acção terrestre das primeiras e por si só susceptíveis duma actuação eficiente, graças ao seu elevado poder de manobra e de fogo. Julga-se não ser descabido acentuar que o E. Cav. Ar está constituído, armado e equipado para actuar como uma unidade de manobra e de fogo e não para ser utilizado como um meio de transporte aéreo. Por isso não exageraremos se dissermos que o helicóptero armado está para o E. Cav. Ar, tal como o CC está para as unidades de CC, isto é, a arma fundamental daquelas unidades é o helicóptero; e se ninguém tem dúvidas de que os CC não são considerados como um meio de transporte terrestre, julgamos que é com esse mesmo espírito que deverão ser olhados os helicópteros do E. Cav. Ar, quanto a não serem um meio de transporte aéreo.

Ao segundo tipo pertencem os E. CC e os G. CC.

b. Características genéricas das unidades de Cavalaria

(1) Das Unidades de Reconhecimento:

- Mobilidade
 - Velocidade
 - Flexibilidade
- } O que confere capacidade de actuação em frentes extensas e em grandes profundidades;
- Apreciável poder de fogo;
 - Apreciável grau de protecção;
 - Transmissões flexíveis e em apreciável dotação.

(2) Das Unidades de CC:

- Mobilidade;
- Flexibilidade;
- Potência de fogo e de choque;
- Protecção.

Revista da Cavalaria

c. Missões genéricas

(1) *Das Unidades de Reconhecimento:*

- De Reconhecimento e de Informação;
- De Segurança;
- De Ligação.

(2) *Das Unidades de CC:*

- Acções de carácter ofensivo.

d. Condicionamentos do emprego das Un. de Cavalaria

- A disponibilidade de itinerários;
- Os terrenos de vegetação densa que dificultam a visibilidade;
- A escassez de potencial humano para actuar e manobrar em terrenos muito cobertos e sem itinerários;
- A falta de equipamento adequado para acções apeadas;
- A necessidade dum pesado apoio logístico.

3. A GUERRA SUBVERSIVA

a. Fases da Subversão

Em resumo, o volume I — Generalidades — do guia «O Exército na Guerra Subversiva» considera as seguintes:

- *Fase Preparatória:* corresponde à preparação da subversão. É um trabalho que se desenvolve em segredo, sem aparentes manifestações exteriores;
- *Fase de Agitação:* é ainda uma fase clandestina, mas já não de segredo. Os elementos subversivos mantêm-se na clandestinidade, mas existem já manifestações exteriores: perturbações da ordem, acções que criem um ambiente de medo nas populações, etc.;
- *Fase do terrorismo e da guerrilha:* corresponde à intensificação das acções violentas e ao aparecimento de bandos armados e de guerrilhas;

Revista da Cavalaria

- *Fase do Estado Subversivo*: caracteriza-se pela criação de bases, organização de forças pseudo-regulares e estabelecimento dum governo rebelde;
- *Fase final ou de guerra pròpriamente dita*: corresponde ao alastramento de subversão, ao aparecimento do «exército rebelde», em suma, a acções que adquirem a forma de guerra convencional.

b. Características de Guerra subversiva

São de referir principalmente a as seguintes:

- A imperiosa necessidade da conquista da população;
- O valor e significado das influências que se processam no exterior do território;
- A enorme complexidade, derivada das características já referidas do carácter clandestino do Inimigo, da diversidade de meios e processos utilizados e, do facto de se tratar duma guerra em superfície.

Dentre as características referidas, todas da maior projecção e do mais alto significado e cada uma elemento motor de actividades aturadas, cautelosas, e persistentes, permitimo-nos destacar a que se designa por guerra de superfície, por ser esta a que, no âmbito pròpriamente militar, mais importa para o trabalho em curso.

Naturalmente dispensamo-nos de fazer uma análise detalhada dos factores da decisão, a que, como se sabe, haverá de acrescentar-se o da população, mas queremos salientar que, na guerra em superfície assumem papel fundamental o Inimigo e o terreno.

O Inimigo é constituído, normalmente, por efectivos reduzidos, organizado em bandos armados, guerrilhas ou força pseudo-regulares, muito fluido de grande rusticidade, com boa mobilidade, e dispõe, em regra, do apoio da população com a qual se «mistura». O facto de se poder deslocar com facilidade em qualquer terreno, aliado à circunstância de conhecer detalhadamente a região em que actua, permite-lhe, manter uma actividade constante contra as forças da ordem, por vezes a consideráveis distâncias umas das outras. Por outro lado, recusa-se sistematicamente, ao combate decisivo, não se deixando referenciar pelas nossas tropas, e antes, escolhe o momento e o local de actuar,

Revista da Cavalaria

procurando conservar a possibilidade de manter a iniciativa e a surpresa.

A posse do terreno, tal como se entende na guerra clássica, não tem significado para o guerrilheiro, nem este a considera como fundamental para a coordenação das suas acções de guerrilha. Estas visam muito principalmente a execução de acções de fogo e instalação de armadilhas que provoquem baixas e criem, entre as tropas e as populações, um clima de insegurança. Daí, que a sua acção graças à mobilidade e, conhecimento do terreno e dos movimentos das nossas forças, se pode desenvolver em áreas extensas em que não é possível definir os clássicos limites, nem sequer ter uma noção correcta de frente e de retaguarda.

Em íntima correlação com os dois aspectos citados será ainda de referir a extrema dificuldade que para as nossas tropas é a obtenção de Inf., pelo menos com aquele grau de certeza e de oportunidade, tão necessárias à execução de operações militares.

Do que fica dito crê-se que poderemos sintetizar que a guerra em superfície se caracteriza por:

- Impossibilidade de estabelecer as habituais linhas definidoras de ZA, tais como: limites laterais, LC, linhas limites de Retag., etc....;
- Actuação em grandes espaços, em flagrante contraste com os efectivos;
- Actuação em ambiente de insegurança;
- A não existência de apoios mútuos ou de retaguardas como se concebem na guerra convencional;
- Dificuldades na obtenção de Informações;
- A fluidez das situações.

c. Características genéricas das Unidades para a guerra em superfície

Julga-se que as unidades, para a guerra em superfície deverão ter características que lhes assegurem:

- Mobilidade;
- Velocidade;
- Flexibilidade;
- Poder de fogo.

Revista da Cavalaria

As três primeiras impõem a necessidade da existência de unidades que se possam deslocar rapidamente, dum ponto para outro, em todos os terrenos e, que sejam equipadas por forma a poderem adaptar-se rapidamente à evolução das situações. A última assegura o indispensável poder de fogo para a resolução das acções de combate.

d. As missões das Un. de Cavalaria na Guerra Subversiva

Da análise do que vem sendo exposto parece que não será muito ousado afirmar que as Unidades de Cavalaria podem ter um assinalado papel na luta contra a subversão em função das suas características e modos de actuação.

Com efeito se nos reportarmos aos dois tipos de unidades de Cavalaria poderemos observar que:

- (1) Se as unidades de CC não serão as mais aptas para a guerra subversiva, sobretudo durante as três primeiras fases, porquanto haverá que ponderar a influência e consequências do emprego de meios caros e delicados que exigem pessoal servente com elevado grau de especialização (uns e outros susceptíveis de criar sérias dificuldades de recompletamento), já o mesmo não se dirá quanto às duas últimas fases em que se admite que as acções a desenvolver terão um cunho de guerra convencional.

É evidente que as vantagens recíprocas resultantes do binário I-CC são válidas em qualquer tipo de guerra. Contudo afigura-se-nos oportuno fazer uma pequena prevenção: a unidade básica de CC é o Esquadrão, o qual poderá ser empregue por subunidades de nível pelotão. Se por ventura se descer a um fraccionamento tal que conduza à atribuição de CC isolados em reforço duma unidade de I. — o que não é aconselhável —, não parece legítimo dizer-se que esse procedimento seja ainda uma forma de emprego das unidades de CC segundo o conceito que se pretende traduzir com a designação I-CC;

- (2) É nas Unidades de Reconhecimento que, segundo julgamos, se vai encontrar um tipo de unidade susceptível de desempenhar, na guerra subversiva, missões para as quais está, ou pode ser mais apta que quaisquer outra. Com efeito, as características destas Unidades nas operações contra bandos arma-

Revista da Cavalaria

dos e guerrilhas conferem-lhe rapidez de intervenção (desde que o terreno o permita), protecção contra as acções de emboscada do Inimigo, capacidade de actuação em grandes espaços e em situações fluidas, e aptidão para a obtenção de informações.

Sem dúvida que a actuação destas Unidades está estreitamente ligada às vias de comunicação e que a ausência destas dificulta o seu emprego, mas também é certo que as vias que existem são da maior importância para as forças da ordem e daí, que a sua protecção atinja extrema acuidade e interesse. E para este fim são as Unidades de Reconhecimento que proporcionam, muito maior rendimento do que quaisquer outras, graças à sua mobilidade, flexibilidade e protecção.

A unidade básica de Reconhecimento é o E. Reconhecimento que poderá ser empregado como um todo ou por pelotões atribuídos em reforço doutras unidades. Contudo não é conveniente fraccionar as unidades de Rec. abaixo do escalão pelotão, pois é uma unidade de constituição heterogénea, sendo que é dessa heterogeneidade, ao nível Pelotão, que, em boa parte, resulta a sua especial aptidão para o cumprimento das suas missões normais.

Por outro lado muitas vezes haverá vantagem em reforçar as Unidades de Reconhecimento com elementos de Infantaria ou de Engenharia com vista a aumentar a sua capacidade para guarnecer pontos importantes e ou para desobstrução de vias de comunicação;

- (3) Sem excluir, em definitivo, a utilidade das Unidades de CC na guerra subversiva e antes valorizando o seu emprego nas fases mais adiantadas daquela, cremos poder afirmar que serão as Unidades de Reconhecimento, que desde o início das operações, terão maiores oportunidades de actuar com pleno rendimento próprio e para as outras forças da ordem, especialmente em missões de:

— Informação;

— Segurança { Escoltas de colunas;
Vigilância de grandes áreas,
Abertura e Protecção de Itinerários,

— Intervenção em apoio e socorro de pontos atacados ou ameaçados ou contra bandos rebeldes referenciados.

Revista da Cavalaria

4. AS UNIDADES DE CAVALARIA NO ULTRAMAR E SEUS MEIOS

a. Ainda que como já se referiu o E. Reconhecimento seja a unidade básica de Reconhecimento, o certo é que se encontram no nosso Ultramar também Pel. Reconhecimento não enquadrados em Esquadrões, como consequência das nossas possibilidades, das características do Inimigo e da Zona onde actuam, e, também dos condicionamentos extra-militares a que não podemos furtar-nos.

b. Por outro lado não tem sido possível equipar essas unidades de Reconhecimento com os meios mais adequados, daí resultando uma variedade de material, que por vezes não será o mais desejável, com todo o cortejo de implicações que resultam desse facto.

c. Fundamentalmente, e apenas para referir as províncias onde há acções subversivas, diremos que existem:

E. Rec. — Na Guiné, Angola e Moçambique;

Pel. Rec. — Na Guiné e em Angola.

De início a organização destas unidades seguia os moldes clássicos do E. Rec. Divisionários, sendo de referir principalmente que os CC estavam, e estão substituídos por A. M. (estas de diferentes modelos).

Algumas pequenas modificações na orgânica foram posteriormente adoptadas, mas manteve-se a estrutura destas unidades. E quando se verificaram alterações mais profundas, que adiante se referirão talvez se possa dizer que tiveram principalmente por base as disponibilidades de material para quipar tropas de Rec. e não outras razões.

Dentro desta ordem de ideias vamos encontrar no Ultramar, unidades de Reconhecimento equipadas com AM Humber, Fox, Panhard, Daimler e AML Panhard.

Evidentemente que cada uma destas viaturas tem as suas características próprias; contudo poderemos agrupá-las, «grosso modo», como segue:

— AM Humber, Fox e Panhard;

— AM Daimler;

— AML Panhard.

Revista da Cavalaria

As 3 primeiras são AM, tipo clássico, construídas para a guerra convencional, equipadas com uma peça de maior ou menor calibre e com uma ou duas metralhadoras, de todos conhecidas, pelo que apenas nos deteremos nas duas últimas e mais especialmente na última por ser a mais moderna e por certo a que melhores condições oferece para a guerra subversiva.

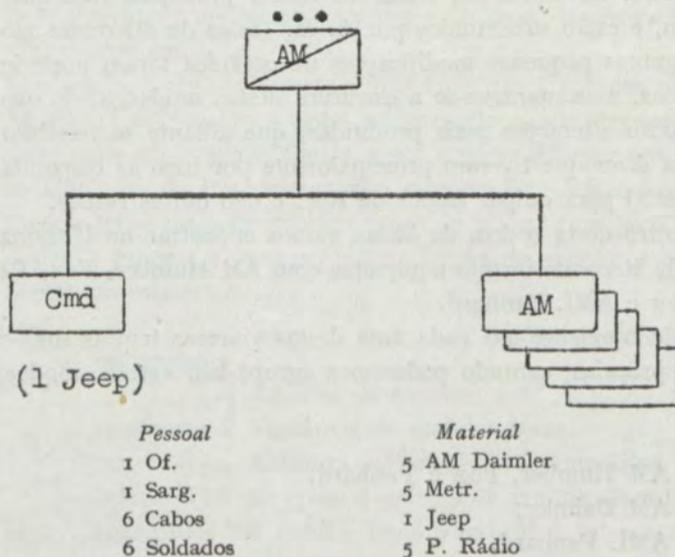
A AM Daimler, cremos que só assim se designa por uma defeituosa extensão do significado de A. M., dado que não passa duma viatura de 4 rodas, com mais ou menos possibilidades de TT, com um muito reduzido grau de blindagem lateral, e sem incorporar qualquer tipo de arma. O facto de se lhe poder adaptar uma metralhadora de qualquer modelo, não parece razão bastante para se considerar como uma A. M.

A AML Panhard é uma viatura semelhante à AM Panhard, de menores dimensões e peso, mas equipada com duas metralhadoras e um morteiro de carregamento pela culatra (60 mm) que pode executar tiro directo, a partir duma torre giratória.

Com as A. M. clássicas estão equipados os E. Rec. e Pel. Rec. de tipo clássico, ainda existentes.

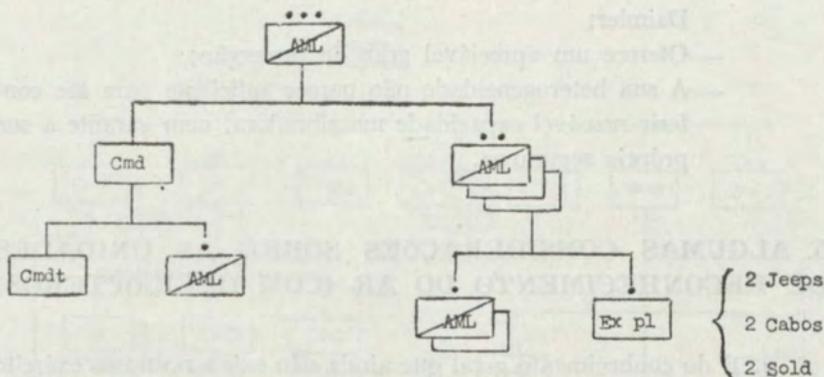
Com as AM Daimler e a AML Panhard equiparam-se Pel. de Rec., organizados de forma «sui generis», como a seguir, esquematicamente, se refere:

(1) Pel. Rec. Daimler



Revista da Cavalaria

(2) Pel. Rec. AML Panhard



Pessoal

1 Of.
7 Sarg.
13 Cabos
20 Soldados

Material

7 AML { 7 Mort. 60 mm
14 Metr. 7,62 mm
7 Jeeps
8 P. Rádio

Uma breve comparação com o Pel. Rec. clássico faz sobressair imediatamente que:

(1) O Pel. Rec. com AM Daimler:

- É homogéneo, e como tal com menor capacidade manobradora;
- Não dispõe de atiradores orgânicos, de modo que o binário I-CC e a sua própria segurança terão que obter-se pelo recurso a elementos eventuais de reforço, impossibilitando assim o treino e a formação duma mentalidade própria de estreita colaboração;
- Não tem armas de apoio, o que reduz a sua capacidade de actuação fora do alcance das armas de apoio da Unidade em que se integra;
- Oferece reduzido grau de protecção.

(2) O Pel. Rec. com AML Panhard:

- Tem muito maior poder de fogo, especialmente de armas de apoio;

Revista da Cavalaria

- Não dispõe de atiradores orgânicos, pelo que são válidas as considerações que se fizeram ao Pel. Rec. com AM Daimler;
- Oferece um apreciável grau de protecção;
- A sua heterogeneidade não parece suficiente para lhe conferir razoável capacidade manobradora, nem garante a sua própria segurança.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE RECONHECIMENTO DO AR (COM HELICÓPTEROS)

a. É do conhecimento geral que ainda não existe no nosso exército este tipo de unidades. Nestas circunstâncias todas as considerações que se possam fazer serão de carácter especulativo, dado que falta a necessária experiência para tirar conclusões definitivas. A leitura de jornais ou de revistas, mais ou menos especializadas, não é bastante para formular juízos definitivos. Podemos no entanto aperceber-nos de que um grande País pôs já em operações de guerra subversiva uma GU organizada e equipada com elevado número de helicópteros, e parece que com bons resultados, do ponto de vista militar.

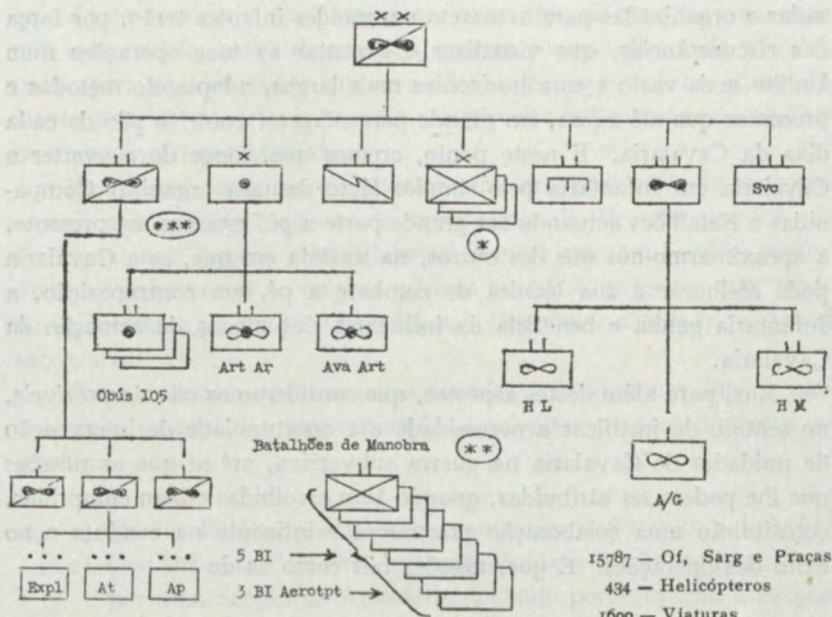
b. De facto as unidades dotadas com helicópteros armados constituem um poderoso e valioso meio de prolongar a acção terrestre, enquanto que tem possibilidades de fogo e de manobra que lhe permitem levar a cabo acções independentes.

A sua independência relativamente aos obstáculos no terreno e aos itinerários, a sua velocidade e flexibilidade, a possibilidade de serem empregues, praticamente em quaisquer condições de tempo, a sua capacidade de actuação por surpresa e de aproveitamento dos cobertos, as suas possibilidades de actuar com relativa permanência sobre um objectivo e de o atacar provindo de qualquer direcção, aliadas ao seu poder de fogo, conferem a este tipo de unidades umas características que a tornam um valioso elemento na guerra. Tão grandes possibilidades fazem crer que estas unidades tenham ou venham a ter inúmeras oportunidades de emprego na guerra subversiva, com o maior êxito.

c. A título de curiosidade, e pela sua actualidade nos noticiários apresentamos em seguida o organigrama da 1.^a Divisão de Cavalaria Aeromóvel dos EUA, o qual integra um Grupo de Cavalaria do Ar.

Revista da Cavalaria

1.ª Divisão de Cavalaria Aeromóvel (EUA)



(*) 1 dos Cnds/Brg e 3 BI Terão possibilidades aerotransportados

(**) Os Bat de manobra serão atribuídas às Brgs de acordo com a situação

(***) Total de helicópteros:

| | |
|---------------------|----|
| H O | 38 |
| H U - 1 B | 20 |
| H U - 1 D | 20 |

6. CONCLUSÕES

a. A análise das características da guerra subversiva (em especial as da guerra em superfície) e as das unidades de Cavalaria, parece conduzir-nos à conclusão de que estas são especialmente aptas para actuar naquele tipo de guerra. Não queremos evidentemente afirmar que a guerra subversiva deveria ser fundamentalmente conduzida por unidades de Cavalaria, mas julgamos não errar se dissermos que essas unidades podem ter um papel de muito relevo a desempenhar e ainda, que o seu modo de actuação, na generalidade, e até nalguns pormenores,

Revista da Cavalaria

poderá constituir como que um guia para todos os tipos de unidades de manobra. Com efeito, as unidades de Caçadores ainda que esquematizadas e organizadas para actuarem em moldes infantes terão, por força das circunstâncias, que visualizar e executar as suas operações num âmbito mais vasto e com horizontes mais largos, adoptando métodos e processos que até agora, em grande percentagem, eram «o pão de cada dia» da Cavalaria. E neste ponto, cremos que, longe de converter a Cavalaria em Infantaria pelo simples facto daquela organizar Companhias e Batalhões actuando em grande parte a pé, estamos, no presente, a aproximarmo-nos uns dos outros, na medida em que, se a Cavalaria pode melhorar a sua técnica de combate a pé, em contraposição, a Infantaria ganha e beneficia da influência dos modos de actuação da Cavalaria.

Mas, para além destes aspectos, que consideramos não desprezíveis, no sentido de justificar a necessidade e a oportunidade de intervenção de unidades de Cavalaria na guerra subversiva, crê-se que as missões que lhe podem ser atribuídas, quando bem escolhidas e bem cumpridas, constituirão uma colaboração prestimosa e influente na conduta e no êxito das operações. É que, missões tais como as de

INFORMAÇÃO E SEGURANÇA

são necessárias e indispensáveis, em qualquer tipo de guerra, e ninguém, como a Cavalaria pode, tão cabal e eficientemente, desempenhá-las. Anàlogamente nos situamos quanto às missões de

SOCORRO E INFORMAÇÃO

em regiões atacadas ou ameaçadas.

No caso vertente é o próprio «Guia para Guerra Subversiva» que reforça o nosso ponto de vista, quando refere a indispensabilidade das unidades de Reconhecimento e até aponta a necessidade do seu incremento, sobretudo para a execução de missões de Segurança.

b. Mas ocorre perguntar: Será que a orgânica das Unidades de Cavalaria para a guerra em moldes convencionais, satisfaz integralmente às necessidades da guerra subversiva?

Cremos poder concluir pela negativa, afirmando de seguida que, apesar disso, é ainda a orgânica das unidades de Cavalaria aquela que melhor se pode adaptar às novas necessidades. Efectivamente haverá que fazer ajustamentos impostos pelas características do Inimigo, do terreno e dos meios disponíveis, mas, ajustamentos como se disse, e

Revista da Cavalaria

não alterações profundas. Entre estas a de maior vulto resultará talvez da circunstância do E. Reconhecimento ter uma organização ternária, quando se considera mais vantajosa, neste tipo de guerra, uma orgânica quaternária, a fim de que seja sempre possível dispor de três Pel. para operações, enquanto que um 4.º Pel. permanecerá no aquartelamento para defesa deste e para a execução dos indispensáveis trabalhos de manutenção de material.

Mas mesmo neste caso, a alteração não cria problemas de nenhuma espécie pois se tratará apenas de aumentar ao E. Reconhecimento, um Pel. igual aos demais. Paralelamente haverá que não olvidar alguns preceitos respeitantes ao emprego dessas unidades, preceitos que, sendo de uso corrente na guerra convencional, têm maior acuidade na guerra subversiva.

Com vista aos aspectos acima focados permitimo-nos sugerir que, com base na orgânica convencional, se adoptem os procedimentos seguintes:

- 1) Que os E. Reconhecimento sejam organizados com 4 Pelotões;
- 2) Que em cada Pel. Rec. seja substituída a Secção de Exploração por uma Secção de Atiradores, ficando portanto com 2 Secções de Atiradores, 1 Secção AM e 1 Secção de Apoio;
- 3) Que as Secções de Atiradores sejam transportadas em VBTP (Viaturas blindadas de transporte de pessoal);
- 4) Que, no caso do material AML Panhard, se altere a Secção de Apoio, por forma a integrar elementos de Exploração e elementos armados com LG 8,9 e LG de espingarda, atribuindo-lhe talvez outra designação (Ex.: Secção de Comando ou Secção de Comando e de Apoio);
- 5) Que os Pel. Rec. não sejam independentes, isto é, pertençam sempre a uma unidade «mãe» (E. Rec.), por ser esta a unidade mais capaz de orientar e apoiar as suas actividades;
- 6) Que quando um Pel. Rec. for dado de reforço a outra qualquer unidade, seja rendido com frequência;
- 7) Que se evite o fraccionamento do Pel. Rec.;
- 8) Que se não utilizem as AM (de qualquer tipo) sem um adequado apoio de Atiradores;
- 9) Que às unidades de Reconhecimento não sejam atribuídas missões estáticas.

Tenente-Coronel PINTO DO AMARAL

O Batalhão de Cavalaria 705 na Guiné

(CAVALEIROS MARINHOS)



oi esta Unidade mobilizada no Reg. Cav. 7 e depois do período normal de instrução embarcou no N/M «Benguela» transformado em transporte de tropas, tendo chegado a Bissau alguns dias depois. Foi dada ao Batalhão a missão de actuar como Unidade de intervenção em reserva do Comando Chefe. Podemos dizer que consideramos esta uma das missões mais «espinhosas» atribuídas a uma Unidade. Actua onde a sua intervenção é mais necessária, num determinado ponto, num meio e num terreno completamente desconhecido, a maioria das vezes em colaboração com Unidades e sob Comandos com quem nunca teve contactos. A zona de actuação é a mais variada possível e longe ou perto da sua base o que obriga a transportes e deslocações muitas vezes bastante longas. Isso traz um desgaste muito grande para o pessoal, quer físico quer moral, o que seria em parte compensado se a Unidade tivesse umas instalações permanentes com o mínimo de condições para a vida de um Batalhão.

Apesar de todos estes condicionamentos e ainda da influência do clima a que quase ninguém estava habituado, o Batalhão actuou de forma a tirar um bom rendimento.

É de toda a justiça realçar que este resultado se deve em parte à categoria dos quadros, principalmente aos Capitães.

Antes de entrar na parte operacional do Batalhão vamos fazer também algumas considerações sobre o Comando de forças em operações ao escalão Batalhão e Companhias, mais com o carácter de informação que com qualquer outra ideia.

Podemos, assim, considerar duas hipóteses, segundo o efectivo dessas tropas. Se é pequeno, ao escalão Companhia, o Comando deve deslocar-se junto das tropas, onde tenha contacto directo com o terreno

Revista da Cavalaria

e com o pessoal. A sua presença é muito vantajosa sob o ponto de vista operacional e moral e pode mesmo dizer-se que é indispensável para comandar com eficiência.

Durante o deslocamento para o objectivo o Comandante desloca-se normalmente junto dos homens da frente. É ele, como é natural, que toma todas as decisões, embora haja dispositivos de « reacção » que devem ser imediatamente tomados, independentemente de qualquer ordem, visto não haver tempo para isso.

Sempre que possível deve ser montada a segurança dos flancos durante o deslocamento. O Comandante deve ter grande presença de espírito e decisões rápidas, pois à vista do objectivo não há tempo para reconhecimento e a actuação tem que ser imediata.

Sempre que possível, apesar de tudo, devem estas operações ser acompanhadas por um PCA, prevendo a hipótese de orientação no terreno, necessidade de reforços, evacuações, etc.

Se o efectivo é superior a três ou mais Companhias, então já o Comando não deve ir a acompanhar as tropas. A zona de acção e o efectivo empenhado são grandes e só por intermédio do avião é possível dirigir as Operações. Há, pois, necessidade absoluta da existência de um PCA. Este funciona normalmente com o Comandante do Batalhão ou Oficial de Operações ou com os dois conjuntamente quando as Operações não são muito demoradas.

Escusado será frisar a importância primordial que o PCA tem, não só na condição das operações, como também na moral das tropas.

Os Comandantes das Companhias devem receber instruções para que, quando o avião não esteja no ar, resolvam de sua iniciativa qualquer dificuldade encontrada de maneira que a missão seja cumprida.

Terminadas estas considerações, passemos agora à parte operacional propriamente dita.

Foi resolvido e em boa hora, que as Companhias após o desembarque tivessem uma instrução de tiro de carreira, para adaptação às armas aqui distribuídas.

Foi resolvido também, e isto foi da maior importância para o futuro do Batalhão, que tivessem uma instrução de adaptação junto de Unidades já com experiência de combate, medida esta que muito veio beneficiar o rendimento operacional das Companhias.

Podemos, contudo, considerar esta instrução como uma Operação, já porque se realizou numa zona onde havia In., já pela natureza da instrução que pôs o pessoal em presença de casos reais e em que algumas vezes actuaram as Companhias sem qualquer apoio.

Revista da Cavalaria

Cada Companhia teve esta instrução por um período de cerca de 10 dias.

Terminado este, ficaram as Companhias aptas a desempenhar a sua missão e de tal maneira ele foi útil que até agora, apesar do Batalhão ter tomado parte em 27 operações, só tivemos um homem morto em combate além de feridos diversos. As Companhias realizaram uma média de 9,7 e 9,9 operações, respectivamente para a C. Cav. 704, 703, 702 e C. C. S. Todas estas operações se efectuaram em terrenos diferentes, umas em florestas e outras em bolanhas, umas de noite, outras de dia, umas obrigando a deslocações em barco e desembarques, outras a deslocações em viaturas, umas com o apoio da aviação, outras sem ele. Se bem que algumas tivessem a duração de um dia, outras houve com a duração de vários dias.

Nestas diversas Operações foram algumas vezes ocupadas determinadas zonas, noutras realizados alguns golpes de mão.

As Companhias actuaram algumas vezes isoladas, outras ainda, reunidas, não só umas com as outras, como também com Unidades de outros Batalhões.

Em todas elas se obtiveram resultados muito satisfatórios e em todas, as Unidades cumpriram a missão que lhes foi imposta.

Algumas vezes contou-se com a cooperação dos fuzileiros navais e dos grupos dos comandos o que mostrou o bom entendimento existente entre tropas de armas diferentes.

Em algumas das Operações atrás indicadas foi notada a presença de oficiais do Comando, Comandante, 2.º Comandante, Oficial de Operações, Capelão, etc.

A presença destes oficiais, além de contribuir para o bom moral das tropas permitiu ainda que os órgãos do Comando possam ver *in loco* as dificuldades e a actuação do seu pessoal.

Passaremos agora a relatar algumas destas Operações escolhidas ao acaso e a que nos foi dado assistir. Começaremos por um golpe de mão a um acampamento inimigo.

Iniciou-se esta Operação com a preparação da Companhia, como aliás é normal fazer-se para todas, isto é a distribuição de munições, de rações de combate, revista ao armamento e equipamento, etc.

Esta preparação teve início ao cair da tarde, de modo que ao anoitecer a Companhia deslocou-se em viaturas para um local afastado da base um bom par de quilómetros. Chegados aí, cerca das 2200 deixámos as viaturas e iniciámos a marcha a pé, tendo tomado a formação em coluna por um, por a natureza do terreno nos obrigar a isso. Atra-

Revista da Cavalaria

vessámos bolanhas, campos de capim, florestas e só pelo amanhecer nos aproximámos do objectivo.

Durante a noite e a meio do caminho, ao atravessar uma floresta, fomos surpreendidos por bando de macacos «cães» que nos deu a sensação de estarmos numa tabanca e que eram os cães a dar sinal. Também pensámos ter sido surpreendidos e estarmos perto de algum acampamento In. Isso não sucedeu e continuámos a marcha. Um pouco mais à frente, no silêncio da noite, ouviu-se, de repente, uma rajada de PM. Como reacção natural todos nos deitámos ao chão e os homens da frente reagiram imediatamente, fazendo fogo e deslocando-se para os flancos tentando o envolvimento do In. Este retirou rápidamente e não se deixou apanhar. Infelizmente, o nosso guia foi atingido com um tiro na cabeça e teve morte instantânea. Prosseguimos a marcha com os cuidados redobrados e andámos até de manhã sem que tivéssemos mais algum contacto. De madrugada apareceu um avião PCA que nos orientou no caminho a seguir para o objectivo, o qual já se encontrava bastante perto. Quando procurávamos o acampamento no meio da mata, visto eles estarem normalmente bem escondidos, fomos surpreendidos por uns tiros. Que se tinha passado? Um pouco à nossa frente os homens da vanguarda encontraram uma metralhadora em posição, com a sua guarnição, mas apontada na direcção contrária de onde vínhamos. Por precipitação de um dos nossos que fez logo fogo, o In. fugiu mas abandonou a arma.

Deduzimos que o acampamento estaria nas «costas» da MP e voltámos para trás. Assim foi e pouco depois encontrámos um grande acampamento que tinha vestígios de ter sido abandonado há pouco e onde havia muito material. O acampamento foi destruído, o material apreendido e iniciou-se o regresso. Como naquela zona havia outras Companhias em Operações, daí a justificação da MP estar voltada ao «contrário».

Combinou-se um ponto de encontro para reunião das três Companhias. Como a floresta era muito densa e a dificuldade de, pelos rádios se fazer a orientação das Companhias, houve necessidade de se recorrer ao lançamento de granadas de fumo. Seriam umas 1400 quando nos reunimos e em que parámos pela primeira vez, depois do início da marcha às 2200 do dia anterior. Era altura de comer alguma coisa e ainda mal tínhamos começado, quando fomos flagelados por uns tiros do In. que se tinha aproximado. Felizmente a guarda que estava montada deu «conta do recado» e assim pudemos «almoçar» uma bucha e o respectivo acompanhamento. Entretanto, por ter adoecido uma praça,

Revista da Cavalaria

houve necessidade de se fazer uma evacuação, para o que foi pedido o helicóptero. Montada a respectiva segurança, um pouco afastada do local onde nos encontrávamos e feita a evacuação iniciou-se o regresso ao local onde estavam as viaturas. Demos instruções aos guias para não voltarmos pelo mesmo caminho, pois contávamos com emboscadas várias visto a zona ser «perigosa».

Porém, estes enganaram-se e foi exactamente pelo mesmo caminho que voltámos. Quanto diferente é a floresta de noite e de dia! Porém, contra o que esperávamos não houve nenhum contacto com o In. e o regresso fez-se sem novidade. Chegámos cerca das 1900. Quase vinte horas a andar só com uma pequena paragem para o almoço. Contudo, apesar de fatigados, como é natural, todos vinham bem dispostos pelos resultados obtidos e pela esperança de um descanso bem merecido. Assim terminou mais uma Operação — um golpe de mão — a um acampamento, igual a tantas outras já feitas e tantas outras ainda por fazer.

Uma outra Operação de características diversas foi a ocupação de uma posição, para limpeza de um determinado local. Esta Operação teve a colaboração das Forças Navais e mostrou mais uma vez a boa cooperação existente entre as duas Armas.

Embarcámos em três LDM visto que se tratava de um efectivo grande e de uma estadia por um período largo. O embarque fez-se ao entardecer para aproveitar a maré, o que aqui na Guiné tem sempre de ser levado em consideração, dado o grande desnível das águas. Depois de uma viagem que durou toda a noite e parte da manhã do dia seguinte e em que durante o percurso fomos flagelados por fogo de espingarda metralhadora, apesar de irmos comboiados por uma vedeta da Marinha de Guerra, chegámos ao local de desembarque. Sabíamos que tínhamos um Gr. Comb. à nossa frente, que por terra tinha ido ocupar uma posição para cortar qualquer emboscada que nos estivesse preparada. Começou o desembarque com as precauções habituais e a pouco e pouco fomos aproximando do objectivo que estava a cerca de 1 km deste local. O capim era de tal maneira alto que praticamente nada se via e atingido o objectivo houve necessidade de lhe lançar fogo, não só para preparar os campos de tiro, como também para evitar qualquer surpresa da parte do In. que poderia ter essa ideia antes de nós o que nos colocava numa situação difícil. Feitos estes trabalhos preliminares e mais urgentes e com a ajuda do Gr. Comb. que se nos tinha reunido, começaram os trabalhos de organização do terreno, colocação de arame farpado, abrigos, instalações das armas, etc. O pessoal de tal maneira se houve nestes trabalhos que no dia seguinte quando os Ofi-

Revista da Cavalaria

ciais da Marinha que comandavam as lanchas nos foram visitar não queriam crer que tudo tivesse sido feito por nós em tão pouco tempo. Já havia uma cerca de arame farpado e a maioria dos abrigos já estavam feitos, embora rudimentarmente. Durante a primeira noite que aí passámos, estivemos todos na expectativa e à espera de um ataque que só não se deu por o Comando do Sector ter mandado emboscar uma força entre o acampamento In. e o nosso e que «apanhou» o In. quando se diriga para o nosso campo.

Durante os restantes dias foram-se melhorando a pouco e pouco as instalações defensivas e ao mesmo tempo patrulhando a zona onde nos encontrávamos a fim de garantir a posse da posição como nos tinha sido determinado e cumprir assim a nossa missão. Ao 3.º dia de estadia estávamos aptos a repelir qualquer ataque In. Contudo, mercê das medidas tomadas pelo Comandante do Batalhão do Sector e devido à permanência durante a noite da tal força emboscada entre as NT e o In. nunca se deu nenhum ataque, o que viria a acontecer dois dias depois de termos abandonado o Destacamento e que nos produziu um morto e quatro feridos, mas tendo nós provocado algumas baixas ao In.

A título de curiosidade podemos ainda dizer que a quantidade de material para a instalação de uma Companhia é incalculável e só quem anda nestas «andanças» poderá fazer uma pequena ideia. Assim, além das munições e géneros de alimentação para 15 dias, que era o que levávamos e já não era pouco, tivemos que contar com o material para a confecção do rancho e material de defesa, ferramentas, arame farpado, material sanitário e mil e uma coisas que nestas alturas sempre aparecem e que de momento não nos lembramos, mas que se tornam indispensáveis na instalação de uma tropa.

A traços largos, procurámos dar a todos os camaradas uma ideia do que foi a actuação do Batalhão durante 6 meses de estadia na Guiné. Se multiplicarem por 25 uma destas descrições e se juntarem os patrulhamentos (que muitas vezes são quase uma Operação), serviço de escoltas, serviço de guarnição, etc., etc., pensamos que ficarão a fazer uma pequena ideia do esforço exigido a um Batalhão de intervenção durante 1/4 do tempo da sua comissão.

Tenente-Coronel CORREIA DE FREITAS

Chefia e Aptidão Física



velha questão de escolas quanto à mais correcta situação dos conhecimentos militares no âmbito do saber humano, continuou-se, como não podia deixar de ser, na definição das qualidades em que deverá apoiar-se a preparação dum chefe militar.

Para uns — como o General Archibald Wavell — não pode haver nenhuma dose de aprendizagem que transforme um homem num chefe, a não ser que ele possua qualidades naturais para isso.

Outros — como o Coronel Sherman L. Kiser — consideram a chefia como uma ciência exacta, ao alcance da compreensão e execução de quem quer que seja.

Entre as duas atitudes extremas, há ainda a opinião de uns terceiros que, embora se inclinem para o conceito de Wavell, não deixam de reconhecer a validade de muitos princípios de chefia e de crer que a capacidade para o desempenho da função de chefe pode ser grandemente aumentada em qualquer indivíduo por meio do conhecimento e da prática desses princípios.

Entre os que, como estes, se colocam na mais prudente aplicação da velha sentença «in medium virtus», conta-se o general Matthew B. Ridgway.

O general Ridgway, que comandou a 82.^a Divisão Aerotransportada no Norte de África, na Sicília e em França, durante a 2.^a Guerra Mundial e, mais tarde, o VIII Exército dos E. U. A., na Coreia — chegou em 1951 à alta função de Comandante Supremo das Potências Aliadas e, em 1953, a Chefe do Estado-Maior do Exército dos E. U. A.

Para ele, as qualidades básicas dum chefe militar podem sintetizar-se em 3 palavras: *carácter*, *coragem* e *competência*.

Estes ingredientes da chefia, chama-lhes ele os três CC...

E não creio que haja alguém a discordar de tão lógica síntese, ainda para mais apresentada por personalidade de tão alto relevo e tamanha experiência da guerra moderna.

O que achei, contudo, de curioso nas opiniões do general Ridgway foi a sua explanação sobre o 3.^o C, designadamente na colocação da

Revista da Cavalaria

«aptidão física» como condição das mais importantes para a «competência» do chefe.

Pondo o seu exemplo, diz que deve à sua intensa e ininterrupta instrução de educação física, o facto de ter estado sempre, quer como Comandante de Divisão, quer como Comandante de Corpo, *em condições de poder acompanhar o melhor dos seus soldados nos lugares mais terríveis e nos terrenos e climas mais difíceis*, o que — segundo ele — teve grande influência nos resultados obtidos em combate.

A ilustrar tão excepcionais qualidades há a fotografia do general Comandante da 82.^a Divisão Aerotransportada, descendo com o auxílio de uma corda, um profundo e escarpado barranco, metido em «bicha» com os seus soldados.

Baseado nas suas possibilidades, mas não deixando talvez de as considerar fora do comum, o general Ridgway estebelece os padrões que, sob este fundamento da competência, devem prevalecer para os comandantes das G. U. Assim, segundo ele, *um Comandante de Divisão deve ter a resistência, o desembarço físico e as reservas de energia dos seus melhores comandantes de batalhão*, porque o seu lugar é com eles, numa boa parte do tempo. Quanto a Comandantes de Corpo e de Exército, coloca-os na obrigação de possuírem qualidades físicas semelhantes às dos Comandantes de Regimento.

Ainda aqui me parece difícil haver alguém capaz de contrapor a mínima observação à validade de tais padrões, quanto mais não seja como ideais a atingir.

Mas, ao fim e ao cabo, haverá nesses padrões alguma coisa de novo?

Não me parece. Com efeito, a história militar aponta-nos, desde os mais remotos tempos, a extraordinária «aptidão física» (considerada esta nos seus aspectos de resistência à fadiga, desembarço e reservas de energias), dos grandes chefes militares.

Mas, ao apontar-nos isso, também nos diz a história que, em grande maioria, esses grandes chefes militares possuíam, além de outros dotes, a condição básica da sua extraordinária «aptidão física»: a juventude. E não devemos estranhar que assim fosse, pois é bem claro que determinados graus de aptidão física só são possíveis de obter, em regra, abaixo de idades que têm de ser tomadas como limites.

Dáí, certamente, a preocupação de se conseguirem colocar homens ainda novos nos mais altos postos da hierarquia militar.

Eu não sei qual a idade que o general Ridgway teria quando comandou a 82.^a Divisão Aerotransportada, mas, considerando-o mesmo como

Revista da Cavalaria

caso excepcional de homem saudável, arrisco os 40 anos como máximo. Lembremo-nos que, mais ou menos pela mesma altura, o general Malinovsky, com 47 anos, foi comandante do Grupo de Exércitos transbaicálico, na campanha da Manchúria.

E, se procurarmos bem, veremos que os grandes chefes da 2.^a Guerra Mundial, com algumas exceções, eram homens relativamente novos, isto é, em condições de manter o equilíbrio entre a aptidão física que se lhes impunha e a idade que possuíam.

O que se pode concluir do tipo de campanhas militares que actualmente se travam por esse Mundo, e o que se pode esperar das que provavelmente se desenrolarão no futuro, mais ainda convencem da validade dos padrões exigidos pelo general Ridgway, os quais me não parecem em condições de serem aplicados correctamente a homens que tenham ultrapassado os 50 anos. E, para o caso do divisionário, duvido mesmo que possa obter-se um conjunto harmonioso com indivíduos para além dos 45 anos — não me interessando de modo algum a consideração da possível existência de alguns mais velhos capazes ainda de descer, por meio de corda, o barranco profundo e escarpado do general Ridgway, acompanhar o melhor dos seus comandantes de batalhão e, a par disso, comandar a sua G. U.

Dentro desta ideia, a consulta da «Lista geral de antiguidade dos Oficiais do Exército», no que diz respeito às idades dos nossos Oficiais-Generais, deixa-nos margem para largas preocupações quando as comparamos com os padrões do general Ridgway.

A triste consolação que nos resta, porém, é que, no nosso caso particular, esses padrões, tomados bem à letra, são, no fim de contas de muito possível aplicação. Os nossos presumíveis Comandantes de Divisão estão em condições de acompanhar, sem dúvida, os seus Comandantes de Batalhão, como o exige o general Ridgway, pela excelente razão de que a idade destes ronda a do general Malinovsky quando comandou o G. Ex. transbaicálico, na Campanha da Manchúria, em 1945.

Tenente-Coronel LEÃO CORREIA



I

Recapitulando...



omeçamos a escrever na convicção de que é preciso que isto se faça, porque chegou o momento de recapitular o que se passou com a Cavalaria nos últimos cinco anos, e de compulsar os resultados ou as consequências do esforço dispendido e dos sacrifícios levados a efeito.

É que chegámos — nós e os outros — à importante conclusão de que se reconhece cada vez mais a necessidade da Cavalaria formal, seja da Cavalaria a cavalo, seja da Cavalaria de reconhecimento, seja, mesmo da Cavalaria moto-blindada com carros e atiradores e granadeiros blindados, seja ainda, de Unidades de Cavalaria aero e helitransportadas...

Quando, em 1961, o nosso Exército, depois de um longo período de calma, teve que se organizar para o empenhamento numa campanha a sério, bem diferente daquelas que se estudavam e desenvolviam nas aulas das Academias e Institutos e nos pequeninos teatros de Operações das «manobras de Outono», houve que encontrar fórmulas fáceis para a resolução de problemas imediatos que então nos surgiram no Ultramar e particularmente em África, e que escolher, sobretudo por razões de economia de tempo e de meios, as soluções mais simples e mais rapidamente exequíveis.

Optou-se, por isso, pela orgânica dos Batalhões e Companhias «tipo Caçadores», com base na experiência francesa da Argélia, a qual,

Revista da Cavalaria

sem desprezar, e até defendendo ciosamente as Unidades formais das diferentes Armas, criara unidades daquele «tipo», capazes de absorver rapidamente elementos das mais diversas origens e formações. E porque nessa altura precisavamos de grandes efectivos para cobrir vastíssimas áreas e para acorrer a variadíssimos problemas, entrámos a mobilizar em todas as Armas — e, como não podia deixar de ser, na Cavalaria — os Batalhões e Companhias do «tipo Caçadores».

E assim surgiram no conjunto da mobilização e numa contribuição substancial, de certo modo incompatível com o volume dos Quadros, os Batalhões e Companhias de Cavalaria, que, não se chamando com grande desgosto nosso, Grupos e Esquadrões, nem por isso deixaram de trazer da Arma as suas características anímicas e de empenhamento, as quais, a despeito da orgânica e dos meios, sempre as diferenciaram de todas as outras.

De facto, somos levados a esta afirmação aparentemente audaciosa, e que algumas excepções poderão confirmar, quer pela maneira como desde o princípio vimos actuar essas Unidades, quer pelos critérios que vimos adoptar na sua distribuição pelos dispositivos, quer, ainda, pelas missões que vimos serem-lhes atribuídas em todas as zonas de intervenção para onde foram destacadas.

Mas se assim aconteceu — e acontece — com as nossas Unidades, nem por isso os Cavaleiros se podem deixar de sentir «deslocados», nem aquela formação deixar de se ressentir do afastamento que, alguns desde o princípio da sua carreira militar, têm sofrido, das Unidades formais da Cavalaria, algumas das quais foram sucessivamente extintas, tendo outras, especialmente no Ultramar, sido mantidas quase por especial favor, nunca aumentado ou evoluindo de acordo com os acontecimentos, e perdendo a pouco e pouco a utilidade, por não se quererem ou saberem empregar...

E a verdade é que, logo no princípio, enquanto se estudavam e preparavam as novas tropas, foi às Unidades de Reconhecimento que coube suportar os primeiros impactos, sustentar o ímpeto dos primeiros acontecimentos, e, quando a tanto se não teve que chegar, gorar os propósitos ou intenções do adversário. A uma e outra coisa assistimos em Angola e Moçambique.

*

Por outro lado, face à evolução da situação e do inimigo nos vários teatros de Operações, e começando pela Guiné, vimos serem pedidas

Revista da Cavalaria

insistentemente as Unidades de reconhecimento para a resolução dos problemas para que as outras Unidades não estão capacitadas por questões de orgânica e natureza dos meios de que dispõem. Em Angola, e cremos que também em Moçambique, nota-se por parte dos comandos mais esclarecidos idêntico procedimento, e o curioso é que tais apelos não partem só de comandos de Cavalaria ou oriundos da Arma, mas, na maior parte dos casos, doutros, doutras Armas, a quem a experiência da campanha e a consciência das responsabilidades leva a ponderar tais providências.

Mas não é apenas em relação à Cavalaria de reconhecimento que o assunto é levantado, uma vez que surgem já pedidos concretos de Unidades a cavalo, que se fala insistentemente na necessidade de forças blindadas, e que se apresentam sugestões diversas sobre «Comandos» de Cavalaria helitransportada.

Quere dizer. As próprias necessidades e exigências da campanha; o progressivo desenvolvimento do adversário; o desenrolar dos acontecimentos; e, a evolução da situação e tendência natural do inimigo para se organizar em Unidades cada vez mais formais, trazem à Cavalaria ao seu devido lugar, pelo reconhecimento do real valor da Arma, seja o anímico, patenteado em todas as circunstâncias e condições, seja o técnico nas suas várias modalidades, esquecido, sem dúvida, por algum tempo, mas também reconhecido agora por aqueles que têm feito a guerra e com ela têm aprendido alguma coisa. De resto, isto que se passa na Cavalaria, também se verifica noutras Armas, como por exemplo na Artilharia, já que se vê a necessidade de recorrer outra vez a formações com bocas de fogo nas suas várias missões de tiro, e que sofre, também como nós, do que podemos chamar o «mal dos deslocados».

E este não é só «mal» do espírito, nem questão de descontentamento ou cansaço, como pode parecer à primeira vista. É, quanto a nós, também um mal técnico, pois que, com o tempo, o afastamento dos Oficiais e Sargentos do trabalho normal e dos meios habituais atribuídos às nossas Unidades formais, não pode deixar de concorrer para a sua deformação, e, especialmente, para o seu alheamento dos problemas específicos — da tática e da técnica — que dantes os interessavam e ocupavam. Destacados por longo tempo para Unidades «tipo Caçadores», cada vez mais iguais às de Infantaria, excepto, por enquanto, no «espírito» que lhes é incutido pelas reminiscências da formação Cavaleira, temos que admitir que esses Oficiais e Sargentos irão perdendo rapidamente, por amolecimento, o próprio «espírito», e que a sua for-

Revista da Cavalaria

mação se irá ressentindo com a uniformização, por alheamento e desinteresse a que são forçados, dos problemas e assuntos da sua Arma.

Se quisessemos neste momento, organizar, instruir e treinar Unidades a cavalo ou mesmo de reconhecimento, em número e qualidade correspondentes às necessidades actuais da Campanha, teríamos, sem dúvida, extraordinárias dificuldades a vencer, uma vez que — em quantidade e experiência com estes tipos de Unidades — raros seriam os Oficiais e Sargentos devidamente habilitados, pelo menos em condições físicas e de idade para se empenharem a fundo e por tempo bastante. E também não podemos pensar em improvisar, enquadrando essas Unidades com Oficiais e Sargentos doutras Armas, ou criando infraestruturas de última hora, indispensáveis à sua preparação.

Estaremos assim em face de um duplo problema — o dos instrutores e o dos Centros de Instrução — o qual, o nosso «espírito» e sentido de improvisação que nos caracteriza ainda poderá resolver. No entanto, a circunstância de já termos tido e de ainda termos, Unidades daqueles tipos, não chega para garantir o êxito da empresa. Os conhecimentos antigos terão, de certo, a sua utilidade, mas terão de ser revistos cuidadosamente por aqueles que, noutras modalidades embora, conheceram e viveram a campanha, para que sejam expurgados em muitos aspectos, reformados noutros, e revolucionados em alguns, até aos primeiros planeamentos e programas de instrução e emprego.

E se isto se terá que passar em relação àqueles tipos de Unidades em que não somos completamente ignorantes — Unidades a cavalo, de reconhecimento e moto-blindadas — com mais forte razão teremos que nos empenhar no estudo e na tarefa da criação das Unidades Cavaleiras de novos tipos, em que já se podem incluir os «comandos» aero e heli-transportados de Cavalaria, com missões e características bem ajustadas ao nosso «espírito» e maneira peculiar que temos de nos empenharmos.

*

Somos do tempo dos Cavalos. Fomos dos primeiros a alinhar na Cavalaria motorizada e em quase todas as especialidades ligadas à Arma. Tivemos a oportunidade de comandar Esquadrões de reconhecimento, já depois de 1961, em áreas onde, naquela altura, o seu emprego foi decisivo e extraordinariamente útil para evitar a eclosão de graves acontecimentos. Quis o Destino que pertencessemos também ao Comando dum Batalhão de Cavalaria «tipo Caçadores», em ZA particularmente activa, primeiro como tropa de quadrícula, e, depois, de

Revista da Cavalaria

intervenção. Conhecemos assim, por experiência própria, e pode dizer-se que intimamente, as voltas que levou a Cavalaria nos últimos anos, e até que ponto essas voltas nos podem ter afectado, quer em sentido positivo, quer em negativo.

Ao fim e ao cabo, na modéstia da contribuição que nos é dado dar à Arma que, um dia, desinteressadamente escolhemos, sem sonhos de glória nem esperanças de rápido acesso na vida militar, chegamos à conclusão — nós e muitos outros que ainda não perderam o ânimo para lutar — de que a Cavalaria é uma Atitude, já que, com tantas contradições e vicissitudes, cada vez mais vai deixando de ser a Arma destacada que foi no quadro do Exército e das Forças Armadas, mantendo, contudo, as suas características tradicionais.

Neste momento, é a essa atitude que vamos buscar o alento preciso, para, num movimento catalizador de ideias e de energias, cerrar fileiras no sentido de repor a Arma de Cavalaria no seu devido lugar, dizendo as verdades que para tanto são precisas, e aproveitando uma oportunidade que se nos afigura única e, se não a última, uma das poucas que nos restam.

Não o fazemos com espírito de crítica a decisões, iniciativas ou transigências que sempre considerámos tomadas em face de circunstâncias ou situações de emergência, nem adoptaremos comportamento que, de qualquer forma, possa parecer de revolta ou lamentação pela situação que nos está criada.

Diremos francamente as verdades, expondo lealmente os nossos pontos de vista, sem saudosismos que já nos prejudicaram bastante, nem pruridos idealistas sem sentido prático e operante, que a nada nos poderão conduzir.

E assim faremos por imperativo de consciência e porque entendemos que esta é a hora de *carregar!*

*

Depois desta recapitulação das voltas que levou a Cavalaria e da posição em que a Arma se encontra presentemente, e expostos que foram os anseios generosos e válidos de todos os Cavaleiros deste tempo, vamos fazer por ordem cronológica algumas considerações sobre as várias Unidades de Cavalaria formal que pretendemos ver renascer, e também sobre aquelas que, dentro do nosso «espírito», poderemos criar ou assimilar, para garantir não só a sobrevivência, mas projecção para o Futuro da Arma de Cavalaria!

Unidades a cavalo

Quando, em 1939, a Cavalaria Polaca, carregando de lança em riste contra as couraças dos carros de combate alemães, se desfez face ao potencial surpreendente do moderno Exército Nazi, começou, praticamente, a grande liquidação da Cavalaria a Cavalo.

De facto, o exemplo alemão logo foi seguido pela maioria das Nações, quer pelas próprias aliadas, quer pelos adversários, que, tendo que reorganizar as respectivas forças, se ajustaram lógicamente às novas ideias sobre a condução da guerra.

Assim, o entusiasmo pelas tropas motorizadas e moto-blindadas, passou a ser, talvez, mais um vício da época a que não deixou de faltar o sentido das realidades, do que pròpriamente uma medida revolucionária imposta pelas novas características da campanha. E tanto assim foi, que os próprios alemães andaram à última hora a arrebanhar por toda a parte, cavalos e cavaleiros, para constituir Unidades a cavalo que se opoassem aos cossacos Russos que lhes fustigavam as retaguardas na frente Leste. Também os Americanos, no fim da guerra, andaram à procura de gente de cavalos e equídeos de toda a espécie, para organizar Unidades de artilharia montada de campanha, em bastes, para as operações na Sicília e costas da Itália.

Contudo — e falemos agora de nós — face a compromissos assumidos no Quadro das organizações internacionais criados depois da guerra, ao que parece só para a defesa da Europa Ocidental, enveredámos também pela motorização e mecanização dos meios da Cavalaria, eliminando, no extermismo habitual, a Cavalaria a cavalo das fileiras do nosso Exército. Talvez tenhamos esquecido, nessa altura, que a nossa defesa não estava pròpriamente na Europa, e que a nossa capacidade económica e industrial nunca permitiria a manutenção dos novos tipos de Cavalaria instituídos, no nível preciso e convenientemente renovado.

De facto, admitindo que as nossas Unidades a cavalo nunca deversem ter terminado, quer na Europa, quer — e sobretudo — no Ultramar, vejamos o que se passa, e muito bem se pode vir a passar com elas, se a tanto nos dispusermos.

Se bem que já lá vão muitos anos desde que deixaram de existir tropas a cavalo no nosso Exército, ainda não se desvaneceu completa-

Revista da Cavalaria

mente do nosso espírito e da nossa memória o que eram essas forças, o que por elas fazíamos, e trabalho que lhes dedicávamos, tão ajustado àquela maneira de ser que então nos lançava para a Cavalaria, e à formação que, na Arma, nos era dada.

A Cavalaria a cavalo, se por um lado era um «turbilhão», uma força viva em constante movimento, correndo por toda a parte, fazendo descidas incríveis, escorregando por escadas abaixo, saltando valas e valados monumentais, passando rios, atravessando matos, e, no fim de tudo «carregando», no momento preciso sobre o objectivo seleccionado, era, em contra-partida, uma tropa orgânica e tècnicamente cuidada, especialmente preparada e escrupulosamente mantida, no espírito, no funcionamento e na acção.

Era esta uma tropa que os comandos não podiam trazer «abandonada», quer no que respeita aos homens e aos animais que a constituíam, quer no que referia aos meios materiais de que era dotada, quer, ainda a todos os problemas logísticos que, na sua modesta complexidade, não podia deixar de acarretar.

A preparação incluía lógicamente, a estruturação orgânica e a sua defesa, uma vez que, na permanência da organização, estava grande parte do segredo da eficiência das Unidades e Subunidades.

Além disto, era particularmente importante que se criasse nos quadros e nas tropas um certo número de procedimentos que depressa se tornavam hábitos e vícios, desde a barbela que se soltava e a cilha que se alargava à chegada ao Quartel; ao passeio e desempaste que se fazia à montada, depois do trabalho; ao cuidado que se punha na data de água e na ração; e à visita nocturna que se fazia às camas, para um último afago e uma mão cheia de aveia subtraída da caixa da ração da manhã.

Eram assim as Unidades a cavalo, em que não faltava, é certo, a arrogância dos cavaleiros, manifestada no lusimento com que se mostravam e às suas montadas e arreios, e o cuidado que punham nos Quartéis e no atavio, que eles próprios disfarçavam muitas vezes com água de colónia o cheiro a suor e a cavalo que trezandavam...

A primeira vista, quem não viveu nesses tempos, pode não entender muito bem o motivo porque referimos estes aspectos, mas fazêmo-lo, não por saudosismo, mas, essencialmente, para afirmar que as Unidades a cavalo, aliás como quaisquer outras, não se improvisam ou fazem de qualquer maneira, mas antes, de acordo com o espírito da Arma, e com o espírito de corpo dos Grupos ou Regimentos, com tradições religiosamente mantidas e regras que o tempo destilou...

Revista da Cavalaria

Depois, vem a instrução e o treino que também nunca podem ser descuidados, que nem os homens podem estar muito tempo sem montar, nem os cavalos sem ser montados. Uns e outros tinham de ser mexidos todos os dias até para salvaguarda da própria integridade física, conjugando-se sempre o trabalho dos homens e animais com as sessões indispensáveis de «exterior» e os treinos de manobra táctica, com que se ocupava todo o tempo conveniente.

Esta Cavalaria não era, pois, só «montar a cavalo», como à medida que a mesma foi sendo eliminada das fileiras do nosso Exército, o foram supondo os que a observavam do exterior, e até os que, dentro da Arma, se mantiveram «agarrados» aos cavalos com um interesse meramente desportivo.

Há, pois, que ressuscitar o que parece ter morrido, e que continuar o trabalho que parou no tempo, com a validade que lhe é ainda reconhecida, e as correcções que, entretanto, a experiência determinou.

Finalmente, vale a pena discorrer-se sobre o aspecto logístico da manutenção de forças deste tipo, que, na generalidade não acarreta problemas superiores aos de quaisquer outras forças, e, no particular, se não reveste de acuidade especial.

Existem cavalos em África — animais esplêndidos nados e criados em território africano — e, se os civis os podem ter e manter, é de admitir que os militares o consigam mais facilmente.

São inúmeros os recursos actuais da medicina veterinária para a defesa da saúde dos cavalos contra o clima e as doenças tropicais, não faltando na União Sul Africana e na Rodésia, nem produtos, nem conhecimentos médico-veterinários sobre a matéria. De resto, são esses recursos os que se estão a aplicar com êxito desde há muitos anos em Moçambique, onde já se vem tentando, até, a criação de equídeo; temos cavalos que, em Angola, nascem e sobrevivem rústicamente, e que, cruzados ou não, muito bem se poderão aproveitar.

O mesmo acontece quanto às rações, que as há esplêndidas, industrializadas, nos Países vizinhos, e até nos nossos territórios as poderemos produzir. Pastos também não faltam — secos e verdes — e a luzerna, que na Europa se fornece com muita conta peso e medida, e à discrição pela África. Os estudos a fazer, nestes aspectos logísticos, não serão, pois, mais do que investigações sobre a experiência própria e alheia.

Resta-nos referir que temos, apesar de tudo, na G. N. R., enquadrado por Oficiais do Exército, das melhores forças de Cavalaria a cavalo do Mundo, e que os Esquadrões do Regimento de Cavalaria da

Revista da Cavalaria

Guarda podem bem ser a base do renascimento da nossa Cavalaria a cavalo, e dos indispensáveis centros de estudo e de instrução que teremos de montar.

A distribuição das forças a cavalo pelos dispositivos terá de ser, logicamente, em cada teatro de operações, objecto de estudos muito cuidados a efectuar por pessoas competentes que conheçam da matéria táctica e das possibilidades e características deste tipo de forças. Não há — reconhece-se — muitas pessoas nestas condições, mas, felizmente, ainda é nos escalões superiores que elas se encontram, capazes de se empenharem em tais estudos, e em posição para os levarem avante.

Depois destas considerações gerais, só há que abordar a questão da aplicação táctica das Unidades a cavalo, sempre possível onde quer que as mesmas possam manobrar fora das vias de comunicação, permitindo o aproveitamento de suas características de flexibilidade e agressividade, bem como o efeito psicológico consequente. Assim, as Unidades a Cavalo, utilizáveis nas áreas suburbanas dos agregados populacionais, em operações mais policiais do que militares, poderão também, e estarão em óptimas condições de empenhamento operacional, em todas as missões de cobertura e segurança, seja no reconhecimento das áreas, seja na intercepção do In., das linhas de infiltração ou de reabastecimento, seja no ataque a objectivos específicos devidamente definidos, sobre os quais, pela manobra e velocidade, poderá sempre cair de surpresa. E que não se ponha nunca a questão da vulnerabilidade, a qual, pela própria natureza e características da tropa, será sempre menor, nas áreas propícias ao seu emprego, do que a daquela que se transporte mais ou menos comprimida dentro das viaturas, ou siga, a pé, por trilhos ou caminhos.

III

Unidades de reconhecimento

Quando em 1961 estalaram os acontecimentos em Angola, foi organizado um Esquadrão de Reconhecimento no Norte de Moçambique, o qual constituiu, até à chegada das primeiras tropas de Caçadores, a única Unidade de confiança capaz de evitar a eclosão de quaisquer incidentes que muito bem se podiam esperar, até porque, já em 1960, se havia dado a ocorrência de Mueda.

O Esquadrão de Reconhecimento em questão, organizado em condições muito especiais de pessoal e material, foi, assim, a força básica

Revista da Cavalaria

da segurança de toda a região do Norte, quer através de reconhecimentos constantes que se movimentavam por toda a ZA, quer de saídas de emergência de Pel. Rec. que se lançavam rapidamente para os locais ou áreas onde se previam alterações de ordem. Nada aconteceu, entretanto, de extraordinário, mas ficou-nos a convicção de que a actividade do Esquadrão e das suas Subunidades foi decisiva para a resolução dos problemas imediatos e, sobretudo, para a criação das condições precisas aos Comandos, em ordem à montagem do novo dispositivo, quer pela informação que permitiu, quer pelo tempo que deu, quer pelo espaço abrangido pela sua actividade, quer, ainda, pelo respeito e sossego que impôs por toda a parte, com a sua presença psicológica às populações amigas ou potencialmente adversas.

Tivemos assim a noção da utilidade deste tipo de Unidades, e da economia de forças que a sua velocidade, mobilidade e conseqüente flexibilidade não pode deixar de permitir, em relação a outras, decerto mais «baratas», mas a todos os títulos mais lentas e mais pesadas. Ficamos com a certeza de que um Esquadrão de Reconhecimento devidamente dotado com os seus meios orgânicos regulamentares e, quiçá, reforçado com atiradores, poderá substituir com vantagem um Batalhão de Caçadores em áreas onde o seu empenhamento seja logicamente possível, isto é, em zonas com suficiente rede de comunicações e terrenos praticáveis aos tipos de viaturas que lhe forem atribuídas.

Também em relação a Angola, se não pode ignorar a acção eficiente dos Esquadrões de Reconhecimento em 1961 e 1962 já que foram estas Unidades que, numa verdadeira explosão de energia e de vontade sustiveram muitos acontecimentos graves salvando muitas vidas e fazenda e quebrando veleidades existentes.

Depois, talvez só por questão do duvidoso conceito tático de que esta guerra só se poderia fazer a pé, vimos os Esquadrões de Reconhecimento passar progressivamente a tropas de parada, ou, quando muito, a forças de quadrícula ou de guarnição, até ao dia em que, quase de repente, certos comandos, já integrados nas realidades da campanha activa, os começaram a reclamar, tanto na Guiné, como em Angola e Moçambique.

Parece ter surgido, face à evolução das situações e do próprio In., a plena consciência de que não é apenas com tropas apeadas e do mesmo tipo das «guerrilhas» adversárias que se conseguem nesta guerra resultados compensadores, já porque à nossa «contra-guerrilha» faltarão sempre os factores instintivo e da experiência, que forçosamente teremos de compensar com supremacia técnica.

Revista da Cavalaria

Desta maneira, voltam à superfície as Unidades de Reconhecimento de Cavalaria por largo tempo votadas a um esquecimento pernicioso e mantidas quase por especial favor ou honra da firma, sem qualquer atenção especial dirigida no sentido da sua evolução técnica e desenvolvimento na quantidade e qualidade dos efectivos e recrutamento orgânicos.

O estudo da aplicação deste tipo de Unidades, relacionada com a natureza e características das ZA e com as missões que lhes podem ser atribuídas, não apresenta acuidade especial se tivermos em linha de conta o que sobre elas já se tem estabelecido e o que a própria experiência da campanha que fizeram nos pôde trazer de ensinamentos práticos. A base orgânica não terá de sofrer profundas alterações parecendo ser unicamente bastante o reforço dos Atiradores, a remodelação das Secções de Apoio dos Pelotões e a escolha judiciosa dos vários tipos de viaturas, armamento e equipamento.

Assim, estas Unidades, além das missões específicas de segurança, pelo reconhecimento e cobertura, e das outras, secundárias, de segurança dos itinerários e colunas, poderão constituir forças sempre prontas e rápidas para operações de busca e socorro, e, até, para a ocupação de bases avançadas que temporariamente completem os dispositivos normais da quadrícula.

Um Esquadrão de Reconhecimento, transportando ele próprio o seu Quartel, constitui um forte potencial operacional que pode ser lançado para onde quer que seja, e, mesmo fixado no terreno, manter-se temporariamente em poderosa posição. Para tanto bastará que a flexibilidade orgânica que o caracteriza seja convenientemente aproveitada.

De facto, os Pelotões de Reconhecimento, podendo conservar a sua organização permanente para determinadas missões, poderão ceder, sem perturbação de maior as suas secções de exploradores e de atiradores, constituindo G. Comb. ou até um Esquadrão de At. para acções montadas e apeadas a partir de determinada base. As AMC e as Armas de apoio, podem constituir bases de fogos fixas ou móveis, colaborando simultaneamente na segurança dos estacionamento ou manobrando rapidamente para a resolução de problemas tácticos emergentes ou previamente planeados.

Preconizamos, na remodelação orgânica dos Esquadrões, o reforço de cada pelotão com mais uma secção de atiradores e a montagem da secção de apoio, com um morteiro, um lança granadas foguete e elementos de sapadores, numa viatura própria, manejável e convenientemente protegida.

Revista da Cavalaria

A flexibilidade da orgânica e do material e a couraça e potencial dos meios de fogo, a qualidade e características do equipamento e do armamento e o «espírito» cavaleiro dos quadros e das tropas iria assim criar um potencial extraordinário que seria, afinal, economia de forças apesar do custo inicial das Unidades.

Dentro do conceito que temos vindo a consolidar, pela prática directa da campanha, de que só se poderão obter êxitos substanciais sobre o inimigo através de bases avançadas fortes e reservas móveis muito prontas e rápidas, admitimos que a criação de Grupos e Esquadrões de reconhecimento de cavalaria poderá concorrer, de facto, para resultados efectivos pelo menos no que se refere ao estabelecimento daquelas bases, podendo a «intervenção» ser obtida com «Comandos» helitransportados para a criação dos quais nos sentimos também anímica e tècnicamente preparados.

Esta seria, para a Cavalaria, a modalidade que garantiria a sua sobrevivência no tempo futuro, já que, para sobreviver, tudo tem que evoluir, e este será assunto para abordarmos, ainda que ligeiramente, noutro capítulo.

Voltando às Unidades de reconhecimento, fique-nos a certeza da sua já comprovada utilidade e da necessidade urgente que delas temos para que se possa entrar numa fase mais decisiva em ordem à resolução dos problemas que a guerra que nos foi imposta vem acumulando.

As remodelações a fazer na orgânica e nos meios poderão ser rapidamente realizadas com base nos conhecimentos e experiências de campanha com este tipo de Unidades que alguns já possuem, e também outros, que, tendo comandado Unidades tipo caçadores na quadrícula e na intervenção, sobre o assunto muito bem se podem pronunciar.

Quanto aos meios, também não poderão ser apenas os técnicos a escolhê-los, mas pessoas capacitadas a fazê-lo pelo conhecimento que tenham da natureza das ZA e condições de emprego de tais tipos de Unidades. Neste aspecto, precisam-se soluções equilibradas e não tanto de perfeição funcional, que uma AMC ou ETT com 14 toneladas pode ser um primor de técnica e de funcionamento que não serve para nada se destruir o primeiro pontão de «bambú» por onde passar, ou tiver que ficar arrumada à espera de sobressalentes ou de operários especializados.

Dentro de determinados condicionamentos técnicos e tácticos, a simplicidade, quer de funcionamento quer de manutenção serão sempre preferíveis a outros preciosismos.

Revista da Cavalaria

IV

Unidades moto-blindadas

No Ultramar, é de considerar também o emprego de Unidades moto-blindadas de Cavalaria, com atiradores e granadeiros blindados e carros de combate, para utilização em determinadas áreas e operações.

Não serão, talvez, estas Unidades, as que maior aplicação poderão ter por enquanto nas operações da campanha em que estamos empenhados, na sua fase actual, mas não podem ser totalmente postas de parte na previsão do seu emprego num futuro mais ou menos breve, de acordo com a evolução dos acontecimentos e do inimigo. As Unidades deste tipo poderão mesmo ser utilizadas desde já para a resolução dos problemas da campanha activa, particularmente no reforço das escoltas a colunas e para se conseguir efeito psicológico sobre o adversário e as populações, nas zonas onde a subversão esteja ainda em potencial, o adversário oculto e os habitantes indecisos ou indiferentes a outros processos.

Nem que seja só por previsão e para que se não percam e se deixem de treinar os respectivos técnicos e quadros, vale a pena manter este tipo de Unidades e aplicá-las no Ultramar, onde quer que seja aconselhável o seu empenhamento, para não acontecer, como acontece com a Cavalaria a Cavallo e de Reconhecimento, virem a surgir problemas sérios de enquadramento.

V

Unidades de «Comandos»

Finalmente, resta-nos fazer algumas considerações sobre as tropas de «Comandos» que, a partir da Cavalaria, do espirito da Arma e das suas características próprias, sempre se poderão organizar.

Possui de facto a Cavalaria todas as condições anímicas e técnicas para se organizar em «Comandos» particularmente aptos para operações de Intervenção aero ou helitransportadas, a empenhar oportunamente em missões especiais, sobre objectivos de importância excepcional ou decisiva, forças agressivas, flexíveis e esforçadas, capazes de resolver problemas capitais no conjunto das outras operações.

Revista da Cavalaria

Desta maneira, prevendo e promovendo a criação de tais forças no âmbito da Cavalaria, salvaguardaremos a existência futura da Arma, mesmo que, a pouco e pouco, se vá reconhecendo a necessidade de reformas em relação às outras forças que a representam.

As Unidades de «Comandos de Cavalaria», serão afinal tropas especiais de intervenção a completar, com as bases fixas e avançadas constituídas pelas forças de quadrícula e seus reforços, o quadro geral das forças em operações.

Ora foi sempre assim que a Cavalaria actuou, quer a cavalo, quer no reconhecimento, quer nas Unidades blindadas de Cavalaria. Porque, pergunta-se, não poderá, agora, em que já é possível a manobra vertical, entregar-se à Cavalaria a preparação das forças especiais de Intervenção — ou «comandos» — já que tantas vezes provaram as Unidades da Arma improvisadas para o efeito estar em condições de espírito e de corpo de, nessas forças, darem rendimento.

Não é, pois, utopia, esta sugestão, pois que, o que de improviso já demonstrámos é mais do que bastante para provarmos a validade do nosso ponto de vista.

De resto, os Exércitos modernos alguma razão tiveram ao chamar de Cavalaria às divisões aero e helitransportadas preparadas para a intervenção (Divisão de Cavalaria Americana).

*

Creemos, pois, não ter sido utópicos nos pontos de vista que acabámos de expor, nem tão pouco reaccionários nos propósitos e anseios que apresentámos, já que, ao defendermos o retorno à Cavalaria a cavalo, a reabilitação da Cavalaria de Reconhecimento, a aplicação da Cavalaria moto-blindada, e a criação de «Comandos» de Cavalaria para empenhamentos verticais e missões especiais, não estamos mais do que a pretender colocar a Cavalaria no seu devido e verdadeiro lugar, lugar que merece e lhe é, até pelos outros, reconhecido. Não estamos, pois, a fugir, nem a trabalhos, nem a sacrifícios ou a riscos que já passámos ou corremos, na consciência que temos de ter cumprido honrosamente as missões que, mesmo «desenraizados» ou «deslocados», nos têm sido conferidas.

Major DIAS MACHADO

EFICIÊNCIA



Depois de se viver esta campanha, depois de se sentirem directamente ou de perto os problemas duma guerra como esta, total e geral, sem quartel e sem ética, já desenvolvida activamente em várias frentes, e latente sabe-se lá em quantas mais, há que fazer uma tomada de consciência, já que não se trata duma guerra qualquer, mas duma guerra a todos os títulos revolucionária.

Por ser total e geral a guerra obriga à mobilização de todos os nossos recursos humanos e materiais, e a uma mentalização a nível nacional.

Por se tratar duma guerra sem quartel e sem ética, obriga a um crescendo de eficiência e uma visão constante e realista de todos os problemas que com ela se relacionam.

Por se tratar finalmente, duma guerra revolucionária, impõe que se ponham de parte todos os pruridos, conceitos e preconceitos de rotina porventura determinados pelo egoísmo ou preguiça mental daqueles a quem as vicissitudes da campanha — por questões de natureza ou posição — não chegam a «sacudir».

Esta é, de facto, luta que se não pode ter ou conduzir com amadores, seja na acção, seja na reacção. Daí o afirmarmos desde já a importância transcendente da preparação dos Quadros Permanentes, uma vez que terão de ser estes a dirigir, em todos os escalões, sectores e situações, as tropas de uma maneira geral.

Ora, essa preparação, terá de ser tanto mais eficiente quanto maior for o volume das forças, a extensão dos teatros de operações e o número de frentes em que tenhamos de nos empenhar.

Na preparação teremos de incluir desde o logo a Selecção, que, sem esta, estará sempre a outra comprometida, e, o que é ainda mais grave, enfraquecidas as possibilidades do sucesso, diminuindo o rendimento do trabalho e concedido ao adversário a poderosa vantagem do nosso desgaste pelo tempo que demora uma vitória decisiva.

Primeiro, terá que haver uma selecção de personalidades, uma escolha de valores pessoais, porque, de homens sem espírito, sem inteli-

Revista da Cavalaria

gência ou sem «corpo», nunca se fizeram militares, por mais interesse e meios que nisso se pusessem.

Não será difícil — cremos — preparar um conjunto de testes e provas que permitam a escolha prévia dos valores individuais, para apreciação dos candidatos naqueles três aspectos determinantes do carácter e estabelecimento duma boa base de partida.

Depois desta selecção, continuará a escolha no decorrer da preparação, em provas de resistência, de reacção às situações, de adaptação às mais variadas circunstâncias dum ambiente quanto possível comparável ao real.

Finalmente, haverá uma selecção própria da campanha, derivada das provas que se derem e da maneira como se derem, devidamente ponderadas, todas, e julgadas com extrema e absoluta justiça, tanto para distinguir como para eliminar.

Quanto à preparação em si, terá sempre que se atender a que o condutor de tropas terá de ser antes de tudo um bom combatente, quer para dar exemplo, quer para ganhar prestígio, quer para ensinar os que não sabem e também os que não querem saber.

O militar do QP nunca pode fazer só aquilo que os outros tenham que fazer, mas tem de fazer mais e melhor, impondo-se pela eficiência aos seus subordinados e ganhando a sua confiança pela maneira como se apresenta e procede, e actos que comete conscientemente. Como combatente, ele terá que saber Tudo e que saber bem como aplicar os seus conhecimentos e a sua experiência, constantemente mantidos e aperfeiçoados pelo treino.

Como condutor de tropas, terá de saber comandar desde a pequena equipa às forças de escalão superior ao da sua hierarquia. Terá que conhecer os segredos da ligação que vão desde o manejo dos meios, à ligação intelectual, e, até, a essa espécie de telepatia que é a ligação espiritual. Terá que dominar psicologicamente as suas tropas em todas as circunstâncias e que manter sempre a serenidade e a capacidade de decisão, demonstrando em todas as situações — por mais difíceis e perigosas — as virtudes pessoais e militares da sua formação.

Assim terá de ser o oficial do Quadro Permanente, que deverá estar sempre nos lugares de maior sacrifício, responsabilidade e risco, por muita falta que faça em Repartições de Quartéis Gerais, nos Gabinetes das Ajudâncias, ou, mesmo, em colocações Mais ou Menos importantes em Unidades de Guarnição ou em cargos administrativos ou políticos. Estas situações especiais, poderão servir para refrescamento ou compensação daqueles que, tendo dado muito na campanha, dela tenham

Revista da Cavalaria

porventura saído diminuídos em qualquer aspecto, e a precisar, portanto, de ser recuperados...

Por outro lado será conveniente não esquecer que os QP não folgam muito, nem, na maior parte dos casos, o bastante, para não se cansarem ou se aborrecerem. Assim, haverá que dar-lhes outras compensações para que não sintam tanto as perturbações que, sobretudo no âmbito familiar e da educação dos filhos, mais directamente os poderão afectar, sem esquecer aquelas, de carácter económico, que resultam da alternativa, ou de manterem duas casas, ou de consumirem parcas economias em passagens próprias ou de familiares.

Mesmo as guerras que se fazem por ideal, não dispensam a visão realista dos problemas do Homem que só com Santos ou com Anjos seria possível organizar um exército, sem ter que se pensar nos problemas terrenos de cada um.

Também não cremos que se possam fazer exércitos com Mártires, sobretudo para uma guerra destas, que exige combatentes e quadros eficientes, tão dispostos a morrer como a matar!

Na guerra moderna, a eficiência deixou de ser uma finalidade de processo, para ser uma determinante de formação. Uma guerra moderna não se ganha. Domina-se, e, para se dominar, pelo menos o enquadramento permanente tem de ser muito eficiente, seja qual for o escalão considerado.

Major ANTÓNIO MACHADO

Para julgar com acerto é preciso olhar de alto e ver o conjunto



PONTOS DE VISTA



nossa Cavalaria Ligeira... não existe. Ou não é compreendida, ou fraccionada e atribuídos os seus blindados aqui ou ali, com missões do tipo «rebenta minas» ou «pau para toda a obra». Será que se descobriu que a Cavalaria não é necessária?! Não me proponho demonstrar o contrário, por várias razões, entre as quais sobressaem a de que não serei a pessoa competente para tal e a de que tais necessidades não são demonstráveis; quando muito poderão ser sentidas! São sentidas por todos os cavaleiros e por alguns comandos que em variadas situações a quizeram aplicar e não a tinham!

Proponho-me sòmente esboçar uma hipótese da organização que poderia ter a nossa Cavalaria Ligeira. Escolheu-se o termo «Cavalaria Ligeira» em vez de «Reconhecimento», que parece demasiado restritivo; esta escolha foi literalmente copiada de um autor francês e perfilhada por corresponder bem às nossas necessidades.

Necessitamos de dispor de unidades aptas para o desempenho das missões características em guerra convencional e em guerra de guerrilhas; improvisar para um caso ou outro conduz precisamente a não dispor de unidades de Cavalaria, quando elas são necessárias. É um facto, que as nossas forças no Ultramar têm sentido largamente a falta das unidades mais aptas a:

- segurança de itinerários;
- constituição de forças de intervenção rápidas e potentes.

Em zona de guerrilha a Cavalaria tem portanto que desempenhar missões que em guerra convencional competiam à Cavalaria Ligeira e à Pesada; terá de ser constituída por Unidades com grande autonomia,

Revista da Cavalaria

flexibilidade, mobilidade e ligeireza, características estas que não excluem, poder simultaneamente actuar como força de choque ou como força de «dissuasão».

Se se olhar para as nossas Unidades de Reconhecimento, baseadas no tipo americano, verifica-se que, equipadas com material adequado, parecem satisfazer!

No entanto, julgo que tem alguns defeitos, graves na prática.

O Pelotão de Reconhecimento:

É muito complicado para ser comandado por um subalterno em geral do Q. C.; dentro do pelotão encontram-se várias equipas de constituição diversa, material diverso, modos de proceder diversos... Um conjunto em teoria completo e suficiente, redundante na prática em ineficiência. Tem-se visto com frequência o comandante do pelotão coordenar realmente a actuação dos vários núcleos, mantendo o pelotão todo em coluna.

Em acção prolongada, quase sempre o pelotão está manco pois para tal se verificar basta que uma ou mais viaturas estejam inoperativas.

Ao nível de esquadrão a flexibilidade da sua organização acarreta prodígios de aritmética e «treino de armar puzzles»; em acção, a sua coordenação requer também prodígios de previsão, ligação e conhecimento de terreno. Confesso a minha fraqueza: foi isso que senti nos contactos que tive com unidades de reconhecimento.

Em conclusão parece que há que Simplificar.

Em guerra de guerrilhas tem ainda o inconveniente de ter muitos jeeps. Em certas zonas, guerrilheiros treinados eliminarão facilmente um jeep isolado.

Dir-se-ão que os Jeeps devem estar sempre apoiados e portanto não estão isolados; em 50 m, com um pouco de capim e guerrilheiros audaciosos, o jeep está isolado. 3 ou 4 combatentes a pé, somente, é diferente de 1 jeep e os seus ocupantes que apearam!

Para que solução ir?

É com prazer que largo os termos teóricos em que, possivelmente, «não protegi o flanco»!

Vejamos concretamente como poderiam ser essas unidades «montadas», para satisfazer as necessidades de guerra de guerrilha e convencional.

Revista da Cavalaria

Como base, as características de simplicidade, mobilidade, protecção, poder de fogo e ligeireza.

Há necessidade de ter blindados ligeiros e atiradores-exploradores para os proteger.

Torres dos blindados e atiradores montados em material semelhante; cada viatura e o seu «recheio» constituem uma esquadra; ao considerá-lo, pensa-se que a parêlha básica em combate será constituída por uma Autometralhadora e por uma Esquadra de Atiradores (5), montados em viatura blindada semelhante. Se o material o permitir a Esq. At. terá 5 At. e mais 2, para guarnição da Metr. de bordo.

I. Organização

O Pelotão poderá ser constituído por 2 ou 3 parêlhas (4 ou 6 esquadras) conforme a situação em que for chamado a actuar. São vários os factores a analisar.

O Esquadrão poderá ter 3 ou 4 pelotões conforme o efectivo destes; os Pel. e o Esq. podem ser organizados das mais variadas formas, partindo da base de que se dispõe de blindados e atiradores em iguais proporções.

Poder-se-á formar 2 Pel. AMetr. e 2 Pel. At. Bl., ou Pel. mistos com outras proporções AMetr.-At.: 4-2, 2-4, 3-3, etc.

Parece assim ter-se obtido uma organização simples e flexível.

2. Equipamento

a. O facto do material (blindados) ser todo semelhante ⁽¹⁾ trará vantagens incalculáveis para a instrução, manutenção e apoio; constitui, em suma, um grande passo em direcção à eficiência. Se não se dispuser de blindados para os atiradores, poderão ser montados em viaturas 3/4 ton. Foi introduzido um desequilíbrio que deve ser compensado no mínimo (do mal o menos!) com a ideia de que os atiradores não poderão ser uns «quaisquer apanhados à esquina!» Têm que ter sido instruídos e habituados a trabalhar em equipa com as AMetr. e tal facto é absolutamente necessário para os graduados: improvisações só em plena acção, nunca na preparação!

(1) Embora preconizado é desejo que não foi traduzido em realidade.

Revista da Cavalaria

Sobre o material blindado: é evidentemente necessário material moderno e ligeiro. Ligeiro, conforme o emprego que se prevê; de que serve ter bom material, excelente mesmo, se não puder actuar em grande parte das zonas? Em zonas com deficientes redes de comunicações as pontes e pontões são fracos e não se passa mesmo!

Julga-se pois que o material deverá ter peso inferior a 6/7 ton., ser «devorador de quilómetros», ter razoável autonomia (600 km), ter protecção e armamento suficientes (protecção para armas ligeiras; armamento, 2 Metr., 1 Metr. e 1 Mort. ou 1 Metr. e 1 Peça); é indispensável que seja bem apoiado logisticamente, pois em caso contrário tudo se resume novamente em ineficiência.

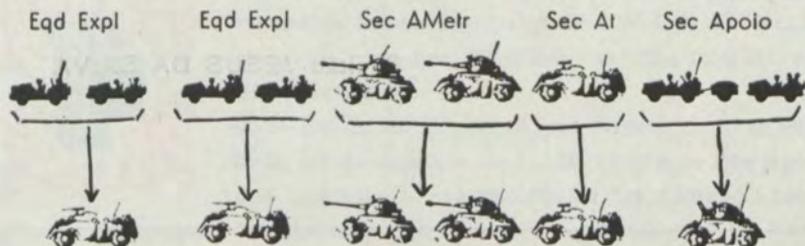
É possível que a AML-61 (francês) servisse; ou outro material que satisfaça as condições.

b. Os atiradores disporão de espingardas automáticas e de um suporte na viatura para fazer fogo de metralhadora de bordo.

c. Todas as viaturas disporão de rádios semelhantes e por pelotão, 1 ou 2 darão possibilidades de ligação com o Esquadrão.

Pretende-se finalmente prever várias hipóteses de discussão.

Para quem queira ver todos os casos previstos nos regulamentos de táctica para os Pel. Rec., gostarei de estabelecer a seguinte comparação:



...e, nos 2 casos, mais 1 viatura 1/4 ton.

É só manobrá-los de forma semelhante! É perigoso a Esq. de Exploração ter só 1 viatura? Será; e em que situação em que seja perigoso isolar 1 viatura blindada com 5 At. (se possível, mais 2 para guarnição da Metr. de bordo), não o será também para 2 jeeps? Se se achar necessário lançar uma Esq. Expl. apoiada, faça-se o mesmo neste caso:

Obteremos então a tal parilha AMetr.-Eqd. At. (2 ou Eqd. At.).

Revista da Cavalaria

Para quem julgue que será preferível dispor só de AMetr., lembrarei que sempre e em especial na guerra de guerrilhas os blindados necessitam de protecção e ela é mais perfeita se houver *equipa* com At.

Aliás a organização dá para formar Pel. AMetr.

Para quem prefira que todas as viaturas sejam de At., aponto que igualmente a organização dá para formar Pel. At. Bl.; mas gostaria de lembrar que a AMetr. na sua aplicação específica é insubstituível. Ao imaginar os At. apeando sob protecção da Metr. de bordo, convido o meu interlocutor a deslocar-se a um itinerário em que costume haver «festa» e a observar os apontadores da Metr. montada em viatura; apossa-se deles a febre da rajada, acabam-se as pontarias mesmo só de ajustamento e o tiro sai para as nuvens, facto de que o In. se apercebe facilmente.

Com bons apontadores não será assim, mas esses, por serem bons, são poucos.

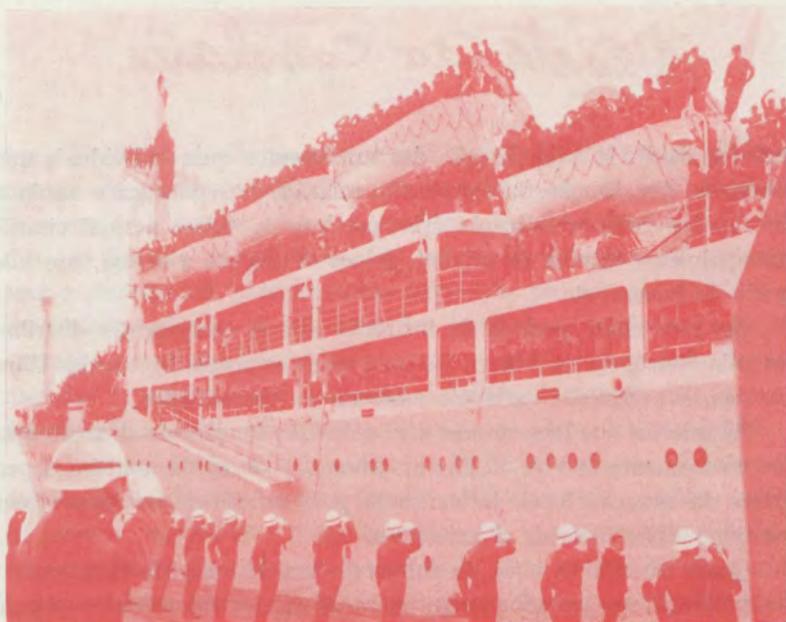
A AMetr., tanto na sua eficiência material (tiro ajustado, preciso, facilidade de municamento, em suma fogos potentes e precisos) como na psicológica (o rodar da torre e vomitar fogo, é muito consolador para nós e desencorajador para o inimigo), constitui um convite à agressividade dos nossos Atiradores.

Fica a sugestão.

O espírito cavaleiro existe e há que aplicá-lo em proveito do conjunto.

Capitão JESUS DA SILVA

Na guerra subversiva tudo pode acontecer em qualquer lugar
e sem aviso prévio.



A Polícia Militar



retende este pequeno artigo levar ao conhecimento dos menos informados, o que é a Polícia Militar, a finalidade para que foi criada, as suas missões, as suas dificuldades.

É em Belém no Regimento de Lanceiros n.º 2 que tiram a especialidade de P. M. as praças que após uma instrução básica ministrada nos diferentes centros de instrução, obedeceram a determinadas condições que lhe permitiram a sua selecção pelos Serviços Psicotécnicos do Exército.

A exigência de algumas qualidades, tais como: a quarta classe e robustez física, permitir-lhes-ão mais tarde, grandes facilidades no cumprimento das múltiplas missões de que virão a ser incumbidos.

Após uma instrução de algumas semanas, são as praças dadas como prontas, passando a executar o serviço nos Esquadrões, primeiramente como assistentes, e, finalmente terminado este período de adaptação, como executantes.

A sua instrução especial incide fundamentalmente sobre: conduta e actuação do agente da P. M.; missões, prerrogativas e autoridade;

Revista da Cavalaria

orgânica da P. M.; fiscalização dos movimentos quer individuais quer colectivos; fiscalização da circulação; missões de segurança e apoio às autoridades civis; investigação criminal; luta de defesa pessoal visando principalmente técnica de prisões, golpes de ataque e defesa, uso adequado do bastão, etc.

No final deste período de instrução são os contingentes distribuídos pela Metrópole ou destacados para todas as nossas Províncias Ultramarinas, em efectivos variáveis conforme as necessidades.

As missões que lhes vão ser atribuídas são função: da situação geral que no momento se vive — Paz ou Guerra — ou ainda também dependentes da situação local, influenciada pela suficiência ou insuficiência dos organismos policiaes aí existentes.

Quem assistiu ao início da subversão em África pôde bem sentir a sua presença: no patrulhamento consecutivo dos aglomerados populacionais quer nos bairros indígenas quer na cidade; no controle do movimento de indivíduos suspeitos; no combate à sabotagem, à espionagem e ao crime; no combate ao desvio da propriedade militar; na fiscalização do fabrico clandestino de bebidas, pólvoras e explosivos; na segurança de pontes; na fiscalização de tráfego; na guarda dos Quartéis Generais, tribunais, prisões e outros locais importantes; na dispersão de motins em colaboração com as restantes forças da ordem; nas escoltas de reabastecimentos às unidades destacadas no interior, ou a personalidades importantes, militares ou civis; na protecção do pessoal militar ou civil de qualquer excesso ou violência; na detenção dos ausentes sem licença; no encaminhamento de extraviados; na organização de socorros urgentes; no policiamento dos locais de embarque e desembarque de tropas; na guarda de material e aeroportos; na detenção de todo o militar cujo estado colida com a moral pública; na fiscalização do que se encontra regulamentado sobre uso de uniformes, etc.

Na Metrópole têm a seu cargo o policiamento da área do Governo Militar de Lisboa e Campo Militar de Santa Margarida, fornecendo ainda: a guarda a diversos departamentos; escoltas aos diferentes pontos do País a pessoal e material; policiamento dos locais de embarque e desembarque de material ou tropas; patrulhamento das imediações dos Paíóis; controle do movimento de viaturas e indivíduos; procura e captura de desertores e outras missões que as circunstâncias o exigirem. Fornece ainda dados colhidos através dos elementos obtidos durante os policiamentos, dados esses que permitirão aos comandos avaliar com facilidade: das infracções mais correntes; das unidades que dão maior número de infractores, dos dias em que se verificam maior número de

Revista da Cavalaria

irregularidades; dos locais mais propícios a distúrbios, como aqueles que constituem chamariz pernicioso, locais estes que, em face da elevada percentagem de infracções aí cometidas, são considerados como interditos ao trânsito de militares. Em face dessa determinação ali se passará a efectuar um patrulhamento frequente, procurando realizá-lo primeiramente só com a presença dos agentes e, portanto, com uma actuação preventiva para desencorajar; posteriormente serão tomadas medidas repressivas que se caracterizam fundamentalmente por uma intervenção activa — advertindo, participando, detendo, prendendo.

Quão facilitada seria a missão da P. M. se todos os oficiais e graduados especialmente os mais jovens, se lembrassem que têm o direito de intervir, mesmo que trajando civilmente, para reprimir deficiências no fardamento ou compostura ou ainda para evitar que se pratique qualquer outro género de faltas por parte dos seus subordinados; ao fazê-lo deverão ter presente que uma actuação justa, discreta, oportuna e firme revela da parte de quem a pratica desassombrada colaboração e dedicação pelo serviço e que o contrário reflectirá por seu turno, falta de formação militar e de brio profissional.

Quantos problemas deixariam também de existir, se os agentes deixassem de ser olhados somente como elementos de repressão, e passassem a ser vistos como militares iguais a todos os outros, prontos a colaborar e ajudar todo e qualquer seu camarada necessitado de auxílio.

O número de abordagens conta-se por muitas centenas por mês. Dessas abordagens somente são elaboradas participações quando há infracção por parte do militar ou quando este é encontrado impecavelmente fardado e as suas atitudes são correctas e dignificantes da Instituição a que pertence. Nestas condições a ocorrência será levada igualmente ao conhecimento superior.

Uma das prerrogativas da P. M. por quase todos desconhecida e desaproveitada, é a custódia. Esta é dada a todo o militar que, mercê de circunstâncias extraordinárias, necessita de assistência ou ajuda como seja: quando é encontrado sem dinheiro, quando se encontra ferido por motivo de qualquer acidente, quando doente ou tenha sofrido qualquer dano, para evitar que desprestige o Exército ou outro ramo da Força Armada que serve, ou ainda para o proteger de qualquer excesso ou violência.

A Polícia Militar é, portanto, uma força destinada a auxiliar um comando na manutenção da ordem, da disciplina e no cumprimento das leis e regulamentos em vigor. Serve-se para isso dos seus agentes que em serviço representam a autoridade do Exército e são, conforme

Revista da Cavalaria

o prescrito no regulamento, considerados para todos os efeitos, quando no cumprimento deste, como sentinelas debaixo de armas e respeitadas como tais, pelos militares de todas as graduações e pelos indivíduos da classe civil.

A sua conduta deve reger-se por um espírito de solicitude e auxílio sendo ainda um exemplo frisante da disciplina, do bom senso, de apurmo militar, de asseio, de espírito de justiça e sã camaradagem, de tacto e autodomínio.

O papel a desempenhar por todo aquele que pertence às forças da ordem que têm tarefas policiais a seu cargo, é sem dúvida alguma bastante ingrato, pois é-se bastante exigente para com os lementos que o desempenham. Sòmente pois, com uma boa selecção de pessoal se conseguirá desempenhá-lo sem grandes incidentes e levá-lo a bom termo. Esta selecção porém, não é ainda tão boa quanto o seria para desejar, pois, temos que o admitir, outras especialidades igualmente importantes dentro da estrutura do nosso Exército têm as suas exigências, as suas necessidades e há que atendê-las.

Fácilmente constatamos que as missões a pedir a estes agentes são muitas, variadas e de grande responsabilidade pelo que só com elevados conhecimentos técnicos, sólidas qualidades morais e finalmente com aceitação e compreensão de todos, quer presentes na frente quer na retaguarda, os mesmos agentes conseguirão levá-las a bom termo.

Pensai quanto de glória não adviria para o In. se este pudesse furar a rede de segurança dum Quartel General ou doutra instituição militar importante, onde são tratados assuntos secretos de interesse operacional. Pensai ainda no que seria o nosso Exército sem um organismo fiscalizador, capaz de impedir que os nossos militares fora dos aquartelamentos provoquem irregularidades ou se apresentem mal uniformizados, dando com o seu mau exemplo, ideias erróneas acerca do nosso moral, da nossa disciplina, e do nosso grau de eficiência para o combate. Meditai e julgai.

Capitão ROQUE DA CUNHA

A G U I N É

TENTATIVA DE ESBOÇO GEOPOLÍTICO

I



oje em dia, os que praticam a arte de governar, assim como muitos dos que escrevem sobre ela, admitem como certo que o fenómeno denominado «política internacional» está estreitamente relacionado com o meio em que as decisões políticas são tomadas e executadas.

Ao analisarmos esta frase há três elementos que se destacam: o Homem — o Meio Ambiente — Suas Relações.

Por *meio ambiente* entende-se a terra, ou seja, o espaço diferenciado e organizado acessível ao *homem*. As relações entre as sociedades humanas que ocupam os vários compartimentos do espaço acima definido constituem a *política internacional*.

Há a salientar o contraste entre a fluidez das relações internacionais e a relativa estabilidade do meio geográfico. Será, pois, sobre os dados concretos da *geografia* que, tanto quanto possível, os responsáveis por uma *política* se vão basear para elaborar o seu plano de acção. Há, segundo parece, uma certa simbiose entre a política dos Estados e a geografia dos espaços ocupados por esses mesmos Estados.

Assim, verificamos na Geopolítica uma permanência de certos factores cuja importância é fundamental.

1. *Posição do território*, que determina em larga medida o papel e audiência internacional do Estado que o ocupa;

2. *As comunicações*, os transportes, que são uma actividade indispensável do mundo moderno, inconcebível sem múltiplas trocas;

3. A repartição de terras e mares e a *oposição entre potências marítimas e potências continentais* que permanecem factores fundamentais da geopolítica;

Revista da Cavalaria

4. O elemento preponderante, decisivo, que é mais do que nunca o Homem, com a sua razão e as suas paixões. Longe de diminuir o valor deste factor, o progresso material reforça-o.

II

Vamos, em seguida, analisar sumariamente os referidos factores:

A *posição* é talvez a característica mais importante dum território. Consideramos este elemento como englobado no espaço — meio ambiente, do estudo que estamos tentando fazer em volta do conceito de geopolítica. Assim, a par de outras características geopolíticas, aparecem-nos, essencialmente, como factor estável o *espaço*.

Ao efectuar um estudo geográfico é necessário ter em conta, em primeiro lugar, o que em resumo é o compartimento considerado. Para tal, entra-se em linha de conta com a sua *extensão, estrutura física e configuração*. Em seguida é preciso ver como é que ele está colocado e o que é que a sua posição no espaço implica.

A posição pode ser marítima ou central. Entre os pormenores há a assinalar posições *litorais, istmos, estreitos e ilhas*. Diversos autores abordaram estes problemas, desde Platão a Richelieu, considerados precursores da geopolítica, ou mais modernamente os representantes das diversas escolas, tais como Mahan, Mackinder, Vidal de la Blache e Ratzel. Vicens Vives também cita alguns exemplos históricos geopolíticos relacionados com a importância da posição do território.

Mas como os meios locais não estão normalmente sujeitos a um isolamento, o seu estudo terá que ser feito dentro do quadro ambiental em que a sua posição o coloca. Este isolamento histórico de diversas sociedades teve quase sempre consequências funestas tais como o seu atraso em relação ao exterior. Temos exemplos característicos de sociedades que estagnaram na Idade da Pedra, como os Tasmânicos; ou, de sociedades que em determinada época eram evoluídas em relação a outras, mas que com o decorrer dos tempos o seu isolamento, impedindo-lhes os contactos culturais, sociais e económicos, motivou um atraso. É exemplo frisante deste facto a China. Daí a importância das *comunicações* no mundo moderno entre os diversos meios geopolíticos em que o espaço se diferenciou e organizou. Daí também a importância da posição de certos territórios como ponto de passagem e controle das comunicações entre espaços e meios ambientais.

Revista da Cavalaria

A Inglaterra, por exemplo, nunca teria sido uma grande potência mundial se não fora a sua política de ocupação de determinados pontos-base que lhe permitiram controlar as comunicações geopolíticas e geoestratégicas à escala mundial. A Inglaterra ocupando uma posição *insular* demonstrou desde sempre uma vocação marítima, associando a sua posição metropolitana insular à posse de alguns *estreitos* importantes, tais como o da Mancha, do Suez, Gibraltar e Adém. Os estreitos ligam mares, em volta dos quais podem existir civilizações diferenciadas.

Gibraltar liga o Atlântico ao Mediterrâneo, ou seja, o mundo Anglo-Saxão ao mundo Mediterrânico. Adém e Suez unem o Mediterrâneo ao Índico, isto é, o Ocidente e o Oriente. A juntar a estas posições, a Inglaterra ainda possuía algumas ilhas muito bem colocadas, tais como, as Falkland, no extremo sul das Américas, junção do Pacífico com o Atlântico.

Mas não são só as comunicações marítimas que desempenham papel relevante. As terrestres também são muito importantes. Ao longo da História, os chamados estados centrais procuravam sempre uma saída para o mar. São típicas as tentativas quer da Rússia quer da Alemanha para chegarem ao Mediterrâneo, dominando os «estados-tampões», respectivamente, Turquia e Itália.

Poderíamos ainda considerar as comunicações aéreas; estas originaram não só o problema do espaço aéreo, como ainda se relacionaram com o do espaço da Antártida, exemplo que também diz respeito às comunicações submarinas e ao problema da geoestratégia polar recentemente abordado por Lépotier.

Na época em que vivemos, há também que ter em conta as comunicações estratosféricas.

Para além duma geopolítica aérea, submarina, subterrânea e sideral, hoje em dia ainda tem premente acuidade a repartição de terras e mares e a *oposição entre potências marítimas e continentais*. Depois de uma oposição entre uma Inglaterra, insular, marítima e dotada duma poderosa esquadra, e uma França Napoleónica, continental e senhora dum grande exército comandado por um génio, a conjuntura mundial verificou algumas alterações.

Deste modo a França cedeu o seu lugar de potência continental à Rússia e esta à Alemanha.

Após a segunda guerra mundial o panorama modifica-se: as causas principais foram, por um lado, a intromissão dos Estados Unidos da América nos assuntos europeus, ao entrarem nas guerras mundiais quebrando o seu isolamento ditado pelas doutrinas de Monroe. Por outro,

Revista da Cavalaria

a resolução russa que quebrou o equilíbrio europeu. Estes factos iniciaram-se por volta de 1917. Cinquenta anos depois encontramos ainda o mundo dividido entre duas grandes potências, uma predominantemente marítima, constituída essencialmente pelas «ilhas» norte-americana e Grã-Bretanha e outra continental correntemente designada por mundo comunista.

Dum lado e doutro pretende-se vencer o adversário e adquirir o poderio mundial. No meio debate-se o Terceiro Mundo, procurando manter um instável neutralismo.

Parece ser este o alvo visado quer pelas doutrinas geopolíticas expansionistas do mundo comunista, materializadas pelo célebre envolvimento da Europa e América do Norte, respectivamente pela África e América do Sul, quer também pelo afastamento da atitude estática de Monroe, substituída pela dinâmica expansão americana preconizada por Mahan. Inúmeras guerras locais, das quais hoje é exemplo flagrante o Vietname, atestam esta luta renhida. A Argélia e o Congo, em África, e Cuba, na América, são também casos sintomáticos.

Convém não esquecer que o elemento preponderantemente decisivo é, mais do que nunca, o *homem*. É este que actua no meio ambiente, moldando-o por meio do progresso material e não já como os nossos antepassados neolíticos que tinham de se adaptar à terra.

É o homem quem pratica a arte de governar, quem a estuda e a escreve; ele serve de base às relações internacionais.

As populações constituem um factor geopolítico variável muito importante. Nem a simples comparação de superfícies dos Estados, nem das cifras globais das suas populações respectivas seriam suficientes para caracterizar a sua potência neste domínio. Para «equacionar» o problema é preciso ter em conta a repartição de indivíduos por idades, sexos e profissões, a sua implantação urbana e rural, a capacidade científica e técnica do conjunto julgada pela originalidade, qualidade, aperfeiçoamento e quantidade de suas realizações em material moderno de todas as qualidades, e particularmente, em sistemas de armas novas.

É preciso entrar em linha de conta com o rendimento do trabalho individual e colectivo e o comportamento psicológico, principalmente em matéria de coesão nacional, de coragem cívica, de capacidade de adesão a uma ideologia militante, de espírito de sacrifício, endurecimento, etc.

As recentes demonstrações — guerra israelo-egípcia de 1956, por exemplo — mostraram que os discursos inflamados, o número e um armamento moderno podem não ser o suficiente para assegurar a supe-

Revista da Cavalaria

rioridade militar. Outros exemplos, ao contrário — guerras da Coreia e Indochina —, demonstraram que massas humanas não dispoñdo senão de armamento ligeiro, sem carros nem aviação, mas disciplinadas, fanatizadas, duma extrema resistência e insensibilidade, poderão pôr em cheque forças dotadas de armamento mais moderno.

Relacionado com os problemas de população e factor humano, nota-se a importância das estruturas políticas e sociais. Mahan explica a derrota da Marinha Francesa pós-Revolução, contra a Inglaterra, por deficiência de formação de quadros. Facto idêntico deve ter acontecido no Exército Egípcio contra o Israelita ou, durante a segunda grande guerra, por parte da moderna Marinha Tailandesa, em barcos japoneses, contra os velhos navios franceses mas comandados por experientes marinheiros.

III

Como síntese das características geopolíticas que temos vindo a analisar, poderemos apontar o facto do litígio entre o bloco ocidental marítimo e o bloco oriental continental devido não só a causas geográficas mas também a ideologias diversas para os quais o factor humano contribui em larga escala, quer por meio da explosão demográfica, quer por meio das ideias e teorias geopolíticas expansionistas.

Deste conflito resulta a estratégia indirecta por manobra interior visando a África, alvo comum de ambos os campos.

Os territórios ultramarinos portugueses pela sua posição, quer como espaços dotados de recursos naturais, quer como pontos-chave periféricos do continente africano ou das rotas de comunicações mundiais, oferecem um alvo apetitoso para os dois blocos. A sua população também interessa sobremaneira, pois, nesta guerra moderna total, a conquista dos espíritos e a sua mentalização representam, por vezes, objectivos tanto ou mais importantes do que pontos notáveis do terreno.

Se a geopolítica é uma doutrina que rege a expansão dum Estado em confronto com outros estados já instalados no mundo e, se todas as vezes que um poder forte conseguir instalar-se no centro dum território precisar de dominar as suas periferias, neste caso, o Congo e as possessões portuguesas africanas são de elevada importância. Já a Conferência de Berlim se ocupou deste problema geopolítico: domínio do Congo Angola e Moçambique, ao dividir a África numa «manta de retalhos».

Mas além destas regiões periféricas em relação a África, tanto Cabo Verde como S. Tomé também podem desempenhar papéis muito impor-

Revista da Cavalaria

tantes do ponto de vista estratégico. As linhas de comunicações do Mundo Português revestem-se de extraordinário relevo no caso do canal do Suez ser fechado à navegação. O controle da navegação do Atlântico Sul pode ser exercido a partir de bases exclusivamente luso-brasileiras.

IV

Para terminar debruçemo-nos um pouco num estudo muito sumário apenas da província da Guiné.

Ao analisarmos a Guiné Portuguesa verificamos que o seu território não é mais do que uma pequena parcela de 36 000 km² rodeada por dois territórios consideravelmente maiores: Senegal com 197 000 km² e Guiné com 280 000 km², com quem tem fronteiras, a maioria das quais são artificiais.

É uma zona costeira, praticamente plana. Em contraste, porém, com a sua pobreza orográfica possui a Guiné uma rede hidrográfica verdadeiramente notável, tendo como consequência que as suas comunicações internas se realizam, em grande parte por via fluvial.

Ao analisarmos a sua posição no quadro de relações de África notamos que se situa numa «zona de fricção», entre a cultura de origem muçulmana e a África negra propriamente dita, para além das actuais ideologias que dividem os últimos vestígios ocidentais franceses dum extremismo «neutralista» dos «leaders» africanos que talvez se possam considerar filiados num Partido supranacional, já que não governam verdadeiras nações mas apenas territórios com populações atrasadas e com elites prosseguindo projectos nacionais do tipo delineado por André Malraux em «La Tentation de l'Occident» e de que pode ser considerado exemplo típico a recente nomeação honorífica concedida ao presidente deposto N'krumah por Sekou Touré.

Pela sua posição na costa ocidental de África, no hemisfério norte, divide o grupo de Brazzaville (Senegal, Mauritânia, etc.) de tendência mais ocidental, do de Casablanca (Guiné, Mali, etc.) de tendência pró-oriental.

A sua população é uma miscelânea de etnias da qual sobressaem: os indígenas negróides que ocupam as ilhas, zona litoral e uma faixa central densamente arborizada; os povos islamizados resultantes de cruzamentos entre negros sudaneses e povos semitas, que invadiram a Guiné por volta do século XVI, localizados mais para o interior. Existem ainda minorias cabo-verdeanas, libanesas e europeias que se dedi-

Revista da Cavalaria

cam aos serviços públicos e comércio. O clima terá tido influência na reduzida percentagem de europeus que se radicaram neste território. A população, na sua maioria, vive da agricultura, fundamentalmente arroz, milho e mancarra. São vários os grupos que ainda se dedicam à criação de gado bovino e caprino.

A vizinhança com países do «Terceiro Mundo» com tendências para os blocos adversos, talvez mais nítida da parte da Guiné de Sekou Touré em relação ao bloco comunista, e cujo traçado de fronteiras tem muito de artificial; a sua posição de relativo isolamento em relação à Metrópole, e de grande importância estratégica para quem deseja dominar a África ou o Atlântico, muito principalmente, como elemento do conjunto de territórios portugueses em África, torna-a uma presa cobiçada pelos blocos rivais.

Assim é lógico que tenham tentado por todos os meios, mas principalmente por estratégia indirecta, apoderar-se deste território. É possível que quem pretenda conquistar Angola, ao sentir dificuldades em o fazer, tenha procurado abrir uma precedência na Guiné, actualmente num grau de integração em relação à Metrópole muito inferior comparado com o de Angola.

Naturalmente que a população é o alvo visado neste tipo de guerra. Os nativos da Guiné não formam um conjunto equilibrado. Por isso, as etnias menos evoluídas e mais afastadas dos núcleos populacionais foram o primeiro objectivo a atingir. A região dos Balantas foi especialmente visada. O terreno é favorável à guerra de guerrilhas, pois coincide com a faixa central da floresta. Tanto ao Norte como ao Sul, pelas fronteiras, era fácil entrar armamento, munições e pessoal. No coração da selva, na região do Óio procurava-se uma base central que ficasse ligada com o «Santuário» no território vizinho. A zona sul, do arroz, verdadeiro celeiro da Guiné, também estava incluída na primeira etapa. Com este processo isolava-se o litoral e Bissau do interior da província, regiões do Gabu, Bafatá e Boé.

Depois caberia a vez aos Fulas e à região da mancarra. O terreno aí é coberto de vegetação menos densa, mas como devia já estar isolada seria mais fácil a sua conquista. Contava-se ainda com os factores económico e psicológico, pois praticando a táctica do terrorismo e da terra queimada, naturalmente que as populações fugiriam.

O contraponto geopolítico na Guiné consistiu na colaboração nítida entre as forças armadas e as populações na defesa do território que chegou a assumir o aspecto de autodefesa em certas regiões.

Revista da Cavalaria

V

Conclusões:

O fenómeno designado por «política internacional» parece estar intimamente relacionado com o meio em que as decisões políticas são tomadas e executadas.

Há, essencialmente, que considerar num estudo geopolítico os factores geográficos e os recursos naturais, sobressaindo a relevância da posição dum território e das comunicações, na era actual. É, porém, o factor humano que continua a manobrar todos os outros.

Na conjuntura actual parece manter-se a oposição geopolítica entre potências marítimas e continentais agravada por ideologias extremistas.

A sua luta contínua pelo poderio mundial tem o Terceiro Mundo subdesenvolvido por principal teatro de operações. Integrados no continente africano e nos oceanos Índico e Atlântico, as possessões portuguesas oferecem um alvo sedutor a ambos os contendores, quer pelos recursos naturais de algumas, quer pela óptima posição de todas no seu conjunto. A conquista de uma parcela poderá implicar necessariamente a das restantes, pois o seu valor substancial está no conjunto.

A posição da Guiné, entalada entre países africanos neutralistas mas onde já se sente a influência dos dois opositores, e no litoral da costa ocidental africana, parece ser um objectivo pretendido. A sua queda arrastaria, naturalmente, a outra posição do binómio Guiné-Cabo Verde, e daí o esforço despendido pelos movimentos subversivos no sentido de captar a etnia cabo-verdiana muito disseminada na Guiné. A semelhança da maioria dos grupos étnicos da Guiné com os países vizinhos com os quais as fronteiras são normalmente artificiais e a grande miscelânea de tribos parece ser um factor importante a considerar neste tipo de guerra cujo objectivo primordial parece ser o homem e as estruturas político-sócio-económicas.

A queda do binómio Guiné-Cabo Verde, arrastaria, naturalmente, a de Angola-S. Tomé, dando assim ao seu conquistador o controle do Atlântico Sul.

Os elementos que conduziram a guerra na Guiné, e esta não é mais que a continuação da política, parecem ter realizado um estudo do meio não só atendendo às condições locais mas ainda enquadrando-o no ambiente não só africano neutralista como ainda no do Mundo Português na conjuntura internacional actual.

A estrutura física do território, a variedade étnica e algumas deficiências nas estruturas político-sociais, bem como o seu relativo isola-

Revista da Cavalaria

mento em relação à Metrópole, fracas comunicações e precária estabilidade económica podem ter sido factores de ajuda na subversão.

Na contra-subversão, contudo, o factor humano, altamente mentalizado, conseguiu suprir as dificuldades existentes, superiorizando-se a um inimigo, por vezes mais bem armado e conhecedor do terreno, dando uma lição ao mundo de preserverança, espírito de sacrifício e capacidade de adaptação. E esta obra está bem patente aos olhos de quem percorrer a Guiné e materializada não só nas vitórias militares destruindo os acampamentos inimigos no meio da selva, como principalmente no controle da população efectuado conscientemente pelos nossos rudes e sãos soldados, cujo exemplo no contacto psicológico e social com as populações as levou a levantarem-se em armas contra o inimigo, constituindo autênticos redutos de autodefesa.

BIBLIOGRAFIA

1) Autores nacionais:

- ALMEIDA, (Dr.) Políbio Valente, *in* «Geopolítica Chinesa e sua incidência em África».
- CARVALHO, (Prof.) Henrique Martins, *in* «Política vizinha com os Estados e Territórios vizinhos de Angola», curso de Extensão Universitário de 1963-64 do ISCSPU.
- DIAS, (Prof.) Jorge, *in* «Antropologia Cultural».
- FELGAS, (Ten.-Cor.) Hélio, *in* «Aspectos Políticos da África Actual».
- MOREIRA, (Prof.) Adriano, *in* «História das Teorias Políticas e Sociais».
- NETO, (Dr.) João Pereira, *in* «Geopolítica Tropical».
- PINA, (General) Câmara, *in* «Valor da Estratégia».

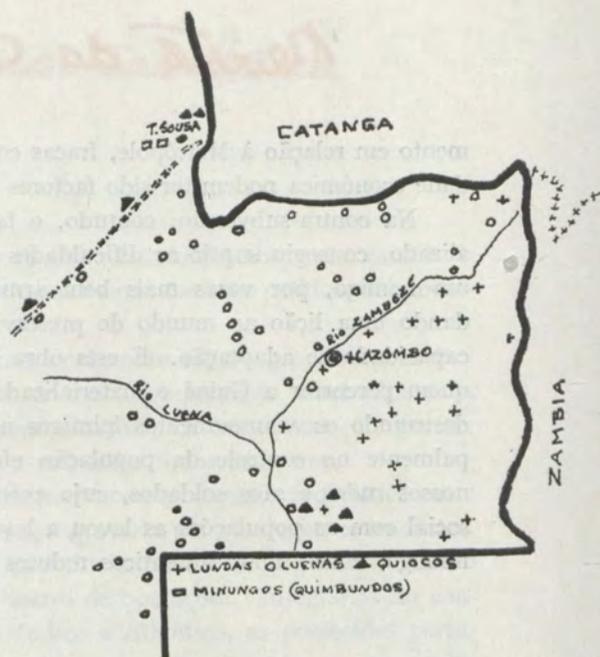
2) Autores estrangeiros:

- ARIAS, (Prof.) Luís Garcia, *in* «A transformação das relações internacionais no século XX».
- CELERIER, (Alm.) Pierre, *in* «Géopolitique et Géostratégie».
- LÉPOTIER, (Alm.), *in* «Geostratégie Prospective».
- VIVES, (Prof.) Vicens, *in* «Geopolítica».

3) Experiência pessoal.

Capitão BARÃO DA CUNHA

TEMAS ACTUAIS



O SUBSTRATO POPULACIONAL NO SALIENTE DE CAZOMBO (LESTE DE ANGOLA)

Antecedentes

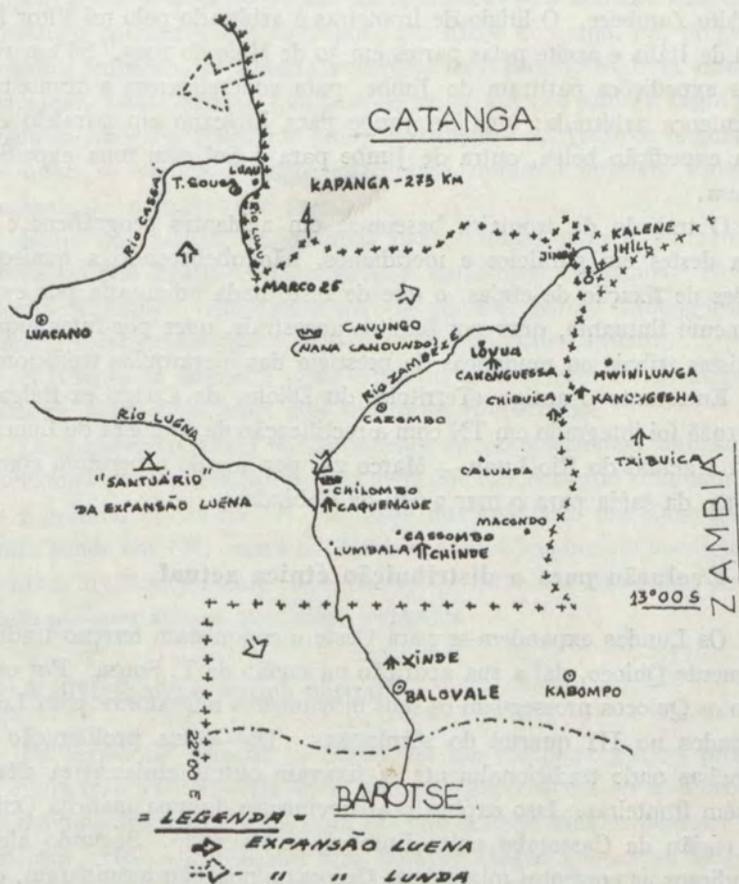


Para bem se compreender a actual distribuição étnica na região teremos que reportarmo-nos aos períodos que antecederam essa fixação.

Por conveniência de arrumação e sem nos imiscuirmos em controvérsias de etnólogos consideraremos os povos da região incluídos no Grupo Étnico Central Ocidental englobando: Quiocos, Luanas, Lundas e Luchazes. Esta divisão baseada em afinidades linguísticas, do todo africano, é a sustentada pelo Dr. Dok, professor da Universidade de Joanesburgo; a inclusão dos luanas no grupo étnico Ganguela parece-nos baseada no conceito depreciativo que leva a incluir naquele grupo os povos mais atrasados e estão neste caso os Luanas. No entanto os

Revista da Cavalaria

Luenas constituem um subgrupo étnico com origem Lunda do qual se separaram por dissidências de um chefe de nome Chinhama, no 1.º quartel do século XVII, sustentando alguns a sua fixação no rio Luena e daí o nome da tribo, no entanto mantém-se a dúvida se foi a tribo que deu o nome ao rio por aí se fixar ou o inverso.



Este chefe Chinhama, hoje Caquengue, fixou-se na região de Chilombo mantendo-se através dos séculos como grande Mawgana (Soba) dos Luenas. No último quartel do século XIX os ingleses iniciam a sua expansão a partir do Barotse. A montagem de fortins militares no Moxico inicia-se em 1895, instalando-se no Alto Zambeze os fortins de Nana Candundo (Cavungo) fundado pelo Alferes José Marques e o de Caquengue fundado pelo Tenente José António, ambos em 1896.

Revista da Cavalaria

Já nessa altura os ingleses não descuravam o aproveitamento das missões e assim aparece-nos como o primeiro europeu fixado no Alto Zambeze, o Dr. Fisher (CMML — Cristian Missions on May Lands), fundando em 1891 a missão de Cavungo, só posteriormente fundando a Missão de Kalene Hill na Zâmbia.

A expansão inglesa a partir do Barotse encontra a nossa ocupação no Alto Zambeze. O litígio de fronteiras é arbitrado pelo rei Vítor Manuel de Itália e aceite pelas partes em 30 de Maio de 1905. Só em 1913 duas expedições partiram de Jimbe, para concretizarem a fronteira e a sentença arbitrada: uma de Jimbe para Luacano em paralelo com uma expedição belga, outra de Jimbe para o Sul com uma expedição inglesa.

O traçado da fronteira baseou-se em acidentes geográficos e na falta destes em paralelos e meridianos, não obedecendo a quaisquer razões de fixação de etnias, o que de resto nada adiantaria por extremamente flutuante, quer por hábitos ancestrais, quer por lutas expansionistas tribais ou mudanças de prestígio das hierarquias tradicionais.

Entretanto o antigo «Territoire du Dilolo» do Congo ex-Belga só em 1928 foi integrado em TN com a rectificação da fronteira de Luacano para a actual do Rio Luau — Marco 25, por acordo e permuta com os belgas, da saída para o mar a Sul de Cabinda.

Evolução para a distribuição étnica actual

Os Lundas expandem-se para Oeste e conquistam terreno tradicionalmente Quioco, daí a sua aparição na região de T. Sousa. Por outro lado os Quiocos prosseguem os seus movimentos migratórios para Leste, iniciados no III quartel do século XIX. Daí a sua proliferação em manchas onde tradicionalmente se fixavam outras etnias para além e aquém fronteiras. Isso explica o aparecimento de uma mancha Quioca na região de Cassombo entre Lumbala e Macondo. Segundo alguns estudiosos as correntes migratórias Quiocas ainda não terminaram, continuam. Perfilhamos a mesma opinião, porquanto nos tem sido dado observá-las.

Os Luenas a partir do rio do mesmo nome empurraram os Lundas para além Zambeze, expandem-se para Norte até T. Sousa e para Sul até à região de Balovale. Os Lovales não são mais que Luenas que a influência local apelidou de Lovales. Esta expansão dos Luenas foi iniciada por uma Soba Luena de nome Nhacatolo, guerreira por excelência.

Revista da Cavalaria

Já em 1896, o Alferes José Antunes se referia à «nonagenária» 1.^a Nhacatolo. O título de «rainha» foi atribuído à 2.^a Nhacatolo pelo actual Inspector Superior Hortêncio Estêvão de Sousa, ao tempo (1949) Governador da extinta Província do Bié. O seu grande prestígio deve-o ao fundador do Luso Governador de Província D. António d'Almeida. O apoio continuou na 3.^a «Rainha» Nhacatolo — a actual. Entretanto o prestígio (pessoal) do Caquengue, que não o do cargo, foi, progressivamente, reduzido. O último Caquengue foi o próprio filho da «rainha» Nhacatolo, Jaime Jamba, que para se furtar a acção judicial fugiu para a Zâmbia onde foi absorvido pelos movimentos subversivos angolanos, dos quais se veio a desligar mais tarde, estando hoje no Catanga. O actual não tem prestígio pessoal.

Entre os Lundas, empurrados pelos Luenas para a margem esquerda do Rio Zambeze manteve-se a tradicional hierarquia. No que respeita à região, consideraremos os grandes Sobas Canonguessa e Chinde, abrangendo todo o espaço Lunda do Alto Zambeze.

A fixação da fronteira Leste e Sul do saliente veio dividir as populações de igual etnia pelos dois territórios fronteiriços.

Os ingleses trataram imediatamente de «confeccionar» autoridades tradicionais para jurisdição no território por eles ocupado com os nomes dos 2 grandes Sobas do TN. E assim nos aparecem um Canonguessa e um Chinde em TN, outros na Zâmbia, ambos igualmente prestigiados. As áreas tradicionalmente dependentes de cada um dos Sobas mantiveram-se, quer aquém quer além fronteiras.

A distribuição étnica actual

Na região de Teixeira de Sousa, há um complexo étnico, produto da civilização (CFB), das lutas Lundas-Quiocos, e Lundas-Luenas e dos movimentos migratórios, com os consequentes amalgamentos e cruzamentos. Hoje encontramos uma notável fixação Quioca ao longo do CFB e até ao Luau. Também há um núcleo de Lundas e aparece-nos uma mancha de Minungos, Quimbundos vindos da região da circunscrição do mesmo nome com sede em Cacola. As portas de Teixeira de Sousa tem início para Sul a mancha Luena, ao longo de todo o saliente para Oeste do Rio Zambeze e que estende para Sul até à região de Balovale. Nalguns casos estendem-se para além-Zambeze ao longo da margem esquerda.

Para Leste do Rio Zambeze é a mancha Lunda que penetra pelos Distritos Zambianos de Nwinilunga, Kabompo e Balovale. Dentro da

Revista da Cavalaria

maioria Lunda poderemos ainda apontar em TN os 2 grandes subgrupos, Lunda-Lua – Chinde e Lunda-Ndembo também chamados Lundas Meridionais por serem antigos colonizados do Mwanta Yamvo.

Hierarquia tradicional actualizada

Como em toda a província, há na região autoridades tradicionais legalmente estabelecidas — regedores, chefes de grupo de povoações, chefes de povoações de 1.^a, 2.^a e 3.^a que, numa mesma categoria, abrangem os chefes tradicionalmente aceites pela população e mais alguns, por conveniência de localização e por prestígio pessoal. Referir-nos-emos apenas à hierarquia tradicional dentro das 2 grandes etnias Luena e Lunda e apenas os chefes com «Lucano».

Entre os Luenas a autoridade máxima é sem dúvida «rainha» Nhatolo já pelo seu prestígio pessoal já pelo das duas antecessoras do mesmo nome, já pelo apoio que lhe tem sido dado pelas autoridades. Pode-se dizer que «põe e dispõe» entre os Luenas. No entanto o cargo de Caquengue como grande «Nwangana» dos Luenas mantém-se latente no seio das povoações.

Entre os Lundas 2 grandes «Nwata» dividem entre si a fixação Lunda.

O Soba Canonguesa e o Soba Chinde, aquele na área de Lóvua e este na de Macondo — Lumbala dentro do TN. Os limites precisos da sua influência pertence ao grande segredo do sertão africano. Apenas lhes vamos detectando num ou outro indício de influência. No entanto a área de influência do Soba Chinde é impugnada pelo Soba Chinuque da região de Cazombo, mais por prestígio pessoal que por tradição enraizada.

Espaços territoriais sob a influência dos Sobas Canon-guesa e Chinde

Um facto ressalta imediatamente: há um Canonguesa e um Chinde, tanto em Angola, como na correspondente região fronteiriça zambiana. O facto explica-se pela fixação das povoações de igual etnia anteriormente à fixação de fronteiras. As duas partes, a portuguesa e a ex-inglesa, mantiveram a hierarquia tradicional, adaptando-a ao contexto Político do todo territorial.

Revista da Cavalaria

No caso particular do Canonguessa, o que tinha «Lucano», o autêntico, ficou dentro das nossas fronteiras, quanto ao Chinde ainda não nos foi dado averiguar. Meio século de divisão política não chegou para apagar hábitos ancestrais, mas atenuou-os muito. Assim mantêm-se hábitos de relação, não só familiares como etnicamente afins, de permuta e fixação, sem muito respeito pelas fronteiras políticas.

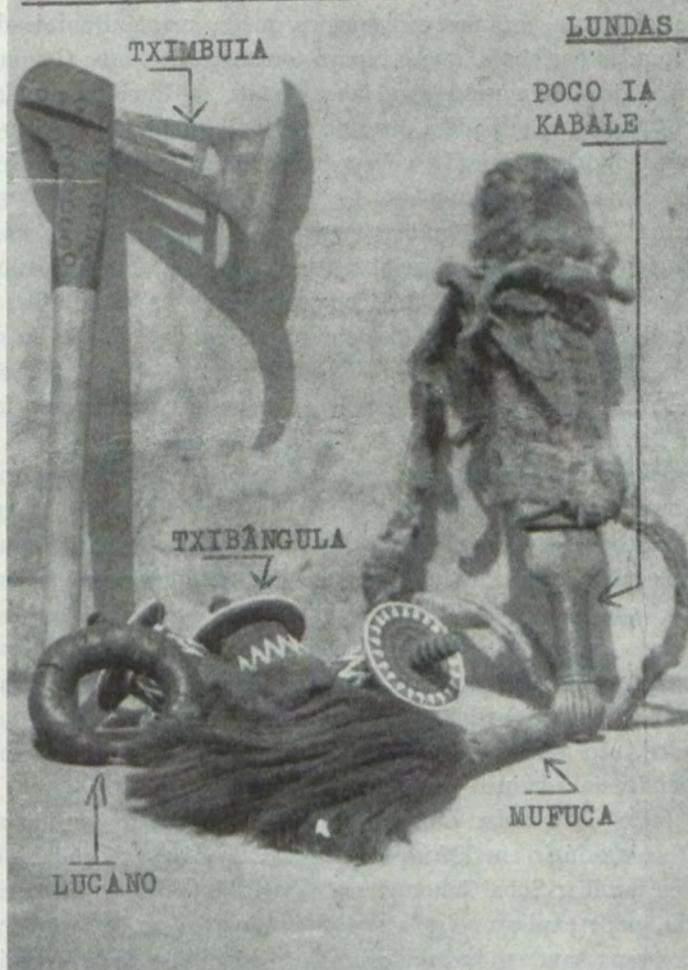
Pessoalmente, estamos convencidos que se mantém enraizado, entre os Lundas nacionais, que o espaço territorial do nosso Canonguessa engloba o do Kanongesha zambiano e entre os Lundas zambianos o inverso. O mesmo se poderá dizer do Soba Chinde. Isto, se não representa uma divisão política, é pelo menos uma cedência do poder ancestral que se vai consolidando. O Canonguessa actual em TN, viveu e cresceu na Zâmbia e era familiar do falecido Kanongesha. Este último ao refugiar-se em TN (Dezembro de 1965) fez-se acompanhar da «txibangula» e do «lucano», foi aceite sem restrições pelos Sobas nacionais fixados ao longo da picada Chibuica-Calunda. E não só o aceitaram e acolheram, bem como os dois milhares de zambianos seus súbditos, que o seguiram. Neles viemos encontrar muitos com familiares em TN.

Ao lhes ser indacada a área de fixação definitiva responderam «ser terreno do Soba Chinde». A ser o Chinde nacional, a sua «ganda», fica a mais de 70 km em projecção horizontal, a ser o Chinde zambiano, a mais de uma centena de quilómetros. De qualquer modo na linha de intercepção entre o Soba Chinde nacional e o Soba Xinde zambiano, há pelo menos meia dúzia de superfícies territoriais, sob a influência de outros tantos Sobas. Bem sabemos que o Soba Chinde nacional é na hierarquia tradicional-administrativa um regedor de 1.^a e os 6 Sobas apontados, são apenas chefes de grupo de povoações, mas nem todos na dependência administrativa do Regedor Chinde.

O facto de o Soba Kanongesha (zambiano) não ter iniciado os contactos de refúgio em TN no Posto Adm. de Lóvua — onde se encontra o seu familiar Soba Canonguessa — mas sim com o Posto Adm. de Calunda, pode explicar-se pela sua determinação em se fazer acompanhar dos seus haveres, incluindo um automóvel e gado, e só seria possível pela picada de Calunda, já que a do Lóvua não dava passagem a veículos. Referimos atrás, que após terem sido rectificadas as fronteiras, passou a haver Sobas com o mesmo nome de um lado e de outro e que no caso particular do Canonguessa, o que tinha «lucano» e «txibangula» ficou em TN.

Revista da Cavalaria

OS SIMBOLOS DO PODER ENTRE OS SOBAS



Revista da Cavalaria

No entanto presentemente o Canonguesa com «lucano» era o zambiano, conforme se constatou após a sua morte acidental (numa ponte de lianas à passagem dum rio), pois o seu povo pediu para que ficasse depositado no cofre do Posto Adm. de Calunda.

O facto poderá explicar-se, se atendermos que a posse do «lucano»-símbolo de poder confirmado, é objecto de várias cerimónias, magias e até lutas. O actual Canonguesa nacional ocupa o cargo há apenas 3 anos, viveu e cresceu na Zâmbia junto do seu familiar, o já idoso Kanongesha de há muito confirmado no cargo. Não se estranha pois que o «lucano» esteja na posse do mais influente, por aceitação tácita do menos influente e mais recente, ou mesmo que já viesse do antecedente.

Posição hierárquica dos grandes sobas nacionais no complexo Lunda

Como já referimos o grande «imperador» dos Lundas vive tradicionalmente em Musumba-Kapanga no NW do Katanga fronteiro ao nosso distrito da Lunda. É conhecido em Angola por Matshianvua, na Zâmbia por Mwata Yamvua e no Catanga por Mwanta Yamvo.

Como se disse os povos da região apresentam características especiais dentro do conjunto Lunda. Os Luenas são originariamente Lundas, mas dissidentes, e os Lundas Meridionais são antigos colonizados do Mwanta Yamvo.

Em que medida a influência do grande «imperador» se estende a estes povos? A falta de elementos de consulta apontamos os indícios que conhecemos desta influência.

Quanto aos Luenas manifestou-se na cerimónia da «coroação» da rainha nhacatolo em 1957 que foi «assistida» por um delegado do Mwanta Yamvo. Apontaremos outro indício: como se sabe o actual «imperador», de título Muteba II, é David Tchombé, irmão do conhecido político Moisés Tchombé, ambos sobrinhos do recém-falecido Mwanta Yamvo Mushid II.

Por notícias colhidas, sabe-se que o filho da «rainha» Nhacatolo, de nome Jaima Jamba — que ocupava o cargo de Soba Caquengue em TN antes da sua fuga para a Zâmbia em 1961 —, após se ter desligado dos movimentos subversivos angolanos, se fixou em Kisenga-Katanga com estabelecimento comercial, oferta de Moisés Tchombé. Se nos reportarmos à importância entre os Luenas do cargo de Soba Caquengue e dos laços familiares de Moisés Tchombé com os «imperadores» dos

Revista da Cavalaria

Lundas, o falecido e o actual, teremos a razão de ser do apoio dado a Jaime Jamba.

Dos Sobas Canonguesa e Chinde (Lundas), referiremos: quanto ao primeiro, o contido no texto da carta de um conhecido político Lunda, dirigida ao Administrador do Posto de Calunda, intercedendo pelo Chefe Kanonguesha para que lhe fosse dado «transporte para Musumba do Mwata Yanvua para lhe apresentar o caso a ele»; é uma prova irrefutável da subordinação ao «imperador» Lunda.

Quanto ao Soba Chinde Zambiano — e pelo que atrás se referiu, bem se pode aplicar ao Chinde nacional — a A. A. do Alto Zambeze assistiu, em 1957 no aeroporto em Balovale, à recepção festiva feita por aquele, ao Mwanta Yamvo com manifestações de plena subordinação.

Movimentos migratórios

A corrente migratória de e para Angola, Katanga e Zâmbia é tradicionalmente notável. Como motivos principais apontaremos: fixação de familiares, exploração rural de novas terras, permutas comerciais de víveres e roupas, trabalho rural por conta doutrém, fixação nas zonas urbanas em actividades diversas, trabalho nas regiões mineiras, tráfico de diamantes, etc.

No caso particular da emigração de Angola, salientaremos as fixações nas zonas urbanas, em actividades diversas e nas explorações mineiras, respectivamente, ao longo do caminho de ferro do Catanga até ao Catanga Oriental e nas regiões de Eville ⁽¹⁾ e «copperbelt» ⁽²⁾.

Ainda que estes contingentes sejam minoritários em relação à distribuição global dos emigrantes, tem sido sobre eles que a subversão mais tem actuado, quer absorvendo-os totalmente na actividade subversiva, quer catequizando-os para aproveitamento imediato na propaganda e aliciamento, quer tornando-os receptíveis a aproveitamento futuro. Os hábitos nómadas dos que se dedicam à actividade mineira, com deambulações que vão até à África do Sul, tornam-nos particularmente sensíveis às promessas de viagens e visitas, em que a subversão é pródiga.

(1) Abreviatura de Ellizabethville, hoje Lubumbashi.

(2) «Citura do Cobre» no NW da Zâmbia.

Revista da Cavalaria

A interpenetração fronteiriça é de tal ordem, que encontramos angolanos servindo como funcionários do Estado quer no Katanga quer na Zâmbia. Os quantitativos de angolanos fixados nas zonas rurais, nas imediações das nossas fronteiras, fornece a quase totalidade do contingente migratório. Neles vamos encontrar uma grande parte ao sabor das conveniências imediatas, fugindo aos impostos mínimos que nesta região são inferiores ao resto da Província. A extensão dos impostos, na Zâmbia, aos meios rurais está a provocar descontentamento e assim não se estranha que a corrente migratória aumente de lá para cá.

Apontamentos finais

Não se pretendeu fazer trabalho científico e muito menos definitivo.

Não temos elementos de consulta, não somos etnólogo, antropólogo, linguísta, historiador ou sociólogo, mas como de «médico, e de louco todos somos um pouco», procuramos apenas interpretar o substrato populacional na sua incidência na missão que nos foi cometida. Alguns assuntos estão veladamente tratados. São interrogações de que procuraremos esclarecer-mo-nos e que transmitiremos se possível. Até lá é tudo ou quase tudo, mas é muito pouco o que por ora oferecemos.

Capitão DUARTE PINTO

Não é sábio quem sabe muito, mas sim quem sabe coisas úteis

ESQUILO

CONDUTORES AUTO

(Métodos e Objectivos do C.I.A.C.A. do R. C. 6)



Para se conhecer, na realidade, da actuação desempenhada pelas diferentes peças deste Centro — Comando, Quadro Instrutor e Instruendos — a cuja superior coordenação das respectivas directrizes os Comandos do Regimento imprimem uma verdadeira unidade, é preciso observar de perto as condições de instrução em que é possível surpreender este Centro.

É a instrução prática que se estende diante dos nossos olhos, aliada à disciplina militar que vem definir os termos precisos desta mesma instrução, que tem a qualidade e o privilégio de representar a base da formação de soldados com uma especialização diferenciada num sentido inerente a uma actividade específica, e ao mesmo tempo a preparação desses soldados com o objectivo de os integrar nas suas futuras funções de combatentes, especialmente no tipo de guerra de guerrilhas onde irão actuar.

Ao contemplarmos, em todo o seu horizonte, a vastíssima extensão da obra realizada pelo RC6 na formação de condutores auto, é forçoso abranger três fases principais que se assinalam no longo ciclo das suas actividades:

— A primeira fase, que fundamentalmente absorve a nossa atenção, porque é a essência e a sua finalidade, é o complexo dinâmico que se chama Instrução de Adaptação de Condução Auto.

— A segunda fase vinca, sobretudo, a noção da formação de soldados-condutores auto, respeitando a sua preparação militar e física: é a Instrução Geral.

Revista da Cavalaria

— Na terceira fase, essencialmente ética, os soldados colhem na sua permanência pela Unidade ensinamentos imbuídos das virtudes e das tradições da Cavalaria, e que representam a bagagem espiritual indispensável à vida do soldado.

*

A Instrução de Adaptação de Condução Auto tem por finalidade imediata aperfeiçoar o recente condutor, que acabou de receber a Instrução Básica num C. I. C. A., aos diferentes tipos de viaturas existentes neste C. I. A. C. A., desenvolver-lhe reflexos indispensáveis à sua qualificação de condutor militar, e integrá-lo nas suas futuras funções de combatente em função do inimigo e da sua viatura.

Tem este Centro como encargos de instrução permanente, a Instrução de Adaptação de Condução Auto a cerca de 300 soldados fazendo parte dos turnos normais de Instrução, a instrução de condução a 1.^{os} Cabos Mil. Mecânicos que nesta Unidade fazem o seu estágio da especialidade, e ainda a instrução a condutores mobilizados e já com a instrução de Adaptação concluída, e que nesta Unidade recebem instrução intensiva de aperfeiçoamento normalmente durante uma ou duas semanas.

Igualmente a formação de monitores para a Instrução de Condução pode ser considerada como encargo de instrução deste Centro, porquanto o número de condutores com o curso de monitores existentes neste Centro é diminuto.

Para fazer face aos encargos de instrução acima apontados dispõe este Centro diariamente, de cerca de 35 viaturas operacionais de vários tipos, o que rapidamente se reconhece não corresponder às necessidades desta instrução.

A esta insuficiência de meios corresponde uma exigência de esforço ao material e um sacrifício voluntário dispendidos pelos quadros instrutores para se obterem os resultados nitidamente satisfatórios que se têm conseguido neste Centro.

Se, no Método Racional da Formação de Condutores, está afirmado que um indivíduo normal deve ter conduzido 200 km em média, e por itinerários variados, para ganhar suficiente confiança na condução de uma viatura, e atendendo a que esta quilometragem por instruendo era manifestamente pequena para o elevado nível requerido num condutor militar, consegue-se, nesta Unidade, que os condutores conduzam durante as 7 semanas que compreende a sua Instrução de Adaptação,

Revista da Cavalaria

entre 300/350 quilómetros, correspondendo a 15/20 horas de condução, por instruendo, o que dá uma ideia da preocupação do Comando deste Regimento na boa preparação técnica dos instruídos.

Repare-se, porém, que estes tempos e quilometragens são feitos apenas na condução em percursos variados, havendo ainda a acrescentar os tempos de instrução de mecânica elementar do automóvel, de legislação, de manutenção de viaturas, etc.

Em alguns aspectos, os métodos usados por este Centro na Instrução de Adaptação de Condução saiem um pouco, e com superior autorização, dos métodos descritos nos manuais de instrução. Assim, enquanto aqueles manuais apontam os pelotões divididos em escolas de 8 instruídos, e cada escola entregue a um monitor que a vai passando pelos diversos tipos de viaturas — cada monitor estará por conseguinte sempre ligado à mesma escola —, neste Centro de Instrução segue-se o sistema de dividir o Pelotão em Escolas, sob constante orientação dos Instrutores, as quais vão passando pelos vários monitores que, aqui, têm cada um a sua viatura distribuída e da qual é inseparável. Aos Instrutores cabe assim a função de montar, dirigir, orientar e fiscalizar a instrução dentro do seu pelotão. Adoptou-se, neste Centro, este critério na Instrução de Condução principalmente para haver uniformidade de valores nos resultados obtidos nesta instrução. Verificara-se que, num mesmo Pelotão, havia escolas nitidamente mais fracas que outras e que essa diferença correspondia aos monitores. Igualmente foi considerado que as viaturas entregues permanentemente a um só monitor, necessariamente receberiam deste, tratamento muito mais cuidado, contribuindo para a existência de maior número de viaturas operacionais, e assim se obviar, em certa medida, os pesados encargos da Instrução.

Sendo o monitor o elemento base para se obterem bons condutores, é feita neste Centro uma prévia selecção para escolher os que têm qualidades técnicas necessárias, após o que se procede à sua formação pedagógica, sendo ainda dedicada uma vigilância constante ao seu procedimento posterior.

A alternância nos quadros monitores, devido principalmente a mobilizações sucessivas, é óbice importante à qualidade pretendida, obrigando a lançar mão de condutores Daimler para monitores; torna-se frequente serem mobilizadas classes de monitores quando estão aptas a darem instrução de condução.

Pretendendo-se aperfeiçoar e completar a formação dos condutores e adaptá-los às viaturas existentes neste Centro de Instrução, e principalmente às viaturas com que vão trabalhar, e ainda familiarizá-los

Revista da Cavalaria

com a Manutenção Orgânica de 1.º Escalão e os seus deveres de Conductor Auto, compreende este C. I. A. C. A., fundamentalmente e com esse fim, as seguintes instruções:

- Adaptação às viaturas existentes nesta Subunidade;
- Prática de condução de uma viatura isolada e em trânsito de itinerários cada vez mais difíceis;
- Prática de condução em estrada e na cidade;
- Prática de condução de viaturas pesadas com e sem atrelado;
- Condução em comboio de dia e de noite;
- Noções de condução em terreno variado;
- Carregamento e transporte de pessoal;
- Noções de carga e descarga de viaturas;
- Utilização do guincho e manobra de força;
- Reboques normais e de emergência;
- Noções de camuflagem de viaturas;
- Distância de marcha e sinalização de colunas;
- Balizagem de itinerários;
- Revisão dos conhecimentos de mecânica auto e de legislação (Código da Estrada, Legislação Militar), principalmente portaria 11 072);
- Documentos do condutor e da viatura;
- Missões do condutor na Manutenção Orgânica (Trabalhos do 1.º Escalão) Serviços Diários «A» e serviços semanais ou quinzenais «B»;
- Comportamento do condutor em caso de acidente;
- Utilização das ferramentas e acessórios das viaturas;
- Utilização de todos os comandos da viatura;
- Utilização de correntes anti-derrapantes;
- Conduta a observar por um condutor perante uma emboscada;
- Conduta a observar por um condutor no caso da viatura fazer explodir uma mina;
- Conduta a observar por um condutor num itinerário que se supõe minado;

A Instrução de Adaptação segue uma ordem de dificuldades progressivas, permitindo uma passagem gradual de uma fase de instrução, para uma fase de utilização.

Os soldados, depois de terminadas as 7 semanas de instrução neste C. I. A. C. A., e mercê do bom nível de instrução obtido, encontram-se

Revista da Cavalaria

aptos a deslocarem-se em coluna de dia e de noite e a saberem conservar a sua viatura, além de possuírem umas breves noções de como reagir útilmente em combate, em função do inimigo e da sua viatura.

Devemos frisar, porém, e nunca é demais insistir neste ponto, que o condutor ao atingir o seu termo de Instrução num C. I. A. C. A., não está ainda apto a deslocar-se isolado em aglomerações de trânsito intenso, para o que lhe está destinado uma Instrução de Aperfeiçoamento de Condução Auto, instrução que tem lugar nas Unidades para onde são destacados.

*

A Instrução de Condução Auto ocupa só metade do tempo diário da Instrução; a outra metade é destinada à Instrução Militar — a Instrução Geral.

A Instrução Geral de Condutor Auto é idêntica à da Especialidade de Atirador, num treino duro e intenso, preparando o condutor para o combate.

As matérias ensinadas na Instrução Geral compreendem:

- Educação Física Militar;
- Instrução individual do combatente;
- Armamento;
- Educação Moral, Cívica e Militar;
- Guerra Subversiva;
- Sobrevivência;
- Informações e Prisioneiros de Guerra;
- Explosivos, Destruições, Minas e Armadilhas;
- Higiene, Primeiros Socorros e Profilaxia Tropical.

Sendo enorme a necessidade de instrução, não apenas a instrução individual do combatente, mas o treino tático para combate, é objectivo deste C. I. A. C. A. a boa preparação técnica, física e moral dos soldados que lhe são entregues.

*

Numa terceira fase, incluída nas actividades deste Centro, é completada a formação moral dos soldados: são divulgados os princípios éticos que os devem reger e desenvolvidas as suas virtudes guerreiras.

Revista da Cavalaria

Nesta Unidade, que assim é, verdadeiramente, uma Escola, vinca-se bem nos seus soldados o dever de defender a Pátria, o Direito, a Razão e a Justiça da sua causa, e também as velhas tradições da Arma, à luz de um espírito cristão, levando-os a uma sã e consciente compreensão dos seus deveres e a um perfeito sentido das suas responsabilidades.

*

Em conclusão, é objectivo deste Centro instruir e doutrinar convenientemente os soldados que lhe são confiados para a guerra especial a que se destinam.

A finalidade resume-se na necessidade dos militares, na sua totalidade e especialmente os destinados ao nosso Ultramar, receberem uma instrução de condução extraordinariamente cuidada a par de uma instrução de combate especialmente aperfeiçoada, criando-lhes situações, tanto quanto isso é possível, semelhantes às de combate e consequentemente, elevando-lhes a sua eficiência como futuros combatentes.

É assim preocupação constante e suprema deste C. I. A. C. A. a boa preparação técnica e a educação dos soldados condutores, ensinando-lhes e inculcando-lhes as altas virtudes que os superiores interesses da Nação lhes exigem.

Fica-nos, assim, a certeza de que o R. C. 6 continua no consciente cumprimento desta missão, honrando as suas gloriosas tradições e a Arma a que pertence.

Capitão CUNHA RIBEIRO

Julgar com rigor aquilo que fez e confiar naquilo que vai fazer



Curso de Instrutores e Monitores de Operações Especiais tipo «Ranger»

ALGUNS ESCLARECIMENTOS

I — CONSIDERAÇÕES GERAIS

1 — Ao ser convidado para colaborar na *Revista da Cavalaria* com um trabalho pessoal a apresentar em curto prazo tive certa hesitação em aceitar não pela necessidade em que me via de recorrer ao auto-domínio para vencer temores de estreante e compensar limitações pessoais e ainda menos por ter de sacrificar os poucos momentos de ócio deixados pelas preocupações e dificuldades do exercício profissional do principiante que sou; a hesitação nasceu da certeza de que a satisfação do convite não corresponderia nunca à honra recebida, que envolvia uma atitude de confiança, tanto por não ser virtuoso na difícil arte de escrever, como pela penúria de conhecimentos específicos dentro da profissão.

Explicada deste modo a minha presença nesta Revista, afoito-me a tecer algumas considerações em torno do Curso de Operações Especiais que vivi com entusiasmo e interesse, primeiro nos Estados Unidos da América como instruendo e depois em Lamego, como instrutor de 9 dos 13 cursos que ali se realizaram já.

2 — Tenho para mim que se deve à circunstância de o C. O. E. ser de criação recente o facto de muito poucos oficiais do quadro de com-

Revista da Cavalaria

plemento e até do quadro permanente terem conhecimento exacto da finalidade, da organização e da estrutura deste curso. Igualmente me parece que neste desconhecimento se deve filiar a injusta e imerecida fama — sempre propagada entre os possíveis instruídos — de Curso «muito duro» ou «altamente perigoso» apenas acessível a quem tenha excepcional capacidade física ou destemor constitucional.

Nada mais errado: a boa aptidão física adquire-a todo o indivíduo saudável por treino apropriado, cuja orientação está cientificamente



codificada; a valentia não é sempre uma qualidade inata, pois se consegue ou se reforça e revigora pelo hábito de se lidar e se evitar o perigo. Compreende-se e admite-se o receio da destruição perante o perigo, porquanto o ser humano, como todos os organismos vivos, não foge à lei biológica da luta pela sobrevivência e sabe-se que sobrevivem os indivíduos melhor dotados.

Ora, é precisamente a consciência do perigo acompanhada dos conhecimentos indispensáveis para dele se libertar, enfrentando-o e defendendo-se, que permitirá ao Homem, em qualquer situação e até na guerra, sobreviver com mais facilidade. Não se nasce atleta nem

Revista da Cavalaria

se nasce valente: a capacidade de resistência física como o destemor perante o perigo não são necessariamente qualidades genéticas. São antes atributos adquiridos, dado que atletas e valentes *fazem-se* pelo exercício metódico e bem orientado, pelo hábito de enfrentar e evitar o perigo.

O que só alguns conseguem com verdadeiras rajadas de génio (e os génios são excepcionais) podem adquirir-lo todos os medianamente dotados, pelo trabalho perseverante, por um ensino metódico e convenientemente orientado. Homens fortes e valentes podem *fazer-se* por cursos apropriados; entre eles surgirão esporadicamente heróis, mas a quase totalidade serão militares destemidos e capazes de suportar as agruras do meio adverso, com o máximo de probabilidades de sobreviver onde sucumbiriam os que não foram especialmente preparados.

3 — As verdades enunciadas, ainda que comezinhas e quase intuitivas, andam desarraigadas do espírito do comum dos homens, e no turbilhão da vida moderna, em que a vivência humana parece querer atingir as velocidades dos mísseis interplanetários, não sobeja tempo para meditações como as que fiz e que, por serem quase intuitivas, deveriam estar presentes em todos nós. Porque assim não é, o reclame atingiu a importância que todos lhe reconhecemos, pois basta a repetição até ao enfado de um «slogan» feliz ou a exibição continuada de um filme curto mas expressivo que a televisão nos mostra a todo o momento para nos convencer do que se apregoa como verdade.

4 — Penitencio-me da divagação — e prometo não reencidir — que me acudiu ao espírito ao pensar que os instrutores do C. O. E. poderiam deslocar-se às diversas unidades com o propósito de esclarecer todos os que pretendam frequentar o curso, mormente os oficiais milicianos, já que constituem a quase totalidade do seu efectivo. No entanto, o condicionalismo a que os instrutores têm de obedecer não lhes permite este trabalho de catequese directa e de informação pessoal. Na realidade, o pouco tempo livre entre um curso e o seguinte, não tem deixado enveredar por este caminho os quadros que em Lamego ministram a instrução; também não podem esses quadros realizar obra informativa importante, porquanto isso exige despesas de certo vulto e condicionalismos vários, além do trabalho aturado extra curso. Se este exige aos instrutores desgaste físico enorme, dedicação constante e uma observância aturada do pormenor, também lhe deve permitir tempo para recuperar forças físicas, para meditar nos resultados obtidos e nas insuficiências verificadas com o intuito de se conseguir uma melhor estruturação do ensino.

Revista da Cavalaria

Já que não pude, durante os cursos em que actuei como instrutor em Lamego, desenvolver o trabalho de esclarecimento directo nas unidades e dado que não julgo possível, para já, trabalho informativo por outros meios pensei — e aqui me desculpo da pretensão — que a minha colaboração nesta Revista não seria completamente inútil se escrevesse, ainda que mal, sobre o C. O. E. com a finalidade de dizer, a quem pretender frequentá-lo, quais os seus moldes de trabalho, o que nele se aprende, as suas possibilidades e até a finalidade que se propõe atingir.



II — O CURSO

1 — Finalidade

«Habilitar oficiais e sargentos para servirem nos batalhões e companhias mobilizadas, de instrutores e monitores de endurecimento e sobrevivência e ainda de conselheiros no planeamento e execução de acções especiais na luta anti-guerrilha.»

Desta definição pode concluir-se que o curso é extensivo a todos os quadros que são mobilizados; no entanto, e dado que presentemente,

Revista da Cavalaria

no C. I. O. E., não existem disponibilidades em instrutores e monitores, material, meios e instalações, só é possível ministrar o curso a cerca de um terço dos oficiais e sargentos mobilizados.

2 — Seleção

A necessidade de escolher um terço dos instruendos mobilizados que se apresentam em Lamego, implica a obrigatoriedade de determinar quais os mais capazes e que reünam melhores condições tanto para frequência do curso com aproveitamento como ainda, após a sua colocação nas unidades, para trabalharem com eficiência, aplicando, adaptando e até corrigindo o que aprenderam. A escolha dos oficiais — futuros instruendos — obedece a determinações superiores e, assim, em princípio, tem de ser escolhido um, de entre os três subalternos de uma mesma companhia.

A escolha de sargentos ou 1.^{os} cabos milicianos obedece a um quantitativo, também fixado superiormente, mas apenas por Armas.

Tal condicionalismo exige que nos socorramos de várias provas, de testes psicotécnicos e de informações das Escolas Práticas, incluindo ainda exames médicos.

Reunidos estes dados e ouvidos um a um procede-se à escolha dos futuros instruendos. O padrão que serve de termo de comparação e que, evidentemente, tem de estar ligeiramente acima da média, leva a excluir muitos candidatos que vêem assim frustrada uma ocasião de se prepararem para, com maior eficiência e consciência, enfrentarem os problemas da guerra.

3 — Duração e fases

O curso tem duração variável, em média nove semanas. Destas, as cinco primeiras destinam-se à preparação geral do instruendo, mentalização para o tipo de ações a executar e habituação gradual ao terreno e ao campo, por redução de instruções teóricas em salas de aula e principalmente pela prática no campo.

As quatro restantes são passadas integralmente no campo, quer em regime de nomadização quem em áreas de bivaque clandestino.

Nesta fase o curso está completamente isolado.

Revista da Cavalaria

4 — Normas de conduta

a) Agrupamento dos instruendos

Os instruendos formam uma companhia de instrução e, conforme o efectivo de cada curso, assim se formam dois, três ou quatro grupos de combate, cada um com o respectivo comandante. É nomeado um chefe de curso, e em cada grupo de combate formam-se parselhas



— «conjunto de dois homens que formam um todo inseparável, cumprindo todos os exercícios em conjunto, sendo qualquer deles responsável pela disciplina, bem estar e espírito de corpo do outro» — sistema que é mantido desde o primeiro ao último dia do curso.

A acção instrutiva e educativa de um sobre o outro manifesta-se no mais pequeno pormenor que a maioria das vezes pode passar despercebido, mas que se traduz em apoio mútuo, no culto da auto-disciplina, na ajuda constante para evitar faltas e numa intervigilância do comportamento e dedicação.

O chefe de curso é o elo de ligação entre os instrutores e os restantes elementos do grupo. Por tal motivo, são inúmeras as suas atribui-

Revista da Cavalaria

ções, podendo ele delegar algumas nos comandantes de grupo de combate.

Este sistema, que diminui a necessidade de ordens, permite, até certo ponto, ajuizar da vontade e do valor que cada instruendo manifesta no decorrer do curso.

b) *Distribuição de material*

No final da semana de selecção, e uma vez apurado o efectivo do curso, procede-se à distribuição de todo o material de que o instruendo necessita, e que é o seguinte;

2 fatos camuflados; 2 fatos pretos; 1 fato de trabalho; 2 camisolas interiores; 2 pares de botas de bezerro de meio cano; cinturão m/943; suspensórios; bernal; cantil, mochilha com marmitas; pano de tenda; lençol impermeável; saco de acessórios; saco de dormir; estojo de limpeza; colete de salvação; espingarda Mauser; espingarda aut. F. N. ou G. 3; capacete; corda ind. de nylon com mosquetão; 2 granadas de instrução; bússola, cartas topográficas e fotografias aéreas por parelha.

Todo este material fica à responsabilidade do instruendo, que cuidará de o ter, em qualquer altura pronto para ser utilizado.

c) *Revistas*

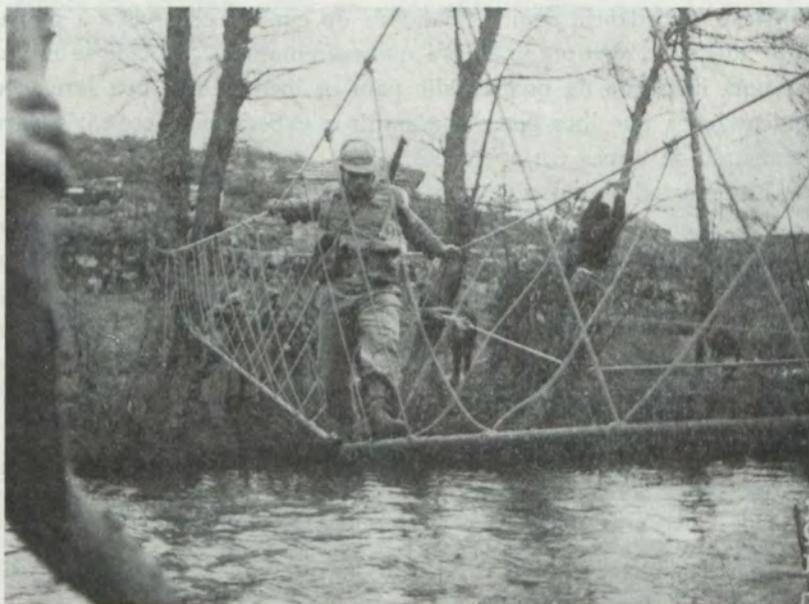
Uma das formas de criar uma forte auto-disciplina é a passagem frequente e pormenorizada de revistas, quer elas tenham sido previamente anunciadas ou surjam inopinadamente. A revista constitui um acto solene, podendo ir da simples revista ao atavio pessoal, como a todo o material distribuído ou apenas ao armamento, completamente desmontado e seco. O não cumprimento de algumas destas normas leva à atribuição de classificações negativas, e se forem repetidas, podem levar à reprovação do instruendo.

d) *Limpeza*

A limpeza das casernas é totalmente feita pelos instruendos, competindo ao chefe de curso a nomeação dos elementos necessários para que, diariamente, ela fique assegurada. Esta limpeza, que se efectua sempre antes da primeira formatura de cada dia de instrução, tem por finalidade criar certa rusticidade no instruendo que, no mato, e na maioria das vezes, não tem quem a faça.

Revista da Cavalaria

No campo, esta limpeza é mais rigorosa, estendendo-se a toda a área do estacionamento o qual, diariamente, deverá estar pronto para revista. Como se compreende, esta exigência implica a obrigatoriedade do instruendo não ser descuidado e cria-lhe o hábito de não deixar, negligentemente, vestígios da sua passagem.



e) *Disciplina*

Os problemas disciplinares, num curso desta natureza, que, pela sua dureza, sacrifício, vontade e atenção constante, poderiam ser sérios, na medida em que a falta de esclarecimento reduz o número de voluntários, são atenuados e praticamente não existem porque o instruendo, à medida que entra no âmbito do curso e se apercebe das suas vantagens e possibilidades, dá tudo por tudo para que das instruções possa tirar o máximo rendimento.

Auto-disciplina e pronta obediência são os lemas pelos quais o instruendo do C. O. E. se orienta, certos de que, através do seu exacto cumprimento melhoram as suas capacidades humanas e desenvolvem

Revista da Cavalaria

as suas qualidades de chefia: podem confirmá-lo as unidades metropolitanas por onde passaram; confirmá-lo-ão também as unidades operacionais que combatem nas Províncias Ultramarinas.

5 — Instrução

Em concordância com a finalidade do curso e com vista à preparação adequada ao tipo de guerra que enfrentamos, pretende-se ministrar uma instrução da qual resulte para os instruendos, boa formação técnico-táctica que lhes permita adquirir a experiência necessária para o comando de tropas em operações.

Embora todo o curso devesse ter uma prática constante das operações de combate a par das técnicas necessárias para a sua realização, verifica-se que não é viável esta solução porquanto a preparação com que chegam ao C. I. O. E. é ainda deficiente: não porque tenham sido mal instruídos ou haja ali melhores instrutores ou monitores mas tão simplesmente porque as possibilidades em tempo, terreno e meios estão realmente à inteira disposição do curso, o que não acontece nas outras unidades.

Pelas razões expostas, a programação do curso está assim estruturada:

a) *Táctica*

A instrução de táctica está dividida em duas fases:

— Operações de contra-guerrilha: destina-se a colocar o instruendo na realidade de execução destas operações (emboscada, protecção de itinerários, reacção à emboscada, golpe de mão, cerco e limpeza de uma povoação, batida, rusgas), através de instrução teórica a que se segue a demonstração e posteriormente, a prática pelos instruendos, apoiada nos conhecimentos que oficiais regressados do Ultramar põem à disposição da instrução. Efectivamente, no C. I. O. E. há sempre oficiais que estiveram em combate nas três Províncias Ultramarinas e, como é do conhecimento geral, eles não permanecem na Metrópole mais de um ano, em regra, permitindo assim uma constante adaptação da instrução em conformidade com a evolução possível que a táctica inimiga sofre.

Os casos reais — de uma diversidade enorme, que vão de simples pormenores até factos concretos de maior amplitude — relatados por

Revista da Cavalaria

estes oficiais, servem de referências em relação às quais o instruendo fica alertado e os ensinamentos que adquire aumentam gradualmente a sua «experiência» e confiança.

— Técnica de patrulhas: totalmente prática, em que são criadas situações que muitas vezes igualam as de combate, destina-se a fazer sentir, de maneira gradual e orientada, a dificuldade de comando de grupos de combate, quer em operações diurnas quer em nocturnas. O instruendo nomeado para comandar um grupo de combate terá que



preparar tudo desde que recebeu uma missão até que regressa do seu exacto cumprimento. Os mínimos pormenores são focados e objecto de críticas constantes, tendentes a melhorar o desempenho da sua função. A realização de bastantes operações de combate permite que todo o instruendo comande duas a três vezes, dando-lhe assim certo desembaraço, iniciativa e à-vontade na resolução dos problemas de combate.

A eficiência desta instrução pode comprovar-se já na parte final do curso, porquanto estas operações são realizadas com fogo real, quer por parte das forças amigas quer pelo inimigo, cujo efectivo e localização é materializado, para que seja destruído, por balões de barracha que terão de ser rebentados para que a progressão continue.

Revista da Cavalaria

b) Instrução individual de combate

Para que a instrução de tática se processe nos moldes descritos, é necessário dar aos instruendos uma boa preparação individual. Numa primeira fase, o instruendo isolado, sem equipamento nem armamento,



executa todas as acções e progressões individuais, repete o exercício com arma e volta a executá-lo com arma e equipamento; faz ainda este exercício debaixo de fogo real para, numa fase mais avançada, responder ao fogo com bala simulada e depois com verdadeira. Completada esta instrução e logo que todos os instruendos esteja aptos, o mesmo exercício, desde o início, é feito por uma parelha, a seguir por um grupo de quatro, depois uma secção, e, finalmente, por um grupo de combate.

Revista da Cavalaria

Esta instrução permite-lhe não só ajuizar da sua eficiência como ainda avaliar as dificuldades experimentadas para que, ao preparar os homens de que será chefe, possa resolver e tornear melhor os obstáculos que surgirem.

c) *Tiro*

Desde o início ao termo do curso, o instruendo tem, para consumir, cerca de mil cartuchos. De extrema importância, quer para o curso quer para o combate futuro, nela o instruendo executa todas as modalidades de tiro, com uma insistência especial para o tiro de precisão.

O escalonamento a que esta instrução obedece é, de forma geral, a seguinte: tiro de precisão a vinte e cinco, cinquenta, setenta e cinco e cem metros em carreira de tiro; tiro rápido de precisão (instintivo) na carreira de tiro; tiro de combate em pista de combate e, finalmente, tiro durante a realização de operações de combate, como já foi referido.

A pista de combate — pista que aliás quase todas as unidades operacionais do Ultramar dispõem — permite não só melhorar os reflexos, a disciplina e a pontaria do fogo executado, como ainda manter o nível de preparação a que cada instruendo chegou.

Efectivamente, far-se-á de cada um, um bom atirador, atento a todos os ruídos do mato, ao capim que mexe e oculta um inimigo, capaz de tornar a arma parte integrante do seu corpo e rápido, como qualquer músculo, à obediência.

d) *Sapadores*

Inclui dois tipos distintos:

— Técnica de transposição de cursos de água, por meios contínuos e descontínuos. Essencialmente prática, nela se aprende a construir pontes de uma, duas e três cordas e a montagem de passadiços; construção de meios expeditos e técnica de barcos de borracha (tipos A-8, A-25 e zebro).

Cada meio de travessia é montado por um ou vários instruendos e é sempre experimentado, quer como verificação quer para eliminar possíveis erros ou deficiências.

A técnica de barcos exige uma preparação cuidada, uma disciplina rigorosa e o sangue-frio suficiente para, na fase final desta instrução, encarar com calma e senso as dificuldades que uma descida de um troço do rio Douro, com rápidos e correntes fortes, proporciona.

Revista da Cavalaria

— Minas e armadilhas; explosivos: A utilização, cada vez em mais larga escala, deste tipo de material, exige um conhecimento profundo e pormenorizado das técnicas da sua utilização e neutralização.

Propõe-se pois, esta instrução, transmitir os ensinamentos teóricos e práticos suficientes para que, concluída esta fase, o instruendo contacte no terreno e em circunstâncias que se pretendem sejam semelhantes às do Ultramar, com casos práticos e reais que tanto podem levar à construção de armadilhas e colocação de minas e explosivos, como à detecção e destruição.

e) *Transmissões*

Fundamentalmente, pretende-se que o instruendo adquira conhecimentos acerca de utilização, baseada tanto quanto possível em condições de trabalho idênticas às que vivem no Ultramar, dos postos usados pelas unidades em campanha. É igualmente alertado e treinado para resolução de pequenas avarias, cuidados com material e modos de proceder aconselhados pela experiência.

A instrução é sempre ministrada ao ar livre e em constante contacto com o material, mesmo durante a sua exposição.

É dado a conhecer ao instruendo, também, a importância de que se revestem as transmissões neste tipo de guerra, suas limitações e dificuldades, preparando-o para a resolução destas últimas.

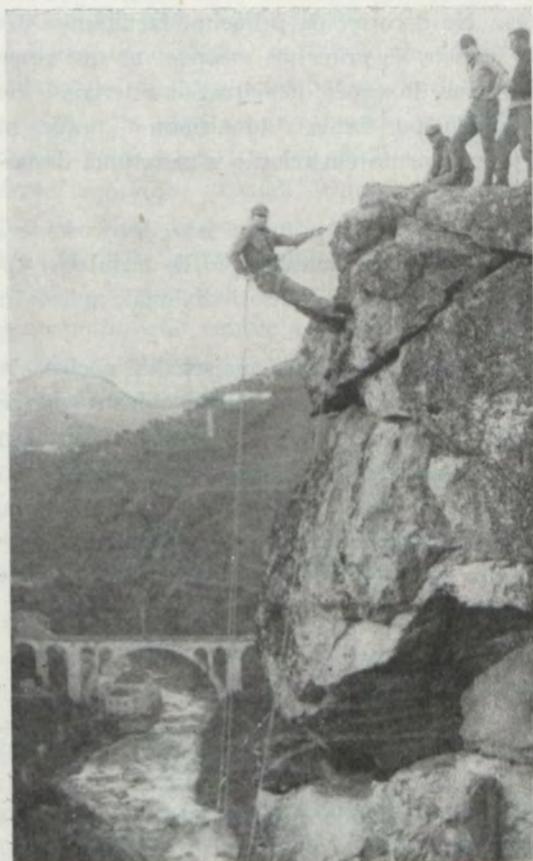
Não se pretendendo fazer do instruendo um bom «operador rádio», procura-se, no entanto, que conheça em pormenor o seu funcionamento, aspecto que se reveste da maior importância, não só para esclarecimento dos seus operadores como para, numa emergência, estar apto a tornar útil tão precioso auxiliar como é o material rádio.

f) *Educação física*

A educação física desenvolvida ao longo das duas fases do curso, visa, na primeira a preparação física e moral do instruendo por forma a criar as indispensáveis qualidades de resistência, agilidade, decisão e outras necessárias ao esforço que lhe é pedido na segunda, especialmente orientada na preparação para o combate nas províncias Ultramarinas. Esta preparação física e moral é feita através de instruções constantes e progressivas de corridas simples, e por todo o terreno, ginástica de aplicação militar, luta corpo a corpo, marchas, natação e provas de decisão.

Revista da Cavalaria

É por meio da sua execução que o instruendo fica a conhecer as suas reais possibilidades e a confiança que pode ter em si próprio, conhecimentos que se revestem de grande importância tanto para saber até que ponto ele pode ir, como ainda até que ponto ele pode exigir dos seus homens.



Uma das instruções com maior relevo, é a técnica de montanhismo. Pelas suas características e pelas qualidades que desenvolve, pode considerar-se um bom meio de que a educação física se serve para aumentar a decisão. Na realidade, não será na guerra que o «*rappel*» ou a escalada serão utilizados com frequência; antes até surgirá a sua utilização esporadicamente. No entanto, se a virmos pelo prisma do des-

Revista da Cavalaria

porto — é uma instrução que granjeia desde início muitos adeptos — ela constitui uma «válvula de escape» da dureza, sacrifício e abnegação que se exigem ao longo do curso.

g) *Higiene e primeiros socorros*

Os conhecimentos ministrados constam, essencialmente, de duas partes distintas. No decorrer da primeira, facultam-se aos instruendos conhecimentos teóricos de primeiros socorros, no que respeita a estados de choque, fracturas, luxações, hemorragias arteriais e venosas e queixas de ventre agudo, por forma a adquirirem as noções mínimas indispensáveis ao procedimento em relação a cada uma destas situações na frente de combate.

Ainda no decorrer desta primeira fase, fornecem-se ensinamentos para improvisação de talas, imobilização de membros, aplicação oportuna de garrotes, utilização do penso individual, aplicação de injecções e prática de respiração artificial.

Durante a segunda fase são ministradas noções de medicina e higiene tropical, não se pretendendo que o instruendo fique a saber diagnosticar cada uma das principais doenças tropicais mas somente, o que se reveste de grande importância, que fixe um ou outro sintoma que o alerte e force a uma atitude, normalmente a evacuação.

No que respeita a higiene tropical, insiste-se fundamentalmente na higiene do acampamento, higiene do combatente e nas medidas profiláticas para preservação da saúde em climas tropicais.

h) *Sobrevivência e endurecimento*

O tipo de acções realizadas no Ultramar exige, além de boa preparação técnico-táctica, conhecimento exacto da resistência moral que cada homem deve ter quando enfrenta um meio e um ambiente que lhe é adverso.

A finalidade com que é ministrada esta instrução destina-se a permitir que cada um, perante o desregramento de hábitos, a incerteza ou incomodidade permanente tome consciência das suas reacções, das dificuldades que sentiu, dos problemas que teve de resolver para assim poder ajuizar das correcções que deverá fazer em relação ao seu procedimento e à forma de instruir os seus subordinados.

Verifica-se, em regra, que a percentagem de aproveitamento, é de cerca de 40%, não havendo um ou vários factores comuns que o deter-

Revista da Cavalaria

minem; nota-se no entanto que, de forma geral, o aproveitamento foi menor nos cursos de inverno e com maior efectivo de instruídos.

Julgo oportuno esclarecer os moldes em que é considerado o aproveitamento. Assim tê-lo-á todo o instruído que cumpra: o mínimo de condições para comandar; testes físicos; boa informação sobre instrução geral; testes de tiro; um mínimo de faltas. O aproveitamento, que não será concedido aos que não cumprirem aqueles mínimos, não significa que o instruído não tenha aproveitado.

As 850 horas de instrução, na totalidade do curso, a que o instruído é submetido, dá-lhe o desembaraço, iniciativa, decisão, dureza, conhecimentos tácticos e prática de comando necessária para que, mais conscientemente, possa cumprir a sua missão.

Nas considerações que expandi, fruto de uma realidade vivida em Lamego, quis dar ideia do que é o C. O. E. e dos resultados com ele obtidos entre nós. São factos concretos que não carecem de discussão.

Mas, já que o homem deve ser sempre insatisfeito e admitir, como princípio doutrinário, que sempre se pode fazer mais e melhor, ousou exteriorizar um pensamento que é apenas uma opinião e que não tem a valorizá-lo senão a sinceridade com que é emitido. Assim:

1 — O curso deveria ser dado em Angola ou Moçambique, porque:

- o contacto com o nativo, aprendendo a lidar com ele e a conhecê-lo, favorecia a actuação futura;
- as condições climatéricas em que a instrução decorre nos meses de inverno são de molde a criarem lacunas, principalmente na instrução de campo e tiro, não podendo ser compensadas porque o programa é exaustivo, facto que não sucederia nas Províncias Ultramarinas;
- a instrução de tiro poderia ser mais perfeita e profícua na medida em que o terreno oferecia maiores vantagens;
- o contacto com o terreno natural não traria a necessidade de adaptação antes da entrada em operações, evitando assim que se corram riscos desnecessários;
- o pessoal instrutor e monitor poderia ter um contacto mais directo com a realidade das operações executadas, facultando-se assim uma instrução com base nos conhecimentos adquiridos pela experiência.

Revista da Cavalaria

2 — Os efectivos em instrutores deveriam ser aumentados na proporção de 15 instruendos para cada instrutor e monitor.

3 — Todos os instruendos deveriam ser voluntários, desde que os oferecidos satisfizessem as necessidades de mobilização.

4 — A instrução final de técnica de patrulhas deveria ser conduzida em operações contra inimigo real.

5 — As companhias mobilizadas deveriam ter três subalternos e nove sargentos com o curso de Operações Especiais.

Tenente CARVALHO MORAIS

A guerrilha é a estratégia de 1 contra 10, a tática de 10 contra 1, a acção psicológica de 1 vale 100.

Coronel DEMANGE

✱

Viver

É agir, é lutar, é vibrar

E fazer vibrar os outros, é vencer

EMBOSCADA

- NOVO TERRENO
- MESMO INIMIGO
- NOVA TÁCTICA



ão é este um tipo de acção novo. Já os Lusitanos o utilizaram sob a chefia de Viriato. Mas a verdade é que surge sob os mais diversos aspectos tácticos, consoante vários factores determinantes. Destes, sem dúvida, o mais importante é o Terreno. E, senão, ilustremos a exposição com o caso do Leste de Angola. Nesta «frente» a guerra revolucionária desenvolve-se num vasto planalto com algumas matas abertas, outras um pouco mais fechadas do tipo «liana entrançada» e intermeados por extensões enormes de capim sem árvores. As linhas de reabastecimento através de grandes quilometragens de «picada» embora cortadas por linhas de água, raramente ou quase nunca são dominadas por morros como geralmente acontece em outras «frentes».

O Inimigo, com pouca experiência, mas atrevido e até arrojado, possui, morteiros, armas automáticas e granadas de mão. Divide-se em pequenos grupos que lhe permitem maior mobilidade, mais rápida retirada e maior dificuldade na localização por parte das NT.

A maioria das matas que ladeiam as picadas são abertas, com árvores de grande porte, bastante copadas, bom diâmetro e espaçadas, mas recheadas de arbustos de cerca de 1,5 m que constituem boas «máscaras».

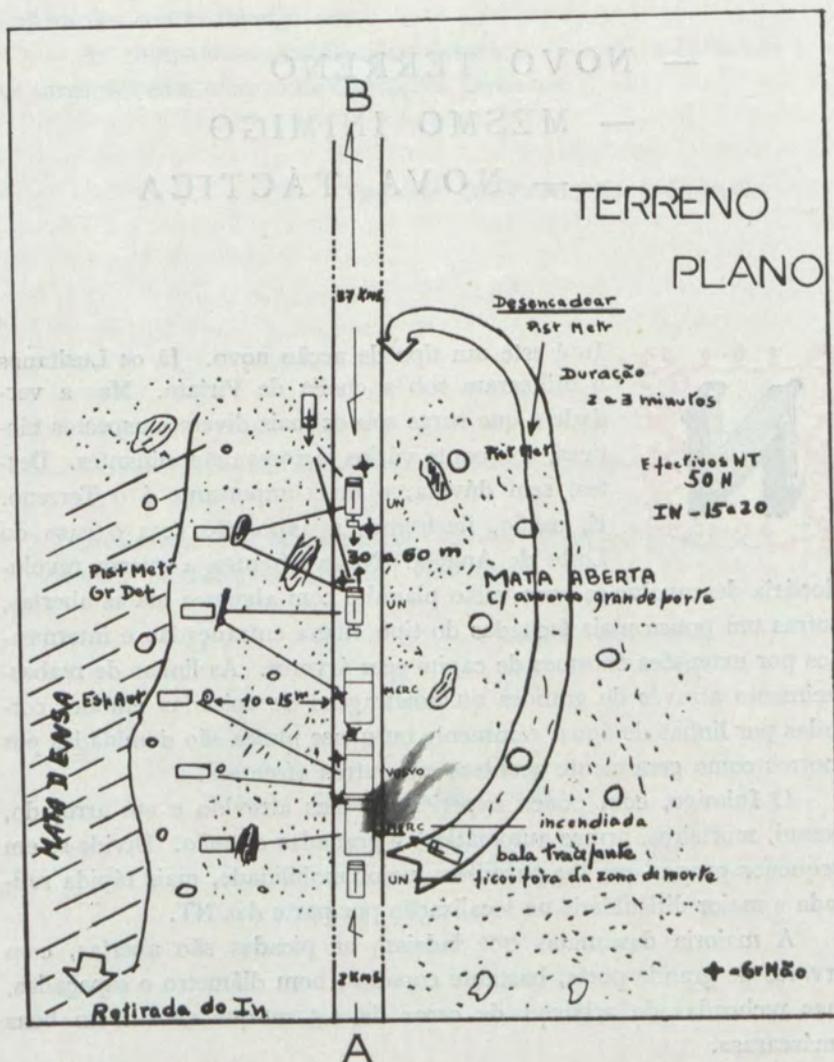
E temos então um tipo de emboscada novo: rápida, próxima e de difícil reacção.

Tomemos um exemplo real: uma coluna de 6 viaturas desloca-se de A para B. A 12 km de A tem que atravessar a vau o rio Beta. A tra-

Revista da Cavalaria

vessia demora cerca de 2 horas pois algumas viaturas têm que ser rebocadas a «guincho» nas margens.

A marcha prossegue com o pessoal apeado em «guardas-de-flanco» durante 500 metros. A partir daqui como a mata surja aberta o Coman-



dante da Escolta manda subir. E já com o pessoal montado, as viaturas prosseguem a cerca de 30 km/h. pois trazem atrelados pesados (2 peças de artilharia e 2 atrelados de munições) por picada plana,

Revista da Cavalaria

recta, durante cerca de 2 km. Neste momento começa-se a passar no tal tipo de mata descrito atrás. Oferece-se seguro, mas a emboscada é desencadeada aqui com fogo de pistola-metralhadora e segundo o dispositivo no croquis.

Como se pode ver o In. aproxima-se muito da picada (não tem morros que a dominem) e tira partido da granada de mão defensiva, cujos lançadores estão protegidos um a um pelos atiradores com armas automáticas. O fim único é lançar granadas e, a retirada tem que ser rápida pois o nosso potencial de fogo (Esp. Aut. «FN») comparado com as pistolas-metralhadoras, é enorme e reagimos saltando para dentro da mata e rastejando até ao contacto visual, nunca ficando na picada (para onde são lançadas as granadas).

Outro pormenor importante, que se pode ver no croquis anexo é a retirada: paralela à picada e no sentido contrário ao da coluna, sempre que, como neste caso, a coluna toda, ou quase, cai «na zona de morte».

Nota-se ainda, no croquis anexo, o envolvimento executado pela direita, quando o maior potencial de fogo se encontrava do lado esquerdo. Esta incongruência aparente deu-se pelo facto de o fogo In. ter sido iniciado por rajadas de P. M. do lado direito, e, a reacção das NT ser de tal modo rápida que todo o potencial esquerdo In. foi imediatamente abafado pelas rajadas das FN. Isto, aliado ao facto de o pessoal da última viatura (ficou fora da zona de morte e executou o envolvimento) ouvir o início do fogo In. do lado direito, ouvir o crepitar de metralhadora In., embora de retirada rápida, mas também do lado direito, e ainda, não lhe ser possível verificar imediatamente a localização esquerda dos granadeiros In., levou a uma reacção de envolvimento ineficiente muito embora bem intencionada e rápida.

É importante notar, também, que até a alguns elementos que ficaram na «zona de morte» mas se deslocavam na cabeça da coluna, não foi possível localizarem imediatamente o lado no qual se encontrava o maior potencial de fogo In., pelas mesmas razões.

Se, por exemplo, o In. utiliza um grupo pequeno e embosca a frente de uma grande coluna, verifica-se que retira no sentido desta. Se, pelo contrário o ataque é feito à retaguarda retiram para trás, mas sempre paralelos à picada.

Neste tipo de emboscada o In. obtém sempre resultados: em média meia dúzia de feridos e por vezes um morto nas NT. Mas, não raras vezes, principalmente quando ataca um extremo da coluna, o In. paga caro o seu arrojo.

Revista da Cavalaria

Obtém resultados mais compensadores quando desencadeia a emboscada de noite, e, principalmente se utiliza o morteiro 60, como já aconteceu. Neste caso, o fogo de morteiro foi iniciado ao mesmo tempo que o das restantes armas. Numa emboscada, de dia, no mesmo itinerário, o morteiro foi utilizado apenas para proteger a retirada dos atiradores e granadeiros e principalmente para dificultar a perseguição-após-reacção efectuada pelas NT.

Tem-se notado que o In. retira rápida e precipitadamente nunca tentando o assalto à picada embora já houvesse tido oportunidade de o fazer em um ou dois casos de escasso efectivo das NT.

Verifica-se também que, ao utilizarmos as «guardas de flanco» nas colunas, os ataques são neutralizados antes do desencadear, chegando a observar-se abrigos com rastos frescos ao lado da picada, prova de estadia recente do In. emboscado, e que fugiu ao verificar que a coluna motorizada seguia protegida por pessoal a pé dentro da mata. Este tipo de progressão atrasa muito as colunas principalmente as de reabastecimentos que têm horários a cumprir.

Em conclusão surge-nos como bastante válido o emprego da Cavalaria com os seus blindados na protecção das colunas nestes itinerários.

Alferes Miliciano CRUZ HENRIQUES

Só podes enfrentar o inimigo, com êxito, se conheceres o terreno como ele o conhece.

O Valor dos Reconhecimentos



m meados de 1961, fazendo parte do Bat. de Cav. 163, tive oportunidade de conhecer, razoavelmente, o Distrito de Manica e Sofala, especialmente a região que do rio Save se estende, para Norte, até ao rio Lunha.

A zona de vigilância atribuída ao nosso Batalhão estendia-se a longo da fronteira da Rodésia numa extensão de muitos quilómetros.

Não admira, portanto, que, para se obter um completo e pormenorizado conhecimento não só do terreno como das populações e ainda auscultar as necessidades e anseios das mesmas, tivesse o Comando do Batalhão planeado e posto em execução um valioso plano, baseado em reconhecimentos, que lhe permitisse obter, no mais curto espaço de tempo, as informações necessárias para um perfeito conhecimento das situação e zona onde o Batalhão seria chamado a entrevir, em caso de necessidade.

É precisamente de um desses reconhecimentos, de que fiz parte, que me proponho falar.

O nosso Reconhecimento, sob o comando de um oficial, tinha como missão reconhecer uma zona fronteira, desde a serra do Tzé-Tzerra até próximo de Machipanda, uma região bastante acidentada com elevações superiores a dois mil metros, e onde se previa existir picadas que permitiam uma fácil infiltração de elementos estranhos através da nossa fronteira.

Iniciado o reconhecimento logo nos surgiram indícios de quão difícil seria cumprir a missão. Apesar dos muitos esforços a que fomos sujeitos, conseguimos chegar ao fim, mercê do grande espírito de corpo que todos tinham.

Para se fazer uma ideia do que se terá passado, bastará dizer que, tanto o oficial Comandante do Rec. como eu adocemos, havendo necessidade de sermos transportados em macas improvisadas, durante longo tempo, e por terrenos difíceis.

Embora as dificuldades a vencer tenham sido grandes, o certo é que, cumprida a missão, todos nós nos sentimos recompensados não só

Revista da Cavalaria

O Valor dos Reconhecimentos

por termos cumprido o nosso dever, como também, por termos obtido informações importantes para o Batalhão.

Do êxito da nossa missão, resultou, decorrido algum tempo, a detenção de elementos considerados suspeitos, e que sem motivo justificado, atravessavam a nossa fronteira pelas picadas por nós reconhecidas. Mais tarde, veio a saber-se que tais elementos se dedicavam ao contrabando e exerciam a sua influência junto das nossas populações incitando-as à rebelião.

Estou certo que tais populações uma vez iludidas da nossa missão de paz, ficavam muito mais tranquilas e seguras e, por conseguinte, mais difíceis de serem influenciadas por elementos contrários à nossa causa.

Pelo que fica dito, fácil é concluir que as acções dos Reconhecimentos só poderão trazer resultados positivos, razão por que a sua continuidade, se possível em maior número e com mais frequência, redundará num completo êxito, pois só pelo contacto será possível cativar a simpatia e merecer a confiança das populações autóctones caminhando para o futuro com tranquilidade e prosperidade.

1.º Sargento PEREIRA FRANÇA

Não tomais nunca conselho nas vossas dúvidas, nem nos vossos temores.

General PATTON

TRÊS ACCÇÕES EM MOÇAMBIQUE

1) Golpe de mão a um acampamento terrorista



recebeu um Pelotão ordem para se deslocar a uma determinada área a fim de executar um golpe de mão a um acampamento In., levando um guia que sabia o local onde o mesmo se encontrava.

O Pelotão marchou em viaturas e apeou a cerca de 5 quilómetros do referido acampamento.

Os nossos soldados a partir daí, progrediram com precaução, no terreno que se apresentava bastante arborizado, mas de certo modo descontraídos visto estarem ainda distante do acampamento In., segundo indicações do guia.

Deviam estar os nossos soldados a cerca de 3 quilómetros do acampamento In., quando se ouviu um estrondo e subir ao ar um sinal luminoso.

Era uma sentinela In. que descobrira a presença dos nossos homens, deu o sinal de alarme aos inimigos e todos se puseram em fuga.

Os nossos soldados ainda fizeram fogo sobre a sentinela mas sem êxito, e quando chegaram ao local do acampamento, apenas restavam as suas palhotas desertas.

Ensinamentos

O In. coloca sentinelas de vigilância muitíssimo distantes dos seus acampamentos, em locais donde vêem todo o terreno e as picadas que dão acesso aos mesmos.

Os nossos soldados deveriam usar de todos os cuidados, e mais um, ao progredir no terreno, o mais camuflados possível, sem o menor ruído nem vozes, ainda que lhes parecesse que estavam longe de suspeitar da presença do In.

Revista da Cavalaria

2) Emboscadas feitas pelos terroristas

Um Pelotão das Nossas Tropas, deslocava-se em viaturas, por uma estrada.

Sempre que o terreno com elevações se mostrava bastante arborizado, nas curvas e lombas de estrada, o Comandante do Pelotão dava ordens para apeiar e os nossos soldados progrediam dum e doutro lado da estrada em reconhecimento do terreno. Os condutores avançavam com as viaturas lentamente, cerca de 500 metros recuados em relação aos que avançavam a pé.

Em certa altura, quando menos se esperava, e o nosso Pelotão marchava montado nas viaturas, dado o terreno naquele local ser sensivelmente horizontal e pouco coberto, uma das nossas viaturas reben tou uma mina e tudo se transformou num ruído ensurdecedor de rajadas de pistolas metralhadoras e basucadas disparadas pelo In. que se encontrava instalado dum lado da estrada.

O nosso Pelotão reagiu imediatamente, tendo-se instalado e aberto fogo sobre o In., que imediatamente se pôs em fuga.

Ensinamentos

Os nossos homens têm que suspeitar de todo o terreno, ainda que o mesmo se apresente pouco coberto e lhes pareça que não é propício a emboscadas.

O In. tenta tirar o melhor partido das suas acções, optando por vezes pela surpresa escolhendo locais para se emboscar que lhes oferece menos protecção.

3) Outra emboscada dos terroristas

Por uma picada deslocavam-se 3 Berliett transportando duas secções, em patrulhamento.

Em certa altura a 1.^a viatura accionou uma mina e o inimigo que estava instalado num dos lados da estrada, abriu fogo sobre as duas viaturas da frente. Os nossos homens reagiram e dispararam, todos ao mesmo tempo, rajadas para o lado donde vinha o fogo In.

Calaram-se as armas inimigas e o Comandante das nossas secções decidiu perseguir o inimigo, deixando um terço do efectivo a proteger as viaturas.

Revista da Cavalaria

Não tinham os nossos soldados progredido 150 metros quando foram de novo surpreendidos pelo fogo terrorista, tendo os nossos que empregar todas as forças, todo o seu fogo e todo o sangue frio para pôr o In. em debandada, visto este na retirada ter empregado um dispositivo de acção em V, num contra-ataque.

Ensinamentos

As nossas tropas têm que contar sempre com as reacções secundárias que o In. possa utilizar.

Por vezes o In. apresenta já táctica de guerrilhas bem organizada, tentando de qualquer modo causar-nos baixas e embaraços.

2.º Sargento RAMIRO CARVALHO

Napoleão costumava dizer que a vitória não está nas pernas dos soldados: está-lhe na alma. As pernas, diante do perigo tendem a correr. O que as contém é o brio, o dever, a alma do homem.



Só quando a alma dum exército está vencida é que, em boa verdade, o inimigo se pode dar por vitorioso.

Arquiteto Garibaldi

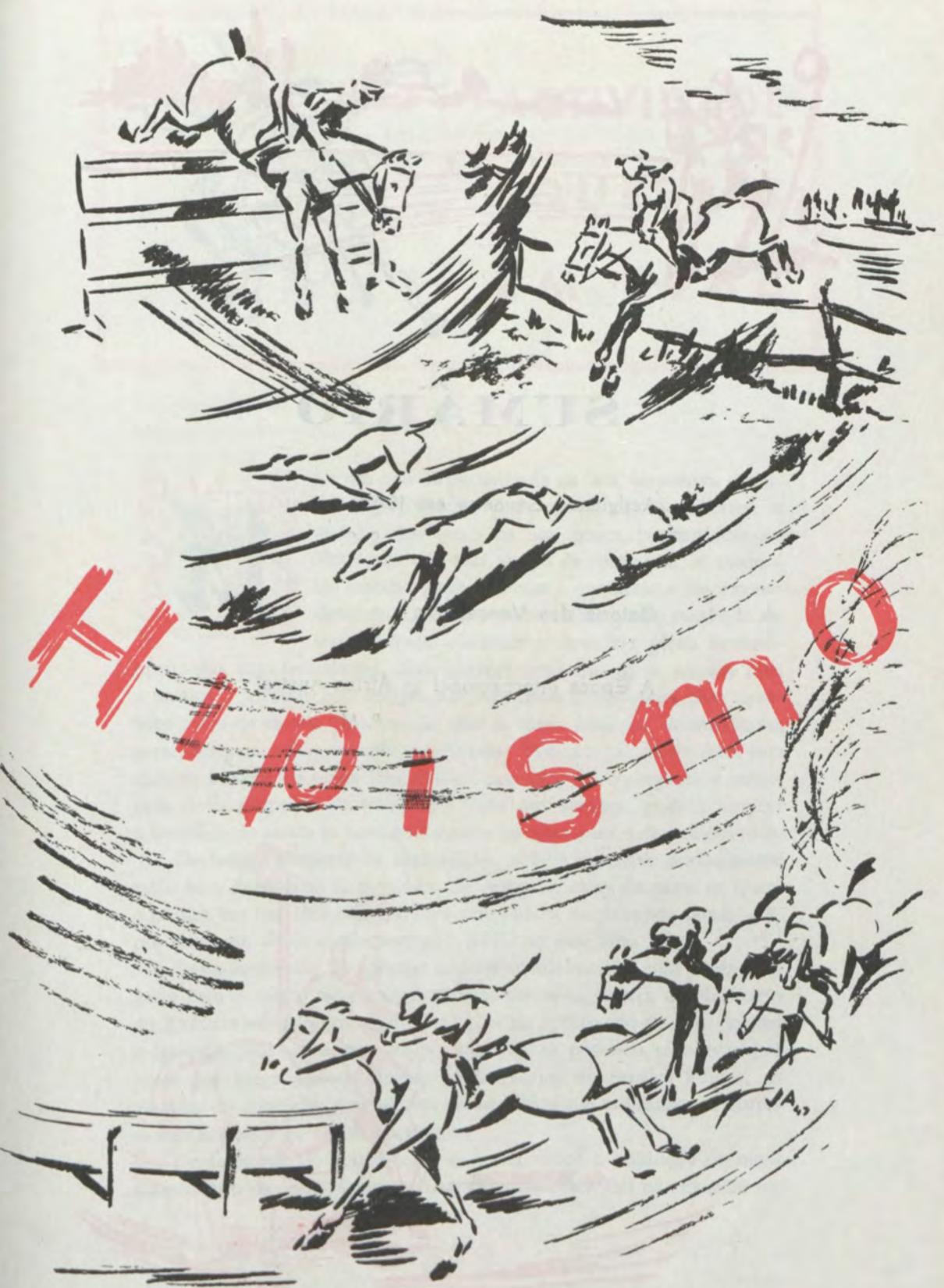
Não tinham de necessariamente prazeres e interesses comuns com os novos aventureiros pelo lado territorial, tendo os nossos que empregar todos os recursos para fazer com que os estrangeiros não se estabelecessem, visto que as terras teriam que ser compradas em dinheiro.

Logo em 1850, quando os estrangeiros começaram a chegar em grande número, o Brasil já estava em condições de receber a imigração estrangeira.

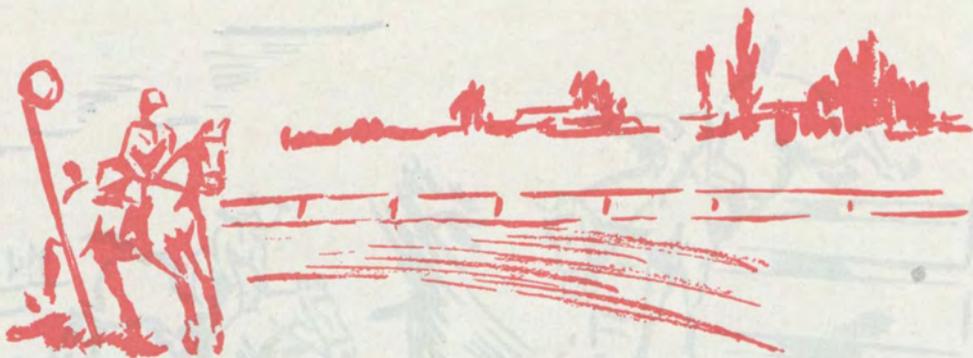
As terras que eram compradas eram em geral de grandes fazendas, e os estrangeiros que chegavam eram em geral de grandes fazendas, e os estrangeiros que chegavam eram em geral de grandes fazendas.



Garibaldi



HIPISMO



SUMÁRIO

Actividade Equestre em 1966

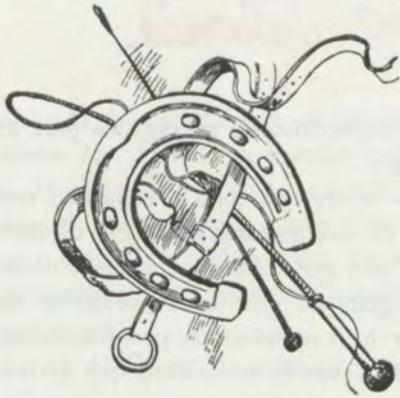
S. C.

Galeria dos Vencedores

A Época Internacional na África Austral

P. M.





ACTIVIDADE EQUESTRE EM 1966



Mais um ano de persistência na luta desportiva equestre, especialmente para os cavaleiros militares, a maioria dos quais na sua pouca permanência na Metrópole não têm tempo de formarem os conjuntos cavalo e cavaleiro com o equilíbrio e rendimento desejado. De facto para se tirar pleno resultado da sua montada o cavaleiro deve ter pleno conhecimento das suas faculdades. Este conhecimento que só se adquire com a prática e portanto com tempo, variável tanto de cavaleiro para cavaleiro como de cavalo para cavalo, não se torna fácil nas circunstâncias presentes para certos cavaleiros militares. Portanto, só mercê dum verdadeiro interesse de quem lhes destina cavalos para o desporto e sobretudo deles próprios, do trabalho e trato dos mesmos, poderá resultar o benefício de ainda se conseguir manter cavalos para o desporto hípico.

De facto o desporto de competição, aquele para que normalmente estão hoje destinadas as montadas de desporto, exige da parte de quem o pratica um trabalho e preparação continuado, sacrificando quase sempre um tanto do descanso normal e diário do indivíduo.

Desta forma são de apreciar aqueles cavaleiros que com verdadeiro gosto pelo desporto hípico ainda correspondem ao esforço do Ministério do Exército em adquirir montadas próprias, e tratando-as com carinho e lembrando-se ao mesmo tempo que não as podendo conservar por vezes por longo período devido às exigências do Serviço Militar, as mantêm em condições de poderem ser seguidamente utilizadas por outros camaradas seus que delas necessitem.

De facto não só actualmente se torna difícil a aquisição de montadas com boas condições para desporto, como também não existem em

Revista da Cavalaria

número suficiente cavaleiros com os conhecimentos necessários para as poderem trabalhar em forma adequada.

Em todo o caso devemos fazer sentir que todo o cavaleiro que recebe uma M. D. deve estar ciente da sua responsabilidade e do interesse que deve ter por uma regalia, não generalizada que lhe é dada.

Actualmente a Instrução de Equitação está muito reduzida no Exército, mas a que existe deve ser bem aproveitada nos Estabelecimentos Militares em que é ministrada devendo nos alunos que a recebem ser inculcado o gosto pelo cavalo.

Há, porém, algo de importante que é a manutenção da existência de Instrutores de Equitação e a sua formação. Se a perdermos será difícil mais tarde fazer a recuperação de Mestres e estes são necessários pelo menos para os Estabelecimentos Militares onde ainda se ministra aquela instrução.

Uma nota de lembrança; para estes Estabelecimento a instrução de equitação propriamente dita deve ser acompanhada de instrução de hipologia, de trato e manutenção do cavalo e conhecimento dos artigos de picaria; estes conhecimentos necessários sempre ligarão mais o instruendo ao cavalo.

10.^a Semana Equestre Militar de Mafra

Iniciou-se o ano hípico, para os cavaleiros militares, em Mafra onde de 5 a 8 de Maio se realizou a chamada X Semana Equestre Militar, que ainda teve a presença de bastantes oficiais, apesar de todas as dificuldades ligadas às actuais exigências militares.

Realizaram-se durante estes dias as seguintes provas de obstáculos: uma para sargentos, duas para alunos do Colégio Militar e mais nove reservadas a oficiais, diferenciadas pela classe de cavalos. Mereceram certo interesse e entre os cavalos mais novos destacaram-se *Ufir*, *Nageur*, *Zawel* e *Namur du Payré*. Quero também apresentar um facto acerca dum cavalo não novo, nem de muita classe mas que se tornou um bom e generoso competidor, *Sultão*, resultado dum trabalho consciencioso e persistente que pode servir de exemplo para muitos cavaleiros que dispõem de cavalos com mais faculdades do que este. Só o trabalho permanente pode valorizar e fazer sobressair as faculdades dos animais.

Também se realizaram dois tipos de provas de ensino: uma tipo campeonato, prova relativamente simples que teve a presença de 5 cavaleiros. A outra tipo S. Jorge teve a presença do Major Pereira de

Revista da Cavalaria

Almeida que executou uma prova agadável e correcta com o cavalo *Kama II*. Em nossa opinião todo o cavalo que se apresentasse no C. H. M. de Mafra deveria tomar parte na prova mais simples de ensino, portanto do tipo campeonato (C. C. E.), visto que todo e qualquer cavalo e cavaleiro para tomar parte em provas de obstáculos de competição devem estar em condições de executarem a referida prova.

C. H. I. O. de Lisboa

Apenas com a presença de duas equipas estrangeiras, a francesa e a espanhola, realizou-se o concurso cuja organização tem sido por hábito da S. H. P. Terreno bom, traçado dos percursos bom, público e entusiasmo fraco. Dos nossos cavalos do Ministério do Exército só estiveram inscritos 17 e destes talvez alguns não devessem ter entrado o que de resto aconteceu já no segundo dia de provas. Um cavalo que se mostrou bastante regular foi *Ufir*, e *Ziwendo* continua a mostrar onde poderá chegar se lá o levarem. *Nageur* também necessita de um trabalho adequado e certamente é um cavalo com possibilidades, mas não fácil. O Major Netto de Almeida fez uma boa prova de Potência, e o Tenente Pimenta da Gama com *Castiço* também brilhou.

C. H. N. de Santarém

Este ano Santarém para a sua III Feira de Agricultura resolveu pedir a colaboração da E. P. C. e levar a efeito no campo de obstáculos daquela Escola um concurso hípico organizado pela mesma e que teve lugar nos dias 15 e 16 de Junho.

Embora organizado um pouco à última hora não deixou de agradar e ainda conseguiu reunir cerca de 70 cavalos. Os obstáculos não seriam de construção excepcional mas aguentaram. O piso poeirento mas aceitável. Tentando repetir este concurso o que não é pedir muito, certamente melhorará sempre de ano para ano. Estiveram bem Major Leopoldo Severo, Capitão Paula Santos, Tenente Pimenta da Gama e Alferes José Tamagnini.

Provas Hípicas dos Jogos Luso-Brasileiros

Este ano em que eram realizados em Portugal os Jogos Luso-Brasileiros, e em cujo programa estavam incluídas provas hípicas, estas foram estabelecidas para se fazerem com carácter regional na Metrópole

Revista da Cavalaria

e com carácter internacional em Lourenço Marques. Aqui estavam marcadas as provas dentro do último dia do C. H. N. de Peniche (17 de Julho), que tinha tudo preparado para receber os nossos amigos Brasileiros condignamente. Por efeito duma influenza equina que grassou na ocasião, tiveram que se realizar as provas em Lisboa no Campo da Ajuda pertencente à G. N. R., por amável cedência do Comando Geral.

Estas decorreram com ambiente muito fraternal e agradável numa simpática festa. A prova tipo Taça das Nações, mais pequena, disputada em duas mãos por equipas de 4 cavaleiros de cada Nação, montando cada um um cavalo de entre 8 escolhidos para este fim e de que se constituíram dois grupos mais ou menos iguais. Assim os dois grupos foram sorteados, um para o Brasil outro para Portugal e ainda sorteados dentro de cada grupo os cavalos para cada cavaleiro. Ficou vencedora a equipa brasileira constituída por Carlos Alberto dos Santos, Gerson Cláudio Monteiro, José Maria Guimarães e Gianni Franco Samaja, que montaram respectivamente *Mistral*, *Fúria*, *Mazarino* e *Mon Tyrol*. A nossa foi constituída pelos Majores Netto de Almeida e Álvaro Sabbo, Tenente Pimenta da Gama e Manuel Malta da Costa, com os cavalos *Ziwendo*, *Castiço*, *Hermelino* e *Minerva*.

Em Lourenço Marques também a mesma equipa venceu a nossa local. A festa muito bem preparada decorreu também a contento de todos naquele magnífico campo de que dispõe a cidade.

A Comissão Organizadora do C. H. N. de Peniche não deixou de ter um gesto digno de menção que foi o de conseguir levar a visitar Peniche, proporcionando um belo passeio e almoço na Berlenga, o grupo equestre brasileiro para que lhes ficasse de recordação a ideia do C. H. N. de Peniche e seu terreno que se apresentava muito bonito. Bem haja.

C. H. N. de Matosinhos

Este concurso que se havia pensado ser internacional, não o foi por terem faltado à última hora os cavaleiros estrangeiros convidados. Teve lugar na primeira semana de Agosto com a inscrição de cavaleiros seniores e cavaleiros júniores que disputaram as várias provas.

O campo está bem situado em local aprazível e a Comissão Organizadora esforça-se sempre por conseguir melhor. Este ano já fomos encontrar alguns melhoramentos, e assim tivemos ocasião de apreciar a construção de uma cavalariça em alvenaria, próximo do campo de

Revista da Cavalaria

obstáculos, destinada a alojar os cavalos, cujos proprietários são bons entusiastas do hipismo, e que normalmente vivendo no Porto ali vão montar, gozando as vantagens do local. Também para o efeito parece estar planeada a construção de um picadeiro e mais cavalariças; bem hajam estes animadores do desporto hípico.

O recinto do campo de obstáculos ainda não foi aumentado, como previsto da aquisição de terrenos vizinhos pela Câmara Municipal; contudo este ano foi modificada a colocação da tribuna do Júri, para melhor se poder observar os percursos.

O número de concorrentes não foi demasiado, mas chegou para preencher o programa, e até nos dois últimos dias ainda houve a presença de três cavaleiros nossos que, tendo estado e terminado com êxito o C. H. I. de La Coruña vieram competir em Matosinhos, para em seguida concorrerem em Vigo. Foram eles o Major Álvaro Sabbo e os Tenentes Brito da Cruz e Pimenta da Gama.

Revelou-se neste concurso a adaptação do Capitão Fernandes Tomaz ao cavalo *Klodo*, considerado já um tanto diminuído nas suas faculdades. O trabalho e a boa vontade vencem sempre muitas dificuldades.

Este Concurso Hípico tem boas condições para se poder manter e melhorar, visto a Organização ser mantida por uma Câmara interessada e de boa vontade.

Digno de menção o Carroussel apresentado pela G. N. R.

C. H. N. de Pedras Salgadas

Realizou-se de 10 a 15 de Agosto no seu campo próprio, cujo terreno foi sempre considerado de bom piso para os cavalos. Pena é que este concurso não seja mais apreciado pelos nossos cavaleiros. Mantém-se ainda à custa da boa vontade e persistência do Sr. General Ribeiro de Carvalho quase único sobrevivente da primitiva Comissão Organizadora, auxiliado por alguns poucos funcionários da Empresa das Águas muito dedicados a este concurso, entre os quais citarei os Srs. Engenheiro João Mesquita e Ernesto Santos.

De facto, actualmente seria para desejar que o transporte dos cavalos pudesse ser feito do Porto em viaturas auto, porquanto o sistema ainda existente de caminho de ferro (via reduzida) pela linha do Vale do Corgo e com trasbordo na Régua deixa muito a desejar na época corrente sobretudo para alguns cavalos de muito valor, e que não são acompanhados por tratadores eficientes.

Revista da Cavalaria

Não tiveram as provas a inscrição dos cavaleiros espanhóis cuja presença estava prevista, o que de certo modo diminuiu o interesse. Mesmo assim ainda se disputaram algumas provas de sensação. Este concurso seguiu-se ao de Matosinhos o que me parece ter certa vantagem. Há certos cavaleiros que dali se animam a ir mais longe, até às Pedras Salgadas.

C. H. N. de Sintra

Já de há anos a esta parte ouvimos dizer que Sintra pensa ter o seu campo próprio, esperamos que a ideia se realize. O terreno estava com bom piso, sobretudo para os cavalos novos que tinham ocasião de vir mostrar as suas faculdades. Este ano, como já em 1965 a prova de «Caça» apresentou umas características especiais, em que incluía uma parte em terreno livre (cross) com obstáculos, subidas e descidas em que também se aprecia o desembaraço dos cavaleiros e outra parte no próprio campo de obstáculos. Em provas deste género também se torna necessário que os cavaleiros conheçam bem não só as possibilidades das suas montadas como o seu estado físico, membros e trabalho, a fim de evitar prejudicar um bom cavalo de obstáculos. De resto temos a opinião de que um bom cavalo de obstáculos não perde em trabalhar em terreno livre desde que seja bem conhecido do seu cavaleiro sobretudo no que diz respeito a membros.

As provas terminaram um tanto tarde o que leva o público a desaparecer antes do final. Podemos mencionar a égua nova *Reine B*, montada pelo Coronel Fernando Cavaleiro, que agradou é os que ganharam prémios de destaque, Major Netto de Almeida com *Joc de l'Île*, Tenente Pimenta da Gama com *Castiço* e Tenente Oliveira Reis com *Violeta* e *Sultão*.

C. H. N. de Cascais

Pretendeu este ano realizar o seu Concurso Hípico Internacional, mas sem resultado visto que os cavaleiros estrangeiros não se deram ao trabalho de nos querer visitar.

O terreno como sempre encantador tendo o campo actualmente a designação de «Campo Municipal Manuel Possollo» em atenção e muito bem à pessoa que tanto esforço tem dedicado durante tantos anos à

Revista da Cavalaria

realização deste Concurso Hípico. Para o fim em vista este campo podemos considerá-lo bom em toda a parte que existisse. Já vamos tendo actualmente outros destinados ao mesmo fim o que é sempre vantajoso, embora muitas vezes não possa ser considerado económico. Os dois mais recentes são o de Matosinhos e o de Peniche.

Teve de ser alterado à última hora o programa do concurso, por ter sido tornado nacional, e os arranjos não previstos nunca facilitam as organizações. De todas as formas até o público comparece e torna o ambiente agradável. Também ali se disputou o Campeonato de Júniores.

Estiveram em destaque o Tenente Pimenta da Gama, o Major Netto de Almeida e o Tenente Brito da Cruz.

C. H. N. da Figueira da Foz

Como de costume o Concurso Hípico teve lugar no campo junto à Misericórdia e cujo piso é bastante bom, mas cria uns buracos que convém tapar no final das provas, o que julgamos ser feito apenas no ano seguinte antes do início do novo Concurso Hípico. Também há anos se vem falando num campo próprio a adquirir ou adaptar pertencente ao Município, porém até hoje nada. A Comissão Organizadora, pelo menos os seus representantes para a ligação com os concorrentes, lá vão sempre fazendo o seu melhor. Este ano, porém, o concurso esteve um pouco mais fraco de entusiasmo e como é um concurso hípico que tem as suas tradições convém ver se se lhe dá vida.

C. H. N. de Peniche

Este ano estava marcado para Julho, onde incluía uma prova para os Jogos Luso-Brasileiros; como porém não foi autorizada a sua realização naquela data por doença infecciosa nalguns cavalos, realizou-se mais tarde no mês de Setembro em que felizmente esteve um tempo esplêndido.

Decorreram bem as provas e o terreno este ano ainda se encontrava de melhor piso «relvado» e o campo mais composto. Conta-se em que venha a ter umas apenduradas que funcionem como cavaliças, junto do campo, o que tem vantagem. Quanto à Comissão Organizadora não há palavras para testemunhar o apreço com que se nota o gosto de

Revista da Cavalaria

querer agradar aos concorrentes e o esforço que sempre desenvolve dentro dos meios de que dispõe. Bem hajam. O público de facto neste concurso hípico tem ocorrido em massa e com entusiasmo. Esperemos que continue por muitos anos.

C. H. N. de Penina e Vilamoura

O Algarve este ano teve a sua palavra depois de estar mudo durante anos, desde que realizou os seus Concursos Hípicos em Tavira e Loulé.

Não só porque para acompanhar o seu lance de turismo, a diversão equestre vem animar os outros desportos e espectáculos ali existentes, e também porque já lá foram criados uns centros hípicos que dão ideia de poderem crescer devido ao entusiasmo dos seus criadores corajosos, para os quais os melhores desejos do seu êxito, o hipismo tem muitas possibilidades de se desenvolver consideravelmente na região algarvia.

Em Vilamoura (Albufeira) tivemos ocasião de felicitar Mrs. Ruth Makensie e bem assim a organização «Lusotour» que tanta ajuda deu à realização do seu 1.º concurso hípico. Também tiveram a palavra os entusiastas Capitão Lopes Mateus e Tenente Martins Abrantes que tiveram que aturar os outros concorrentes. A assistência esteve animada e mostrou que o necessário é haver cavaleiros a saltar.

As instalações para os cavalos são boas e até dispõe a organização de um picadeiro muito regular. Pelo que vimos desde que haja persistência, tem este concurso condições para continuar. Também apreciamos o trabalho e gosto dos Srs. Arquitecto Brito e Cunha e Engenheiro Sousa e Melo.

Anterior ao Concurso de Vilamoura foi o Concurso de Penina, próximo de Portimão com estação de caminho de ferro em Montes de Alvor. Apenas se notou que ali se tem que promover a construção dum cais de desembarque para os cavalos, se a organização ali existente, com base nos terrenos para o Golf, continuar interessada em realizações equestres ou de um Concurso Hípico anual.

O local é bastante agradável e o terreno bastante bom. O público correu à chamada e a receita foi um tanto animadora. As provas tiveram traçados aceitáveis e os organizadores esforçaram-se por agradar e tiveram o seu trabalho compensado. Temos que evidenciar os Srs. Engenheiros Azevedo Coutinho e José Valente e Tenente-Coronel Vasco Ramires.

Revista da Cavalaria

Também tivemos ocasião de apreciar uma festa com exibição de danças regionais promovida e levada a efeito na Quinta de Donalda do Sr. Engenheiro Azevedo Coutinho o que muito nos penhorou. Para a Direcção do Hotel da Penina que nos recebeu pondo à disposição dos concorrentes a sua magnífica piscina o nosso mais vivo apreço.

C. H. N. de Arruda dos Vinhos

Teve o seu 2.º Concurso Hípico devido ao esforço e boa vontade do seu organizador Jorge Ferreira, grande animador hípico. É concurso em que não se poderá contar com a presença de numerosos cavaleiros, mas será um concurso hípico para ir metendo alguns cavalos.

C. H. N. de Lisboa

Não teve inscrições numerosas mas animou-o o 8.º Campeonato do Cavaleiro de Obstáculos que teve 19 conjuntos inscritos dos quais foram apurados quatro para irem à final. Foram eles o Major Netto de Almeida, o Capitão Cabedo de Vasconcelos e os Tenentes Pimenta da Gama e Martins Abrantes com os cavalos *Joc de l'Ile*, *Nageur*, *Mistral* e *Minerva*. Foi no final vencedor o Tenente Pimenta da Gama.

ACTUAÇÃO NO DOMÍNIO INTERNACIONAL

Este ano por não estarem preparados no início do ano 2 ou 3 cavaleiros, não se pode tomar parte no C. H. I. O. de Paris que substituiu o de Nice, o qual terá novamente lugar para o ano de 1967. Assim a equipa nacional teve apenas ocasião de disputar o C. H. I. O. de Lisboa de 21 a 29 de Maio, e em seguida o C. H. I. O. de Barcelona realizado de 5 a 12 de Junho. Antes, porém, do C. H. I. O. de Lisboa realizou-se um C. H. I. em Madrid em que tomaram parte alguns dos nossos cavaleiros tendo a meio daquele C. H. I. ido juntar-se ao grupo de cavaleiros o Major Netto de Almeida a fim de completar uma equipa para disputa da Taça de Ouro da Península que foi ganha pela nossa equipa. Essa equipa foi composta pelo Major Netto de Almeida com *Joc de l'Ile*, Major Álvaro Sabbo com *Mazarino*, Tenente Brito da Cruz com *Fox-glove* e Tenente Pimenta da Gama com *Castiço*.

Revista da Cavalaria

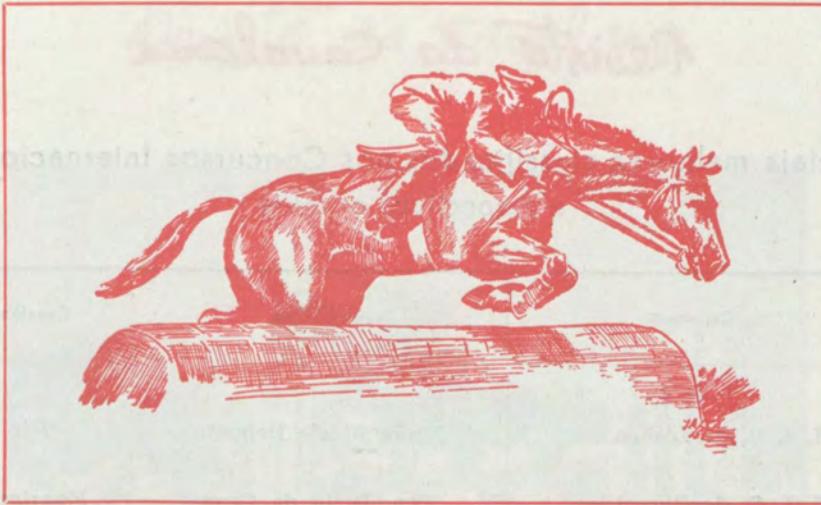
No C. H. I. O. de Lisboa a Taça das Nações foi ganha pela nossa equipa constituída pelo Major Netto de Almeida, D. Jennifer Holroyd, e Tenentes Brito da Cruz e Pimenta da Gama. Neste Concurso estiveram presentes as equipas Espanhola e Francesa.

O C. H. I. O. de Barcelona este ano substituiu o C. H. I. O. normal de Madrid e teve para a Taça das Nações 4 equipas: Espanhola, Francesa, Italiana e a nossa. O Concurso ali é sempre bem organizado, pelo Real Club de Polo, organização que dispõe de fundos e de boa vontade e gosto. A Barcelona foram os nossos cavaleiros D. Jennifer Holroyd, Majores Netto de Almeida e Mário Delgado e Tenentes Brito da Cruz e Pimenta da Gama.

Também alguns cavaleiros participaram nos C. H. I. de La Coruña, Vigo, Gijon, Biarritz e Salamanca onde obtiveram assinalado êxito. Note-se que em Vigo das dez provas disputadas ganharam nove.

Coronel SOUZA COUTINHO





Galeria dos Vencedores

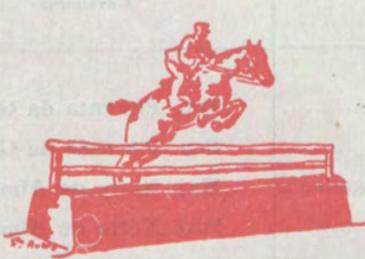
Oficiais vencedores dos Grandes Prémios e respectivos cavalos

| Certames | Cavaleiros | Cavalos |
|---------------------------------|----------------------------|---------------------|
| C. H. N. de Santarém | Ten. Pimenta da Gama | <i>Jonquille</i> |
| C. H. N. de Matosinhos | Ten. Pimenta da Gama | <i>Castiço</i> |
| C. H. N. das Pedras Salgadas .. | Maj. Netto de Almeida | <i>Joc de l'Ile</i> |
| C. H. N. de Sintra | Maj. Netto de Almeida | <i>Joc de l'Ile</i> |
| C. H. N. de Cascais | Ten. Pimenta da Gama | <i>Albiac</i> |
| C. H. N. da Figueira da Foz ... | Ten. Pimenta da Gama | <i>Castiço</i> |
| C. H. N. de Peniche | Maj. Netto de Almeida | <i>Joc de l'Ile</i> |
| C. H. N. da Penina | Maj. Netto de Almeida | <i>Joc de l'Ile</i> |
| C. H. N. de Vilamoura | Cap. Cabedo de Vasconcelos | <i>Nageur</i> |
| C. H. N. de Lisboa | Ten. Martins Abrantes | <i>Minerva</i> |
| C. H. N. de Arruda dos Vinhos | Ten. Pimenta da Gama | <i>Regina</i> |

Revista da Cavalaria

Oficiais melhores classificados nos Concursos Internacionais e respectivos cavalos

| Certames | Cavaleiros | Cavalos |
|---------------------------------------|---------------------|-----------------|
| C. H. I. O. de Lisboa | Major Mário Delgado | <i>Ufir</i> |
| C. H. I. O. de Barcelona | Ten. Brito da Cruz | <i>Foxglove</i> |
| C. H. I. O. de Lourenço Marques | Cap. Paiva Morão | <i>Jau</i> |



| Certames | Cavaleiros | Cavalos |
|---------------------------------------|---------------------|-----------------|
| C. H. I. O. de Barcelona | Ten. Brito da Cruz | <i>Foxglove</i> |
| C. H. I. O. de Lisboa | Major Mário Delgado | <i>Ufir</i> |
| C. H. I. O. de Lourenço Marques | Cap. Paiva Morão | <i>Jau</i> |

Revista da Cavalaria

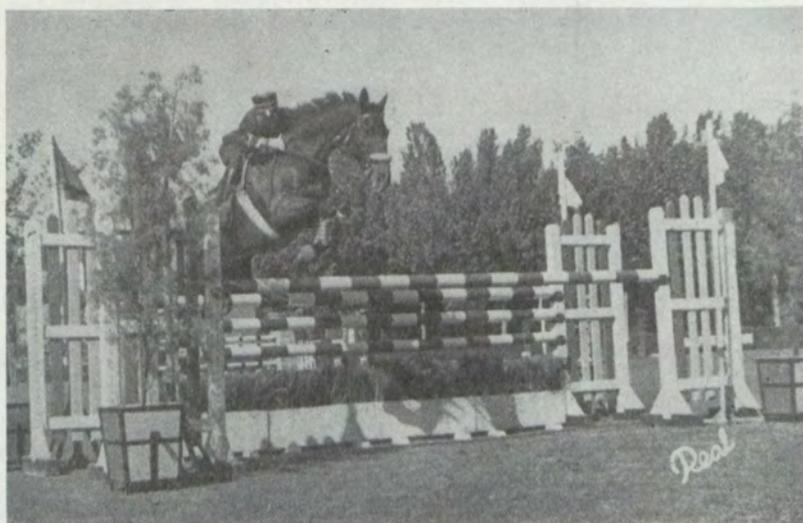


Major Netto de Almeida montando Joc de l'Ile



Capitão José Miguel de Cabedo e Vasconcellos montando Nageur

Revista da Cavalaria



Tenente Pimenta da Gama montando Albiac



Tenente Martins Abrantes montando Minerva

A ÉPOCA

INTERNACIONAL

NA ÁFRICA AUSTRAL



ão obstante os motivos de vária ordem que afastam os Oficiais de Cavalaria do único Centro onde em Moçambique se pratica o hipismo, os Oficiais da Arma, aqui em serviço, continuam a dedicar o melhor interesse ao desporto predilecto da nossa Arma.

Quem, nos últimos anos serviu na guarnição militar de Lourenço Marques sabe que os Oficiais que montam a cavalo, o fazem, com inteiro entusiasmo e dedicação, em horas destinadas ao seu descanso, que em nada colidem com o seu horário de serviço ou com os seus afazeres profissionais. E, só assim nos sentimos em condições de falarmos do desporto equestre militar em Moçambique e, só assim compreendemos o verdadeiro gosto pelo hipismo pois que, montando a horas matutinas ou dedicadas ao repouso que, pelos restantes, são destinadas a uma merecido descanso, exigimos de nós um real sacrifício que, embora feito por gosto, não pode deixar de ser reconhecido.

Sabemos que, hoje, o desporto hípico pode e deve ser praticado em Moçambique não só para que aos Oficiais da Arma seja ainda permitido a prática dum desporto de características tão militares como ainda, seja possível constituir uma Equipa que possa condignamente disputar no Estrangeiro.

A proximidade e os laços de amizade que nos ligam aos dois Países limítrofes, Países de grande influência Britânica onde existe o culto pelo cavalo e onde o cavalo é um dos assuntos mais comuns de conversas e reuniões, exigem que a Província disponha de um nível eques-

Revista da Cavalaria

tre satisfatório que lhe permita competir em igualdade de condições com os territórios vizinhos se realmente se quiser manter mais um forte ponto de contacto com aqueles Povos.

Alguém de responsabilidade, referindo-se aos deslocamentos da Equipa Portuguesa à República da África do Sul e Rodésia, dizia-nos que as relações de amizade entre Países só se podem realmente concretizar pelo contacto e pelas manifestações afins ou de interesses mútuos onde a cordialidade e a amizade, transcendendo o oficialmente estabelecido, vão ao encontro dos verdadeiros sentimentos e preferências dos Povos. Hoje, mais que nunca, e quando os nossos Países tentam uma maior aproximação, o hipismo é, sem dúvida, um forte elo de ligação entre povos que estimam e cultivam, com especial interesse, o desporto equestre.

C. H. I. DE JOHANNESBURG

Integrado no «Republic Festival Show» realizou-se em Milner Park, de 29 de Março a 11 de Abril, o Concurso Hípico Internacional de Johannesburg de 1966. Como habitualmente, compareceram as Equipas de Moçambique, África do Sul e Rodésia e todos os grandes nomes do hipismo africano. Johannesburg é sem sombra de dúvida o expoente máximo do hipismo em África pela categoria dos seus concorrentes, pela perfeição da organização, pelo interesse do público, pela dificuldade dos seus percursos, pelo valor dos seus prémios e... até, pela dificuldade das classificações!

A Equipa de Moçambique, chefiada pelo Major Vet. Manuel Trindade foi constituída pelo Major Luís Inocentes com *Harpagão* e *Ontário*, Capitão Moura dos Santos com *Copperfield* e *Ideal*, Capitão Carlos Campos com *Nevado* e *Ofir*, Capitão Vasco Ramires com *Limpopo* e *Quionga* e Capitão Paiva Morão com *Micawber* e *Jau*.

Não foram felizes para a Equipa, os primeiros dias do Concurso: *Copperfield*, o cavalo de classe enorme, possuidor de uma energia, de uma elasticidade e de uma calma impressionantes, que de vitória em vitória havia distinguido de sobremaneira as cores nacionais, morre, vítima de uma cólica intestinal, depois de percorrer toda a África Austral, no local onde nascera e onde conquistara a maior vitória da sua vida. Foram momentos difíceis os que passámos, mas as palavras amigas e provas de amizade e simpatia de todos os cavaleiros do Rand Show ficaram também em nós profundamente gravadas.

Revista da Cavalaria

Técnicamente, os percursos foram notáveis pela sua dureza e dificuldade apenas permitindo as classificações aos cavalos de categoria. A Equipa Portuguesa teve comportamento muito satisfatório obtendo, além de outras classificações, duas excelentes vitórias.

RESULTADOS

C. Grade Horse Jumping Competition

- 1.º Capitão Paiva Morão com *Jau*
- 6.º Major Luís Inocentes com *Ontário*
- 6.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Elementary Dressage Competition

- 5.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

«Die Vaderland» Jumping Competition

- 4.º Major Luís Inocentes com *Harpagão*

Riding Horses

- 2.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

C. Grade Tally-Ho Competition

- 1.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

The «Lufthansa» Visitors Jumping Competition

- 4.º Capitão Vasco Ramires com *Limpopo*

The Milner Park Tally-Ho

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*
- 6.º Capitão Vasco Ramires com *Limpopo*

C. Grade Horse Jumping Championship

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Jau*
- 5.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Revista da Cavalaria

The Star Jumping Competition

4.º Major Luís Inocentes com *Harpagão*

The International Show Jumping Team Event

2.º Portugal (Moçambique)

Major Luís Inocentes com *Harpagão*

Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Capitão Vasco Ramires com *Limpoço*

Capitão Paiva Morão com *Micawber*

C. H. I. DE SALISBURY E BULAWAIO

A Equipa Portuguesa competiu de 21 de Abril a 1 de Maio nas cidades de Salisbury e Bulawaio na Rodésia, sendo alvo das maiores provas de simpatia a que temos assistido. Independentemente das classificações obtidas, a presença dos Cavaleiros Portugueses na Rodésia no primeiro ano da sua «independência», foi, só por si motivo para que o público destes dois grandes Shows de África, dispensasse à Equipa as maiores e mais sentidas ovações. Desde o Primeiro Ministro Ian Smith até ao mais insignificante espectador, todos tinham uma palavra de simpatia, de agradecimento pela presença da Equipa Portuguesa na Rodésia. A própria organização da Central African Trade Fair com o Show programado há meses, fez disputar uma prova denominada «Copperfield» como sentida homenagem ao cavalo que dias antes havia deixado de representar, para sempre, as cores nacionais.

Só quem ali esteve presente pode avaliar quanto sentida e estimada foi a presença de Portugal na Rodésia, país que ensaiava os primeiros passos duma atribulada independência.

Os cavaleiros portugueses classificaram-se nos dois Concursos em 26 provas, tantas quantas tinham disputado, facto, segundo sabemos, inédito nas apresentações da Equipa de Hipismo de Moçambique e que constitui motivo para que, o valor e prestígio da Equipa fosse realçado e especialmente aplaudido.

A Equipa foi constituída por Major Luís Inocentes com *Harpagão* e *Ontário*, Capitão Martins Ferreira com *Ideal* e *Harpa*, Capitão Carlos Campos com *Ofir* e *Quionga*, Capitão Moura dos Santos com *Limpoço* e Capitão Paiva Morão com *Micawber* e *Jau*. Fez ainda parte da Equipa Portuguesa António Barbedo montando *Pégasus*.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Concurso Hípico Internacional de Salisbury

Prova Welcome Stakes

- 1.º Capitão Carlos Campos com *Quionga*
- 4.º Capitão Paiva Morão com *Jau*

Prova Caça

- 3.º A. Barbedo com *Pegasus*
- 6.º Major Luís Inocentes com *Harpagão*

Prova Farmers Competition

- 1.º A. Barbedo com *Pegasus*

Prova Potência

- 1.º Major L. Inocentes com *Harpagão*
- 3.º Capitão Moura dos Santos com *Limpopo*

Prova Lions Competition

- 2.º Major L. Inocentes com *Harpagão*
- 3.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

Petit Prix

- 5.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*
- Capitão Paiva Morão com *Jau*

Prova Top Score

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

Prova Ensino Elementar

- 1.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Prova de Apresentação

- 3.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Revista da Cavalaria

Prova Tally-Ho

- 2.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*
- Capitão Paiva Morão com *Jau*

Prova Top Score

- 1.º Capitão Paiva Morão com *Jau*
- 3.º Capitão Carlos Campos com *Quionga*

Grande Prémio

- 3.º Capitão Martins Ferreira com *Ideal*

Gambler Stakes Competition

- 2.º Capitão Paiva Morão com *Jau*

Prova Championship

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Jau*

Ensino Complementar

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

Concurso Hípico Internacional de Bulawaio

Ensino Complementar

- 2.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

Combined Competition

- 1.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

C. Grade Competition

- 1.º Capitão Paiva Morão com *Jau*
- 2.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*
- 3.º Major L. Inocentes com *Ontário*

Revista da Cavalaria

A. e B. Grade Competition

- 4.º Major L. Inocentes com *Harpagão*
- Capitão Moura dos Santos com *Limpopo*
- Capitão Paiva Morão com *Micawber*

Top Score Competition

- 2.º Major Luís Inocentes com *Harpagão*

Power Jump (Potência)

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

Six Bars

- 2.º Capitão Moura dos Santos com *Limpopo*

B. e C. Grades Choose your own line

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Limpopo*
- 3.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*
- 6.º Capitão Paiva Morão com *Jau*

Grand Prix

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

A. e B. Grades Hit and Hurry

- 4.º Capitão Carlos Campos com *Nevado*

Petit Prix

- 1.º Capitão Moura dos Santos com *Jau*

III C. H. I. O. DE LOURENÇO MARQUES

O III C. H. I. O. de Lourenço Marques é já uma prova obrigatória do Calendário hípico internacional do Continente Africano pelos muitos e extraordinários êxitos que desde o seu primeiro ano vai averbando.

Dirigido nos seus primeiros passos por dois dos militares que mais têm contribuído para o desporto equestre nacional — o Ten.-Coronel

Revista da Cavalaria

Vasco Ramires e o Major Jorge Mathias — este nosso Concurso Hípico Internacional Oficial conquistou, desde logo, uma posição que dificilmente será superada.

Aqui concorrem os maiores nomes do Hipismo da África do Sul e Rodésia, representados pelas Equipas Oficiais e por grande número de cavaleiros individuais, nomes já hoje conhecidos nos meios internacionais europeus.

Este ano quiseram ainda, honrar-nos com a sua presença, vindos da Metrópole ou de outras províncias do Ultramar, o presidente da Federação Equestre Portuguesa, Eng.º Rodrigo de Castro Pereira, o



Capitão Carlos Campos montando Ofir

Ten.-Coronel Henrique Callado e o Major Jorge Mathias. Foi com enorme prazer e muito agrado que vimos entre nós estes ilustres cavaleiros cuja presença muito sentimos.

Creio poder afirmar que este Concurso foi, na continuação dos anteriores, uma esplêndida manifestação hípica onde foi proporcionado aos concorrentes uma amigável confraternização que, sendo aliás já tradicional do nosso certame, os estrangeiros não deixam nunca de sublinhar.

Apenas uma infelicidade assombrou este C. H. I. O. que foi, porém, motivo para uma sentida confraternização de todos os cavaleiros. Foi a morte do cavalo *Liberal Son* do sul-africano Theo Laros

Revista da Cavalaria



Capitão Martins Rodrigues montando Limpopo



Capitão Paiva Morão montando Jau

Revista da Cavalaria

no primeiro dia de provas (conjunto que havia ganho o prêmio do Conjunto mais ganhador do Rand Show de Johannesburg de 1966) imediatamente após ter terminado o seu percurso, quando se dirigia a passo para a porta de saída. Uma morte súbita em que o cavalo caiu fulminado por uma síncope, talvez devido ao grande esforço que dispendera e ao muito calor que se fazia sentir. A Organização do Concurso, no último dia de provas, durante a festa de distribuição de prêmios, dado que o cavalo, pela sua categoria, certamente teria feito parte da Equipa Sul-Africana, ofereceu também a Theo Laros, a salva de prata de vencedor da Taça das Nações e o laço que lhe caberia, se o seu cavalo *Liberal Son* tivesse saltado, nessa tarde, o difícil percurso da Prova das Nações. Calou profundamente nos nossos corações esta sentida homenagem e, com lágrimas nos olhos Theo Laros e toda a Equipa Sul-Africana, recebem o último prêmio do cavalo *Liberal Son*.

RESULTADOS

Prova SONAP — Tab A c/cronómetro

9.º Capitão Paiva Morão com *Jau*

Prova SONAREP — Tab A s/cronómetro

3.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Prova Intersomer — Tab C

- 1.º Capitão Carlos Campos com *Nevado*
- 2.º Capitão Paiva Morão com *Jau*
- 7.º Capitão Moura dos Santos com *Intruso*
- 11.º Capitão Martins Ferreira com *Ideal*

Prova Companhia Industrial da Matola

- 8.º Capitão Carlos Campos com *Nevado*
- 9.º Capitão Martins Ferreira com *Too-blue*

Prova Entreposto Comercial de Moçambique — Seis barras

- 1.º Capitão Martins Rodrigues com *Limpoço*

Revista da Cavalaria

Prova Robbialac — duplos

- 3.º Capitão Paiva Mourão com *Jau*
- 6.º Capitão Martins Ferreira com *Ideal*

Prova Governo Geral de Moçambique — Taça das Nações

- 1.º África do Sul — 16 pontos
- 2.º Rodésia — 56 3/4 pontos
- 3.º Portugal

| | |
|---|-------------|
| Capitão Martins Ferreira com <i>Limpopo</i> | 20 — 8 |
| Capitão Carlos Campos com <i>Ofir</i> | 30 — 13 1/4 |
| Capitão Paiva Morão com <i>Micawber</i> | 8 — 7 |
| A. Barbedo com <i>Pégasus</i> | 12 — 12 |

Prova Auto-Viação do Sul do Save — Ensino

- 1.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*
- 2.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

THE HORSE OF THE YEAR SHOW

Disputou-se em Johannesburg, de 6 a 9 de Outubro, «The Horse of the Year Show», competição que, reunindo as equipas da África do Sul, Rodésia e Moçambique, atingiu um nível técnico semelhante ao do Rand Easter Show, sem no entanto ter a projecção e o cartaz turístico deste.

Os grandes nomes da África do Sul e Rodésia estiveram presentes assim como todo o excelente lote de cavalos que já nos habituámos a ver.

Disputaram as provas 48 cavalos do grau B e 35 cavalos do grau A e embora a chuva que caiu torrencialmente durante quase todo o concurso muito tivesse prejudicado o interesse das provas, foi-nos dado assistir a percursos excelentes de harmonia e muito saber.

Anotamos ainda que, a convite da Organização, se deslocou a Johannesburg, expressamente para a construção dos percursos, o português Domingos Frias cujas provas durante o III C. H. I. O. de Lourenço Marques muito haviam agradado aos concorrentes sul-africanos. Domingos Frias foi ali um excelente técnico e apenas o mau tempo prejudicou o brilho dos seus traçados.

Revista da Cavalaria

A Equipa Militar foi constituída pelo Capitão Martins Rodrigues, Capitão Carlos Campos, Capitão Moura dos Santos e Capitão Paiva Morão que montando respectivamente *Limpoço*, *Ofir* e *Nevado*, *Harpagão* e *Micawber* obtiveram os seguintes resultados:

B Grade Wanderers Welcome Stakes

5.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

The Lufthansa Elementary Dressage

- 1.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*
- 2.º Capitão Martins Rodrigues com *Limpoço*
- 3.º Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*

B Grade Speed Competition

- 3.º Capitão Carlos Campos com *Nevado*
- 5.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

Myburg Power Jump (B grade)

- 4.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

The Luftansa Dressage Championship (1st round)

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

The Lufthansa Dressage Championship (1st round)

- 3.º Capitão Carlos Campos com *Ofir*

The Transval Dressage Championship

- 3.º Capitão Paiva Morão com *Micawber*

CAMPEONATO DO CAVALEIRO DE OBSTÁCULOS DE MOÇAMBIQUE

Para fecho da temporada hípica em Lourenço Marques, realizou-se durante o mês de Outubro o Campeonato de Cavaleiro de Obstáculos de Moçambique.

Após o apuramento, em quatro provas, dos quatro melhores conjuntos, foram seleccionados para a final os cavaleiros Capitão C. Cam-

Revista da Cavalaria

pos com *Ofir*, Capitão Moura dos Santos com *Harpagão*, António Barbedo com *Pegasus* e Capitão Paiva Morão com *Micawber*, na verdade, os conjuntos que mais se haviam distinguido na presente temporada.

A final realizou-se segundo a modalidade anteriormente adoptada no Campeonato do Mundo, em que cada cavaleiro montaria todos os cavalos dos restantes finalistas, modalidade que, constituindo sempre um grande atractivo para o público é por vezes muito contingente quanto aos valores e aos resultados finais.

No percurso inicial, todos os cavaleiros finalistas «limparam» com os seus próprios cavalos pelo que o título foi disputado nos resultados obtidos com as outras montadas. *Ofir* foi o cavalo que melhor se comportou totalizando 4 pontos, seguindo-se *Pegasus* e *Micawber* com 12 e finalmente *Harpagão* com 16.

Os resultados de cada cavaleiro, em cada cavalo foram os seguintes:

| | <i>Harpagão</i> | <i>Ofir</i> | <i>Pegasus</i> | <i>Micawber</i> |
|--------------------------------|-----------------|-------------|----------------|-----------------|
| Capitão Moura dos Santos | 0 | 0 | 8 | 8 |
| Capitão Carlos Campos | 0 | 0 | 4 | 4 |
| A. Barbedo | 8 | 4 | 0 | 0 |
| Capitão Paiva Morão | 8 | 0 | 0 | 0 |

Os Capitães C. Campos e Paiva Morão totalizaram o mesmo número de pontos sendo feito o desempate pelo tempo total. Assim, foi atribuído o título de Campeonato de Cavaleiro de Obstáculos de Moçambique de 1966 ao Capitão Paiva Morão. As restantes classificações foram: 3.º A. Barbedo, 4.º Capitão M. Santos.

Capitão PAIVA MORÃO



... Os resultados de cada cavidade, em cada cavidade, são os seguintes:

... No primeiro indol, todos os cavidades tiveram resultados com

... os resultados de cada cavidade, em cada cavidade, são os seguintes:



Capitão PAIVA MORÃO

ALUGADO DE CARRÃO DO OBRIGADO

Jornaes revistas livros

Considerações sobre o novo Regulamento de Combate da Infantaria

Tradução do artigo da autoria do General de Corpo
de Exército DUCOURNAU, pelo Coronel RAÚL RAMOS,
publicado na Revista «L'Armée», n.º 58 de Maio de 1966⁽¹⁾.

Os Estados-Maiores e as Unidades vão receber o novo Regulamento de Combate de Infantaria (R. C. I.) que anula e substitui o Regulamento de Manobra, segunda parte (R. M. 2 — Inf. 104) em vigor desde 1951. Parece oportuno, nesta altura, dar algumas explicações sobre as razões que conduziram a abandonar o R. M. 2, as características principais do novo Regulamento e, sobretudo, as ideias mestras que guiaram a Comissão encarregada da sua redacção.

Necessidade dum novo Regulamento

O Regulamento de 1951, não estava de modo algum adaptado às características previsíveis dum futuro conflito.

Redigido antes do aparecimento do fogo nuclear tático, descrevia os combates ainda aparentados aos de 1945:

- cada fase, na ofensiva ou na defensiva, sucedia logicamente à fase precedente sem nenhum dos retornos de situação, de mudanças instantâneas de atitude que são próprias da manobra em ambiente nuclear;

⁽¹⁾ N. R. — O presente artigo foi escrito quando o seu autor era Inspector de Infantaria. A sua publicação foi voluntariamente atrasada a fim de a fazer coincidir com a distribuição do novo Regulamento de Combate da Infantaria, às Unidades.

Revista da Cavalaria

- os efectivos considerados correspondiam aos dos exércitos mobilizados antigamente. Se não era já encarado um emprego de unidades lado a lado, como era ainda o caso do Regulamento de antes da guerra, *as noções de ligação, de frente, de linha de contacto mantinham todo o seu valor*. Deste modo a segurança das retaguardas não punha grandes problemas;
- o *Batalhão de Infantaria, enfim, restava a unidade táctica base*. Se podia ser reforçado, em particular, com meios blindados, ele combatia em geral agrupado. O R. M. 2 tinha-lhe consagrado por este facto um título completo.

O aparecimento do fogo nuclear e as suas consequências sobre o plano de organização e de equipamento das unidades alteraram os conceitos tácticos antigos:

A dispersão, o isolamento, a intermitência do contacto, a imbricação com as unidades inimigas são agora a regra; num tal ambiente, a procura de informações, a protecção das retaguardas, as acções efectuadas em profundidade no dispositivo inimigo tomaram uma importância nova.

A generalização das grandes unidades blindadas e mecanizadas, no seio das quais as diferentes Armas combatem em cooperação, modificou profundamente as condições de emprego das pequenas unidades. O inimigo encarado no R. M. 2 tinha essencialmente a sua base na Infantaria; os dois adversários dispunham de facto de meios análogos e utilizavam métodos comparáveis. No futuro, a Infantaria a pé terá, a maior parte das vezes, de combater com um adversário blindado ou mecanizado; o seu armamento, a sua organização permitem-lhe contudo afrontar um tal inimigo. Ainda era preciso que os seus processos de combate tivessem em conta esta nova situação.

Mas não param aqui as diferenças: era preciso igualmente que fosse estudado o caso onde as pequenas unidades de Infantaria tinham de travar um combate de comandos exigindo iniciativas inteligentes e astuciosas, um moral a toda a prova, uma total disciplina. Ainda que o antigo regulamento tivesse admitido a acção de Agrupamentos temporários isolados, não tinha encarado o caso duma submersão mais ou menos completa do território nacional, nem o de uma guerra de carácter subversivo, circunstâncias nas quais tais combates serão habituais.

Por último o R. M. 2 evidentemente não mencionava os materiais aparecidos depois de 1951: materiais já adoptados e produzidos em série como os mísseis anticarros, os VTT e camions tácticos e os helicópteros ou, também, materiais em curso de experimentação antes da definitiva adopção tais como os radares ligeiros e os faróis de infravermelhos.

Por todas estas razões, era necessário substituir este regulamento por um novo.

Características do novo Regulamento

Ainda que a sua apresentação seja parecida com a do antigo, o novo regulamento é caracterizado por quatro diferenças essenciais:

Tem um novo título porque a primeira parte (ordem unida) e a terceira parte (serviço de campanha) do antigo regulamento estão no Regulamento do

Revista da Cavalaria

Serviço no Exército em vias de ser refundido, e não havia mais a tratar que do combate de Infantaria.

Ele não trata praticamente senão o *combate a pé* das pequenas unidades de Infantaria porque é a parte comum seja qual for o seu emprego particular (Infantaria Motorizada, Mecanizada, Aerotransportada, etc.) ou o seu teatro de empenhamento (Europa, Ultramar). Assim ele deve ser completado por *regulamentos particulares* em curso de impressão ou de redacção ⁽¹⁾ ou mesmo já difundidos ⁽²⁾.

O regulamento não evoca senão acidentalmente assuntos de instrução e sempre sob uma forma muito geral porque eles foram já objecto de directivas ou regulamentos particulares.

O regulamento não trata de escalões superiores ao da Companhia porque esses escalões são a maior parte das vezes formados por elementos de diversas Armas, sob o nome de Agrupamento ou Subagrupamento. Estas formações foram objecto de instruções particulares de emprego sob a rubrica de T. T. A. ⁽³⁾.

Ideias mestras

Os redactores do R. C. I. conservaram o plano de progressão adoptado pelo R. M. 2 (infante, equipa, grupo, etc.) e, a despeito da sua falta de significado em ambiente nuclear ou subversivo, a distinção entre ofensiva e defensiva. Esta concessão à tradição, feita não unicamente por comodidade de exposição mas também para facilitar a utilização do regulamento pelos comandantes dos diferentes escalões, não deve fazer perder de vista as ideias mestras que presidiram à sua elaboração.

Estas podem ser classificadas sob quatro rubricas:

- importância da *manobra* até aos mais pequenos escalões;
- importância da *luta anticarro*;
- procura sistemática de *ambientes favoráveis*;
- papel essencial do *factor humano*.

Importância da manobra

Sejam quais forem as formas previsíveis dos combates (colisão nuclear, batalha «des restes» guerrilha) e a sua localização, Europa ou teatro de operações exterior) estes serão *essencialmente móveis*, e as unidades actuarão *largamente dispersas*.

As frentes estabilizadas, as linhas de contacto, as organizações defensivas sólidamente enterradas, as concentrações de meios importantes só existirão excep-

⁽¹⁾ Unidades de Armas Pesadas de Infantaria (INF. 204), combate na montanha (INF. 205), TAP. 112, etc.

⁽²⁾ Secção de Infantaria Mecanizada (INF. 202), Companhia de Esclarecedores (INF. 203), etc.

⁽³⁾ Por exemplo o T. T. A. 905 no que diz respeito aos Agrupamentos e Subagrupamentos com base na Infantaria Motorizada.

Revista da Cavalaria

cionalmente. Estes aspectos de guerras passadas seriam com efeito demasiado perigosos se o inimigo tem possibilidades nucleares, ineficazes se este último recorre aos processos da guerra subversiva.

Esta modalidade e esta dispersão atribuem, em desforra, toda a sua importância à *manobra*, manobra dos Agrupamentos e Subagrupamentos com base em unidades mecanizadas, mas também manobra de elementos ligeiros actuando a pé (eventualmente depois de terem sido transportados por helicóptero) ou em viaturas. Num caso e noutro, a Infantaria conhecerá situações que por vezes reclamarão soluções aparentadas aos procedimentos tradicionais (aproximação, tomada de contacto, ataque em força, defesa a todo o custo dum local) mas a maioria das vezes exigirão processos novos, mesmo até revolucionários.

É assim que a *procura da surpresa*, as acções sobre os *flancos* ou *retaguardas* serão no futuro procedimentos de combate normais da Infantaria. Tais acções serão exercidas, a maior parte das vezes, por *pequenos elementos isolados actuando dum modo descentralizado*. A grande dispersão das unidades (tanto amigas como inimigas), o «vazio do campo de batalha» que dela resultará, oferecem com efeito às unidades de Infantaria, por natureza fluidas e rústicas, numerosas possibilidades para se manterem nas retaguardas inimigas ou para atrevidamente se infiltrarem até ao coração do seu dispositivo. Estes elementos poderão ali executar acções frutuosas com a condição de compensar a inferioridade dos seus meios, e a sua falta de potência pela rapidez de acção, a astúcia e o atrevimento. Não se tratará mais para eles de manter um dispositivo rígido mas de procurar todas as ocasiões de bater o inimigo atacando-o por surpresa, mesmo do fraco ao forte.

A Infantaria tornou-se, assim, a Arma das *acções flexíveis* onde o movimento, habitualmente adaptado ao terreno, encontra toda a sua importância. Este tipo de acção já tinha retido a atenção dos autores do Regulamento de manobra de 1951 e foi particularmente desenvolvido no R. C. I.

Num tal combate, cada escalão joga no seio do conjunto ao qual pertence um papel específico que convém nunca ser perdido de vista.

O *Grupo de Combate* é o órgão de execução mais baixo. É a célula elementar, em princípio indissociável, capaz de executar uma missão simples pelo fogo e pelo choque, combinando o jogo das equipas que o compõem. Ele reencontra também uma composição fixa, a constituição sistemática de grupos a pedido, já não respondia às exigências de permanência e rapidez de reacção impostas pelo combate moderno.

A *secção* ⁽¹⁾ é a mais pequena unidade capaz de manobrar, mas a sua manobra deve ser sempre simples. O seu combate caracteriza-se, a maior parte das vezes, pelo isolamento em que actua e pela iniciativa deixada ao seu comandante para cumprir a missão recebida. Os processos normais de combate da secção são a infiltração, o golpe de mão, a emboscada, utilizados de modo mais ou menos centralizado conforme a missão, o inimigo e o terreno.

A *Companhia* é o primeiro escalão onde se pode fazer a concentração de meios visando uma acção em força. Mais normalmente é o escalão onde numa

⁽¹⁾ Cujas organização é agora quase uniforme seja qual for o tipo de unidade considerada. Em Portugal corresponde ao Pelotão.

Revista da Cavalaria

acção flexível, são coordenadas as acções descentralizadas dos grupos e das secções.

A companhia é, em todos os casos, o escalão onde o jogo dos apoios orgânicos ou de reforços autoriza ao mesmo tempo o combate a distância e o combate próximo.

A companhia é, enfim, o escalão mais baixo da cooperação da Infantaria com as outras Armas e em particular com os carros.

Importância da luta anticarro

A organização, na maioria dos países, de Grandes Unidades Blindadas, deu um acréscimo de importância à luta anticarro. Isto é primordial num conflito na Europa.

Libertando-se deliberadamente da antiga concepção duma simples defesa anticarro mais ou menos estática (a D. C. B. dos anos de 1940), a luta anticarro repousa daqui em diante sobre:

- a organização dum dispositivo anticarro profundo, móvel e perfeitamente informado;
- a procura sistemática da surpresa e agressividade.

A organização dum dispositivo anticarro profundo móvel e perfeitamente informado

Esta organização deve ser constante preocupação de todo o comandante de unidade.

A Infantaria dispõe, independentemente dos reforços que possa receber ou dos apoios de que possa beneficiar, duma gama de armas e engenhos que lhe permitem atacar com sucesso os blindados inimigos a todas as distâncias.

A arma principal do Grupo de Combate é o L. R. A. C. É à volta dele que é organizada a acção do grupo. A manutenção da F. M. à equipa Fogo, foi decidida para conservar a necessária potência do fogo e alcance contra o pessoal nas pequenas unidades, enquanto estas não dispuserem da espingarda automática.

Nos escalões superiores (secção, companhia), os mísseis e canhões sem recuo, os morteiros são utilizados, conforme os casos, seja para atingir os carros inimigos o mais longe possível, seja para os cegar ou os canalizar para zonas mais favoráveis à sua destruição a curta distância.

Deste modo, a luta anticarro organiza-se normalmente em volta de dois sistemas de armas constituindo por um lado uma *gama de armas de longo alcance* dispostas de modo a intervir o mais longe possível, por outro lado por uma *gama de armas de curto alcance* utilizando as zonas que permitem actuar a distância conveniente e por surpresa.

Uma coordenação estreita destes meios é feita ao nível de escalão Agrupamento ou Subagrupamento (1). Visa ao mesmo tempo a dissociar e a enfraquecer as vagas de carros inimigos antes que estes abordem o dispositivo amigo,

(1) Ver TTA 905 — Capítulo 51 — 5 pág. 108.

Revista da Cavalaria

obrigando-os a manobrar na direcção desejável e a efectuar a cobertura recíproca dos elementos encarregados da luta anticarro.

Estes dispositivos não devem ser estáticos; devem-se deslocar com o dispositivo de que eles formam a ossatura e poderem adaptar-se rapidamente às sucessivas mudanças, previstas ou imprevistas, da situação. A sua eficácia depende das condições em que o comandante da Infantaria em todos os escalões poderá ser informado.

Procura sistemática da surpresa e agressividade

O carro tornou-se o principal inimigo da Infantaria: ele deve ser procurado, perseguido, importunado, atacado a todo o momento; não se trata mais da defesa contra ele, mas *de o destruir, atacando-o*.

As acções efectuadas pela Infantaria contra os elementos blindados, assemelham-se ao golpe de mão ou à emboscada, mas não terão valor e eficácia a não ser no caso de serem *repetidas*.

A emboscada, em particular, não se concebe isolada. Por um lado, ela insere-se normalmente num conjunto realizado ao escalão secção ⁽¹⁾ ou companhia, permitindo atacar o mesmo inimigo diversas vezes na mesma zona ou ao longo do mesmo eixo. Por outro lado, todo o elemento que tem essa função, mesmo se está isolado, deve sempre prever as *diversas acções sucessivas*: ele não se retira, esquiva-se simplesmente para voltar a atacar num lugar mais favorável.

Enfim, as armas anticarro são vulneráveis e facilmente referenciadas. A sua eficácia depende das condições em que elas terão podido *surpreender* o inimigo. Toda a arma referenciada arrisca-se a ser destruída antes de poder actuar: assim deve, cada vez que é possível, desaparecer para retomar noutra lugar ou mais tarde a acção beneficiando, então, da surpresa.

Procura de ambientes favoráveis

Na maioria dos casos o inimigo utilizará a velocidade, a mobilidade e o potencial que as massas blindadas têm para explorar o Fogo Nuclear ou conduzir um combate clássico.

Face a uma tal ameaça a vulnerabilidade da Infantaria, actuando de dia e em terreno descoberto, é considerável. É preciso, então, procurar todas as circunstâncias que ao mesmo tempo poderão reduzir as possibilidades do inimigo e aumentar as suas. Os terrenos de difícil percurso, a obscuridade, as más condições atmosféricas constituem para a Infantaria grandes trunfos. Com efeito, é naquelas circunstâncias que ela está em melhores condições de surpreender o seu adversário, pois em geral terá de enfrentar um inimigo diminuído e mais vulnerável.

É por isso que acções tais como o combate de noite, o combate nos bosques e em localidades, que eram antigamente consideradas como «casos particulares» do combate e tinham sido objecto de artigos distintos no R. M. 2 são agora considerados como *formas características* do combate. Deste modo, elas não são objecto no R. C. I. de desdobramentos separados.

(1) No caso português corresponde ao pelotão.

Revista da Cavalaria

Factor humano

A importância da manobra, a da luta anticarro, a influência favorável de ambientes particulares não pode fazer esquecer que o sucesso assenta primeiro sobre a vontade do infante de impor a sua vontade ao inimigo, quer dizer sobre o seu *moral*.

No entanto, os autores do R. C. I. não mantiveram o capítulo consagrado às forças morais que aparecia logo nas primeiras páginas do R. M. 2.

Eles acreditaram que um tal capítulo mantido no R. C. I. escapasse à atenção de numerosos leitores ou que estes o considerariam como uma espécie de prefácio, talvez necessário, mas um pouco antiquado, o respeito duma tradição muito louvável mas não atraindo ninguém.

Longe de rejeitar as ideias expressas no R. M. 2, mas convencidos que «as armas e os materiais só têm valor no combate quando os homens que os utilizam estão decididos a vencer» ⁽¹⁾ eles quiseram, pelo contrário, que o conjunto do novo regulamento fosse impregnado do primado reconhecido em todos os tempos ao factor humano, e agora mais que nunca necessário.

Assim, em cada capítulo do R. C. I. ⁽²⁾ há oportunidade de relembrar a importância da *formação moral* dos quadros e das praças, a necessidade para o combatente de amanhã de possuir em alto grau as qualidades *de rusticidade e resistência, de agressividade, de iniciativa, o papel primordial do comandante, guia e instrutor dos seus homens, verdadeiro catalizador do seu moral e da sua energia graças ao seu valor pessoal, seu exemplo e seu raciocínio.*

O Infante deve ter fé em si próprio e nas suas armas. Os limites das suas acções não são verdadeiramente os dos seus materiais, mas sobretudo os das possibilidades humanas tanto físicas como morais. Não há missões que lhe sejam impossíveis.

*

Alguns reprovarão ao R. C. I. de ter em pouca conta as realidades e em particular de esperar demasiado dos pequenos graduados e das praças. Certamente sobre muitos pontos ele propõe uma revisão profunda de antigos conceitos e preconiza procedimentos de carácter, muitas vezes, revolucionário. Ele exigirá dos quadros em todos os escalões, particularmente daqueles que conheceram as guerras de 1940-45, um esforço de reflexão e de reconversão. Esta transformação dos espíritos, a mudança de mentalidade que deve daí derivar, exigirão tempo.

Pode-se dizer que os fins fixados pelo R. C. I. estão fora do alcance? Certamente não. Os resultados obtidos ontém no combate por certas unidades, cujo recrutamento não era diferente do do conjunto, aqueles obtidos hoje nos domínios do «espírito de choque» e da formação comando testemunham o contrário e são garantias do futuro.

A finalidade fixada está bem ao alcance de todos. Chega querer e sobretudo começar a actuar, sem perda de tempo, no sentido solicitado.

(1) R. M. 2 — Título I — Capítulo 2 — Artigo primeiro.

(2) Um procedimento tipográfico esforça-se geralmente por dar realce a estas ideias.

CAVALARIA PESADA INFANTARIA MECANIZADA

Artigo do Major JOURNIER na revista «L'Armée» — n.º 55 —
Janeiro de 1966 — Tradução do Coronel VASCO DA COSTA

Na *Revista da Cavalaria* de 1965, foi publicado um artigo do Major de Cavalaria M. Jourdiner sobre «A Cavalaria Ligeira». Na sequência desse artigo julgou o autor, conveniente completá-lo com um apontamento sobre «A Cavalaria Pesada» no qual não se poderá deixar de falar na Infantaria.

Com efeito, as tropas ligeiras justificam a sua utilidade nos serviços que prestam às outras, mas na verdade são essas outras, a Cavalaria Pesada e a Infantaria, que representam o potencial dum Exército, pois são elas os elementos de força.

Tenhamos em atenção que a tendência actual em diminuir o poder da Infantaria, terá como corolário o tirar à Cavalaria Pesada o seu poder. Na verdade com a tendência a constituir unidades inter-armas de carros e Infantaria mecanizada dum único tipo, passaremos a ter apenas um número reduzido de carros e quase nenhuma Infantaria. Desta forma a falta de poder é geral.

O estudo que seguidamente apresentamos pretende mostrar a necessidade de encontrar a solução conveniente. O estabelecimento de organizações convenientes permitirá à Cavalaria Pesada, por um lado, dispor dos seus combatentes a pé e à Infantaria mecanizada, por outro, contar com os seus carros de apoio, conservando ao mesmo tempo, ambas, as suas possibilidades normais.

Para estudar a Cavalaria Pesada, procedemos da mesma maneira que o fizemos para a Cavalaria Ligeira.

É na missão que iremos basear o nosso trabalho, visto ser ela o princípio base fundamental. Conhecendo as missões da Cavalaria Pesada, assim como a sua forma de actuar, poderemos estabelecer uma possível organização para as suas unidades.

A CAVALARIA PESADA

Missão e Características

Protegida e dispendo de poderosos meios a Cavalaria Pesada foi concebida para o combate.

Todavia ela é rápida e dotada de capacidade de manobra, por vezes mesmo flexível em contraste com o javali que marra fortemente e só a direito. Se ela é capaz de lançar golpes contra o inimigo que domina é também capaz de levar a cabo uma acção de contacto.

Revista da Cavalaria

Desta forma a Cavalaria Pesada encontra-se apta a agir em todas as fases do combate, e assim permitir uma continuidade de acção.

Embora não possa levar a cabo acções de ruptura reservadas às armas nucleares, será todavia capaz de conduzir acções isoladas de combate contra elementos fortes e empreendedores dispersos, impossíveis, por qualquer razão, de ser sujeitos aos fogos nucleares.

Além de tudo isto esta flexibilidade de Cavalaria e de combate que se garante a sua própria informação, a sua protecção imediata, permitirá ao Comando dispôr de elementos de reconhecimento e de segurança próxima indispensáveis, mas que as unidades ligeiras empregues algures não lhe poderiam fornecer.

Modo de actuar

A Cavalaria Pesada actua pela sua massa, isto é o máximo de bocas de fogo concentrando as suas trajectórias, até ao limite do alcance útil, sobre o objectivo, concentração esta que se faz por observação directa.

Assim um coronel deverá poder conduzir a sua manobra numa zona com pelo menos 15 km de largura, adoptando um dispositivo em profundidade, em terreno médio de 10 a 12 km na procura do contacto. No entanto quer na manutenção como na ruptura do contacto a sua acção não deverá estender-se a uma frente superior a cerca de 4 km.

Para que se possa conservar a todo o momento, senhor da sua manobra, deverá dispor de meios no seio dos quais a «combinação inter-armas» formada de elementos complementares uns dos outros possa ser realizada no menor escalão possível, compatível com as exigências de força e adaptação às circunstâncias.

Para sermos mais claros diremos que os «subagrupamentos inter-armas» permanentes, unidades básicas do regimento, cujas qualidades devem facilitar a acção do comando e a intermutabilidade mantendo contudo a coesão e eficácia de tropa, deveriam ser constituídas como seguidamente diremos:

- *Grupos de Esquadrões*, aptos para a manobra nas três dimensões a que deverão compreender esquadrões de elementos semelhantes, capazes de uma manobra relativamente autónoma. Estes elementos serão os pelotões formados por blindados anfíbios aptos para o combate a 3000 m ou a 200 m, esquadrões estes que deverão ser esclarecidos e apoiados de perto pelos esclarecedores transportados necessários.

Caberá ao Comandante do Regimento que manobre dois ou três grupos destes Grupos de Esquadrões a responsabilidade de lhes assegurar os meios necessários ao seu esclarecimento, manutenção e apoio nas três dimensões.

Qual a organização a propor

- a) — O *pelotão* chamado a manobrar sobre um eixo, terá três viaturas blindadas (tipo carro de combate), sobre lagarta e anfíbias, dispondo de uma boca de fogo montada em torre, 2 esquadras transportadas em blindados, de lagarta idêntica à dos carros anteriores.

Revista da Cavalaria

Estas viaturas transportando 5 cavaleiros armados de espingardas automáticas terão como armamento de bordo uma arma de DCA poderosa (lança foguetes múltiplos).

- b) — O *esquadrão*, actuando como elemento testa ou de apoio integrado num dispositivo, disporá para levar a cabo a sua missão, de 4 pelotões com a composição atrás indicada.
- c) — Quanto à «unidade base», o *Grupo de esquadrões*, a sua força ser-lhe-á conferida pelos seguintes elementos:

- Um esquadrão de comando, de serviços e de informação (jeeps);
- Dois esquadrões blindados;
- Um esquadrão de helicópteros armados cujas missões são a informação e o apoio anti-carro.

- d) — O *Regimento de Cavalaria Pesada*, formado por três grupos de esquadrões idênticos, disporá ainda de:

- Um esquadrão de comando e de serviços, nas três dimensões;
- Um esquadrão de apoio dispondo de obuses ligeiros e pioneiros.

Dois destes Regimentos reunidos formariam a *Brigada de Cavalaria Pesada* tendo a possibilidade de poder manter-se durante um certo tempo e combater em força contando para isso com apoio de Artilharia até 30 km e Engenharia anfíbia.

Com efeito, somente um General de Brigada dispondo do reforço eventual dum Regimento de Comandos helitransportados, poderá realizar correctamente o apoio logístico, cobrirá a zona de acção necessária garantindo ainda a segurança da manobra atribuindo ao mesmo tempo aos 2 regimentos o esforço numa direcção única. Assentamos contudo em que a manobra se concebe realizada nas três dimensões.

Em conclusão diremos que a estrutura da nossa Cavalaria Pesada é idêntica ou quase à da nossa Cavalaria Ligeira somente variando a altura e arreo do cavalo.

A INFANTARIA MECANIZADA

Missão

A missão da Infantaria é destruir o adversário, indo, se necessário, até à luta corpo a corpo, em qualquer terreno, de dia como de noite e em qualquer que seja a região. A Infantaria compete igualmente estar apta à ocupação do terreno.

É necessário que todos os infantes, tal como os seus camaradas da arma blindada, os cavaleiros, de que já atrás nos ocupámos se especializem para estarem aptos ao cumprimento das missões que lhe cabem.

Revista da Cavalaria

É desta forma que a Infantaria moderna mecanizada, dispondo por seu lado de todos os meios capazes de lhe conferir dispersão e mobilidade, deve estar apta a combater a pé com todos os apoios desejáveis nas três dimensões.

Organização

A «unidade base» intermutável, para a qual se permite aceitar um risco nuclear, será um «complexo inter-armas» poderoso e relativamente autónomo. Chamemos-lhe «Batalhão».

O *Batalhão* será constituído por uma companhia de apoio e 4 companhias de combate.

O apoio será prestado por morteiros automotores de que uma parte poderá ser apeada.

Cada companhia de combate compreenderá: três pelotões de atiradores granadeiros e um pelotão de carros.

- a) — A *companhia* é o escalão ideal «de integração das armas» na Infantaria, porquanto o comandante de pelotão quando apeado tem muito que se ocupar no que se refere aos elementos sob o seu comando; o comando dum pelotão debaixo de fogo, é um dos mais difíceis.

Pertence ao Comandante de Companhia tomar a seu cargo a manobra inter-armas ao nível do seu escalão.

- b) — Cada *Pelotão de atiradores granadeiros* disporá de:

- Uma viatura transporte de comando, blindada, sobre lagartas e anfíbia, armada em D. C. A. poderosa e lança foguetes múltiplos;
- Três viaturas idênticas à de comando transportando cada uma um grupo de combate.

- c) — O *Pelotão de carros de combate* compreenderá:

- Uma viatura de transporte de comando, blindada, sobre lagartas e anfíbia, armada em D. C. A. poderosa, e lança foguetes múltiplos;
- Duas viaturas idênticas à viatura de transporte de comando acima indicada;
- Uma viatura idêntica às anteriores, armada em D. C. A. e lança foguetes múltiplos transportando meio grupo de combate.

- d) — O Regimento constituído por três batalhões estará apto ao desempenho das suas missões com a amplitude necessária. Caberá ao comandante do Regimento assegurar o apoio nas três dimensões.

PUBLICAÇÕES EDITADAS
PELAS UNIDADES DE CAVALARIA EM 1966

ANGOLA

- «O Dragão», pelo Bat. Cav. 1868
- «Dragões», pelo Grupo de Reconhecimento de Angola
- «O Relincha», pelo Bat. Cav. 682
- «O Zé Bravo», pelo Bat. Cav. 745
- «O Pileco», pelo Bat. Cav. 1851
- «O Dragão», pelo Bat. Cav. 1883
- «O Quimbo», pelo Bat. Cav. 1863

MOÇAMBIQUE

- «Os Dragões do Niassa», pelo Bat. Cav. 1879
- «Firme», pela Comp. Pol. Mil. 1445

GUINÉ

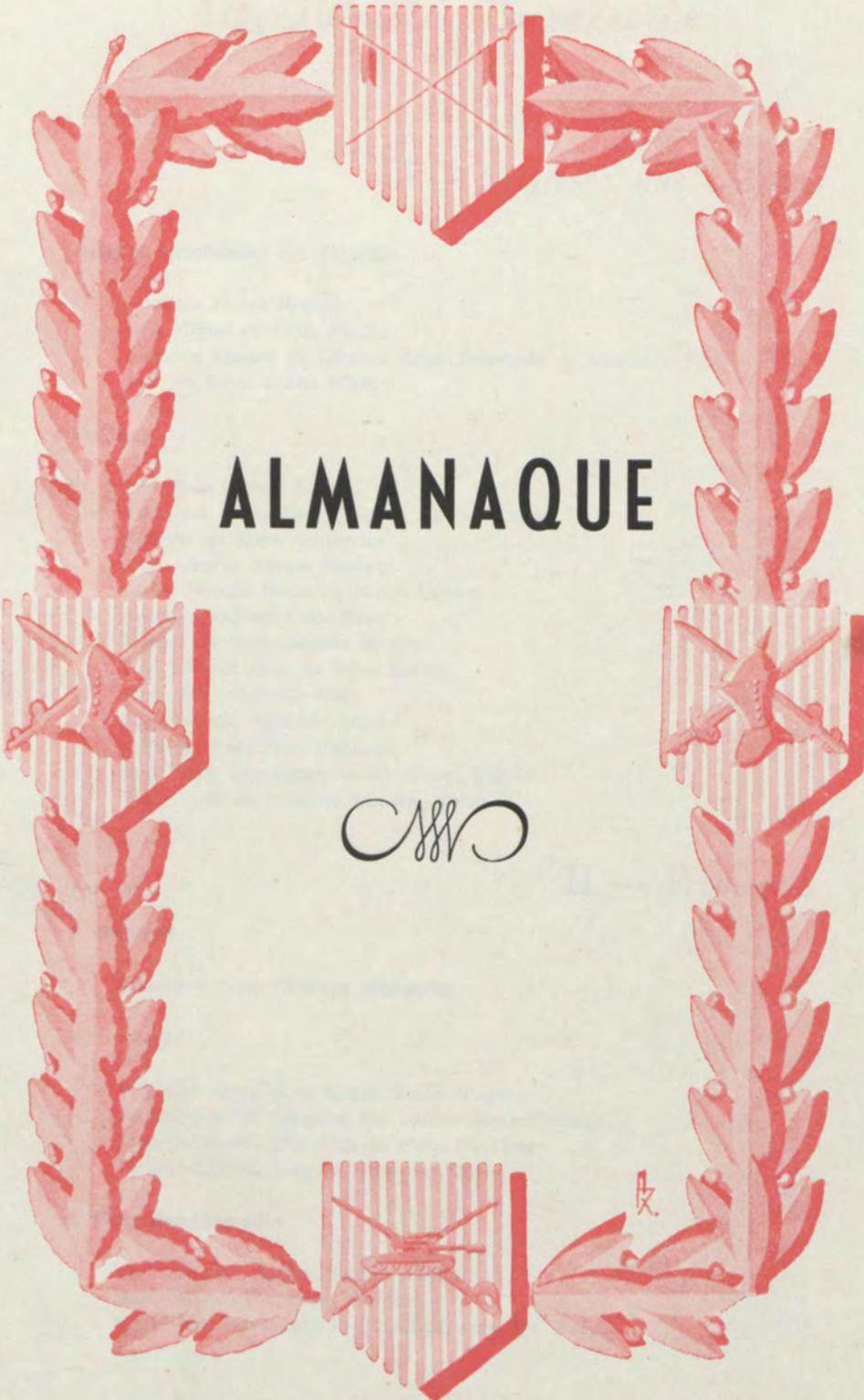
- «O Sete», pelo Bat. Cav. 757
- «O Clarim», pelo Bat. Cav. 790

S. TOMÉ

- «A Raça», pela Comp. Pol. Mil. 1446

METRÓPOLE

- «Chaimite», pela Escola Prática de Cavalaria
- «A Carga», pelo Regimento de Cavalaria 8

A decorative border in red ink, consisting of a laurel wreath. The wreath is composed of two vertical stems of leaves, each with small berries. At the top, bottom, and sides, the wreath is connected by decorative medallions. Each medallion features a background of vertical red lines and a central emblem: a crossed sword and a crossed key. The top medallion is a shield-like shape, while the others are rectangular with a pointed bottom.

ALMANAQUE

CS&C

R.

ALMANAQUE

1880

ALMANAQUE

1880

Revista da Cavalaria

I — Ingresso nas Fileiras

Alferes Graduados em Capitão

Augusto Torres Mendes
Luís Miguel da Silva Ataíde
Eduardo Manuel de Oliveira Trigo Perestrelo de Alarcão e Silva
João da Silva Rocha Pinto

Cadetes

José Rosa Correia Leite
Francisco Vasco Gonçalves de Moura Borges
Rogério da Silva Guilherme
Luís Alberto Santos Banazol
Carlos Manuel Serpa de Matos Gomes
António Augusto Cuco Rosa
Manuel de Assis Teixeira de Gois
João Manuel Taxa da Silva Araújo
Jorge Félix Furtado Dias
Luís António Andrade Ambar
Armindo José Pinto Machado
José Paulo Montenegro de Mendonça Falcão
Miguel José da Câmara Ramalho Ortigão

II — Promoções

A General

Brigadeiro Luís Valentim Deslandes

A Coronéis

Tenente-Coronel José Afonso Rodes Sérgio
Tenente-Coronel Joaquim dos Santos Alves Pereira
Tenente-Coronel José Luís de Pinto Canelhas
Tenente-Coronel Joaquim José das Dores

A Tenentes-Coronéis

Major Manuel Xavier Ferreira Coelho
Major Miguel Fernandes Moreno
Major Alexandre António Baía Rodrigues dos Santos

Revista da Cavalaria

Major Luís Clemente Pereira Pimenta de Castro
Major José Maria de Carvalho Teixeira
Major António Augusto de Sampaio e Melo Pereira de Almeida
Major António Manuel Pinto do Amaral
Major Alexandre Mendes Leite de Almeida
Major Francisco José Falcão e Silva Ramos
Major Mário de Lima
Major João Abel da Costa Barros Magalhães Cruz Azevedo
Major João Herculano Rodrigues de Moura
Major José Carlos Sirga Maia
Major Luís da Silva Rodrigues Pena

A Majores

Capitão Eduardo Vaz Neto de Almeida
Capitão Fernando Manuel Lopes Ferreira
Capitão Mário Avelino Sardoeira Delgado
Capitão José Joaquim Marques Peralta
Capitão António Manuel da Palma Baracho
Capitão João Luís Moreira Arriscado Nunes
Capitão Eduardo Jorge Gomes Coelho Picciochi
Capitão César Augusto Rodrigues Mano
Capitão António Casimiro Rocha Ferrand de Almeida
Capitão Álvaro Augusto Fonseca Sabbo
Capitão Carlos Alberto Guimarães da Costa
Capitão António Manuel Guerreiro Chaves Guimarães

A Capitães

Tenente Germano Miquelino Cardoso Simões
Tenente José Rocha de Oliveira Pinto

A Tenentes

Alferes c/Pat. de Tenente Carlos Manuel Dias de Almeida
Alferes c/Pat. de Tenente José Guilherme Paixão Ferreira Durão
Alferes c/Pat. de Tenente João Soares de Sá e Almeida
Alferes Fernando Governo dos Santos Maia
Alferes Norberto de Carvalho de Lacerda Benigno
Alferes Luís Gonzaga Ribeiro Goulão
Alferes António Luís Serra Picão de Abreu
Alferes Alexandre Beato Correia
Alferes Henrique António Costa de Sousa
Alferes Joaquim Manuel Correia Bernardo
Alferes José Maria de Campos Mendes Sentieiro
Alferes Fernando Duarte Pina da Silva Ramos
Alferes José Augusto Delgado Tamagnini
Alferes Carlos Fernando Anselmo de Oliveira Soares

Revista da Cavalaria

Alferes Valdemar Couto Lopes Novoa
Alferes Alberto Rui Guedes Teixeira de Sampaio
Alferes João Carlos de Sousa Rego Nunes da Palma
Alferes José Manuel Marques Pacífico dos Reis
Alferes Henrique de Carvalho Morais

A Alferes c/patente de Tenente

Aspirante-a-Oficial Alfredo Manuel Coelho e Campos Ghira
Aspirante-a-Oficial José Manuel Judice Pontes

A Alferes

Aspirante-a-Oficial José Diogo da Mota e Silva Temudo
Aspirante-a-Oficial Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques
Aspirante-a-Oficial José António Candeias Valente
Aspirante-a-Oficial Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins
Aspirante-a-Oficial João Firmino Diniz Gonçalves
Aspirante-a-Oficial Amílcar Maximiano Rebelo Alves Casquilho
Aspirante-a-Oficial Vítor Hugo da Mota
Aspirante-a-Oficial Alfredo Jorge Gonçalves Farinha Ferreira
Aspirante-a-Oficial José Maria Félix de Morais
Aspirante-a-Oficial José António Ribeiro de Almeida
Aspirante-a-Oficial Miguel de Lencastre e Távora
Aspirante-a-Oficial João Francisco Ramos do Rego Bayau
Aspirante-a-Oficial Rogério da Silva Guilherme
Aspirante-a-Oficial Luís Alberto dos Santos Banazol
Aspirante-a-Oficial Carlos Manuel Serpa de Matos Gomes
Aspirante-a-Oficial António Augusto Cuco Rosa
Aspirante-a-Oficial Manuel Assis Teixeira de Góis
Aspirante-a-Oficial João Manuel Taxa da Silva Araújo
Aspirante-a-Oficial Jorge Félix Furtado Dias
Aspirante-a-Oficial Luís António de Andrade Ambar
Aspirante-a-Oficial Armindo José Pinto Machado
Aspirante-a-Oficial José Paulo Montenegro de Mendonça Falcão
Aspirante-a-Oficial Miguel José da Câmara Ramalho Ortigão
Aspirante-a-Oficial José Rosa Correia Leite
Aspirante-a-Oficial Francisco Vasco Gonçalves de Moura Borges

A Aspirantes-a-Oficial

Cadete Rogério da Silva Guilherme
Cadete Luís Alberto Santos Banazol
Cadete Carlos Manuel Serpa de Matos Gomes
Cadete António Augusto Cuco Rosa
Cadete Manuel de Assis Teixeira de Góis
Cadete João Manuel Taxa da Silva Araújo
Cadete Jorge Félix Furtado Dias

Revista da Cavalaria

Cadete Luís António de Andrade Ambar
Cadete Armindo José Pinto Machado
Cadete José Paulo Montenegro de Mendonça Falcão
Cadete Miguel José da Câmara Ramalho Ortigão
Cadete José Rosa Correia Leite
Cadete Francisco Vasco Gonçalves de Moura Borges

A Sargentos-Ajudantes

Sargento-Ajudante Grad. Sesinando José Lampreia
1.º Sargento Amílcar Dias Parro
1.º Sargento Vítor Pedro da Conceição Pereira dos Reis
1.º Sargento João Jesus Rodrigues Cabeças
1.º Sargento Francisco Cândido Real
1.º Sargento João Rodrigues Bernardino
1.º Sargento Elias Garcia Saúde Raio

A Primeiros Sargentos

2.º Sargento Balduino Bragança
2.º Sargento Manuel Sebastião
2.º Sargento Fernando Pereira França
2.º Sargento José Cabeço Morgado
2.º Sargento José Lopes Martins
2.º Sargento Ramiro da Rua
2.º Sargento António José Fernandes
2.º Sargento António dos Santos
2.º Sargento Fernando Aires Fragata
2.º Sargento Manuel António Gonçalves
2.º Sargento Joaquim Fernandes Pereira
2.º Sargento Ernesto Rodrigues da Conceição
2.º Sargento António Correia Mateus

A Segundos Sargentos

Furriel Francisco Basilio Lopes

III — Condecorações

1. POR FEITOS EM CAMPANHA

a. Medalha de Prata de Valor Militar, com Palma

1.º Cabo João Luís Barreto Garcez

b. Medalha de Cobre de Valor Militar, com Palma

Soldado Carlos de Campos Lopes

Revista da Cavalaria

c. Medalha da Cruz de Guerra

(1) De 1.^a Classe

Tenente-Coronel Fernando José Pereira Marques Cavaleiro
Capitão José Luís Jordão Ornelas Monteiro
Furriel Miliciano Manuel do Couto Pina
1.^o Cabo Miliciano Afonso da Costa Prestes
Soldado Carlos Daniel Duarte
Soldado Amadeu Ribeiro da Conceição Cruz
Soldado Joaquim José de Oliveira Duarte

(2) De 2.^a Classe

Capitão João de Almeida Bruno
Alferes Miliciano Henrique Francisco Martins Coutinho Gouveia
Furriel Miliciano Manuel Ferreira Martins
1.^o Cabo João Pereira Pires
1.^o Cabo Júlio Fernandes Vicente
1.^o Cabo Manuel Gomes Eufrazio
Soldado João Félix Ferreira Santos
Soldado Vitalino Rosa Nunes
Soldado Biquer do Carmo Cucó Banha

(3) De 3.^a Classe

Capitão Fernando Luís Franco da Silva Ataíde
Capitão Manuel Júlio Matias Barão da Cunha
Capitão Rui Gonçalves Soeiro Cidrais
Capitão Luís Alberto de Oliveira Marinho Falcão
Capitão Lourenço de Carvalho Fernandes Tomás
Alferes Miliciano Eduardo Magno de Figueiredo
Alferes Miliciano José Adelino Menezes Vieira de Sousa
Alferes Miliciano Adilson Augusto Cardoso
Alferes Miliciano Nuno Flaviano Macedo Bigotes
Alferes Miliciano António Manuel da Cunha Pita Soares
Alferes Miliciano Manuel Francisco Lopes de Matos Chaves
2.^o Sargento Francisco Quintane Freire
Furriel Miliciano Fernando Augusto Simões Ferreira
Furriel Miliciano João Manuel Martins Alves Moreira
Furriel Miliciano António de Jesus Rodrigues Cova
Furriel Miliciano José António Gomes Brízido
1.^o Cabo Oplínio da Silva Calhau
1.^o Cabo Manuel Natário Victória
1.^o Cabo Júlio Ribeiro Nunes
Soldado Avelino Nunes Salvador
Soldado Francisco Mateus Solipa
Soldado José André dos Santos

Revista da Cavalaria

(4) De 4.^a Classe

Alferes Miliciano Mário Alberto de Oliveira Salgueiro
Alferes Miliciano José Luís Oleiro Morais Alçada
2.º Sargento João Leitão Robalo
2.º Sargento António Francisco Caixeirinha Revez
Furriel Miliciano Jorge Torres Fernandes Ribeiro
Furriel Miliciano Mário Feio Concha
Furriel Miliciano António Augusto Pimenta Henriques Simões
Furriel Miliciano Jaime Rodrigues Belo
Furriel Miliciano Alberto Adriano Moreira Leal
1.º Cabo Victoriano Veríssimo
1.º Cabo José António Pires
1.º Cabo Joaquim António Piedade Aranha
1.º Cabo João Fernando Cardoso Rocha
1.º Cabo João Manuel Ferreira de Sá
1.º Cabo João Vieira de Melo
1.º Cabo Augusto Conceição Ribeiro Canta
1.º Cabo Armando Reis Marques
1.º Cabo Valentim dos Santos Figueira
1.º Cabo José Soares Biscaia
1.º Cabo António Vasconcelos
1.º Cabo José Carlos Anjos Coelho
Soldado Manuel da Luz Pedrosa
Soldado Abel Fernandes Moreira
Soldado José Maria de Sousa Silva
Soldado Joaquim Luís
Soldado Jorge Ramalho Godinho
Soldado Rui Manuel Silva Monteiro
Soldado João Firmino Martins Correia
Soldado Diogo Augusto dos Santos
Soldado Armando dos Reis Isidoro
Soldado José Francisco Pombo de Matos
Soldado António de Jesus Bento
Soldado Salvador dos Santos
Soldado Joaquim Pereira Patrício
Soldado Avelino da Cunha
Soldado Joaquim Monteiro de Almeida
Soldado António Luís Guerreiro
Soldado Aginaldo António Vasconcelos
Soldado José António Pereira Gomes Leonardo
Soldado Fodé Embalo
Soldado José Carvalho Paulino
Soldado António João Serol do Maio
Soldado Albino Pinto Gonçalves da Cruz
Soldado António João Peixinho Fuzeiro
Soldado Lona na Nimbda
Soldado Manuel Luís Prazeres Lima

Revista da Cavalaria

Soldado Mário Chito Godinho
Soldado Francisco Luís Pinto Guerreiro
Com. de Sec. Milícias Amadeu Condé
Com. de Sec. Milícias Jamaram Baldé
Com. de Sec. Milícias Maundé Baldé
Com. de Sec. Milícias Maili Baidé

d. Medalha Militar de Serviços Distintos, com Palma

(1) *De Prata*

Tenente-Coronel José Joaquim Colares Vieira Serra Pereira
Major António Lobato de Oliveira Guimarães
Major Domingos de Vilas Boas de Sousa Magalhães
Major Raúl Augusto Paixão Ribeiro
Capitão Carlos José Saraiva Lima de Almeida e Brito
Capitão João Reis Moreira Arriscado Nunes
Capitão José Manuel Vaz Barroco

e. Medalha dos Mutilados de Guerra

1.º Cabo Manuel Correia
1.º Cabo Joaquim Veludo Loureiro
Soldado Francisco Oliveira Santos

f. Medalha de Mérito Militar

(1) *De 1.ª Classe*

Coronel Carlos Alberto Serra Soares

(2) *De 2.ª Classe*

Coronel Luís Soares de Oliveira
Tenente-Coronel Alberto Policarpo Manso
Tenente-Coronel Carlos Emiliano Fernandes
Tenente-Coronel Viriato Mamede de Brito
Tenente-Coronel João Gualberto de Abreu Barros e Cunha
Tenente-Coronel Abílio de Oliveira Ferro
Tenente-Coronel Joaquim Rodrigues Alho
Tenente-Coronel Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas
Major Joaquim Mendes Borges Ribeiro Simões
Major Alexandre Mendes Leite de Almeida
Major Alvarô Nuno Lemos da Fontoura
Major António Varela Romeiras Jr.
Major António Manuel Pinto do Amaral
Alferes Miliciano Manuel Paulo Lalande Vieira Pinto

Revista da Cavalaria

(3) De 3.^a Classe

Capitão José Maria Barroso Branco Ló
Capitão Henrique Augusto Teixeira de Sousa Sanches
Capitão Leonel Raúl Tavares Belo Lobão Ferreira
Capitão Ricardo Ferreira Ivens Ferraz
Capitão João Martins Ribeiro Mateus
Capitão António Tavares Martins
Capitão Alexandre Manuel Gonçalves Dias de Lima
Capitão José Manuel Vaz Barroco
Capitão César Augusto Rodrigues Mano
Capitão Jorge Manuel Pereira Tadeu Ferreira
Capitão Fernando Manuel dos Santos Barrigas Lacerda
Capitão Ramiro José Marcelino Mourato
Capitão António Correia Araújo
Tenente José Pedro da Cruz
Tenente Miliciano Médico Fernando Paiva Parada
Tenente Miliciano Médico Albertino Ferreira Gaspar
Tenente Miliciano Médico Artur Aníbal Reis dos Santos Dias
Alferes Miliciano Médico Américo Herculano Gomes Carvalhinho
Alferes Miliciano Médico Hernâni Alberto Martinho Vilaça
Alferes Miliciano Médico João Manuel Guerra Simões Grilo
Alferes Miliciano Médico José Henriques Silva Rocha Lourenço
Alferes Miliciano Jaime de Oliveira Paz
Alferes Miliciano Américo Francisco Bexiga Ponces
Alferes Miliciano Afonso Correia Branco
Alferes Miliciano Manuel da Silva Monteiro
Alferes Miliciano João Henrique Pinho dos Santos
Alferes Miliciano António Norberto Coelho Brasil
Alferes Miliciano Jorge Silveira Machado
Alferes Miliciano Alberto Varajão Gonçalves
Alferes Miliciano Rui Manuel Gouveia Lopes dos Reis
Alferes Miliciano José Luís de Campos Sousa Teixeira
Alferes Miliciano Alcino Ferreira Viegas Paulo
Alferes Miliciano José Joaquim Ribeiro
Alferes Miliciano António Figueira Fernandes
Alferes Miliciano José António de Lima Faisca

(4) De 4.^a Classe

1.^o Sargento Mário Martins
1.^o Sargento José Pereira Pinto Cabaças
1.^o Sargento António Inácio Maçarico
2.^o Sargento João José Pereira
2.^o Sargento Miliciano Jaime Rodrigues Belo
Furriel Miliciano Adalfredo de Almeida
Furriel Miliciano José António Costa Montes Martins
Furriel Miliciano José Pereira de Matos

Revista da Cavalaria

Furriel Miliciano Eduardo Manuel Machado Ferreira
Furriel Miliciano Mário António de Lourdes Duarte Azevedo
Furriel Miliciano Júlio dos Santos
Furriel Miliciano Alcino Alves
Furriel Miliciano Narciso Fortes Romero
1.º Cabo Júlio Ribeiro Nunes
1.º Cabo José da Silva Vicente
1.º Cabo José Manuel Nunes Abrantes
1.º Cabo Fernando Augusto Soares Ribeiro
1.º Cabo Diamantino da Silva Luís
1.º Cabo José Fernando das Neves Gregório
1.º Cabo Celestino da Silva Lagoa
1.º Cabo Manuel Cureira Alves
1.º Cabo António Joaquim Matilde
1.º Cabo José Miranda Barbosa
1.º Cabo João Faustino da Conceição Esteves
1.º Cabo António Fernandes
1.º Cabo António Feliz Medalhas Laranjeira
1.º Cabo Carlos Alberto Magina Duarte
1.º Cabo Ventura Pereira Nunes
1.º Cabo Abílio António Fernandes
1.º Cabo José Manuel Pereira
1.º Cabo Aurélio Neto Bernardino
1.º Cabo António Joaquim Mendes Abegão
1.º Cabo Francisco dos Santos Fernandes
1.º Cabo António Nascimento dos Santos
1.º Cabo José Manuel Nunes Abrantes
1.º Cabo Braima Baldé
1.º Cabo Francisco Mingote Carrola
Soldado Joaquim António Chitas
Soldado António Joaquim Coelho
Soldado José António Folgado Pires
Soldado José Pereira
Soldado Liberiano Rosa Miguel
Soldado Carlos Pelariga Ferreira
Soldado José Manuel Pereira
Soldado Manuel Mártir Saraiva Padilha
Soldado António do Nascimento Pereira
Soldado Jerónimo Caetano de Oliveira Mendonça
Soldado Benjamim Manuel Marnoto Branco
Soldado António Rosa dos Santos
Soldado Artur Nicolau Ferreira
Soldado José Joaquim Alves Carneiro
Soldado Isaias Simões Nunes
Soldado Manuel António Joaquim Bartolomeu
Soldado Jorge Manuel da Silva
Soldado José Bernardino
Soldado Tito Lívio Esteves

Revista da Cavalaria

Soldado Abel de Araújo Silva
Soldado Victorino José Vieira Borrego
Soldado Diamantino Rosa Pereira
Soldado Orlando José da Costa
Soldado João Custódio Fragoso
Soldado José Matos Silva
Soldado Francisco António Vargas
Soldado Eduardo Gonçalves Pereira
Soldado Gumercindo Ferraz Pegas
Soldado Soldado José Custódio Cardoso
Soldado Valdemiro de Jesus Luís
Soldado José Luís Pão Alvo de Oliveira
Soldado João Carrilho de Matos
Soldado José Afonso Ferreira Artur
Soldado Aliv Seidi

g. Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar

General Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido
Brigadeiro António Maria Malheiro Reymão Nogueira
Coronel Américo Júlio da Silva Reboredo

h. Grau de Oficial da Ordem de África (de Espanha)

Major Júlio Augusto Pessoa Carvalho Simões

i. Grau de Comendador da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial

Capitão Joaquim Pedro de Faria

j. Medalha do Pacificador dos Estados Unidos do Brasil

Capitão Roberto Ferreira Durão
Capitão Miliciano Manuel Correia Robalo Correia

IV — Louvores em Campanha

1. Pelo Ministro do Exército

18 Jan 66 Major Domingos de Vilas Boas de Sousa Magalhães
18 Jan 66 Major Raúl Augusto Paixão Ribeiro
18 Jan 66 Capitão João Luís Moreira Arriscado Nunes
05 Mai 66 Capitão Carlos José Saraiva Lima de Almeida e Brito

Revista da Cavalaria

| | |
|-----------|--|
| 05 Mai 66 | Capitão José Manuel Vaz Barroco |
| 05 Mai 66 | Major António Lobaço de Oliveira Guimarães |
| 10 Mai 66 | 1.º Cabo Miliciano Afonso da Costa Prestes |
| 15 Mai 66 | Tenente-Coronel José Pereira Marques Cavaleiro |
| 27 Mai 66 | 1.º Cabo Júlio Ribeiro Nunes |
| 30 Mai 66 | Furriel Miliciano Manuel do Couto Pina |
| 30 Mai 66 | Soldado Amadeu Ribeiro da Conceição Cruz |
| 30 Mai 66 | Soldado Joaquim José de Oliveira Duarte |
| 30 Mai 66 | Soldado Carlos Daniel Duarte |
| 23 Set 66 | Tenente-Coronel José Joaquim Colares Vieira Serra Pereira |
| 04 Out 66 | Soldado João Félix Pereira dos Santos |
| 10 Out 66 | 1.º Cabo José M. N. Abrantes |
| 15 Out 66 | Capitão José Luís Jordão Ornelas Monteiro |
| 10 Nov 66 | 1.º Cabo Manuel Gomes Eufrázio Alferes Miliciano Eduardo Tomé da Costa Romeiras |

2. Pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola

| | |
|-----------|--|
| 04 Mar 66 | Capitão João de Almeida Bruno |
| 06 Abr 66 | 1.º Cabo Victoriano Verissimo |
| 09 Abr 66 | Alferes Miliciano Mário Alberto de Oliveira Salgueiro |
| 09 Abr 66 | Soldado António Jesus Bento |
| 21 Out 66 | 1.º Cabo João Manuel Ferreira de Sá Soldado Francisco Martins Pires |

3. Pelo Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné

1965 (ainda não mencionados)

| | |
|-----------|--|
| 04 Mai 65 | Furriel Miliciano Fernando Augusto Simões Ferreira |
| 04 Mai 65 | 1.º Cabo Manuel Natário Vitória |
| 04 Mai 65 | 1.º Cabo Avelino Nunes Salvador |
| 15 Out 65 | 2.º Sargento António Francisco Caixeirinha Revez |

1966

| | |
|-----------|---|
| 08 Abr 66 | Soldado Joaquim Monteiro de Almeida |
| 29 Abr 66 | 1.º Cabo António de Vasconcelos |
| 29 Abr 66 | 1.º Cabo João Vieira de Melo |
| 29 Abr 66 | Soldado Aguinaldo António de Vasconcelos |
| 10 Mai 66 | Alferes Miliciano António Luís M. e M. de Abreu Coutinho Capitão Rui Gonçalves Soeiro Cidrais Soldado Biquer do Carmo Cuco Banha 2.º Sargento João Leite Robalo Furriel Miliciano António Augusto Pimenta H. Simões 1.º Cabo Augusto Conceição Ribeiro Canta Soldado Joaquim Pereira Patrício |

Revista da Cavalaria

4. Pelo Comandante da Região Militar de Angola

1962 (ainda não mencionado)

01 Dez 62 Capitão José Cândido de Bennefon de Paula Santos

1966

06 Jan 66 1.º Cabo Júlio Ribeiro Nunes
27 Fev 66 Capitão Manuel Soares Monge
02 Mar 66 Alferes Miliciano Jaime de Oliveira Vaz
02 Mar 66 Soldado José Lopes Oliveira
02 Mar 66 Soldado António Vinagre Carrilho
16 Mar 66 1.º Cabo Vitoriano Veríssimo
16 Mar 66 Soldado João Carrilho de Matos
16 Mar 66 Soldado Francisco Martins Mestre
27 Mar 66 Capitão Joaquim José das Dores
30 Mai 66 1.º Cabo João Manuel Ferreira de Sá
03 Jun 66 Capitão Eduardo Vaz Neto de Almeida
17 Jun 66 Soldado Manuel Tomé dos Santos Carmo
06 Jul 66 Soldado Manuel Guilhermino Nunes
06 Jul 66 Soldado José Luís de Brito Ferreira
06 Jul 66 Soldado Manuel Rosa Correia
15 Jul 66 Alferes Miliciano Antonino Almiro Ribeiro Esteves
15 Jul 66 Soldado Domingos Monteiro Soares
15 Jul 66 Soldado Mário Esteves das Neves
15 Jul 66 Soldado Joaquim Luís dos Reis
20 Jul 66 Aspirante-a-Oficial Miliciano Carlos Manuel Ramos Lopes
22 Jul 66 Soldado Vicente José Branco Pedras
22 Jul 66 Soldado Manuel Dias Gomes
22 Jul 66 Alferes Miliciano Alberto Gomes Vieira
22 Jul 66 Alferes Miliciano Valério Jerónimo Dias de Sousa
31 Ag 66 Capitão Miliciano Grad. Duarte S. da Cunha Raimundo
31 Ag 66 Soldado José Adriano de Jesus
31 Ag 66 Soldado Carlos Moreira Monteiro
02 Set 66 Soldado José Caetano Lameiras Pires
02 Set 66 Soldado António Maria Aparício
20 Set 66 Major António Octávio Machado
25 Out 66 1.º Cabo João Carlos Gomes Teixeira
19 Dez 66 Capitão Luís Alberto de Oliveira Marinho Falcão
30 Dez 66 Furriel Miliciano António Fragoso Martins
30 Dez 66 1.º Cabo João Manuel Ferreira de Sá
30 Dez 66 1.º Cabo João Gonçalves Marcelo
30 Dez 66 1.º Cabo Gustavo Gomes Augusto do Nascimento
30 Dez 66 Soldado Serafim da Silva Almeida
2.º Sargento Norberto António Rodrigues
Alferes Miliciano José António de Lina Faisca

Revista da Cavalaria

5. Pelo Comandante Militar do C. T. I. da Guiné

1965 (ainda não mencionados)

- 12 Nov 65 Capitão José Cândido de Bonnefon de Paula Santos
18 Nov 65 1.º Cabo Oplínio da Silva Calhau

1966

- 11 Jan 66 Furriel Miliciano Manuel Mendes Matias
13 Jan 66 1.º Cabo José Roque Alexandre
13 Jan 66 Alferes Miliciano António Manuel da Cunha Pita Soares
13 Jan 66 Soldado Francisco Mateus Solipa
18 Jan 66 Alferes Miliciano José Maria de Almeida M. Machado
25 Jan 66 Soldado Joaquim Monteiro Almeida
14 Fev 66 Cipaio Joaquim Amona
17 Abr 66 Tenente-Coronel Henrique Alves Calado
26 Mai 66 Alferes Miliciano Luís Manuel Nobreza de Almeida Rainha
28 Jun 66 Furriel Miliciano Alberto Adriano Moreira Leal
28 Jun 66 Soldado Egas Rocha Alves de Sousa
04 Ag 66 Alferes Miliciano António Figueira Fernandes
15 Out 66 Furriel Miliciano António Armindo Alves de Sousa
Com. Sec. Milícias Jamaram Baldé
Com. Sec. Milícias Mandé Baldé
Com. Sec. Milícias Mali Baldé
Com. Sec. Milícias Amadu Candé
1.º Cabo João Soares Biscaia
Soldado Salvador dos Santos

6. Pelo Chefe do Estado-Maior do C. T. I. da Guiné

1964 (ainda não mencionado)

- 26 Dez 64 Capitão José Cândido de Bennefon de Paula Santos

7. Pelo Comandante da Região Militar de Moçambique

1965 (ainda não mencionados)

- 28 Dez 65 Major Luís Leite Ferreira

1966

- 19 Jan 66 Capitão João Luís Laia Nogueira Mendes Paulo
22 Fev 66 Tenente-Coronel Joaquim José das Dores
04 Abr 66 Capitão Vasco Luís Pereira Esteves Ramires
11 Jul 66 Tenente Miliciano Médico Horácio Alves Marçal
26 Out 66 Tenente-Coronel António Pereira de Carvalho Freire Damião

Revista da Cavalaria

- 05 Dez 66 Alferes Miliciano Eduardo Casimiro de Deus P. da Silva
05 Dez 66 Alferes Miliciano Artur Luís Gomes Cadete
05 Dez 66 Alferes Miliciano Rui Manuel Nunes Lousa
10 Dez 66 1.º Cabo Joaquim Gonçalves Machado

8. Pelos Comandantes de Agrupamentos

- 11 Fev 66 Soldado Augusto António Alves
16 Mar 66 1.º Cabo Joaquim Alberto Bonifácio
01 Abr 66 1.º Sargento José Mogas
11 Abr 66 Alferes Miliciano António José M. Howell de Mendonça
03 Mai 66 1.º Cabo João André Batalha
10 Mai 66 Capitão Jaime Alexandre Santos Marques Pereira
11 Mai 66 1.º Cabo António da Conceição Marques
25 Mai 66 Capitão Ramiro José Marcelino Mourato
26 Mai 66 Capitão António Maria da Costa Cabral da Costa Macedo
26 Mai 66 Alferes Miliciano Afonso Manuel de Barros Leonardo
26 Mai 66 2.º Sargento José Ministro
26 Mai 66 Furriel Miliciano José E. S. Graça Martins
26 Mai 66 1.º Cabo Dário Manuel Lopes Costa
26 Mai 66 Soldado Manuel Jorge Bexiga
26 Mai 66 Alferes Miliciano Manuel Alves
07 Jul 66 Furriel Miliciano Rogério Morgado Pereira
07 Jul 66 Soldado David Manuel R. Franca
22 Jul 66 Alferes Miliciano Hélio Manuel Coelho Matias
30 Ag 66 Soldado Leonel Moita Carolino
06 Out 66 1.º Cabo Carlos Alberto dos Santos Gaspar
10 Nov 66 Alferes Miliciano Helder Afonso Barreira
20 Nov 66 1.º Cabo Constantino António Teixeira
Soldado José António Possas Veloso
Soldado Custódio de Jesus Boniche
Soldado Manuel F. N. La Mota
Soldado Armindo da S. Vieira
Soldado Baltazar A. Carrocha
Alferes Miliciano José Maria Aparício
2.º Sargento José Pedro Miguel Camilo
Furriel Miliciano Manuel Matos Peres Moutinho
Furriel Miliciano António Joaquim Crespo Real
1.º Cabo Armando Teixeira Neto
1.º Cabo Joaquim Ferreira Soares
1.º Cabo António José Tomás
Soldado António Rodrigues das Neves
1.º Cabo Arquimínio Francisco Trinta
Soldado Alfredo Domingos de Jesus

9. Pelos Comandantes dos Sectores

- 01 Fev 66 Soldado Joaquim da Silva Maia Lopa
11 Fev 66 1.º Cabo Manuel dos Santos Roque

Revista da Cavalaria

- 19 Fev 66 1.º Sargento António Pereira de Sousa Teles
19 Fev 66 2.º Sargento José Fidalgo Canaveira
19 Fev 66 2.º Sargento Francisco José Branquinha Balola
19 Fev 66 1.º Cabo Manuel Augusto de Araújo Fonseca
27 Fev 66 1.º Cabo António João Pereira Saragoça
05 Mar 66 Alferes Miliciano Médico Rafael Edmundo H. F. Guimarães
07 Mar 66 Capitão Gabriel da Fonseca Dóres
25 Mar 66 Capitão Manuel Felisberto Martins Rodrigues
18 Abr 66 Capitão Rui Luís de Faria Fernandes
19 Abr 66 Furriel Miliciano Jorge Torres Fernandes Ribeiro
20 Abr 66 Alferes Miliciano Carlos Alberto Vicente Antunes
20 Abr 66 Furriel Miliciano Manuel Maurício Rosado
27 Abr 66 Capitão Alberto Mourão da Costa Ferreira
11 Mai 66 Soldado Alfredo dos Santos Fernandes
11 Mai 66 Tenente Miliciano Médico Eduardo de M. de B. Correia
11 Mai 66 Tenente Miliciano Médico Orácio Alves Marçal
11 Mai 66 Soldado Manuel Duarte Domingos
11 Mai 66 1.º Cabo Hermínio Alves Domingues
20 Mai 66 Soldado Albino Pinto Gonçalves da Cruz
14 Jun 66 Soldado Elizardo da Costa Sousa
14 Jun 66 Soldado Francisco do Rosário Lopes
18 Jun 66 Major Mário de Lima
20 Jun 66 1.º Cabo Manuel P. Gonçalves
24 Jun 66 Alferes Grad. Capelão Joaquim de Almeida Pinheiro
24 Jun 66 Furriel Miliciano Artur Manuel Soares
25 Jun 66 1.º Sargento António Germano Ganhão
25 Jun 66 1.º Cabo Rogério Barbosa
25 Jun 66 1.º Cabo José Alberto Fernandes
25 Jun 66 Soldado Fernando de Oliveira Andrade
25 Jun 66 Soldado Afonso Castro Rocha
25 Jun 66 Soldado Custódio Mateus Mesquita
25 Jun 66 Soldado Feliciano Pedro Brito
25 Jun 66 1.º Cabo António Francisco Carvalho Bonito
25 Jun 66 Soldado Álvaro J. R. Rodrigues
25 Jun 66 Soldado Jaime Gomes Chastre
25 Jun 66 1.º Cabo Helder Vieira Matias da Cruz
25 Jun 66 1.º Cabo Casimiro Fernandes
25 Jun 66 1.º Cabo Diolindo Fernandes da Costa Ribeiro
25 Jun 66 1.º Cabo José de Jesus Morgado
25 Jun 66 Soldado Manuel Pereira Correia
01 Jul 66 2.º Sargento Adelino Moreira Raimundo
04 Jul 66 Furriel Miliciano António Coelho
10 Jul 66 Furriel Miliciano José Moura da Cunha
10 Jul 66 2.º Sargento José Luis Cabeça Piteira
10 Jul 66 2.º Sargento Viriato Amado Pires
10 Jul 66 Soldado Manuel da Costa Sousa
13 Jul 66 Furriel Miliciano António Maria Herculano
12 Ag 66 Alferes Miliciano Rodolfo António Castela Pótier

Revista da Cavalaria

| | | | |
|----|-----|----|---|
| 18 | Ag | 66 | Tenente-Coronel Alberto Policarpo Manso |
| 20 | Ag | 66 | 1.º Cabo Domingos Edmundo Gonçalves Machado |
| 20 | Ag | 66 | 1.º Cabo Fernando Teixeira dos Santos |
| 10 | Set | 66 | Alferes Miliciano Carlos Manuel Esteves Rodrigues |
| 10 | Set | 66 | Alferes Miliciano Jorge de Sousa Soeiro |
| 10 | Set | 66 | Alferes Miliciano Hélio Domingues dos Santos |
| 10 | Set | 66 | 2.º Sargento Manuel Maria Constantino Mira Baioneta |
| 10 | Set | 66 | Furriel Miliciano João Mestre Matos Veríssimo |
| 16 | Set | 66 | Furriel Miliciano José Joaquim Ribeiro |
| 16 | Set | 66 | Furriel Miliciano António Franco Natal Constantino |
| 16 | Set | 66 | Soldado Casimiro Mendes Teixeira |
| 16 | Set | 66 | Soldado José Manuel Livramento Silva |
| 20 | Set | 66 | Furriel Miliciano Luís Augusto Óscar de Azevedo |
| 20 | Set | 66 | Furriel Miliciano António Manuel Gonçalves Gracio |
| 20 | Set | 66 | Soldado Joaquim Manuel Nunes Martins |
| 24 | Set | 66 | 1.º Cabo Rodrigo Augusto Moura |
| 24 | Set | 66 | Soldado Vitalino Lourenço Apolonia |
| 28 | Set | 66 | Soldado Fernando Cerveira Mira |
| 04 | Out | 66 | Major António Manuel da Palma Baracho |
| 04 | Out | 66 | Tenente Leopoldo Alberto Faro Pereira Pinto |
| 04 | Out | 66 | Tenente António Manuel Pinto Ferreira Gomes |
| 04 | Out | 66 | Alferes Miliciano José Francisco Machado |
| 04 | Out | 66 | Alferes Miliciano Saúl Duarte Ferreira |
| 04 | Out | 66 | 1.º Cabo Lino Soaré |
| 04 | Out | 66 | 1.º Cabo Júlio Manuel Vieira Benedito |
| 04 | Out | 66 | Soldado António Fernandes Pinheiro |
| 04 | Out | 66 | Soldado José Francisco Claudino |
| 04 | Out | 66 | Soldado José da Silva Duarte |
| 04 | Out | 66 | Soldado Carlos Ramos da Silva |
| 12 | Out | 66 | Capitão João Sequeira Marcelino |
| 12 | Out | 66 | Capitão Miliciano Joaquim da Silva Prado |
| 12 | Out | 66 | Alferes Miliciano João Homem de Menezes Simões |
| 12 | Out | 66 | 1.º Cabo Hipólito da Conceição Baptista |
| 12 | Out | 66 | Soldado José Simões da Silva |
| 14 | Out | 66 | 1.º Cabo Manuel António Astácio Pato |
| 14 | Out | 66 | Soldado José de Oliveira Lila |
| 14 | Out | 66 | Soldado Luís da Costa Poceiro |
| 14 | Out | 66 | Soldado Ilídio Campos de Pinho |
| 15 | Out | 66 | Tenente Coronel José Luis de Mendonça Ramires |
| 15 | Out | 66 | Capitão João António Branco M. da R. Garoupa |
| 15 | Out | 66 | 1.º Sargento José Albano Leitão |
| 15 | Out | 66 | 1.º Cabo João do Rio Arieiro |
| 15 | Out | 66 | Soldado José Luís de Almeida Marques |
| 15 | Out | 66 | Furriel Miliciano Manuel António Vaz |
| 15 | Out | 66 | Furriel Miliciano António da Silva Lopes |
| 15 | Out | 66 | 1.º Cabo Henrique da Costa Alves Gaudêncio |
| 15 | Out | 66 | 1.º Cabo Fernando Barreiro de Sousa |
| 15 | Out | 66 | Furriel Miliciano Manuel Andrade da Silva |

Revista da Cavalaria

| | |
|-----------|---|
| 15 Out 66 | 1.º Cabo Manuel Jorge Xarepé Marcelino |
| 15 Out 66 | 1.º Cabo José Vicente Machado |
| 15 Out 66 | Soldado Francisco Pinheiro Vaz Barrilheiro |
| 15 Out 66 | Alferes Miliciano António João Lopes |
| 15 Out 66 | 2.º Sargento António Manuel Correia |
| 15 Nov 66 | Alferes Miliciano António Manuel Bairros Areias |
| 15 Nov 66 | Alferes Miliciano Henrique do Rego Botelho Parreira |
| 19 Nov 66 | Furriel Miliciano Eusébio Nunes Pais Figueira |
| 19 Nov 66 | 1.º Cabo Domingos Valente Soares |
| 19 Nov 66 | Soldado Rogério Fernandes Dores Carneiro |
| 19 Nov 66 | Soldado João Carlos Mendonça Lourenço |
| 19 Nov 66 | Soldado Manuel Afonso |
| 25 Nov 66 | Furriel Miliciano José de Oliveira Leite |
| 15 Dez 66 | Alferes Miliciano Nelson de Sousa Figueiredo |
| 15 Dez 66 | 2.º Sargento Armando dos Santos C. Gonçalves |
| 15 Dez 66 | Soldado Manuel de Jesus Joaquim |

VI — Transfêrências

V — Prémios

1. Almirante Américo Tomás

- 2.º Sargento Francisco Quintano Freire
- 1.º Cabo Júlio Ribeiro Nunes

2. Governador Geral de Angola

- Capitão Luis Alberto de Oliveira Marinho Falcão
- Alferes Miliciano António Júlio Salgeiro
- Alferes Miliciano José Francisco de Oliveira Carvalho
- Alferes Miliciano Mário Alberto de Oliveira Salgueiro
- 1.º Cabo Jorge Claudino Cabrita
- 1.º Cabo João Carvalho Margarido
- 1.º Cabo Victoriano Veríssimo
- 1.º Cabo José da Silva Rocha
- 1.º Cabo João Manuel Ferreira de Sá
- Soldado João Gonçalves Antunes
- Soldado António José G. da Silva
- Soldado António da Piedade Ventura
- Soldado Bernardo Moreira da Silva
- Soldado Joaquim Pedro da Silva
- Soldado António de Jesus Bento
- Soldado Alberto Correia da Costa
- Soldado João Garrilho de Matos
- Soldado Francisco Martins Mestre
- Guia João Basa

Revista da Cavalaria

3. Governador Geral de Moçambique

Alferes Miliciano José Farinha Lopes
Alferes Miliciano Fernando António Pereira Pinto

4. Governador da Guiné

Alferes Miliciano José Adelino M. V. de Sousa
Furriel Miliciano José António Gomes Brizado
Furriel Miliciano Luís Furtado de Figueiredo
1.º Cabo José Montes Régio Acabado
1.º Cabo Joaquim António da P. Aranha
1.º Cabo Braima Baldé
1.º Cabo António de Vasconcelos
Soldado Joaquim Monteiro de Almeida
Soldado Samper Pereira

VI — *Transferências*

PARA OUTROS QUADROS

Corpo do Estado-Maior

Major Jorge Alberto Guerreiro Vicente

PARA OUTRAS SITUAÇÕES

Reserva

Brigadeiro Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Coronel Homero de Oliveira Matos
Coronel José Afonso Rodes Sérgio
Tenente-Coronel Augusto Eduardo de Oliveira Ferraz de Noronha e Me-
nezes Freire de Andrade
Major João de Castro Enes Ferreira

Reforma

Brigadeiro Luciano Ernesto da Silva Granate
Tenente-Coronel Luís Cesariny Calafate
Capitão José Mateus de Magalhães
Capitão Francisco Alberto Teixeira de Lemos da Silveira
Alferes António de Sousa Cirne Madureira
Alferes João Pessoa Amorim Pires

Revista da Cavalaria

VII — Abates às Fileiras

DESLIGADOS DO SERVIÇO

Coronel Domingos António de Sousa Coutinho
Coronel Ápio Felisberto Nunes de Almeida
Tenente-Coronel João José de Figueiredo Gaspar
Major Francisco dos Santos Farrusco
Capitão Eduardo Augusto Mascarenhas Mimoso Serra
Alferes António de Sousa Cirne Madureira
Alferes José Maria de Mendonça de Sousa Cirne
Alferes António Rebelo de Carneiro de Sousa Pires

DEMITIDO DO SERVIÇO

Major Miguel Carlos Tenório Caldeira de Carvalho

BAIXA DE SERVIÇO

2.º Sargento Vicente André

ÓBITOS

Brigadeiro Reformado Ricardo Alves Porto
Coronel Reformado Luís Figueiredo
Coronel Reformado Rogério de Almeida Tavares e Silva
Capitão Reformado Manuel da Costa Ferro de Carvalho
Capitão Reformado Manuel Vieira
Coronel Reformado Artur Pereira de Mesquita
Coronel Reformado Arnaldo Martins Afonso Chichorro da Costa
Major Reformado Américo Santos Mateus
Capitão Reformado José Maria Pereira Leite de Magalhães e Couto
Capitão Reformado Antero Fernandes
Capitão Reformado Eduardo de Serpa Pereira
Capitão Reformado Augusto José Madeira
Alferes Reformado Henrique da Conceição Baptista da Silva
2.º Sargento Manuel Fonseca Afonso
2.º Sargento Alfredo Rodrigues Vieira
2.º Sargento Augusto Loureiro de Assunção

Resolução da Comissão

VII - Ata de Sessão

DESLIGADOS DO SERVIÇO

Alguns nomes de pessoas que foram desligadas do serviço, com suas respectivas datas e motivos.



DESLIGADO DO SERVIÇO

BAIXA DE SERVIÇO

ONTO







